



VOLUME I – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

Tomo IV - Diagnóstico Ambiental – Socioeconômica

Licenciamento Ambiental das Obras de Implantação da
Infraestrutura Ferroviária EF-170 – Trecho
Lucas do Rio Verde/MT – Itaituba/PA

NOVEMBRO/2020

APRESENTAÇÃO

A MRS Estudos Ambientais apresenta à
Empresa de Planejamento e Logística – EPL
o documento intitulado:

ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E
RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL
(EIA/RIMA)

VOLUME I – TOMO IV

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

MEIO SOCIOECONÔMICO

Licenciamento Ambiental das Obras de
Implantação da Infraestrutura Ferroviária EF-
170 – Trecho Lucas do Rio Verde/MT –
Itaituba/PA

O presente documento está sendo entregue
em 01 (uma) via em meio digital

Novembro de 2020

Alexandre Nunes da Rosa
MRS Estudos Ambientais Ltda.

ITEMIZAÇÃO GERAL

VOLUME I – ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA)

TOMO	TÍTULO
I	Informações Gerais e Caracterização do Empreendimento
II	Diagnóstico Ambiental – Meio Físico
IIIA	Diagnóstico Ambiental – Meio Biótico – Caracterização dos Ecossistemas
IIIB	Diagnóstico Ambiental – Meio Biótico – Flora
IIIC	Diagnóstico Ambiental – Meio Biótico – Fauna
IV	Diagnóstico Ambiental – Socioeconômica
V	Passivos Ambientais
VI	Síntese Ambiental, Impactos, Áreas de influências, Medidas e Programas
VII	Alternativas Tecnológicas e Locacionais
VIII	Prognóstico Ambiental e Conclusão
IX	Siglas
X	Bibliografia
XI	Glossário

VOLUME II – APÊNDICES

TOMO	TÍTULO
I	Atlas – Áreas de Preservação Permanentes
II	Atlas – Uso do Solo e Cobertura Vegetal
III	Atlas – Passivos Ambientais
IV	Meio Físico – Pontos Caminhamentos
V	Meio Físico – Processos – Agência Nacional de Mineração
VI	Meio Físico – Cavernas – Fichas de Campo
VII	Meio Físico – Análise de Água – Relatório Fotográfico
VIII	Meio Biótico (Flora) – Caracterização de Estradas Vicinais
IX	Meio Biótico (Flora) – Dados Brutos
X	Meio Biótico (Flora) – Fragmentos de Vegetação
XI	Meio Biótico (Flora) – Caracterização de APPs – Dados Primários
XII	Meio Biótico (Flora) – Caracterização de APPs – Dados Secundários
XIII	Meio Biótico (Flora) – Lista Florística
XIV	Meio Biótico (Flora) – Lista de Espécies Raras
XV	Meio Biótico (Fauna) – Dados Brutos
XVI	Meio Socioeconômico – Formulário de Questionário Institucional
XVII	Meio Socioeconômico – Formulário de Roteiro de Entrevista
XVIII	Meio Socioeconômico – Formulário de Roteiro de Entrevista em Comunidade
XIX	Meio Socioeconômico – Formulário de Levantamento de Desapropriações
XX	Meio Socioeconômico – Rodovias Interceptadas
XXI	Meio Socioeconômico – Listagem de Desapropriações

TOMO	TÍTULO
XX	Fichas de Passivos Ambientais

VOLUME III – ANEXOS

TOMO	TÍTULO	OBSERVAÇÃO
I	Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), Cadastro Técnico Federal (CTF) e Declaração de Responsabilidade	-
II	Termo de Referência (TR)	-
III	Ofícios – Encaminhamento de Estudos – Órgãos Intervenientes	Ministério da Saúde (MS) Fundação Nacional do Índio (FUNAI) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) Lucas do Rio Verde/MT Sorriso/MT Vera/MT Sinop/MT Cláudia/MT Itaúba/MT Nova Santa Helena/MT Terra Nova do Norte/MT
IV	Ofícios – Solicitação de Anuências/Respostas – Prefeituras Municipais	Colíder/MT Peixoto Azevedo/MT Matupá/MT Guarantã do Norte/MT Matupá/MT Altamira/PA Trairão/PA Rurópolis/PA Itaituba/PA Certificado de Calibração – Decibelímetro Certificado de Calibração – Acelerômetro Certificado de Calibração – Sonda Multiuso Laudos de Análise de Água
V	Meio Físico	Certificado de Acreditação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) – Aquecimento Ofício – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) – Manifestação – Qualidade do Ar Declaração de Material Botânico – Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) Declaração de Material Botânico – Universidade de Brasília (UnB)
VI	Meio Biótico (Flora)	Ofício – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) – Autorização de Acesso ao Parque Nacional do (PARNA) Jamanxim

TOMO	TÍTULO	OBSERVAÇÃO
VII	Meio Biótico (Fauna)	Autorização de Captura, Coleta e Transporte de Material Biológico (ABIO) nº 1238/2020 – 2ª Retificação Autorização – Acesso e Montagem de Módulos Autorização – Anilhamento – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Aves Silvestres (CEMAVE) Ofício – ICMBio – Autorização de Acesso ao PARNA Jamanxim e Reserva Biológica (ReBio) Nascentes Serra do Cachimbo Declaração – Universidade Regional do Cariri (URCA) – Depositária – Material Faunístico Ofício – Instituições – Áreas Protegidas – Informações Diversas
VIII	Meio Socioeconômico	Ofício/Respostas – Instituições – Comunidades Quilombolas e Tradicionais

VOLUME IV – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (RIMA)

VOLUME V – BASE GEOPROCESSAMENTO

SUMÁRIO: VOLUME I – TOMO IV

5.3	MEIO SOCIOECONÔMICO	20
5.3.1	<i>METODOLOGIA</i>	20
5.3.2	<i>DINÂMICA POPULACIONAL</i>	23
5.3.3	<i>DINÂMICA ECONÔMICA</i>	177
5.3.4	<i>DINÂMICA TERRITORIAL</i>	207
5.3.5	<i>DINÂMICA SOCIOCULTURAL</i>	252
5.3.6	<i>DISCUSSÕES E CONCLUSÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO DE SOCIOECONOMIA</i>	268

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 592 – ENTREVISTA NO INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA IPAM – ITAITUBA/PA.	21
FIGURA 593 – ENTREVISTA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO SOCIAL DE ALTAMIRA/PA.	21
FIGURA 594 – ENTREVISTA NA SUBPREFEITURA DE CACHOEIRA DA SERRA, ALTAMIRA/PA.	21
FIGURA 595 – ENTREVISTA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT.	21
FIGURA 596 – CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ESTUDO – NÚMERO DE HABITANTES EM 1991, 2000 E 2010.	33
FIGURA 597 – PIRÂMIDE ETÁRIA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, 2010. FONTE: IBGE, 2010.	37
FIGURA 598 – PIRÂMIDE ETÁRIA BRASILEIRA. FONTE: IBGE, 2010.	37
FIGURA 599 – ENTREVISTA REALIZADA COM A LIDERANÇA DA VILA PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	58
FIGURA 600 – SUBPREFEITURA - DISTRITO DE PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	58
FIGURA 601 – ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO DISTRITO DE PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	58
FIGURA 602 – ÁREA URBANA DO DISTRITO DE PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	59
FIGURA 603 – UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RURAL PRIMAVERA DO NORTE (12,858504S; 55,835628W).	59
FIGURA 604 – ESCOLA MUNICIPAL PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	59
FIGURA 605 – SICREDI, EM PRIMAVERA (12,858504S; 55,835628W).	59
FIGURA 606 – PLANTIO NO PA JONAS PINHEIRO (SEM COORDENADAS).	61
FIGURA 607 – PLANTIO NO PA JONAS PINHEIRO (SEM COORDENADAS).	61
FIGURA 608 – ESCOLA MUNICIPAL LOCALIZADA NO PA JONAS PINHEIRO (SEM COORDENADAS).	61
FIGURA 609 – IGREJA E GALPÃO NO PA JONAS PINHEIRO (SEM COORDENADAS).	61
FIGURA 610 – PRODUTOS PRODUZIDOS NO PA JONAS PINHEIRO PARA SEREM COMERCIALIZADOS NAS FEIRAS EM SORRISO/MT (SEM COORDENADAS).	62
FIGURA 611 – ASSENTADOS COMERCIALIZANDO OS PRODUTOS NAS FEIRAS EM SORRISO/MT (SEM COORDENADAS).	62
FIGURA 612 – ENTRADA PARA O PROJETO DE ASSENTAMENTO PÉ NO CHÃO (12,343973S; 55,589854W).	63
FIGURA 613 – CASA DA LIDERANÇA NO PROJETO DE ASSENTAMENTO PÉ NO CHÃO (12,343973S; 55,589854W).	63
FIGURA 614 – PROJETO DE ASSENTAMENTO PÉ NO CHÃO (12,343973S; 55,589854W).	63
FIGURA 615 – ENTREVISTA REALIZADA COM A LIDERANÇA DO PROJETO DE ASSENTAMENTO PÉ NO CHÃO (12,343973S; 55,589854W).	63
FIGURA 616 – COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (11,440014S; 55,356428W).	64
FIGURA 617 – COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (11,440014S; 55,356428W).	64
FIGURA 618 – COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (11,440014S; 55,356428W).	65
FIGURA 619 – ENTREVISTA REALIZADA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (11,435569S; 55,355078W).	65
FIGURA 620 – PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DA COMUNIDADE ALTO PARAÍSO (10,566382S; 55,212325W).	66
FIGURA 621 – ENTREVISTA REALIZADA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE ALTO PARAÍSO (10,566889S; 55,223304W).	66
FIGURA 622 – IGREJA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARAVAGGIO (10,527599S; 55,155240W).	67
FIGURA 623 – ENTREVISTA COM MORADORES DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DO CARAVAGGIO (10,527599S; 55,155240W).	67
FIGURA 624 – COMÉRCIO NA VILA XANXERÊ (10,475884S; 55,067389W).	68
FIGURA 625 – COMÉRCIO PRÓXIMO À RODOVIA BR-163 NA VILA XANXERÊ (10,475884S; 55,067389W).	68
FIGURA 626 – COMÉRCIO NA VILA XANXERÊ (10,475884S; 55,067389W).	68
FIGURA 627 – GALPÃO NA VILA XANXERÊ (10,476250S; 55,065221W).	68

FIGURA 628 – CASAS NA VILA XANXERÊ (10,476250S; 55,065221W).....	68
FIGURA 629 – ENTREVISTA REALIZADA COM MORADOR DA VILA XANXERÊ (10,475884S; 55,067389W).....	68
FIGURA 630 – CAPELA SÃO SEBASTIÃO NO LIMITE DO PA UNIÃO DE TODOS (10,388421S; 55,237565W).....	69
FIGURA 631 – COMÉRCIO NO PA UNIÃO DE TODOS (10,448301S; 55,187223W).....	69
FIGURA 632 – COLÉGIO DESATIVADO NO PA UNIÃO DE TODOS (10,448301S; 55,187223W).....	70
FIGURA 633 – ENTREVISTA REALIZADA COM A LIDERANÇA DO PA UNIÃO DE TODOS (10,448301S; 55,187223W).....	70
FIGURA 634 – IGREJA SÃO ROQUE NO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,365073S; 55,029061W).....	71
FIGURA 635 – ÁREA DE LAZER NO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,365748S; 55,028075W).....	71
FIGURA 636 – GALPÃO DA IGREJA NO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,365662S; 55,029263W).....	71
FIGURA 637 – POSTO DE SAÚDE NO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,365352S; 55,029720W).....	71
FIGURA 638 – ESCOLA NO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,365826S; 55,030026W).....	71
FIGURA 639 – ENTREVISTA REALIZADA COM LIDERANÇA DO DISTRITO DE MIRAGUÁ DO NORTE (10,3653573S; 55,028428W).....	71
FIGURA 640 – RIO PEIXOTO PRÓXIMO À COMUNIDADE BEIRA RIO (10,221194S; 54,971110W).....	72
FIGURA 641 – COMÉRCIO NA COMUNIDADE BEIRA RIO (10,221194S; 54,971110W).....	72
FIGURA 642 – COMÉRCIO PRÓXIMO À RODOVIA BR163 NA COMUNIDADE BEIRA RIO (10,221194S; 54,971110W).....	73
FIGURA 643 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE BEIRA RIO (10,221194S; 54,971110W).....	73
FIGURA 644 – ENTRADA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE (10,064869S; 54,991695W).....	74
FIGURA 645 – ESCOLA NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE (10,042699S; 55,029056W).....	74
FIGURA 646 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE (10,042071S; 55,026625W).....	74
FIGURA 647 – IGREJA SÃO PEDRO NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE. (10,041976S; 55,029960W).....	74
FIGURA 648 – CASAS NA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE (10,041964S; 55,028423W).....	75
FIGURA 649 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA COMUNIDADE SÃO PEDRO DO ALTO ALEGRE. (10,042190S; 55,032732W).....	75
FIGURA 650 – ESCOLA ESTADUAL JAIME FARINA EM COTREL (9,948175S; 54,954085W).....	76
FIGURA 651 – CENTRO DE CULTURA ITALIANA EM COTREL (9,950538S; 54,952305W).....	76
FIGURA 652 – CENTRO POLIESPORTIVO EM COTREL (9,948444S; 54,953627W).....	76
FIGURA 653 – CENTRO DE LAZER EM COTREL (9,949882S; 54,953833W).....	76
FIGURA 654 – CEMITÉRIO EM COTREL (9,950430S; 54,952966W).....	77
FIGURA 655 – ENTREVISTA REALIZADA COM LIDERANÇA DE COTREL (9,950714S; 54,953462W).....	77
FIGURA 656 – IGREJA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (9,850754S; 55,030387W).....	78
FIGURA 657 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS (9,828153S; 55,000902W).....	78
FIGURA 658 – ENTRADA PARA A COMUNIDADE SANT’ANA (9,762219S; 54,935440W).....	79
FIGURA 659 – ESCOLA NA COMUNIDADE SANT’ANA (9,757972S; 54,937414W).....	79
FIGURA 660 – IGREJA NA COMUNIDADE SANT’ANA (9,757384S; 54,937646W).....	79
FIGURA 661 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE SANT’ANA (9,764455S; 54,946525W).....	79
FIGURA 662 – IGREJA NA COMUNIDADE SERRA DO CACHIMBO (9,559004S; 54,872948W).....	80
FIGURA 663 – ESCOLA NA COMUNIDADE SERRA DO CACHIMBO (9,558620S; 54,872421W).....	80
FIGURA 664 – COMÉRCIO NA COMUNIDADE SERRA DO CACHIMBO (9,577562S; 54,880757W).....	80
FIGURA 665 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE SERRA DO CACHIMBO (9,577377S; 54,879198W).....	80
FIGURA 666 – PLANTA DE ATIVIDADES E EIXOS DA SEDE DO DISTRITO DE CACHOEIRA DA SERRA/ALTAMIRA.....	81
FIGURA 667 – CRECHE MUNICIPAL PARAÍSO INFANTIL, DISTRITO CACHOEIRA DA SERRA/ALTAMIRA (COORD. 714367.07 M E, 9046502.08 M S).....	82

FIGURA 668 – ESCOLA ESTADUAL AVENIDA TRÊS DE MAIO, DISTRITO CACHOEIRA DA SERRA/ALTAMIRA (COORD. 714067.75 M E, 9046380.08 M S).....	82
FIGURA 669 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DISTRITO CACHOEIRA DA SERRA/ALTAMIRA (8,372471S; 55,363687W).....	82
FIGURA 670 – PLANTA DE ATIVIDADES E EIXOS DA SEDE DO DISTRITO DE CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA.	83
FIGURA 671 – SEDE DA SUBPREFEITURA DO DISTRITO CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA (COORD. 709271.59 M E, 9080167.47 M S).	84
FIGURA 672 – ESCOLA DE ENSINO FUNDAMENTAL JOÃO PAULO II, DISTRITO CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA (COORD. 708209.63 M E, 9079641.49 M S).....	84
FIGURA 673 – CRECHE IRENE RECK, DISTRITO CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA (709613.42 M E, 9080250.44 M S).	84
FIGURA 674 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, DISTRITO CASTELO DOS SONHOS/ALTAMIRA (709420.64 M E, 9080084.89 M S) ..	84
FIGURA 675 – IGREJA CATÓLICA EM REFORMA NO PDS BRASÍLIA (8,203893S; 55,185082W).	86
FIGURA 676 – ESCOLA NO PDS BRASÍLIA (8,203842S; 55,184614W).	86
FIGURA 677 – PLACA DE ENTRADA PARA O PDS BRASÍLIA (8,156896S; 55,128464W).	86
FIGURA 678 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DO PDS BRASÍLIA (8,318912S; 55,104099W).....	86
FIGURA 679 – ASSOCIAÇÃO VALE DO JAMANXIM – PDS BRASÍLIA (8,318912S; 55,104099W).	86
FIGURA 680 – ASSOCIAÇÃO VALE DO JAMANXIM – PDS BRASÍLIA (8,318912S; 55,104099W).	86
FIGURA 681 – VIVEIRO NO PDS BRASÍLIA – PROJETO DE PLANTIO DE MUDAS (SEM COORDENADAS).	87
FIGURA 682 – VIVEIRO NO PDS BRASÍLIA – PROJETO DE PLANTIO DE MUDAS (SEM COORDENADAS).	87
FIGURA 683 – PLACA DE ENTRADA PARA A COMUNIDADE VALE DO CASTANHEIRA (8,176096S; 55,126431W).....	88
FIGURA 684 – ACESSO PARA A COMUNIDADE VALE DO CASTANHEIRA (8,176096S; 55,126431W).	88
FIGURA 685 – IGREJA NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (8,099849S; 55,143917W).....	89
FIGURA 686 – SALÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (8,099417S; 55,143948W).....	89
FIGURA 687 – CEMITÉRIO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (8,099103S; 55,142828W).....	89
FIGURA 688 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (8,099417S; 55,143948W).	89
FIGURA 689 – ESCOLA NA COMUNIDADE CARRO VELHO (7,897568S; 55,176001W).	90
FIGURA 690 – IGREJA NA COMUNIDADE CARRO VELHO (7,897762S; 55,175859W).	90
FIGURA 691 – CENTRO ESPORTIVO NA COMUNIDADE CARRO VELHO (7,897292S; 55,176073W).....	90
FIGURA 692 – COMUNIDADE CARRO VELHO (7,898128S; 55,176727W).....	90
FIGURA 693 – UNIDADE SAÚDE DA FAMÍLIA NA VILA ISOL (7,726811S; 55,205995W).....	91
FIGURA 694 – ESCOLA NA VILA ISOL (7,726970S; 55,208944W).	91
FIGURA 695 – COMÉRCIO NA VILA ISOL (7,726500S; 55,207359W).	92
FIGURA 696 – IGREJA NA VILA ISOL (7,726532S; 55,209037W).....	92
FIGURA 697 – COMÉRCIO NA VILA ISOL (7,726762S; 55,207181W).	92
FIGURA 698 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA VILA ISOL (7,726492S; 55,206766W).	92
FIGURA 699 – ENTRADA PARA O PDS TERRA NOSSA (7,649216S; 55,222692W).....	93
FIGURA 700 – IGREJA NO PDS TERRA NOSSA (7,615757S; 55,120327W).	93
FIGURA 701 – ESCOLA NO PDS TERRA NOSSA (7,615526S; 55,1190995W).	94
FIGURA 702 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DO PDS TERRA NOSSA (7,641938S; 55,082310W).....	94
FIGURA 703 – IGREJA NA COMUNIDADE ROSA MÍSTICA (7,589651S; 55,238507W).	95
FIGURA 704 – SALÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE ROSA MÍSTICA (7,589298S; 55,238449W).	95
FIGURA 705 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE ROSA MÍSTICA (7,588870S; 55,238394W).	95
FIGURA 706 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE ROSA MÍSTICA (7,597450S; 55,243029W).....	95

FIGURA 707 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE 1027 (7,495171S; 55,261349W).	96
FIGURA 708 – ESCOLA DESATIVADA NA COMUNIDADE 1027 (7,495796S; 55,261074W).	96
FIGURA 709 – IGREJA NOSSA SENHORA APARECIDA NA COMUNIDADE 1027 (7,496041S; 55,260952W).	96
FIGURA 710 – SALÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE 1027 (7,496284S; 55,260845W).	96
FIGURA 711 – ALOJAMENTO PARA TRABALHADORES NA COMUNIDADE 1027 (7,497988S; 55,260064W).	97
FIGURA 712 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE 1027 (7,487894S; 55,267547W).	97
FIGURA 713 – POSTO DE SAÚDE NO DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA (7,294202S; 55,311000W).	98
FIGURA 714 – ESCOLA NO DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA (7,296064S; 55,313656W).	98
FIGURA 715 – IGREJA CATÓLICA NO DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA (7,2981137S; 55,310840W).	98
FIGURA 716 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DO DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA (7,301317S; 55,310709W).	98
FIGURA 717 – PROPRIEDADE QUE PODERÁ SER INTERCEPTADA PELO EMPREENDIMENTO NA COMUNIDADE VENEZA (7,168839S; 55,362055W).	99
FIGURA 718 – ESCOLA NA COMUNIDADE VENEZA (7,168799S; 55,362955W).	99
FIGURA 719 – IGREJA CATÓLICA NA COMUNIDADE VENEZA (7,168420S; 55,363833W).	100
FIGURA 720 – ENTREVISTA COM A LIDERANÇA DA COMUNIDADE VENEZA (7,163078S; 55,365635W).	100
FIGURA 721 – COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (6,994986S; 55,356540W).	101
FIGURA 722 – VICINAL PRÓXIMA À COMUNIDADE NOVA ESPERANÇA (7,008949S; 55,367814W).	101
FIGURA 723 – ANTIGA ESCOLA DA COMUNIDADE BANDEIRANTE (6,893361S; 55,441519W).	102
FIGURA 724 – GALPÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE BANDEIRANTE (6,893254S; 55,441487W).	102
FIGURA 725 – VISÃO GERAL DAS CONSTRUÇÕES COMUNITÁRIAS NA COMUNIDADE BANDEIRANTE (6,893141S; 55,441478W).	102
FIGURA 726 – CAPELA SÃO CRISTÓVÃO E PISTA DE CORRIDA DE LAÇO À ESQUERDA NA COMUNIDADE BANDEIRANTE (6,892798S; 55,441380W).	102
FIGURA 727 – IGREJA NA COMUNIDADE SANTA JÚLIA (6,771635S; 55,478772W).	103
FIGURA 728 – GALPÃO COMUNITÁRIO NA COMUNIDADE SANTA JÚLIA (6,771455S; 55,478771W).	103
FIGURA 729 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE SANTA JÚLIA (6,771086S; 55,478734W).	103
FIGURA 730 – ESCOLA NA COMUNIDADE SANTA JÚLIA (6,769559S; 55,478621W).	103
FIGURA 731 – VISTA DO DISTRITO DE SANTA JULIA A PARTIR DA BR-163 (6,770765S; 55,4800232W).	104
FIGURA 732 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DE SANTA JULIA (6,768726S; 55,477094W).	104
FIGURA 733 – IGREJA NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ (6,639572S; 55,505046W).	104
FIGURA 734 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE SÃO JOSÉ (6,6401S; 55,505046W).	104
FIGURA 735 – IGREJA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO (6,599261S; 55,510054W).	105
FIGURA 736 – SEDE DA ASSOCIAÇÃO (APRUNP) (6,632553S; 55,506913W).	105
FIGURA 737 – IGREJA NA LINHA GAÚCHA (6,520634S; 55,535063W).	106
FIGURA 738 – PAVILHÃO COMUNITÁRIO NA LINHA GAÚCHA (6,520558S; 55,535056W).	106
FIGURA 739 – ESCOLA NA COMUNIDADE RIOZINHO DAS ARRAIAS (6,393292S; 55,571182W).	107
FIGURA 740 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA COMUNIDADE RIOZINHO DAS ARRAIAS (6,391001S; 55,570252W).	107
FIGURA 741 – UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA RIOZINHO DAS ARRAIAS (6,395993S; 55,565734W).	107
FIGURA 742 – VISTA GERAL DE RUA INTERNA DE RIOZINHO DAS ARRAIAS (6,391200S; 55,570029W).	107
FIGURA 743 – CASAS NA COMUNIDADE ARURI. (5,456151S; 55,870554W).	108
FIGURA 744 – CASAS NA COMUNIDADE ARURI (5,406294S; 55,886124W).	108
FIGURA 745 – VISTA DE RESIDÊNCIAS DA COMUNIDADE A PARTIR DA PONTE SOBRE O RIO ARURI (5,401452S; 55,883039W).	108
FIGURA 746 – RESTAURANTE ÀS MARGENS DA BR-163 NA COMUNIDADE ARURI (5,396975S; 55,883013W).	108

FIGURA 747 – CASAS NA COMUNIDADE ARURI (5,397053S; 55,877825W).....	108
FIGURA 748 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA COMUNIDADE ARURI (5,397015S; 55,877953W).	108
FIGURA 749 – IGREJA NA COMUNIDADE 03 BUEIROS (5,315012S; 55,949988W).	109
FIGURA 750 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE 03 BUEIROS (5,314987S; 55,950211W).	109
FIGURA 751 – VISTA DE COMÉRCIO DA COMUNIDADE 3 BUEIROS ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-163 (5,315495S; 55,948915W/ 5,315378S; 55,949573W).....	109
FIGURA 752 – EMEF SALIM MIGUEL DOS ANJOS, EM 3 BUEIROS (5,314302S; 55,949823W).....	109
FIGURA 753 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DE 3 BUEIROS (5,314439S; 55,951456W).	109
FIGURA 754 – IGREJA NA COMUNIDADE 03 BUEIROS (5,315012S; 55,949988W).	110
FIGURA 755 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE 03 BUEIROS (5,314987S; 55,950211W).	110
FIGURA 756 – VISTA DE COMÉRCIO DA COMUNIDADE 3 BUEIROS ÀS MARGENS DA RODOVIA BR-163 (5,315495S; 55,948915W/ 5,315378S; 55,949573W).....	110
FIGURA 757 – EMEF SALIM MIGUEL DOS ANJOS, EM 3 BUEIROS (5,314302S; 55,949823W).....	110
FIGURA 758 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DE 3 BUEIROS (5,314439S; 55,951456W).	110
FIGURA 759 – IGREJA NA COMUNIDADE SANTA LUZIA (5,276361S; 56,028078W).	111
FIGURA 760 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE SANTA LUZIA (5,276366S; 56,028091W).	111
FIGURA 761 – ACESSO PELA RODOVIA BR-163 À COMUNIDADE SANTA LUZIA (5,276971S; 56,027572W).	111
FIGURA 762 – COMÉRCIO NA COMUNIDADE SANTA LUZIA (5,276342S; 56,028102W).	111
FIGURA 763 – ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA PLANALTO PLANALTO (5,202050S; 56,040721W).	112
FIGURA 764 – IGREJA NA VILA PLANALTO (5,202502S; 56,040670W).....	112
FIGURA 765 – ACESSO PELA BR À VILA PLANALTO (5,203491S; 56,040209W).	112
FIGURA 766 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA VILA PLANALTO (5,200439S; 56,041661W).....	112
FIGURA 767 – IGREJA NA COMUNIDADE JAMANXIM (5,126382S; 56,114044W).....	113
FIGURA 768 – POSTO DE SAÚDE NA COMUNIDADE JAMANXIM (5,126490S; 56,107259W).	113
FIGURA 769 – ESCOLA NA COMUNIDADE JAMANXIM (5,126480S; 56,112900W).....	114
FIGURA 770 – PLACA DE ACESSO PELA BR À COMUNIDADE JAMANXIM (5,126472S; 56,106500W).	114
FIGURA 771 – ACESSO À COMUNIDADE JAMANXIM (5,125132S; 56,114853W).	114
FIGURA 772 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA COMUNIDADE JAMANXIM (5,128595S; 56,115603W).	114
FIGURA 773 – CENTRO DE BELA VISTA DO CARACOL (5,021065S; 56,184737W).	115
FIGURA 774 – COMÉRCIO EM BELA VISTA DO CARACOL (5,019959S; 56,184352W).	115
FIGURA 775 – COMÉRCIO EM BELA VISTA DO CARACOL (5,019523S; 56,184264W).	115
FIGURA 776 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DE BELA VISTA DO CARACOL (5,016856S; 56,180041W).	115
FIGURA 777 – ESCOLA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (4,783818S; 56,051231W).	116
FIGURA 778 – PLACA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (4,76515S; 56,061265W).	116
FIGURA 779 – IGREJA NA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (4,783738S; 56,051293W).	116
FIGURA 780 – ENTREVISTA COM LIDERANÇA DA COMUNIDADE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA (4,788186S; 56,050444W).	116
FIGURA 781 – VISTA GERAL DA ESTRUTURA COMUNITÁRIA EM SANTA RITA (4,738902S; 55,963897W).	117
FIGURA 782 – CEMITÉRIO DA COMUNIDADE SANTA RITA (4,740736S; 55,963057W).....	117
FIGURA 783 – IGREJA NA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA (4,59185S; 55,935823W).	118
FIGURA 784 – PROPRIEDADE NA COMUNIDADE SÃO JOÃO BATISTA (4,596391S; 55,936894W).	118
FIGURA 785 – SEDE DA SUBPREFEITURA DE MORAES ALMEIDA/ITAITUBA.....	119
FIGURA 786 – POSTO DE SAÚDE DE MORAES ALMEIDA/ITAITUBA.....	119

FIGURA 787 – ESCOLA DO DISTRITO MORAES ALMEIDA/ITAITUBA.	119
FIGURA 788 – IGREJA DO DISTRITO MORAES DE ALMEIDA (6,218138S; 55,629435).	119
FIGURA 789 – VISTA DE RUA INTERNA DE MORAES ALMEIDA (6,218886S; 55,632200W).	119
FIGURA 790 – VISTA DE POSTO E COMÉRCIO DO DISTRITO ÀS MARGENS DA BR-163 (6,206086S; 55,630071W).....	119
FIGURA 791 – VISTA GERAL DE PARTE DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (5,599521S; 55,812645W).....	121
FIGURA 792 – ESTREVISTA COM LIDERANÇA COMUNITÁRIA – COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (5,622202S; 55,799907W).	121
FIGURA 793 – RESTAURANTE ÀS MARGENS DA BR-163 – COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (5,588018S; 55,815606W).	121
FIGURA 794 – GALPÃO COMUNITÁRIOS DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (5,622279S; 55,799876W).	121
FIGURA 795 – ESCOLA DA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (5,619431S; 55,797577W/ 5,619485S; 55,797540W).	121
FIGURA 796 – ESCOLA NA AGROVILA NOVA ESPERANÇA (4,796443S; 56,119051W).	122
FIGURA 797 – ACESSO À AGROVILA NOVA ESPERANÇA (4,796831S; 56,119013W).	122
FIGURA 798 – VICINAL NA AGROVILA NOVA ESPERANÇA (4,799944S; 56,118646W).....	122
FIGURA 799 – VISTA GERAL DA AGROVILA NOVA ESPERANÇA (4,796202S; 56,120338W).	122
FIGURA 800 – ENTREVISTA COM AGENTE DE SAÚDE DA COMUNIDADE SANTA LUZIA (4,395027S; 55,955329W).	123
FIGURA 801 – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, VILA CAMPO VERDE/ITAITUBA (4,345339S; 55,785296W).	124
FIGURA 802 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL ENGENHEIRO FRANCISCO BARROS, EM CAMPO VERDE (4,345628S; 55,785290W).....	124
FIGURA 803 – IGREJA DE CAMPO VERDE (4,345320S; 55,785414W).	124
FIGURA 804 – COMANDO DE POLICIAMENTO REGIONAL X – 15º BATALHÃO TRANSAMAZÔNICA/ PPD Nº 102º/ CAMPO VERDE (4,345625S; 55,785144W).	124
FIGURA 805 – VISTA DE COMÉRCIO PISTA LOCAL PARALELA À RODOVIA BR-230 – DISTRITO DE CAMPO VERDE (4,346087S; 55,785256W/ 4,345991S; 55,785139W).....	124
FIGURA 806 – BAIRRO NOVA MIRITITUBA (4,301689S; 55,948845W).....	126
FIGURA 807 – BAIRRO NOVA MIRITITUBA (4,301241S; 55,948916W).....	126
FIGURA 808 – BAIRRO NOVA MIRITITUBA (4,301721S; 55,948579W).....	126
FIGURA 809 – ENTREVISTA NO BAIRRO NOVA MIRITITUBA (4,302492S; 55,948636W).	126
FIGURA 810 – ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL CARLOS SARMENTO, DISTRITO DE MIRITITUBA/ITAITUBA.	127
FIGURA 811 – ESCOLA NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO (4,244410S; 55,805904W).	128
FIGURA 812 – CASA NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO (4,244145S; 55,805820W).	128
FIGURA 813 – IGREJA NA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO (4,244652S; 55,805843W).....	128
FIGURA 814 – ENTREVISTA COM MORADOR DA COMUNIDADE SÃO RAIMUNDO (4,243909S; 55,805515W).	128
FIGURA 815 – MORTALIDADE PROPORCIONAL NA ÁREA DE ESTUDO POR GRUPOS E CAUSAS, 2017.	129
FIGURA 816 – HOSPITAL TAPAJÓS, MUNICÍPIO DE ITAITUBA/PA, COORD. 612285.53 M E 9527453.46 M S.	152
FIGURA 817 – FAIXAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL.	169
FIGURA 818 – EMPREENDIMENTOS (PREVISTOS E INSTALADOS) LOCALIZADOS EM MIRITITUBA.	178
FIGURA 819 – COOPERNOVA – COOPERATIVA MISTA DE LEITE E FRUTAS, EM TERRA NOVA DO NORTE/MT.....	179
FIGURA 820 – MICK MÁQUINAS – REPRESENTANTE DA LS TRACTOR, EM TERRA NOVA DO NORTE/MT.	179
FIGURA 821 – FRIGORIFICO FRIALTO, EM MATUPÁ.	179
FIGURA 822 – FÁBRICA DE RAÇÃO ANIMAL MULTITRATO, EM MATUPÁ.....	179

FIGURA 823 – CAMPO RICO FERTILIZANTES EM GUARANTÃ DO NORTE.	179
FIGURA 824 – DISTRITO INDUSTRIAL DE GUARANTÃ DO NORTE.	179
FIGURA 825 – CULTIVO DE SOJA NA REGIÃO ESTUDADA - SORRISO/MT (12,809792S; 55,830376W).	192
FIGURA 826 – GADO NA REGIÃO ESTUDADA - GUARANTÃ DO NORTE/MT (9,687270S; 54,947034W).	192
FIGURA 827 – GADO NA REGIÃO ESTUDADA – ALTAMIRA/PA (8,096569S; 55,141773W).	193
FIGURA 828 – CULTIVO DE SOJA NA REGIÃO ESTUDADA - GUARANTÃ DO NORTE/MT (9,697334S; 54,947717W).	193
FIGURA 829 – CULTIVO DE SOJA NA REGIÃO ESTUDADA – NOVO PROGRESSO/PA (6,669891S; 55,496354W).	193
FIGURA 830 – ÁREA PARA PECUÁRIA NA REGIÃO ESTUDADA – NOVO PROGRESSO/PA(6,858678S; 55,448954W).	193
FIGURA 831 – AVIÁRIO NA REGIÃO ESTUDADA – SINOP/MT (12,041620S; 55,518360W).	193
FIGURA 832 – TANQUE DE PEIXES NA REGIÃO ESTUDADA – ALTAMIRA/PA (8,492820S; 55,127738W).	193
FIGURA 833 – EXTRAÇÃO DE MADEIRA NA REGIÃO ESTUDADA – DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA/PA (7,306676S; 55,310565W).	196
FIGURA 834 – PLACA DE MADEIREIRA NA REGIÃO ESTUDADA – DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA/PA (7,309382S; 55,308803W).	196
FIGURA 835 – GARIMPO NA REGIÃO ESTUDADA – PEIXOTO DE AZEVEDO/MT (10,251727S; 54,971166W).	196
FIGURA 836 – MADEIREIRA NA REGIÃO ESTUDADA – DISTRITO DE ALVORADA DA AMAZÔNIA/PA (7,307796S; 55,308734W).	196
FIGURA 837 – MADEIREIRA NA REGIÃO ESTUDADA – ITAITUBA/PA (6,219053S; 55,638807W).	197
FIGURA 838 – MADEIREIRA NA REGIÃO ESTUDADA – NOVO PROGRESSO/PA (6,772101S; 55,485569W).	197
FIGURA 839 – SISTEMA DE LAGOS MATUPÁ (726213,66 M E 8874577,26 M S).	203
FIGURA 840 – ÁREA RURAL DE RURÓPOLIS (829976,04 M E 9573071,89 M S.	203
FIGURA 841 – FOTO DE ESPAÇO PÚBLICO – PRAÇA DA JUVENTUDE, MUNICÍPIO DE SORRISO (638751,50 M E 8612926,30 M S).	203
FIGURA 842 – EMPREENDIMENTO TURÍSTICO EM ITAITUBA – NOSSO RECANTO. (21 M 609331,02 M E 9540066.33 M S).	203
FIGURA 843 – SEDE DO DISTRITO CACHOEIRA DA SERRA – ALTAMIRA/PA.	213
FIGURA 844 – SEDE DO DISTRITO CASTELO DOS SONHOS – ALTAMIRA/PA.	214
FIGURA 845 – SEDE DO DISTRITO MIRITITUBA – ITAITUBA/PA.	215
FIGURA 846 – RODOVIA MT-222, SINOP/MT (11,864086S; 55,574076W).	229
FIGURA 847 – ESTRADA VICINAL SELENE, SINOP/MT (11,726003S; 55,552330W).	229
FIGURA 848 – RODOVIA MT-419, GUARANTÃ DO NORTE/MT (9,944856S; 54,987782W).	229
FIGURA 849 – RODOVIA BR-163, NOVO PROGRESSO/PA (7,873934S; 55,182095W).	229
FIGURA 850 – RODOVIA TRANSGARIMPEIRA,	229
FIGURA 851 – ESTRADA VICINAL, NOVO PROGRESSO/PA (6,742674S; 55,474061W).	229
FIGURA 852 – RODOVIA BR-163, TRAIRÃO/PA (4,645745S; 55,952130W).	230
FIGURA 853 – ESTRADA DO PIMENTAL, TRAIRÃO/PA (4,390818S; 55,960536W).	230
FIGURA 854 – DESAPROPRIAÇÃO AGRÍCOLA (CURRAL), NOVO PROGRESSO/PA (6,704993S; 55,481515W).	244
FIGURA 855 – DESAPROPRIAÇÃO COMERCIAL (RESTAURANTE/LANÇONETE),	244
FIGURA 856 – DESAPROPRIAÇÃO DE ESTRUTURA COMUNITÁRIA, NOVO PROGRESSO/PA (6,520558S; 55,535056W).	244
FIGURA 857 – DESAPROPRIAÇÃO DE ESTRUTURA MISTA (COMÉRCIO E RESIDÊNCIA), ITAITUBA/PA (4,392029S; 55,958361W).	244
FIGURA 858 – DESAPROPRIAÇÃO INDUSTRIAL, SORRISO/MT (12,637045S; 55,780026W).	245
FIGURA 859 – DESAPROPRIAÇÃO RESIDENCIAL, SINOP/MT (11,783320S; 55,549400W).	245
FIGURA 860 – ENTREVISTA REALIZADA EM PROPRIEDADE POSSIVELMENTE AFETADA (10,738752S; 55,166327W).	251
FIGURA 861 – ENTREVISTA REALIZADA EM PROPRIEDADE POSSIVELMENTE AFETADA (8,492484S; 55,126361 W).	251

FIGURA 862 – ENTREVISTA REALIZADA EM PROPRIEDADE POSSIVELMENTE AFETADA (7,536326 S; 55,256397W).....	251
FIGURA 863 – ENTREVISTA REALIZADA EM PROPRIEDADE POSSIVELMENTE AFETADA (11,494475 S; 55,365087 W).....	251
FIGURA 864 – ENTREVISTA REALIZADA EM PROPRIEDADE POSSIVELMENTE AFETADA (4,330934S; 55,958545W).	252
FIGURA 865 – ENTREVISTA REALIZADA COM PROPRIETÁRIOS DE ÁREA POSSIVELMENTE AFETADA (5,125887S; 55,110385W) ..	252
FIGURA 866 – VISITA À LIMAGRAIN (12,775423S; 55,837476W).....	252
FIGURA 867 – SOJA PLANTADA NA LIMAGRAIN (12,775423S; 55,837476W).....	252
FIGURA 868 – PONTE DA BR-163 SOBRE O RIO ARURI (5,402548S; 55,883084W).	260
FIGURA 869 – VISTA DA COMUNIDADE A PARTIR DA PONTE SOBRE O RIO ARURI (5,402013S; 55,883063W).....	260
FIGURA 870 – RESIDÊNCIAS DA COMUNIDADE ARURI (5,401283S; 55,883033W / 5,400745S; 55,883037W).	260
FIGURA 871 – PONTO DE VENDA DE PEIXE E RESTAURANTE – COMÉRCIO NA COMUNIDADE ARURI (5,399264S; 55,883001W / 5,397184S; 55,883020W).....	260
FIGURA 872 – NATUREZA DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA PESQUISA.	264
FIGURA 873 – NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO.	264
FIGURA 874 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO A IMPORTÂNCIA DO PROJETO.	265
FIGURA 875 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS EM RELAÇÃO AO PROJETO.	265

ÍNDICE DE MAPAS

MAPA 84 – ARTICULAÇÕES 1 E 2 DA LOCALIZAÇÃO DE AGLOMERADOS POPULACIONAIS E COMUNIDADES RURAIS IDENTIFICADOS.	55
MAPA 85 – ARTICULAÇÕES 3 E 4 DA LOCALIZAÇÃO DE AGLOMERADOS POPULACIONAIS E COMUNIDADES RURAIS IDENTIFICADOS.	56
MAPA 86 – INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTE.	227
MAPA 87 – ARTICULAÇÕES 1 E 2 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	236
MAPA 88 – ARTICULAÇÕES 3 E 4 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	237
MAPA 89 – ARTICULAÇÕES 5 E 6 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	238
MAPA 90 – ARTICULAÇÕES 7 E 8 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	239
MAPA 91 – ARTICULAÇÕES 9 E 10 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	240
MAPA 92 – ARTICULAÇÕES 11 E 12 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	241
MAPA 93 – ARTICULAÇÕES 13 E 14 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	242
MAPA 94 – ARTICULAÇÕES 15 E 16 DO MAPEAMENTO DE DESAPROPRIAÇÕES.	243
MAPA 95 – LOCALIZAÇÃO DAS TERRAS INDÍGENAS EM RELAÇÃO AO EMPREENDIMENTO.	256
MAPA 96 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS.	258

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 41 – ITEMIZAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DO EIA/RIMA REFERENTE À EF-170. ONDE: APP = ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE; MF = MEIO FÍSICO; MB = MEIO BIÓTICO; MS = MEIO SOCIOECONÔMICO; ART = ANOTAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA; CTF = CADASTRO TÉCNICO FEDERAL.	18
QUADRO 42 – ANO DE EMANCIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS E DESMEMBRAMENTO.....	23
QUADRO 43 – MATRIZ DE MUNICÍPIOS POLARIZADOS PELA METRÓPOLES SÃO PAULO/SP - NÍVEL DE POLARIZAÇÃO REGIONAL.....	43
QUADRO 44 – MATRIZ DE MUNICÍPIOS POLARIZADOS PELA METRÓPOLE BELÉM/PA - NÍVEL DE POLARIZAÇÃO REGIONAL.	43
QUADRO 45 – RELAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS POR MUNICÍPIOS DA AE.	45
QUADRO 46 – ORGANIZAÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA INSTITUCIONAL.	48
QUADRO 47 – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS POR MUNICÍPIOS DA AE.....	49
QUADRO 48 – RELAÇÃO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS ESTADUAIS POR MUNICÍPIOS DA AE.	51
QUADRO 49 – DEMANDAS EM TERMOS DE SAÚDE APONTADAS NA PESQUISA INSTITUCIONAL.	145
QUADRO 50 – DEMANDAS DE INFRAESTRUTURA BÁSICA INDICADAS NA PESQUISA DE CAMPO, DEZ/2019.....	160
QUADRO 51 – UNIDADES POLICIAIS (CIVIL E MILITAR) NOS MUNICÍPIOS DA AE.....	166
QUADRO 52 – UNIDADES DO CORPO DE BOMBEIROS PRESENTES NOS MUNICÍPIOS DA AE.	167
QUADRO 53 – VETORES DE CRESCIMENTO INDICADOS NAS ENTREVISTAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA AE.....	191
QUADRO 54 – CATEGORIZAÇÃO DO TURISMO NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.	200
QUADRO 55 – ATRATIVOS TURÍSTICOS DOS MUNICÍPIOS DA AE.	202
QUADRO 56 – PLANOS E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.	205
QUADRO 57 – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO EXISTÊNCIA DE PLANOS DIRETORES E OUTRAS DISPOSIÇÕES LEGAIS DE ZONEAMENTO.	209
QUADRO 58 – SITUAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, SEGUNDO EXISTÊNCIA DE PLANOS DIRETORES, ANO DE ELABORAÇÃO, ANO DA LEI E REVISÃO.	212
QUADRO 59 – ACESSO AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS – COMUNIDADES.	231
QUADRO 60 – PROPRIEDADES, COORDENADAS, CLASSIFICAÇÃO E MUNICÍPIOS A QUE PERTENCEM.	245
QUADRO 61 – OFÍCIOS ENVIADOS, DESTINATÁRIO, DATA E SITUAÇÃO DE RESPOSTA.....	254
QUADRO 62 – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DA PESQUISA INSTITUCIONAL.	262
QUADRO 63 – PRINCIPAIS DEMANDAS MUNICIPAIS MODIFICADAS APONTADAS PELOS PARTICIPANTES DA PESQUISA INSTITUCIONAL.	267

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 147 – DISTRIBUIÇÃO DAS ENTREVISTAS POR MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.....	20
TABELA 148 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO DOS MUNICÍPIOS DA AE, PARÁ, MATO GROSSO E BRASIL - 2010.	30
TABELA 149 – TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL, POR DÉCADA, SEGUNDO MUNICÍPIOS SELECIONADOS, ESTADOS DO PARÁ, MATO GROSSO E BRASIL.	32
TABELA 150 – GRAU DE URBANIZAÇÃO (%) DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO E BRASIL – 1980- 2010.....	33
TABELA 151 – DENSIDADE DEMOGRÁFICA DOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ESTUDO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	34
TABELA 152 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL 2010.....	35
TABELA 153 – PROPORÇÃO DE MENORES DE 5 ANOS DE IDADE NA POPULAÇÃO (%), POR ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	38
TABELA 154 – TOTAL E PROPORÇÃO DE IDOSOS NA POPULAÇÃO (%), POR ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	39
TABELA 155 – AGLOMERADOS POPULACIONAIS, MUNICÍPIO E DISTÂNCIA DO EMPREENDIMENTO.....	53
TABELA 156 – DISTRIBUIÇÃO DA MORTALIDADE HOSPITALAR PROPORCIONAL (%) DO SUS POR LOCAL DE RESIDÊNCIA SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.....	131
TABELA 157 – TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL (POR MIL NASCIDOS VIVOS), NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL, POR ANO.....	132
TABELA 158 – LEISHMANIOSE VISCERAL - CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO 2011-2017.....	133
TABELA 159 – CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS DE MALÁRIA NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO 2018.	135
TABELA 160 – DENGUE - NOTIFICAÇÕES REGISTRADAS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO - BRASIL.....	136
TABELA 161 – CASOS CONFIRMADOS AIDS - CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO 2011-2017.....	138
TABELA 162 – SÍFILIS CONGÊNITA - CASOS CONFIRMADOS NOTIFICADOS NO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO – MUNICÍPIOS SELECIONADOS, ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	139
TABELA 163 – DOENÇAS ENDÊMICAS INDICADAS NAS ENTREVISTAS INSTITUCIONAIS REALIZADAS.....	140
TABELA 164 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR MUNICÍPIO DA ÁREA DE ESTUDO, ESTADO DE MATO GROSSO E PARA E BRASIL.....	142
TABELA 165 – QUANTIDADE DE ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO, ESTADO DE MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	144
TABELA 166 – INTERNAÇÕES HOSPITALARES DO SUS POR LOCAL DE INTERNAÇÃO SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL. FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES DO SUS (SIH/SUS), 2019.	146
TABELA 167 – DISTRIBUIÇÃO DA MORBIDADE HOSPITALAR PROPORCIONAL (%) DO SUS POR POR LOCAL DE RESIDÊNCIA SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2018. FONTE: MINISTÉRIO DA SAÚDE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES HOSPITALARES DO SUS (SIH/SUS), 2018.....	148

TABELA 168 – LEITOS DE INTERNAÇÃO POR TIPO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL – 2019.	149
TABELA 169 - PROFISSIONAIS DE SAÚDE E HABITANTES POR PROFISSIONAL DE SAÚDE, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.....	151
TABELA 170 - ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA, POR TIPO DE REDE, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL – 2018.....	154
TABELA 171 – PROPORÇÃO (%) DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES SEGUNDO SITUAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.	157
TABELA 172 – PROPORÇÃO (%) DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES POR SITUAÇÃO DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, PARÁ, MATO GROSSO E BRASIL.	158
TABELA 173 – PROPORÇÃO (%) DE DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES COM COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS, POR ANO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2010.....	159
TABELA 174 – HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO NOS MUNICÍPIOS QUE COMPÕEM A ÁREA DE ESTUDO	163
TABELA 175 . MORTALIDADE POR CAUSAS EXTERNAS (TOTAL E PERCENTUAL COM RELAÇÃO À AE), POR GRUPOS DE CAUSAS NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL, 2017	164
TABELA 176 – IDHM E RANKINGS DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO - 2010.	170
TABELA 177 – EVOLUÇÃO DO IDH AO LONGO DOS ANOS – MUNICÍPIOS SELECIONADOS E ESTADOS DE MATO GROSSO E DO PARÁ.	170
TABELA 178 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (PIA), POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA) E TAXA DE PARTICIPAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2010.....	172
TABELA 179 – POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS OCUPADA, NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TAXA DE OCUPAÇÃO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, PARÁ, MATO GROSSO E BRASIL - 2010.	173
TABELA 180 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS EMPREGOS FORMAIS SEGUNDO SETORES DE ATIVIDADE ECONÔMICA DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	174
TABELA 181 – PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB E SUA DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO E PARÁ E BRASIL, 2018.....	175
TABELA 182 - PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB E SUA DISTRIBUIÇÃO PROPORCIONAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO E PARÁ E BRASIL.	176
TABELA 183 – PARTICIPAÇÃO (%) DOS SETORES NO VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB) DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.	180
TABELA 184 – TOTAL E PERCENTUAL DO REBANHO SOBRE A ÁREA DE ESTUDO SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL – 2018.....	181
TABELA 185 – QUANTIDADE PRODUZIDA (TONELADAS) DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DOS MUNICIPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2018.....	182
TABELA 186 – DESTINAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA. ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.....	183
TABELA 187 – ESTABELECIMENTOS VOLTADOS À PESCA E AQUICULTURA NA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.	184
TABELA 188 – PRINCIPAIS ESPÉCIES PRODUZIDAS (PESCA E AQUICULTURA) NA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.	185
TABELA 189 – QUANTITATIVOS DE ESTABELECIMENTOS RELACIONADOS À ATIVIDADE DE SILVICULTURA SILVICULTURA NA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.	186
TABELA 190 – QUANTITATIVOS DE ESTABELECIMENTOS DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES DA SILVICULTURA NA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL - 2017.....	187

TABELA 191 – ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS, POR TIPO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL.....	188
TABELA 192 – ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (HECTARES), POR TIPO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, PARÁ, MATO GROSSO E BRASIL – 2017.	189
TABELA 193 – PESSOAL OCUPADO, POR TIPO DE ESTABELECIMENTO AGROPECUÁRIO, SEGUNDO MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO, MATO GROSSO, PARÁ E BRASIL – 2017.	190
TABELA 194 – NÚMERO DE HOTÉIS, Pousadas e SIMILARES e VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS DO SETOR (2017).	198
TABELA 195 – INFORMAÇÕES SOBRE O SETOR DE TURISMO POR MUNICÍPIO.	199
TABELA 196 – PROJETO DE ASSENTAMENTO, MUNICÍPIO A QUE PERTENCE, ATO DE CRIAÇÃO, ÁREA, CAPACIDADE DE FAMÍLIAS E FAMÍLIAS ASSENTADAS.	221
TABELA 197 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS NO PARÁ E SITUAÇÃO JUDICIAL.....	223
TABELA 198 – PROJETOS DE ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ESTUDO.	224
TABELA 199 – QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES POR CATEGORIA.	249
TABELA 200 – QUANTITATIVO DE PROPRIEDADES POR CATEGORIA E MUNICÍPIO	250
TABELA 201 – TIPOS DE EMPREENDIMENTO E ÁREA DE IMPACTO (EM KM).	254
TABELA 202 – TERRAS INDÍGENAS INSERIDAS NOS LIMITES ESTABELECIDOS PELA PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 60/2015.	255
TABELA 203 – PERCEPÇÃO DOS ENTREVISTADOS ACERCA DE POSSÍVEIS IMPACTOS DECORRENTES DO PROJETO.	266

INTRODUÇÃO

A empresa MRS Ambiental, consultoria especializada na área de meio ambiente, apresenta a este Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) o ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA/Rima) da infraestrutura ferroviária EF-170, organizado em 05 (cinco) volumes, que por sua vez, são compostos por tomos, quando couber. A seguir, o Quadro apresenta essa itemização:

Quadro 41 – Itemização de apresentação do EIA/RIMA referente à EF-170. Onde: APP = área de preservação permanente; MF = meio físico; MB = meio biótico; MS = meio socioeconômico; ART = anotação de responsabilidade técnica; CTF = cadastro técnico federal.

VOLUME	NOME	TOMO	TEMA
I	EIA	I	INFORMAÇÕES GERAIS E CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO
		II	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL - MEIO FÍSICO
		III	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL - MEIO BIÓTICO
		IV	DIAGNÓSTICO AMBIENTAL - SOCIOECONÔMICO
		V	PASSIVOS AMBIENTAIS
		VI	SÍNTESE, IMPACTOS, ÁREAS DE INFLUÊNCIA, MEDIDAS E PROGRAMAS
		VII	ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E LOCACIONAIS
		VIII	PROGNOSTICO AMBIENTAL E CONCLUSÃO
		IX	SIGLAS
		X	BIBLIOGRAFIA
		XI	GLOSSÁRIO
II	APÊNDICES	I	ATLAS_APPS
		II	ATLAS DE USO_SOLO_E_COBERTURA_VEGETAL
		III	ATLAS_PASSIVOS_AMBIENTAIS
		IV	MF_PONTOS_CAMINHAMENTOS
		V	MF_PROCESSOS_ANM
		VI	MF_CAVERNAS_FICHAS_CAMPO
		VII	MF_ANÁLISE_ÁGUA_FOTOS
		VIII	MB_CARACTERIZAÇÃO_ESTRADAS_VICINAIS
		IX	MB_DADOS_BRUTOS_FLORA
		X	MB_FRAGMENTOS_VEGETAÇÃO
		XI	MB_APPS_DADOS_PRIMÁRIOS_CARACTERIZAÇÃO
		XII	MB_APPS_DADOS_SECUNDÁRIOS_CARACTERIZAÇÃO
		XIII	MB_LISTA_FLORÍSTICA
		XIV	MB_LISTA_ESPÉCIES_RARAS
		XV	MB_DADOS_BRUTOS_FAUNA
		XVI	MS_FORMULÁRIO_QUESTIONÁRIO_INSTITUCIONAL
		XVII	MS_FORMULÁRIO_ROTEIRO_ENTREVISTA
		XVIII	MS_FORMULÁRIO_ROTEIRO_COMUNIDADE
		XIX	MS_FORMULÁRIO_DESAPROPRIAÇÕES
		XX	MS_RODOVIAS_ITERCEPTADAS
XXI	MS_LISTAGEM_DESAPROPRIAÇÕES		

VOLUME	NOME	TOMO	TEMA
II	APÊNDICES	XXII	FICHAS_PASSIVOS_AMBIENTAIS
III	ANEXOS	I	ART_CTF_DECLARAÇÃO
		II	TRs
		III	OFÍCIOS_ESTUDOS_ÓRGÃOS_INTERVENIENTES
		IV	OFÍCIOS_ANUÊNCIAS_PREFEITURAS
		V	MEIO FÍSICO
		VI	MEIO_BIÓTICO_FLORA
		VII	MEIO_BIÓTICO_FAUNA
		VIII	MEIO_SOCIOECONÔMICO
IV	RIMA	-	-
V	BASE GEOPROCESSAMENTO	-	-

Trata-se do processo de licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, cuja proposta de traçado aproximado, para fins de obtenção da Licença Prévia (LP), compreende o trecho entre os municípios Lucas do Rio Verde, no Estado do Mato Grosso, e Itaituba (distrito de Miritituba), no Estado do Pará, e duas vias de acesso a partir do tronco central: Acesso a Leste – até o distrito de Santarenzinho, município de Rurópolis (33,0 quilômetros) e; Acesso a Oeste – até o distrito de Itapacurá, município de Itaituba (11,0 quilômetros). A extensão total perfaz 1.188,985 km.

O trecho considerado nos estudos ambientais para implantação da infraestrutura ferroviária EF-170 intercepta ao todo 17 (dezessete) municípios, sendo 12 (doze) no estado do Mato Grosso: Sinop, Colíder, Guarantã do Norte, Matupá, Nova Santa Helena, Peixoto de Azevedo, Sorriso, Terra Nova do Norte, Cláudia, Itaúba, Lucas do Rio Verde e Vera; e 05 (cinco) no estado do Pará: Itaituba, Trairão, Rurópolis, Novo Progresso e Altamira.

O Capítulo em tela refere-se ao item 5.3 (Meio Socioeconômico), juntamente com respectivos subitens, conforme o Termo de Referência (TR) emitido pelo IBAMA, atinente ao processo de licenciamento ambiental autuado sob nº 02001.001755/2015-31.

DIAGNÓSTICO AMBIENTAL

5.3 MEIO SOCIOECONÔMICO

5.3.1 METODOLOGIA

O levantamento dos dados primários foi realizado por meio de duas abordagens, sendo a primeira delas voltada à realização de entrevistas com as instituições nas sedes municipais e sedes distritais dos municípios abrangidos pelo projeto. Nesta abordagem, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: um questionário definido como Questionário Institucional, com questões fechadas (alternativas de respostas previstas) e abertas (sem previsão de alternativas de resposta), voltado a identificar as características das instituições, além de um bloco de questões de opinião e percepção do entrevistado sobre o empreendimento (Volume II – Tomo XVI). Na sequência, utilizou-se um roteiro de entrevistas (Volume II – Tomo XVII), semiestruturado, voltado a obter informações socioeconômicas dos municípios que compõem a AE.

O trabalho de campo foi realizado durante os dias 26 de novembro a 18 de dezembro de 2019, que resultaram em 99 (noventa e nove) entrevistas efetivamente realizadas com instituições da AE apresentadas no Quadro 62, no item de Percepção Social Sobre o Empreendimento (5.3.5.5).

A distribuição das entrevistas por municípios da Área de Estudo está apresentada na Tabela 147.

Tabela 147 – Distribuição das entrevistas por municípios da Área de Estudo.

Municípios	Quantidade de Entrevistas
Altamira (PA)	7
Cláudia (MT)	6
Colíder (MT)	8
Guarantã do Norte (MT)	9
Itaituba (PA)	13
Itaúba (MT)	4
Lucas do Rio Verde (MT)	5
Matupá (MT)	3
Nova Santa Helena (MT)	2
Novo Progresso (PA)	9
Peixoto de Azevedo (MT)	3
Rurópolis (PA)	4
Sinop (MT)	6
Sorriso (MT)	4
Terra Nova do Norte (MT)	5
Trairão (PA)	6
Vera (MT)	5
Total	99

Dentre as instituições entrevistadas têm-se as prefeituras e secretarias municipais de governo, órgãos de classe, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), associações comerciais e empresariais, associações comunitárias, institutos e empresas de pesquisa, sindicatos rurais, dentre outras.

As imagens a seguir (Figura 592 a Figura 595) ilustram o esforço de campo empreendido para a realização das entrevistas institucionais.



Figura 592 – Entrevista no Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia IPAM – Itaituba/PA.



Figura 593 – Entrevista na Secretaria Municipal de Integração Social de Altamira/PA.



Figura 594 – Entrevista na Subprefeitura de Cachoeira da Serra, Altamira/PA.



Figura 595 – Entrevista na Secretaria de Administração de Terra Nova do Norte/MT.

O levantamento de dados secundários é uma das bases do diagnóstico socioeconômico, reconhecida como etapa fundamental para o delineamento do quadro geral da AE. Assim sendo, no estudo ora em tela, foram utilizadas informações atualizadas de bases de dados de fontes oficiais como órgãos vinculados às administrações municipais, estaduais e federal; institutos de pesquisa; pesquisas acadêmicas e outros estudos ambientais para a caracterização do meio socioeconômico. Sempre que possível, os indicadores foram apresentados com os respectivos comparativos regional, estadual e nacional.

Desse modo, as análises da população foram realizadas por meio dos Censos Demográficos de 1980, 1991, 2000, 2010, possibilitando uma série histórica de 30 anos para os dados demográficos. Nos casos em que a mudança foi significativa, encurtou-se a série histórica para o primeiro ano da nova metodologia, evitando distorções.

O segundo passo do trabalho foi a definição de uma série de indicadores que fornecesse um panorama geral econômico e social dos municípios. A seleção dos indicadores e a elaboração

do plano tabular a ser analisado neste estudo, tiveram por base os temas e os objetivos definidos no TR para elaboração dos estudos.

Por fim, na terceira etapa, concentraram-se esforços na organização das bases de dados que possuíam as informações necessárias para a análise. O diagnóstico do meio antrópico reúne diferentes fontes de informação, dados e indicadores divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio das bases dos Censos Demográficos e Agropecuário e da Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD); Contagens Populacionais; estudos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), mais especificamente dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PNUD/IPEA) e do Acompanhamento Municipal dos Objetivos do Milênio – ODM; estatísticas do Ministério da Saúde, DATASUS e do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES); além de informações obtidas mediante consulta ao acervo das Prefeituras Municipais e Câmaras Legislativas, como por exemplo, a legislação territorial disponível dos municípios que compõem a AE.

Para caracterização da dinâmica populacional da área adjacente ao traçado proposto para implantação do empreendimento, os principais aglomerados populacionais foram localizados previamente à realização da campanha de campo, para que a caracterização com dados primários. A equipe responsável pela coleta dos dados primários percorreu o trecho entre Lucas do Rio Verde/MT e Itaituba/PA, visando descrever cada comunidade identificada dentro da área de influência da ferrovia.

Foram realizadas entrevistas com as lideranças locais dos aglomerados populacionais identificados. Para as entrevistas, foi elaborado um roteiro de perguntas que teve a finalidade de estimular o entrevistado a dialogar a partir de temas de interesse necessários para o atendimento do TR emitido pelo IBAMA. Nessa modalidade, foram realizados os registros de informações de conhecimento dos entrevistados, além de suas percepções. Os resultados obtidos nas entrevistas foram tabulados na forma de elementos de conteúdo, não cabendo a análise da frequência das respostas, visto que o foco é qualitativo e não quantitativo. O modelo do roteiro aplicado encontra-se no Volume II – Tomo XVIII. Além das entrevistas, foram realizados registros fotográficos das estruturas comunitárias e georreferenciamento dos aglomerados populacionais identificados a partir de tais estruturas.

Para a caracterização da dinâmica territorial, os levantamentos de campo realizados tiveram por objetivo caracterizar a mobilidade urbana consolidada na região, com o auxílio de mapeamento com base cartográfica do IBGE. Além disso, para a mensuração do número de famílias em áreas potencialmente passíveis de desapropriação, na campanha de campo, foram realizados registros fotográficos e georreferenciamento das benfeitorias inclusas na ADA do empreendimento em tela, tanto nas áreas urbanas como nas rurais, com entrevistas, quando possível, com os moradores locais. O modelo do questionário aplicado encontra-se no Volume II – Tomo XIX. Este esforço foi complementado pela análise da base cartográfica do território.

Por fim, para os levantamentos relacionados à dinâmica sociocultural, além dos dados de campo que visaram mapear as possíveis comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais

da área de influência e o patrimônio histórico, cultural e arqueológico da região, foram consultadas as bases de dados *on-line* da Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Socioambiental (ISA) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

5.3.2 DINÂMICA POPULACIONAL

O estudo da dinâmica populacional tem por objetivo ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a população da área estudada. A finalidade desta análise é oferecer um conjunto de indicadores capazes de dimensionar as populações afetadas dos municípios interceptados pelo empreendimento, demonstrar as variações geográficas e populacionais e evidenciar as tendências demográficas ao longo das últimas décadas. Todos os indicadores, quando possível, estão apresentados com os respectivos comparativos regional, estadual e nacional, em acordo às exigências do TR.

5.3.2.1 Histórico de Ocupação do Território e Correspondência Territorial

Conforme apresentado anteriormente, os dezessete municípios estudados são: Lucas do Rio Verde, Sorriso, Vera, Sinop, Cláudia, Itaúba, Nova Santa Helena, Colíder, Terra Nova do Norte, Peixoto de Azevedo, Matupá e Guarantã do Norte, no estado de Mato Grosso; Novo Progresso, Altamira, Trairão, Itaituba e Rurópolis, no estado do Pará.

Segundo aponta Darcy Ribeiro na obra “O povo brasileiro – a formação e o sentido do Brasil” (2015), o território que hoje compreende os dois estados abrangidos pelo projeto foi inicialmente povoado por inúmeros povos indígenas, que estavam situados na região muitos séculos antes da chegada dos europeus. Conforme com o avanço da colonização, a partir do século XX no estado de Mato Grosso e Pará, esses locais passaram a ser ocupados por uma população então residente nas regiões Sul e Sudeste do país.

No Quadro 42, apresenta-se o ano de emancipação dos municípios da área de estudo, juntamente com a municipalidade da qual se desmembraram, dados aos quais se segue breve caracterização histórica destes territórios. A fonte de informação utilizada foi o Portal IBGE Cidades e os sítios eletrônicos das prefeituras dos municípios que formam a AE.

Quadro 42 – Ano de Emancipação dos municípios e desmembramento.

Unidade Geográfica	Ano de Emancipação	Desmembrado de
Altamira (PA)	1911	Souzel (atualmente Senador José Porfírio)
Itaituba (PA)	1856	Freguesia de Boim / Província Grão-Pará
Novo Progresso (PA)	1991	Itaituba
Rurópolis (PA)	1991	Aveiro
Trairão (PA)	1995	Itaituba
Cláudia (MT)	1988	Sinop, Itaúba e Marcelândia
Colíder (MT)	1979	Chapada dos Guimarães
Guarantã do Norte (MT)	1986	Colíder

Unidade Geográfica	Ano de Emancipação	Desmembrado de
Itaúba (MT)	1986	Chapada dos Guimarães
Lucas do Rio Verde (MT)	1988	Diamantino
Matupá (MT)	1985	Colíder, Guarantã do Norte e Peixoto de Azevedo
Nova Santa Helena (MT)	1998	Itaúba e Claudia
Peixoto de Azevedo (MT)	1986	Colíder e Sinop
Sinop (MT)	1979	Chapada dos Guimarães e Nobres
Sorriso (MT)	1986	Nobres, Paranatinga e Sinop
Terra Nova do Norte (MT)	1986	Colíder
Vera (MT)	1986	Sinop e Paratinga

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.1.1 Altamira/PA

A história do município Altamira se inicia durante a ocupação jesuíta da região em meados do século XVII, segundo o portal IBGE Cidades. No ano de 1841, o Pe. Antônio Torquato de Souza, da Paróquia de Sousel, tentou abrir uma estrada que ligava, por terra, a região do baixo Xingu, ao sul do estado do Pará, à Missão Imperatriz, localizada mais ao norte do Estado. Ao longo do século XIX foram feitas algumas incursões de jesuítas e religiosos na região.

Pela Lei Estadual nº 1.234, de 6 de novembro de 1911, a vila de Altamira foi elevada à categoria de distrito e município com a denominação de Altamira, desmembrado do município de Sousel, atual município Senador José Porfírio. Na data da emancipação, era constituído somente pelo distrito sede.

O município de Altamira também mudou de nome ao longo do século XX, no ano de 1935, Altamira passou a denominar-se Xingu, e; pelo decreto-lei estadual nº 2.972, de 31 de março de 1938, o município de Xingu voltou a denominar-se Altamira.

5.3.2.1.2 Itaituba/PA

Conforme apontado na biografia do município no Portal IBGE Cidades, os fundamentos históricos do município de Itaituba estão ligados à conquista dos portugueses ao longo do período do Brasil Colônia. A primeira expedição que atingiu a região, onde se encontra o atual município, foi a do Capitão Pedro Teixeira, em 1626. Em seguida, chegaram os padres jesuítas que ali fundaram vários aldeamentos.

No ano de 1856 foi criado o município de Itaituba. No ano de 1930, o município perdeu a sua autonomia através do Decreto nº 72, de 27 de dezembro de 1930, e seu território ficou sob a administração direta do governo do Estado do Pará. No ano de 1985, o município retomou a sua autonomia administrativa.

Desmembraram-se de Itaituba os municípios de Novo Progresso e Trairão em 1991.

5.3.2.1.3 Novo Progresso/PA

Segundo o Portal IBGE Cidades, os primeiros habitantes do município foram os índios, pois são encontrados restos de cerâmicas e instrumentos de caça e pesca por toda a região do município, no leito e nas margens do rio Jamanxim.

Por volta da década de 1950, inúmeras famílias habitavam as margens do rio Jamanxim extraindo o látex e fazendo plantações de seringueiras, no interior da mata e nas margens dos rios.

Atualmente, a população do Novo Progresso é composta, quase que na sua totalidade, por imigrantes dos estados do sul, como Paraná, Santa Catarina, e Mato Grosso e Pará, vindos à procura de terras.

O município foi criado pela Lei Estadual nº 5.700, de 13 de dezembro de 1991, desmembrado do território de Itaituba.

5.3.2.1.4 Trairão/PA

Segundo o Portal IBGE Cidades, o processo de ocupação do município teve seu início em 1972, com a abertura do Ramal Sul da rodovia BR-163. Em 1974, os primeiros colonos assentados reivindicaram junto ao INCRA uma área para centro de apoio, onde pudesse instalar as escolas, as igrejas, e os postos de saúde e de comercialização dos produtos agrícolas. Em 1975, a população demarcou os primeiros lotes urbanos e construíram a primeira escola. Em 1983, as famílias já estavam todas assentadas e realizam o plantio de banana, milho, arroz, mandioca e feijão. Em 1985 houve a chegada de colonos advindos do Sul e Sudeste, influenciados pela expansão da agricultura, estabeleceram investimentos da pecuária da região.

A criação do município é de 1993, desmembrado de Itaituba.

5.3.2.1.5 Rurópolis/PA

Segundo o Portal IBGE Cidades, a criação do município de Rurópolis inicia-se com a colonização da Transamazônica e Cuiabá/MT – Santarém/PA (rodovia BR-163), quando inúmeros imigrantes surgiram em busca de terra fértil para trabalhar na agricultura, sendo dirigido pelo Programa de Integração Nacional (PIN). Os investimentos direcionados para os pequenos produtores da região fracassaram, ocasionando uma baixa produtividade agrícola e uma nova caracterização para a região Amazônica, vista como fonte de matéria prima e produtos industrializados.

O povoado foi fundado em 1974 e o município foi instituído em 1991, desmembrando-se de Aveiro.

5.3.2.1.6 Cláudia/MT

Conforme o Portal IBGE Cidades, os primeiros habitantes da região onde está assentado o município de Cláudia foram os índios Kaiabi. A chegada dos não indígenas, principalmente os seringueiros, ocasionou o afastamento dos índios para outras regiões, como para o Parque Indígena do Xingu e para a Terra Indígena Kayabi.

A colonização de Cláudia se deu em meados de 1978, após a aprovação do Projeto de Colonização designado "Gleba Celeste-5ª Parte", constituído por 715 lotes rurais e 1.014 chácaras, com uma área de 113.146.8470 hectares. Emancipado pela portaria do INCRA nº 15, de 19 de maio de 1981, e portaria MIRAD/SEASC nº 20, de 12 de julho de 1988, sendo aprovado também o loteamento denominado Cidade Cláudia, ainda município de Sinop.

Até alcançar a sua emancipação político-administrativa, o município de Cláudia era administrado por uma subprefeitura vinculada ao município de Sinop.

A cidade Cláudia foi projetada para receber 25.000 habitantes, servindo de apoio aos bairros rurais dos municípios de: Fátima, Lenita, Beatriz, Ireni, Veruska, e os bairros e chácaras Brasília e Cuiabá. O povoado de Cláudia passou a ser distrito no ano de 1983, através de uma indicação do então vereador Wilson Baggestoss, aprovada pela Câmara de Sinop.

Após um conjunto de esforços políticos, a cidade de Cláudia foi transformada em município no ano de 1988, com território desmembrado de Sinop, Itaúba e Marcelândia.

5.3.2.1.7 Colíder/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, a ocupação de Colíder ocorreu em virtude dos incentivos fiscais e projetos do Governo Federal da década de 1970 de ocupação da região Centro-Oeste. Em virtude da construção da rodovia BR-163, Raimundo Costa Filho decidiu colonizar a região, nela entrando no sentido Leste-Oeste. Ele já tinha experiência em colonização no Estado do Paraná, e, em 1973, chegou a Mato Grosso. Sobrevoou a região e adquiriu extensa área de terras. A procura de terras na região cresceu de modo que, em 1974, quase as terras da região já haviam sido ocupadas. A povoação cresceu, passando à denominação de Colíder, utilizou-se das iniciais da palavra Colonizadora Líder (Co + Líder).

O povoado é elevado à categoria de município em 1979, desmembrado de Chapada dos Guimarães. Ao longo da década de 1980, outros municípios foram desmembrados de Colíder, tais como Guarantã do Norte, Nova Canaã do Norte, Matupá e Itaúba.

5.3.2.1.8 Guarantã do Norte/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, na década de 1970, a abertura da rodovia BR-163 proporcionou a penetração populacional de todo o norte mato-grossense. Em 1980, teve início o Projeto de Assentamento de Colonos (PAC). Tratava-se de assentamento de agricultores desapropriados de terras no Mato Grosso e Pará. Além disso, o INCRA e a Cotrel (Cooperativa Triticola Erechim Ltda.), uniram-se para transladar os gaúchos sem-terra para o

norte de Mato Grosso, aumentando, assim, o contingente populacional na região. O INCRA procedeu, ao longo da década de 1980, ao registro das terras dos que ali haviam se instalado.

A Lei nº 4.378, de 16 de novembro de 1981, criou o distrito já com o nome de Guarantã. A nova denominação surgiu por consenso entre a diretoria da Cotrel e do INCRA. O povoado foi levado à categoria de município com a denominação de Guarantã do Norte, em 1986, desmembrado do município de Colíder.

5.3.2.1.9 Itaúba/MT

Conforme o Portal IBGE Cidades, os principais colonizadores do atual município de Itaúba foram os irmãos Bedim, catarinenses de Aberlardo Luz, que, em 1973, adquiriram terras com o objetivo expresso de explorar madeiras, beneficiá-las e em seguida abrir pastagens para a criação de gado. Em seguida vieram outros colonizadores, tais como Erci Vicente dos Santos, Getúlio Gelioli, Jorge Strapazon e João Pelechatti, com suas famílias. Eles lançaram a semente do núcleo de povoamento do que seria a cidade de Itaúba, que naquela data pertenciam ao município de Colíder.

Em 1977, foi transformado em Distrito Administrativo do município de Chapada dos Guimarães, sendo elevado à categoria de município com a denominação de Itaúba, pela lei estadual nº 5.005, 13 de maio de 1986, desmembrado do município de Chapada dos Guimarães.

5.3.2.1.10 Lucas do Rio Verde/MT

Segundo o portal IBGE Cidades, as obras de abertura da rodovia BR-163/MT/PA, pelo 9º BEC (Batalhão de Engenharia e Construção), ligando Cuiabá/MT a Santarém/PA, na segunda metade da década de 70, mobilizaram os primeiros colonizadores para esta região onde hoje é a sede do município de Lucas do Rio Verde.

No entanto, foi somente a partir de 1981, quando INCRA começou a implantação do projeto de assentamento de 203 famílias de agricultores sem-terra oriundas de Encruzilhada Natalino, interior do município de Ronda Alta/RS, que se formou a comunidade que deu origem a Lucas do Rio Verde.

Na época, outros 85 posseiros que já habitavam o local e mais 50 colonos provenientes do interior de São Paulo também foram assentados nos lotes que dividiram uma gleba de 197.991 hectares. O dia 05 de agosto de 1982 passou a ser comemorado como a data de fundação da agrovila, ainda então pertencente ao município de Diamantino.

Em 17 de março de 1986, o núcleo urbano foi elevado à condição de distrito e no dia 04 de julho de 1988, quando conquistou sua emancipação político-administrativa.

5.3.2.1.11 Matupá/MT

Está localizada a 700 km da capital do estado, no entroncamento das rodovias BR-163 e MT-322 (antiga rodovia BR-080). Sua fundação é creditada à família Ometto, através da

Agropecuária do Cachimbo S/A. Consta que o nome Matupá advém da língua Tupi que, em resumo, tem dois significados: um científico, “mato denso à beira dos rios e dos lagos” e outro humanizado, “mato abençoado por Deus”.

Segundo o Portal IBGE Cidades, a colonização de Matupá ocorreu em meados da década de 1970, a partir da imigração de inúmeras famílias oriundas das regiões Sul e Sudeste para a região.

Conforme informações do site da Prefeitura da cidade, ela foi criada a partir da visão empreendedora dos acionistas da Colonizadora Agropecuária do Cachimbo. Matupá é um programa de colonização muito especial implantada a partir da necessidade de criação de um centro regional, possui uma área urbana com infraestrutura básica totalmente pronta e uma rede rural com infraestrutura suficientemente desenvolvida para o início de atividades produtivas¹.

O povoado foi elevado à categoria de município com a denominação de Matupá, pela Lei Estadual nº 5.317, de 04 de julho de 1988, desmembrado dos municípios de Colíder, Guarantã do Norte e de Peixoto de Azevedo.

5.3.2.1.12 Nova Santa Helena/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, a denominação original da localidade foi Santa Helena, posteriormente alterada para Nova Santa Helena, para diferenciar do município já existente no estado do Paraná. Os primeiros habitantes da região chegaram na década de 1970, vinculados aos municípios de Cláudia e Itaúba. Posteriormente, um conjunto de esforços políticos propiciaram a criação do município de Nova Santa Helena.

O município foi criado em 1998, desmembrado dos municípios de Itaúba e Cláudia.

5.3.2.1.13 Peixoto de Azevedo/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, a denominação do município é referência ao rio Peixoto de Azevedo, que banha o território municipal. O rio Peixoto de Azevedo recebeu este nome em homenagem ao tenente de milícias Antônio Peixoto de Azevedo, que, em 1819, desceu o rio Teles Pires em levantamento de possível navegação fluvial. As origens do município de Peixoto de Azevedo remontam a construção da rodovia Cuiabá/MT-Santarém/PA (rodovia BR-163), na década de 1970. Nesta época, foram expulsos desta região os índios Panará, outrora chamados Krên-aka-rorê, que viviam na área. Em 1979, houve uma tentativa de instalação de um garimpo, para a extração de ouro na região, atividade que perdurou até meados dos anos 1980.

No ano de 1986, o povoado foi elevado à categoria de município com a denominação de Peixoto de Azevedo, desmembrado dos municípios de Colíder e Sinop.

¹ Ver: <https://www.matupa.mt.gov.br/Nossa-Cidade/Historia-do-Municipio/>.

5.3.2.1.14 Sinop/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, a cidade de Sinop é resultado da política de ocupação da Amazônia Legal Brasileira, desenvolvida pelo Governo Federal na década de 1970.

O seu nome deriva das letras iniciais da colonizadora que projetou a cidade: Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná. As famílias pioneiras de Sinop vieram em sua maioria dos estados do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso e Pará e começaram a chegar nos anos de 1972 e 1973. A fundação da cidade de Sinop ocorreu em 1979, desmembrado de Chapada dos Guimarães e Nobres.

5.3.2.1.15 Sorriso/MT

Conforme aponta o Portal IBGE Cidades, a emancipação político-administrativa de Sorriso ocorreu em 1986, mas sua colonização começou na década de 1970 em função da imigração de famílias das regiões Sul e Sudeste para a região, resultado da política de ocupação da Região Centro Oeste.

Em 26 de dezembro de 1980, a pequena agrovila encravada em pleno sertão mato-grossense foi elevada à categoria de distrito, pertencente ao município de Nobres.

Em 20 de março de 1982 foi instalada a Subprefeitura no Distrito de Sorriso, e, em 1986, foi elevado à categoria de município, desmembrada dos municípios de Nobres, Paranatinga e Sinop.

5.3.2.1.16 Terra Nova do Norte/MT

Conforme o portal IBGE Cidades, a formação histórica do nome de Terra Nova do Norte vem da migração de sem-terra da região gaúcha de Nonoai, Planalto, Tenente Portela, Miraguaí e Guarita, no estado do Rio Grande do Sul, na década de 1970. Na mesma década, a rodovia BR-163, única via de acesso para a região, se encontrava então em fase de abertura.

O povoado que foi formado ao longo da década de 1970 foi elevado à categoria de município com a denominação de Terra Nova do Norte, em 1986, desmembrado do município de Colíder.

5.3.2.1.17 Vera/MT

Segundo o Portal IBGE Cidades, a cidade de Vera foi desmembrada na década de 1980 de Sinop. Desse modo, o histórico de ocupação desse território remonta a década de 1970, com a chegada das famílias das Regiões Sul e Sudeste para a Região Centro-Oeste.

A criação do povoado de Vera deu-se oficialmente a partir 27 de julho de 1972. O município foi criado no ano de 1886, desmembrado de Sinop e Paranatinga.

No ano de 1995, foi criado o município de Feliz Natal, desmembrado do município de Vera pela Lei Estadual nº 6.684, de 17/11/1995. Assim, Vera perde parte de seu território para a criação de outro município.

5.3.2.2 Caracterização populacional

O estudo da dinâmica populacional tem por objetivo ampliar e aprofundar o conhecimento sobre a população da Área de Estudo. Esta análise teve por base um conjunto de indicadores capazes de dimensionar a população, evidenciar as variações geográficas e populacionais, além das tendências demográficas ao longo das últimas décadas.

5.3.2.2.1 População Residente Total, Urbana e Rural

O Brasil atravessa, desde meados do século XX, um intenso grau de urbanização. Esse fenômeno demográfico vem sendo acompanhado há muitas décadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). A industrialização foi a principal responsável pelo aumento populacional nas cidades, juntamente com o aumento do uso de máquinas na lavoura – o que diminuiu a necessidade de mão de obra nesses locais.

Em relação aos dados referentes à dinâmica populacional, identifica-se na Tabela 148 que os municípios mais populosos na AE, como Altamira/PA, Itaituba/PA, Sorriso/MT e Sinop/MT, possuem um alto percentual de sua população na zona urbana (84%, 72%, 87% e 82%, respectivamente). Por outro lado, há um grande conjunto de municípios com uma reduzida população, com aproximadamente de 10 mil habitantes, tais como Itaúba/MT, Vera/MT, Claudia/MT, Nova Santa Helena/MT. Outros, como Rurópolis/PA, Trairão/MT e Terra Nova do Norte/MT, possuem a maior parte de sua população vivendo na zona rural, com 61%, 66,3 e 55%, respectivamente. Desse modo, aponta-se que os municípios que compõem a AE são muito heterogêneos em relação a sua configuração rural *versus* urbano e ao seu quantitativo populacional.

Identifica-se também que o estado do Pará possui 68% da população habitando áreas urbanas e o estado de Mato Grosso possui 81% da população nessa condição, tendência que se repete a nível nacional. A AE, em média, apresenta 75% da população residindo em áreas urbanas, ou seja, está abaixo das médias nacional (84,4%) e do estado do Mato Grosso (81,8%), porém está acima da média verificada no estado do Pará (68,5%). Todavia, deve-se ressaltar o fato de que os municípios são, conforme apontado, heterogêneos entre si nesse quesito.

Por fim, no conjunto de municípios que compõem a AE, verifica-se predominância de população vivendo na área urbana, com exceção de poucos municípios, como Rurópolis e Trairão no Pará e Terra Nova do Norte no Mato Grosso, cuja população é predominantemente rural.

Tabela 148 – População residente por situação de domicílio dos municípios da AE, Pará, Mato Grosso e Brasil - 2010.

Unidade Geográfica	Urbana		Rural		Total	
	N	%	N	%	N	%
Altamira (PA)	84.092	84,9	14.983	15,1	99.075	100
Itaituba (PA)	70.682	72,5	26.811	27,5	97.493	100
Novo Progresso (PA)	17.717	70,5	7.407	29,5	25.124	100

Unidade Geográfica	Urbana		Rural		Total	
	N	%	N	%	N	%
Rurópolis (PA)	15.273	38,1	24.814	61,9	40.087	100
Trairão (PA)	5.679	33,7	11.196	66,3	16.875	100
Cláudia (MT)	8.442	76,6	2.586	23,4	11.028	100
Colíder (MT)	25.014	81,3	5.752	18,7	30.766	100
Guarantã do Norte (MT)	23.940	74,3	8.276	25,7	32.216	100
Itaúba (MT)	3.714	81,2	861	18,8	4.575	100
Lucas do Rio Verde (MT)	42.455	93,2	3.101	6,8	45.556	100
Matupá (MT)	10.927	77,1	3.247	22,9	14.174	100
Nova Santa Helena (MT)	1.988	57,3	1.480	42,7	3.468	100
Peixoto de Azevedo (MT)	19.804	64,3	11.008	35,7	30.812	100
Sinop (MT)	93.753	82,9	19.346	17,1	113.099	100
Sorriso (MT)	58.364	87,7	8.157	12,3	66.521	100
Terra Nova do Norte (MT)	5.079	45,0	6.212	55,0	11.291	100
Vera (MT)	7.349	71,8	2.886	28,2	10.235	100
Área de Estudo	494.272	75,8	158.123	24,2	652.395	100
Pará	5.191.559	68,5	2.389.492	31,5	7.581.051	100
Mato Grosso	2.482.801	81,8	552.321	18,2	3.035.122	100
Brasil	160.925.804	84,4	29.829.995	15,6	190.755.799	100

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.2 Taxa de Crescimento Populacional

A Tabela 149 apresenta a taxa de crescimento da população residente por município e sua distribuição por ano. Ressalta-se que, conforme listado no histórico dessas ocupações, o processo de emancipação de municípios reflete sobre os dados demográficos, tal como Colíder/MT, que perdeu território e população e deu origem a outros municípios ao longo da década de 1980.

A situação do município de Colíder é interessante porque a cidade apresentou valores negativos de crescimento populacional no intervalo das décadas de 1990/2000, em função da criação de outros municípios que foram desmembrados. Contudo, na década de 2000, houve um crescimento populacional nesse município. Conforme já apontado, os municípios de Guarantã do Norte/MT, Itaúba/MT, Peixoto de Azevedo/MT e Terra Nova do Norte/MT foram desmembrados de Colíder/MT durante a década de 1980. Desse modo, o crescimento populacional nesses municípios foi influenciado pela criação de entes federados.

A cidade de Altamira/PA apresentou um crescente aumento da população ao longo dos anos, aumentando 18,2% no intervalo dos anos de 1991 e 2000 e de 27,9%, entre os anos de 2000 e 2010. Além desse, a população do município de Rurópolis/PA cresceu 26,7% entre os anos de 1991 e 2000 e, 62,6% entre os anos de 2000 e 2010, o que demonstra um acelerado crescimento populacional. A consolidação do Sistema Único de Saúde brasileiro, principalmente no que concerne às políticas de combate à mortalidade infantil, fizeram com que a população dessas localidades crescesse ao longo das últimas décadas. Além disso, os

fluxos migratórios para a região também tiveram um papel na contribuição desse aumento populacional.

Os valores mais expressivos de crescimento populacional identificam-se para os municípios de Lucas do Rio Verde/MT, Sinop/MT e Sorriso/MT, que apresentaram, respectivamente, uma taxa de crescimento entre os anos de 1991 e 2000 de 188%, 103% e 135%. Na década seguinte, o crescimento de Lucas se mantém elevado, com taxa de 135,8%, a maior da AE.

Esses dados demonstram o expressivo aumento populacional na AE nas décadas recentes, tendência que, na maior parte dos municípios, ficou acima da média nacional. Pode-se depreender que esse fenômeno se deve ao relevante papel que a Região Centro Oeste e Norte tiveram, principalmente nas últimas décadas, no desenvolvimento agropecuário, o que atraiu mais investimentos para a região, mais investimentos em políticas públicas e, como consequência, gerou um significativo aumento populacional e concentração da população no meio urbano (CUNHA, 2006). Verifica-se ainda que Altamira/PA recebeu um grande contingente populacional na última década, advinda da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Tabela 149 – Taxa de crescimento populacional, por década, segundo municípios selecionados, estados do Pará, Mato Grosso e Brasil.

Unidade Geográfica	1991/2000	2000/2010
Altamira (PA)	18,2%	27,9%
Itaituba (PA)	3,9%	2,9%
Novo Progresso (PA)	0,0%	0,7%
Rurópolis (PA)	26,7%	62,6%
Trairão (PA)	0,0%	20,2%
Cláudia (MT)	30,4%	15,2%
Colíder (MT)	-6,3%	9,7%
Guarantã do Norte (MT)	55,5%	14,2%
Itaúba (MT)	46,8%	-25,6%
Lucas do Rio Verde (MT)	188,6%	135,8%
Matupá (MT)	10,4%	25,6%
Nova Santa Helena (MT)	0,0%	0,0%
Peixoto de Azevedo (MT)	-27,0%	17,8%
Sinop (MT)	103,4%	50,8%
Sorriso (MT)	135,1%	86,8%
Terra Nova do Norte (MT)	-22,7%	-17,5%
Vera (MT)	76,2%	13,0%
Área de Estudo	31,5%	30,2%
Pará	25,2%	22,4%
Mato Grosso	23,6%	21,2%
Brasil	15,7%	12,3%

Fonte: IBGE, 2010.

A Figura 596 ilustra o crescimento populacional dos municípios da AE pela apresentação do número de habitantes nos últimos três censos demográficos. Verifica-se que municípios como Sinop/MT e Sorriso/MT, no estado de Mato Grosso, apresentaram um importante crescimento

populacional ao longo das últimas décadas, assim como os municípios de Altamira/PA e Itaituba/PA, no estado do Pará. Os demais municípios, contudo, apresentam um menor porte populacional e são menos expressivos graficamente.

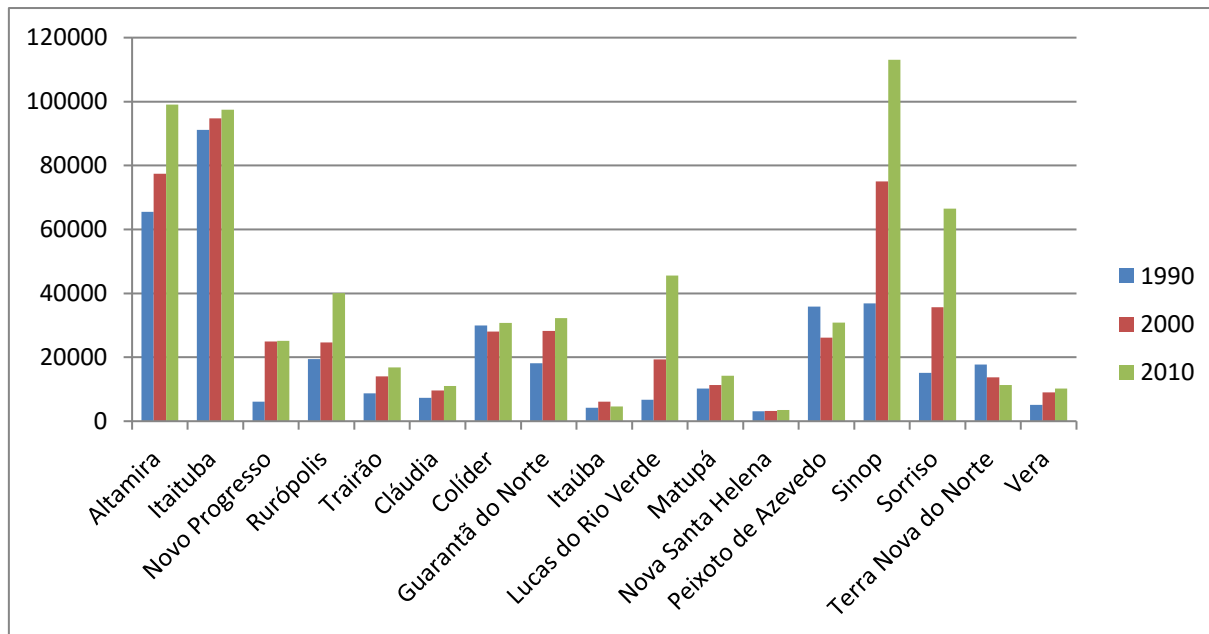


Figura 596 – Crescimento populacional dos municípios que compõem a Área de Estudo – Número de habitantes em 1991, 2000 e 2010.

Fonte: PNUD, FJP E IPEA, 2019.

5.3.2.2.3 Grau de Urbanização

O processo de urbanização no Brasil teve início no século XX, mas até 1950, o país ainda era predominantemente rural. A intensificação da industrialização foi um dos principais fatores para o deslocamento da população das áreas rurais em direção às cidades. A partir de 1970, mais da metade dos brasileiros já se encontrava em áreas urbanas, principalmente nos estados do sudeste.

Em relação à AE, a maior parte dos municípios possui expressiva população residindo em áreas urbanas. Contudo, os municípios de Rurópolis/PA e Trairão/MT contam com 61% e 66%, respectivamente, de suas populações residindo em áreas rurais. Essa tendência é distinta da vista no restante da AE e nos estados do Mato Grosso e Pará. Além desses, Terra Nova do Norte/MT também apresenta 55% de sua população residindo em áreas rurais (Tabela 150).

Tabela 150 – Grau de Urbanização (%) dos municípios que compõem a Área de Estudo, Mato Grosso e Brasil – 1980-2010.

Unidade Geográfica	População Urbana	% Urbana	População Rural	% Rural
Altamira (PA)	84.092	84,9	14.983	15,1
Itaituba (PA)	70.682	72,5	26.811	27,5
Novo Progresso (PA)	17.717	70,5	7.407	29,5
Rurópolis (PA)	15.273	38,1	24.814	61,9
Trairão (PA)	5.679	33,7	11.196	66,3
Cláudia (MT)	8.442	76,6	2.586	23,4

Unidade Geográfica	População Urbana	% Urbana	População Rural	% Rural
Colíder (MT)	25.014	81,3	5.752	18,7
Guarantã do Norte (MT)	23.940	74,3	8.276	25,7
Itaúba (MT)	3.714	81,2	861	18,8
Lucas do Rio Verde (MT)	42.455	93,2	3.101	6,8
Matupá (MT)	10.927	77,1	3.247	22,9
Nova Santa Helena (MT)	1.988	57,3	1.480	42,7
Peixoto de Azevedo (MT)	19.804	64,3	11.008	35,7
Sinop (MT)	93.753	82,9	19.346	17,1
Sorriso (MT)	58.364	87,7	8.157	12,3
Terra Nova do Norte (MT)	5.079	45,0	6.212	55,0
Vera (MT)	7.349	71,8	2.886	28,2
Área de Estudo	494.272	75,8	158.123	24,2
Pará	5.191.559	68,5	2.389.492	31,5
Mato Grosso	2.482.801	81,8	552.321	18,2
Brasil	160.925.804	84,4	29.829.995	15,6

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.4 Densidade Demográfica

A AE apresenta uma densidade demográfica inferior à média nacional e do estado do Pará, mas superior à média do estado de Mato Grosso. A AE possui 5,5 hab./km², enquanto o Mato Grosso 3,36 hab./km², o estado do Pará possui 6,07 hab./km² e o Brasil apresenta uma densidade demográfica de 22,3 hab./km² (Tabela 151). Ou seja, a AE é uma região de baixo povoamento, em função de seu abrangente território, extensas áreas voltadas para agricultura intensiva, Unidades de Conservação e Terras Indígenas.

Os municípios de Lucas do Rio Verde/MT e Sinop/MT, contudo, apresentam uma densidade demográfica superior aos demais municípios da AE, de 12,43 e 28,69 hab./km² respectivamente. No geral, os demais municípios que compõem a AE são bastante homogêneos entre si, apresentando baixa densidade demográfica, com menos de 10 habitantes por quilômetro quadrado.

Tabela 151 – Densidade demográfica dos municípios que compõem a Área de Estudo, estado de Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Geográfica	Densidade (hab./km ²)
Altamira (PA)	0,62
Itaituba (PA)	1,57
Novo Progresso (PA)	0,66
Rurópolis (PA)	5,71
Trairão (PA)	1,41
Cláudia (MT)	2,86
Colíder (MT)	9,94
Guarantã do Norte (MT)	6,8
Itaúba (MT)	1,01
Lucas do Rio Verde (MT)	12,43

Unidade Geográfica	Densidade (hab./km ²)
Matupá (MT)	2,71
Nova Santa Helena (MT)	1,57
Peixoto de Azevedo (MT)	2,16
Sinop (MT)	28,69
Sorriso (MT)	7,13
Terra Nova do Norte (MT)	4,16
Vera (MT)	3,45
Área de Estudo	5,5
Pará	6,07
Mato Grosso	3,36
Brasil	22,3

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.5 População Residente por Faixa Etária e Sexo

Em relação à população residente por sexo, identifica-se que a AE acompanha as médias estaduais no que tange a distribuição de homens e mulheres pelo território. No conjunto de municípios da AE, a proporção foi de 51,4% de homens e 48,6% de mulheres, conforme identifica-se na Tabela 152.

Contudo, o Censo de 2010, demonstra a predominância feminina em termos absolutos a nível nacional, divergindo das tendências encontradas nos municípios da AE. Conforme o relatório do IPEA (2017) sobre violência e mortalidade, identifica-se o fato de que os homens se envolvem mais em situações de violência física e corporal ao longo da vida em comparação às mulheres, no país. Dessa forma, baseado nos estudos do IPEA, mais precisamente no Atlas da Violência de 2019, é apontado que os jovens do sexo masculino representam mais de 94% dos homicídios por arma de fogo no Brasil, visto que dos 35.783 jovens assassinados em 2017, 94,4% eram do sexo masculino. O que permite concluir que a mortalidade por causas relacionadas à violência é maior entre os homens e isso se reflete na proporção entre os sexos de forma geral na pirâmide etária. Nota-se, contudo, que a dinâmica populacional é bastante distinta nesses municípios. Ao observar os municípios individualmente, verifica-se que na AE, nenhum dos municípios possuem predominância feminina em termos absolutos, com destaque para o município de Trairão/PA com a maior predominância de população masculina (54,2%).

Tabela 152 – População residente por sexo nos municípios que compõem a Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil 2010.

Unidade Geográfica	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Altamira (PA)	49.819	50,3	49.256	49,7	99.075	100
Itaituba (PA)	49.681	51,0	47.812	49,0	97.493	100
Novo Progresso (PA)	13.435	53,5	11.689	46,5	25.124	100
Rurópolis (PA)	20.875	52,1	19.212	47,9	40.087	100
Trairão (PA)	9.146	54,2	7.729	45,8	16.875	100
Cláudia (MT)	5.728	51,9	5.300	48,1	11.028	100

Unidade Geográfica	Homens		Mulheres		Total	
	N	%	N	%	N	%
Colíder (MT)	15.552	50,5	15.214	49,5	30.766	100
Guarantã do Norte (MT)	16.511	51,3	15.705	48,7	32.216	100
Itaúba (MT)	2.398	52,4	2.177	47,6	4.575	100
Lucas do Rio Verde (MT)	24.016	52,7	21.540	47,3	45.556	100
Matupá (MT)	7.357	51,9	6.817	48,1	14.174	100
Nova Santa Helena (MT)	1.811	52,2	1.657	47,8	3.468	100
Peixoto de Azevedo (MT)	15.970	51,8	14.842	48,2	30.812	100
Sinop (MT)	57.565	50,9	55.534	49,1	113.099	100
Sorriso (MT)	34.267	51,5	32.254	48,5	66.521	100
Terra Nova do Norte (MT)	5.884	52,1	5.407	47,9	11.291	100
Vera (MT)	5.304	51,8	4.931	48,2	10.235	100
Área de Estudo	335.319	51,4	317.076	48,6	652.395	100
Pará	3.821.837	50,4	3.759.214	49,6	7.581.051	100
Mato Grosso	1.549.536	51,1	1.485.586	48,9	3.035.122	100
Brasil	93.406.990	49,0	97.348.809	51,0	190.755.799	100

Fonte: IBGE, 2010.

A Figura 597 apresenta a pirâmide etária da Área de Estudo. Nesta figura, verifica-se que a faixa etária que mais concentra população é entre 10 a 14 anos, para ambos os sexos. Na Figura 598, referente à totalidade da população brasileira, observa-se que no país há maior distribuição da população entre as faixas etárias entre 20 a 30 anos, enquanto nos municípios que compõem a AE, a maior faixa etária concentra-se somente na faixa etária mais jovem.

É possível identificar que no conjunto de municípios da AE a população jovem ocupa um espaço maior na população em comparação com o país. Mais do que isso, a população idosa ainda ocupa um tímido espaço na pirâmide etária desses municípios, o que significa uma estrutura etária menos envelhecida se comparado a média nacional.

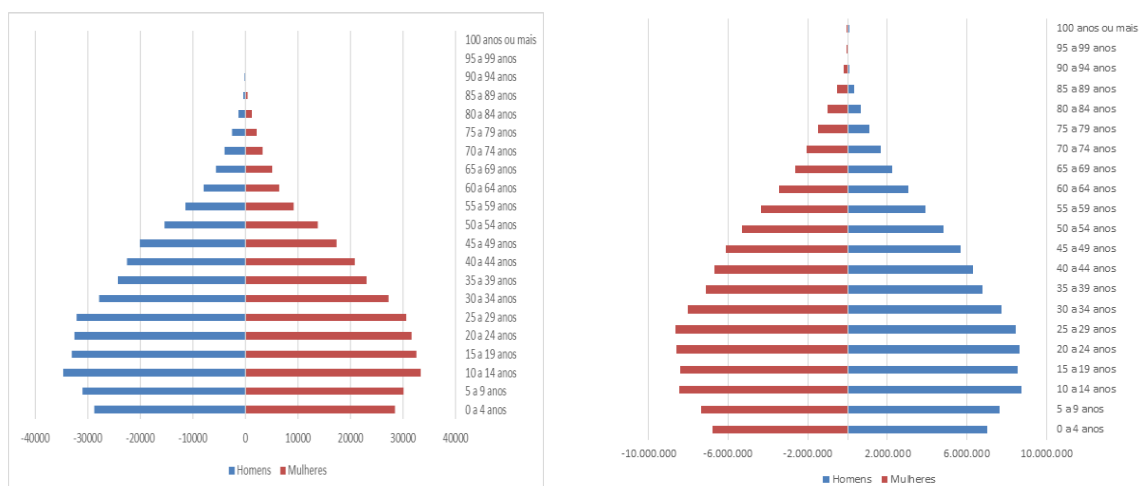


Figura 597 – Pirâmide etária dos municípios da Área de Estudo, 2010. Fonte: IBGE, 2010.

Figura 598 – Pirâmide etária brasileira. Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.6 Proporção de Menores de 5 Anos de Idade na População

A proporção de menores de cinco anos de idade na população indica a participação relativa desse segmento no total populacional. Esse indicador está associado aos níveis de fecundidade e natalidade, que repercutem na estrutura etária da população. Regiões com reduzidas taxas de fecundidade apresentam menor proporção de crianças abaixo de cinco anos de idade.

A proporção relativa à população menor de 5 anos de idade é apresentada na Tabela 153. Nela identifica-se que há, na última década, uma diminuição da natalidade nos municípios estudados, tendência que acompanha a média nacional e as médias estaduais.

No município de Colíder, no ano de 1980, 15% da população estava na faixa etária de abaixo de 5 anos. Contudo, no ano de 2010, esse valor cai para 7%, o que demonstra uma queda da natalidade nesse município. Da mesma forma, no município de Itaituba, 20% da população estava abaixo de 5 anos de idade no ano de 1980. No entanto, esse valor cai para 9% para o ano de 2010.

Em relação aos dados nacionais, em 2010, o Brasil apresentou um percentual de 7,2% da população abaixo dos 5 anos de idade. A AE e os estados do Pará e Mato Grosso apresentam um percentual maior do que a nacional (8,8%, 9,7 e 8% respectivamente).

Conforme apontam Vasconcelos; Gomes (2012), desde 1950 as quedas dos níveis de mortalidade, natalidade e fecundidade caracterizaram o processo de transição demográfica brasileiro. Segundo os autores, a estrutura etária iniciou seu processo de envelhecimento no país, apresentando mudanças que não ocorreram de forma simultânea, nem homoganeamente, nas regiões brasileiras. Enquanto Sudeste e Sul se encontram mais consolidados nesse processo, Centro-Oeste, Norte e Nordeste permanecem com níveis de mortalidade e fecundidade mais elevados e estruturas etárias menos envelhecidas.

Os pesquisadores da área da demografia apontam que a passagem de uma sociedade considerada rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e industrializada, com baixas taxas de natalidade e maior expectativa de vida, constituiria o esquema da transição vivido pelo Brasil ao longo das últimas décadas. Durante essa passagem, as sociedades vivenciariam fases de desequilíbrio demográfico, com um descompasso entre as taxas de mortalidade e de natalidade (VASCONCELOS; GOMES, 2012). Esse descompasso pode ser identificado na Tabela 153 e Tabela 154, assim como na Pirâmide Etária apresentada na Figura 597, visto que há na AE, assim como nos estados do Pará e do Mato Grosso, uma tendência de aumento da população nas faixas etárias mais jovens (10 a 20 anos) e uma diminuição da população infantil, abaixo de 5 anos de idade. Deste modo, conforme apontado pelos autores, o Brasil apresenta heterogeneidades regionais em relação a esse tema.

Tabela 153 – Proporção de menores de 5 anos de idade na população (%), por ano, segundo Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Geográfica	1980	1991	2000	2010
Altamira (PA)	18,7	13,7	12,0	9,3
Itaituba (PA)	20,3	14,7	13,5	9,2
Novo Progresso (PA)	0	0,0	8,6	9,7
Rurópolis (PA)	0	16,8	13,2	10,6
Trairão (PA)	0	0,0	15,5	11,3
Cláudia (MT)	0	13,6	12,8	8,4
Colíder (MT)	15,3	11,5	8,8	7,0
Guarantã do Norte (MT)	0	13,4	10,5	7,8
Itaúba (MT)	0	12,8	11,9	8,0
Lucas do Rio Verde (MT)	0	13,7	11,2	8,6
Matupá (MT)	0	14,4	11,0	7,6
Nova Santa Helena (MT)	0	0,0	0,0	7,5
Peixoto de Azevedo (MT)	0	15,5	12,1	8,8
Sinop (MT)	14,8	13,1	11,5	8,0
Sorriso (MT)	0	13,3	11,3	8,7
Terra Nova do Norte (MT)	0	13,3	11,7	6,8
Vera (MT)	0	14,7	12,6	8,8
Área de Estudo	17,7	14,0	11,9	8,8
Pará	17,4	14,4	12,6	9,7
Mato Grosso	15,9	12,5	10,2	8,0
Brasil	13,8	11,3	9,6	7,2

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.7 Proporção de Idosos na População

A proporção de idosos na população consiste na participação relativa de pessoas de 60 anos ou mais de idade. A definição de idoso como pessoa maior de 60 anos de idade é estabelecida na legislação brasileira. O crescimento da população de idosos está associado à redução das taxas de fecundidade e de natalidade e, principalmente, ao aumento da esperança de vida.

Na Tabela 154, observa-se que a porcentagem de idosos aumenta com o tempo nos municípios que compõem a AE, que registrou em 2010, 6,1% da população com idade acima de 60 anos enquanto que o estado de Mato Grosso apresenta um percentual de 7,6% e o Pará 6,6% para esse item. A média nacional é de 10,1% da população acima de 60 anos. Assim, a AE situa-se abaixo da média nacional. De modo geral, identifica-se que os municípios da AE ainda não possuem uma estrutura social tão envelhecida quanto a média nacional, mas, constata-se uma tendência de aumento do percentual deste grupo ao longo das décadas.

Conforme destacado no trabalho de Vasconcelos; Gomes (2012), mudanças relativas ao aumento da qualidade de vida e melhor cobertura de serviços de saúde (principalmente na prevenção de doenças) fizeram com que a expectativa de vida da população aumentasse de

forma sistemática no país ao longo dos últimos anos. Em relação aos municípios listados que possuem alta porcentagem de população idosa, tais como Colíder/MT, Nova Santa Helena/MT e Terra Nova do Norte/MT, deve-se também apontar o fato de que, juntamente com o fenômeno demográfico relativo ao envelhecimento da população, o êxodo rural também é um fator importante para a concentração de idosos nesses municípios.

Tabela 154 – Total e proporção de idosos na população (%), por ano, segundo Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Geográfica	1980	1991	2000	2010
Altamira (PA)	2,6	3,5	5,0	6,4
Itaituba (PA)	2,3	2,6	4,1	6,0
Novo Progresso (PA)	0,0	0,0	2,4	4,3
Rurópolis (PA)	0,0	3,3	5,0	5,5
Trairão (PA)	0,0	0,0	2,4	4,6
Cláudia (MT)	0,0	2,2	4,2	6,9
Colíder (MT)	2,1	4,7	7,9	9,9
Guarantã do Norte (MT)	0,0	2,6	4,6	7,4
Itaúba (MT)	0,0	3,0	4,9	7,9
Lucas do Rio Verde (MT)	0,0	2,5	3,2	3,7
Matupá (MT)	0,0	2,0	4,1	7,6
Nova Santa Helena (MT)	0,0	0,0	0,0	9,7
Peixoto de Azevedo (MT)	0,0	1,6	3,8	6,8
Sinop (MT)	1,9	2,8	3,9	5,8
Sorriso (MT)	0,0	2,1	3,3	4,5
Terra Nova do Norte (MT)	0,0	3,6	6,1	11,2
Vera (MT)	0,0	1,9	3,0	6,3
Área de Estudo	2,3	2,9	4,3	6,1
Pará	4,2	4,4	5,4	6,6
Mato Grosso	3,7	4,0	5,5	7,6
Brasil	5,6	6,5	8,1	10,1

Fonte: IBGE, 2010.

5.3.2.2.8 Organizações da Sociedade Civil e Órgãos Governamentais

O levantamento das organizações da sociedade civil e órgãos governamentais servem para análise do grau de centralidade e o efeito de polarização regional que algumas cidades da AE representam sobre outros demais municípios. Esta análise é realizada com base em estudo do IBGE que define as Regiões de Influência das Cidades, que atualmente encontra-se em sua 4ª edição, publicada em 2007. Segundo metodologia do IBGE, o estudo busca identificar os centros de polarização da rede urbana, a dimensão da área de influência desses centros e os fluxos existente entre eles.

De acordo com o IBGE (2007), o estudo atual privilegia a função gestão do território. Para tanto, identificou os “centros de gestão do território”, entendidos como as cidades onde localizam-se os diversos órgãos do Estado e as sedes empresariais, o que possibilitou avaliar os níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. Para qualificar melhor o nível

de centralidade foi verificado, também, a oferta de equipamentos e serviços, entre as quais as ligações aéreas, os deslocamentos para internações hospitalares, as áreas de cobertura das emissoras de televisão, a oferta de ensino superior, a diversidade de atividades comerciais e de serviços, a oferta de serviços bancários e a presença de domínios de Internet.

Com base nos resultados desta pesquisa, complementada com dados secundários, foi construída uma hierarquia das metrópoles e centros, configurando redes de influência regionais que possibilitam identificar os fluxos econômicos e sociais predominantes. As áreas de influência dos centros foram delineadas a partir da intensidade das ligações entre as cidades, as quais foram classificadas em cinco níveis, por sua vez subdivididos em dois ou três subníveis, a saber:

1. **Metrópoles:** Compreende os 12 principais centros urbanos do País, com grande porte, fortes relacionamentos entre si e, em geral, extensa área de influência direta. As metrópoles possuem três subníveis:
 - ✓ Grande Metrópole Nacional: Representada por São Paulo, o maior conjunto urbano do país, com 19,5 milhões de habitantes em 2007 e no primeiro nível da gestão territorial;
 - ✓ Metrópole Nacional: Constituída por Rio de Janeiro e Brasília, com população de 11,8 milhões e 3,2 milhões em 2007, respectivamente, também estão no primeiro nível da gestão territorial, constituindo-se, juntamente com São Paulo, em foco para centros localizados em todo o país;
 - ✓ Metrópole: Compreendendo Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre, com população variando de 1,6 (Manaus) a 5,1 milhões (Belo Horizonte) de habitantes em 2007, constituem o segundo nível da gestão territorial, à exceção de Manaus e Goiânia que, embora estejam no terceiro nível da gestão territorial, tem porte e projeção nacional que as incluem neste conjunto.
2. **Capital Regional:** Trata-se de 70 centros que, como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana (níveis 1a e 1b), porém apresentam capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles e tem área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino por grande número de municípios em diversas atividades. Este nível também tem três subdivisões:
 - ✓ Capital regional A: Composto por 11 cidades, com medianas de 955 mil habitantes e 487 relacionamentos;
 - ✓ Capital regional B: Formado por 20 cidades, com medianas de 435 mil habitantes e 406 relacionamentos;
 - ✓ Capital regional C: Formado por 39 cidades com medianas de 250 mil habitantes e 162 relacionamentos.

3. Centro sub-regional: Neste nível são agrupados 169 centros com atividades de gestão menos complexas (dominantemente entre os níveis 4 e 5 da gestão territorial). Estes centros possuem área de atuação mais reduzida e seus relacionamentos com centros externos à sua própria rede dão-se, em geral, apenas com as três metrópoles nacionais. Subdividem-se nos grupos:
 - ✓ Centro sub-regional A: Constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos;
 - ✓ Centro sub-regional B: Composto por 79 cidades, com medianas de 71 mil habitantes e 71 relacionamentos.
4. Centro de zona: Este grupo é composto por 556 cidades de menor porte e com atuação restrita à sua área imediata, caracterizando-se por exercerem funções de gestão elementares. Subdivide-se nos grupos:
 - ✓ Centro de zona A: Formado por 192 cidades, com medianas de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos. Predominam os níveis 5 e 6 da gestão territorial (94 e 72 cidades, respectivamente), contando ainda com nove cidades no quarto nível e 16 não classificadas;
 - ✓ Centro de zona B: Composto por 364 cidades, com medianas de 23 mil habitantes e 16 relacionamentos. A maior parte destas cidades (235) não havia sido classificada como centro de gestão territorial e outras 107 estavam no último nível.
5. Centro local: Composto pelas demais 4.473 cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes. Os centros locais geralmente possuem população inferior a 10 mil habitantes (mediana de 8.133 habitantes).

Ainda segundo metodologia do IBGE (2007), as cidades que constituem grandes aglomerações urbanas, a unidade de observação foi o conjunto de municípios que a constituem, denominado de Área de Concentração de População (ACP), definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizada pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de ocupação e pela coesão interna da área, considerando-se neste último os deslocamentos da população para trabalho ou estudos. Deste modo, as ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos – centros conurbados – assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população. Para 2007, estabeleceu-se 40 ACP, constituídas por agregação de 336 municípios.

Os níveis e subníveis hierárquicos não se distribuem de forma homogênea no território, confrontando áreas que contam com uma rede urbana estruturada, com a presença de níveis encaixados e situados a intervalos regulares, e áreas onde há ausência de alguns níveis hierárquicos intermediários. Os níveis de centralidades calculados a partir das intensidades dos fluxos (busca por bens e serviços de informação) ou intensidade da demanda, considera o total dos fluxos e os centros ordenados pela soma dos pontos alcançados, em oito níveis

de centralidade (Máximo, Muito Forte, Forte, Forte para Médio, Médio, Médio para Fraco, Fraco e Muito Fraco).

Deste modo, a AE, composta pelos municípios que serão interceptados pela EF-170, possui uma rede urbana formada bastante dispersa e complexa, possuindo ligações direta com a Metrópole São Paulo (Quadro 43), como é caso do Centro Regional A formado por Sinop/MT, que por sua vez polariza três centros locais – Cláudia/MT, Itaúba/MT e Vera/MT. Já o município de Sorriso/MT, classificado como Centro de Zona A, tem ligações com a Metrópole São Paulo, por meio da Capital Regional A Cuiabá. Sorriso/MT polariza o município Lucas do Rio Verde/MT, cuja categoria é Centro de Zona B.

A Capital Regional Cuiabá, possui ligação com mais dois Centros de Zona B da AE, quais sejam, Colíder/MT e Peixoto de Azevedo/MT. Sendo que Colíder/MT polariza um Centro Local - Nova Santa Helena/MT - e, Peixoto de Azevedo/MT dois Centros Locais, Garantã do Norte/MT e Matupá/MT.

Ocorrem também ligações com a Metrópole Belém (Quadro 44), que polariza diretamente Altamira/PA (Centro Sub-Regional B), além de Itaituba, Centro de Zona B que polariza de forma direta dois municípios da AE, Novo Progresso/PA e Trairão/PA. Entretanto a ligação de Itaituba/PA com a Metrópole Belém é por meio da Capital Regional C Santarém.

Ressalta-se que Santarém/PA também polariza de forma direta o Centro Local Rurópolis.

Por conseguinte, pode-se concluir que os municípios paraenses na sua maior parte tem como referência para busca por bens e serviços públicos e privados (compras, uso de serviços de saúde e educação, órgãos públicos federais e estaduais, grandes empresas, entre outros) Santarém e, conseqüentemente, Belém, como é o caso de Altamira/PA que faz ligação direta com a Metrópole. Já os mato-grossenses estão fortemente ligados à Cuiabá/MT.

Quadro 43 – Matriz de municípios polarizados pela Metrôpoles São Paulo/SP - nível de polarização regional.

Metrópole (Nível 1c)	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
São Paulo (SP) Grande Metrôpoles Nacional	Cuiabá (MT)	-	-	Sinop (MT)	-	Sorriso (MT)	Terra Nova do Norte (MT)	Cláudia (MT)
							Lucas do Rio Verde (MT)	Itaúba (MT)
							Colíder (MT)	Vera (MT)
							Peixoto de Azevedo (MT)	Nova Santa Helena (MT)
								Guarantã do Norte (MT)
	Matupá (MT)							

Fonte: Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007).

Quadro 44 – Matriz de municípios polarizados pela Metrôpoles Belém/PA - nível de polarização regional.

Metrópole	Capital Regional A	Capital Regional B	Capital Regional C	Centro Sub-Regional A	Centro Sub-Regional B	Centro de Zona A	Centro de Zona B	Centro Local
Belém (PA)	-	-	Santarém (PA)	-	Altamira (PA)	-	Itaituba (PA)	Novo Progresso (PA)
								Trairão (PA)
								Rurópolis (PA)

Fonte: Regiões de Influência das Cidades (IBGE, 2007).

A seguir serão apresentadas as organizações sociais e públicas identificadas na AE, por município:

5.3.2.2.8.1 Organizações da Sociedade Civil

A AE apresenta um conjunto muito vasto de organizações da sociedade civil, ONGs e sindicatos, e destaca-se aqui o fato de que o conjunto destes municípios possui sua economia ligada à agropecuária. Desse modo, no que concerne à identificação de organizações, na maioria deles se constatou unicamente a presença de Sindicatos Rurais, em especial nas municipalidades com menor contingente populacional. Além disso, institutos voltados ao meio ambiente também são comuns, principalmente no estado do Pará.

Para esse levantamento utilizou-se de consulta aos *sites* das prefeituras municipais e os dados disponíveis na CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), organizada pelo IBGE, que disponibiliza as classificações estatísticas nacionais, para temas selecionados, usadas no sistema estatístico e nos cadastros administrativos do País e as classificações internacionais a elas associadas. Assim, foram pesquisadas, nesse sistema, as associações, sindicatos e ONGs existentes nos entes municipais da AE.

Os municípios de maior porte populacional, tais como Altamira/PA, Sinop/MT, Sorriso/MT e Itaituba/PA, são os que apresentam o maior conjunto de instituições cadastradas. E, conforme apontado, no estado do Pará são comuns a existência de instituições, ONGs e movimentos ligados a defesa do meio ambiente como o ISA, o Movimento Xingu Vivo, o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu, entre outros. No estado de Mato Grosso são comuns as associações ligadas à comunicação, tais como rádios comunitárias. Em todos os municípios há sindicatos rurais e outros ligados às distintas classes profissionais. Nos municípios como Vera/MT, Matupá/MT e Rurópolis/MT há um menor número de instituições quando comparada aos demais.

Com relação as Rádios Comunitárias, no site da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), constam para o estado do Pará, dez rádios comunitárias autorizadas, mas somente uma delas situada na AE, a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira. O estado do Mato Grosso por sua vez, também conta com dez rádios comunitárias autorizadas, sendo duas na AE, nos municípios de Colíder e Sorriso.

No que diz respeito a Rede GTA (Grupo de Trabalho Amazônico), verificou-se a Regional Transamazônica e Xingu, representada pela Fundação Viver, Produzir e Preservar situada no município de Altamira, que por sua vez se configura como a personalidade jurídica do Movimento pelo Desenvolvimento na Transamazônica e Xingu (MDTX). Conta também com a Regional Polo BR-163, representada pelo Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, localizado no município de Itaituba/PA. Pelo Mato Grosso, tem-se a Regional Norte do Mato Grosso, situada em Lucas do Rio Verde/MT, representada pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRLRV).

Quadro 45 – Relação de organizações sociais por municípios da AE.

Organizações	Endereço
Altamira/PA	
Instituto Socioambiental - Atividades De Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte E Atividades De Associações De Defesa De Direitos Sociais	Av. João Pessoa, 3466 - Esplanada Do Xingu, Altamira - PA
Sindicato Rural De Altamira	Av. Agrário Cavalcante, 2-126 – Recreio, Altamira - PA
Marco Balzi Wildlife Foundation	Estrada Princesa Do Xingu, Km 8
Fundação Viver Produzir E Preservar - Movimento Pela Sobrevivência Da Transamazônica e Xingu	R. Anchieta, 2092 - Sudam I, Altamira - PA
Sindicato Dos Trabalhadores Na Indústria Madeireira. Da Construção Civil e Da Mob. De Altamira e Região	Gov. Magalhaes Barata 2043, Centro, Altamira
Centro De Desenvolvimento Regional	R. Horácio Boanerges, 200
Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Da Construção Pesada e Afins Do Estado Do Pará	R. Cel. José Porfírio, 2063 - São Sebastiao, Altamira
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira - Assomira	Rua Djalma Dutra, 1769, Centro -
Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira	Rua Bandeirantes, 427 – Bairro Esplanada do Xingu – Próximo ao SEBRAE - (93) 3593-0722 / 3515-2824 (93) 99125-1294
Itaituba/PA	
Sindicato Dos Produtores Rurais De Itaituba	Av. Gov. Fernando Guilhon, 1219 - Comércio,
Consórcio De Desenvolvimento Intermunicipal Dos Municípios Do Tapajós	Av. Dr. Hugo De Mendonça S/N, Bairro Boa Esperança
Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Da Construção Pesada e Afins Do Estado Do Pará	R. Três, 61 - Cidade Nova, Parauapebas - PA
Sindicato Paraense Da Pecuária De Corte	Av. Santos Filhos, 64 - Centro
Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163	Rua Quinta, 322, Liberdade - (93) 9134 1017
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itaituba	Rod. Transamazônica – Km 05 – Parque De Exposição Hélio Da Mota Gueiros
Novo Progresso/PA	
Sindicato Dos Produtores Rurais De Novo Progresso	Av. 15 De Novembro 321, Santa Luzia, Novo Progresso
Associação Dos Produtores Rurais De Novo Progresso	Av. 7 De Setembro, 545
Instituto Kabu - Coleta De Castanha-Do-Pará em Florestas Nativas	Rua Da Apronop Sn, Bela Vista, Novo Progresso
Fraternidade Feminina Cruzeiro Do Sul - Acacias De Altamira - Atividades De Associações De Defesa De Direitos Sociais	Avenida Doutor Isaías Antunes Pinheiro 294, Novo Progresso
Sindicato de Produtores Rurais de Novo Progresso	Rua 15 de Novembro, 321 Rod. Cuiabá Santarém km 1085- B. Sta Luzia, CEP: 68.193-000 - (93) 3528.1177 / 3528-1906 / (93) 98119-6105 Presidente
Rurópolis/PA	
Cooperativa Agro Leiteira Transamazônica	Loc. Lote 1, Gleba 33, Km 318,
Sindicato Dos Produtores Rurais De Rurópolis	Rua Pará, 193-A – Bairro Aeroporto
Trairão/PA	
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Rua 28 de Outubro, 15 – Trairão/PA – Cep: 68192-000 (93) 3559-1107
Cláudia/MT	

Organizações	Endereço
Sindicato Rural De Claudia	R. Campos Sales, 1091, Centro
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Rua Ferreira Mendes – Nº 1696 – Centro - (66) 99968-8581
Associação Comunitária Rádio FM Claudia - Atividades De Organizações Associativas Ligadas à Cultura e à Arte	Rua Frederico Campos, 371
Guarantã Do Norte/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Rua Osvaldo Mariano de Souza - 487 – Centro - (66) 3552-3383
Sindicato Rural De Guarantã Do Norte	Rodovia Br 163, Centro
Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã Do Norte Ltda.	Av. Afonso Pena, 515
Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Guarantã Do Norte	Av. Jequitibá, 1168
Colíder/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Av. Presidente Dutra, nº 789 - (66) 3541-4232
Sindicato Dos Trabalhadores Da Indústria Madeireira Extr. Norte Do Estado Do Mato Grosso.	Av. Machado De Assis, 260
Instituto Raoni - Atividades De Associações De Defesa De Direitos Sociais	Av. Do Colonizador, 356
Sindicato Rural De Colíder	Rod. MT 320, Km 36
Associação Comunitária Centro Norte de Rádio e Difusão	Av. Mal. Deodoro da Fonseca, 1 – Centro - (66) 3541-2324
Lucas do Rio Verde/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Rua Giruá, nº 168 - (65) 3549-1819
Associação Luverdense De Radiodifusão Comunitária	Rua Das Bromélias, 155, Centro
Sindicato Dos Trabalhadores Nas Indústrias Frigoríficas Do Município De Lucas Do Rio Verde	Rua Xingu, 509, Centro
Associação De Produtores Rurais Do Vale Do Cedro	Rua Comunidade Campo Verde Sn, Centro, 104, Centro
Sindicato Rural De Lucas Do Rio Verde	Rua Da Fé, 450, Centro.
Associação Comercial E Empresarial De Lucas Do Rio Verde	Rua São Paulo, 506, Centro.
Associação De Desenvolvimento Comunitário Da Agrovila Groslândia	Zona Rural Do Município De Lucas Do Rio Verde, Centro
Itaúba/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Avenida 13 de Maio, Nº 804, Centro - (66) 3561-1405
Associação De Pequenos Produtores Rurais Do Projeto De Assentamento Nova Jerusalém	Rua Tancredo Neves, 867
Peixoto de Azevedo/MT	
Consórcio Intermunicipal De Saúde Da Região Do Vale Do Peixoto	Rua Tv. Bartolomeu Dias, 269
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Peixoto De Azevedo	R. Thiago Magalhães Nunes, 347, Centro
Matupá/MT	
Sindicato Rural De Matupá	Rua Interpeninsular 1680, Centro.
Associação Dos Revendedores De Defensivos Agrícolas Do Extremo Norte De Mato Grosso	Av. Dep. Sebastiao Alves Jr., 1495, Centro

Organizações	Endereço
Nova Santa Helena/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Av. Brasil nº 107, Centro - (66) 9670-8161
Sinop/MT	
Sindicato Dos Trabalhadores na Indústria Da Construção e Do Mobiliário Da Região Norte Do Estado De Mato Grosso	Av. das Itaúbas, 3020
Associação Dos Amigos Do Tucunaré	Av. Washington Soares, 85
Codenorte - Conselho De Desenvolvimento Do Norte De Mato Grosso	Rua das Nogueiras - 1155
Associação Protetora Dos Animais Do Município De Sinop	Avenida Cascavel, 169
Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Sinop	Av. das Figueiras, 2113
Sindicato Dos Trabalhadores No Com Atacadista E Varejista Do Norte Do Estado De Mato Grosso	Av. das Itaúbas, 448
Sindicato Dos Trabalhadores No Transporte Rodoviário Do Norte	Av. Floresta, 212
Sindicato Rural De Sinop	Av. das Embaúbas, 330
Associação Dos Deficientes Visuais E Amigos De Sinop	Av. das Embaúbas, 972
Associação Dos Proprietários De Terrenos E Moradores Do Loteamento Aquarela Brasil Residencial	Av. Nelson Gonçalves, 586
Sindicato Dos Trabalhadores Na Movimentação De Mercadorias Em Geral De Sinop	Av. 15 de Novembro, 435
Sindicato Das Indústrias Madeireiras Do Norte Do Estado De Mato Grosso	Av. dos Jacarandás, 3184
Associação Beneficente Fonte De Luz	Av. André Maggi, 473
Sindicato Dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais De Sinop	Av. dos Ingás, 4711
Associação Dos Criadores Do Norte De Mato Grosso	Br-163 - Distrito Industrial, Sinop
Sorriso/MT	
Sindicato Dos Servidores Públicos Municipais De Sorriso	Av. Rio Grande Do Sul, 259, Centro
Centro De Tradições Gaúchas Recordando Os Pagos	R. Maringá, 623
Sindicato Rural De Sorriso	Av. Luiz Amadeu Lodi, 1254
Associação Dos Amigos Da Criança E Do Adolescente De Sorriso	R. Peixoto De Azevedo, 1400
Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Sorriso	Sem endereço
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Rua Rio Grande do Sul, 245, Bairro Benjamim Reiser - (66) 3544-3191
Associação Dos Produtores Da Gleba Barreiro	Av. Marginal Esquerda, 397
Associação De Apoio à Criança e a Família De Sorriso	Av. Das Turmalinas, 86
Associação De Apoio à Criança e ao Adolescente Do Jardim Amazônia	R Dona Benta, 1201
Sindicato Dos Madeireiros De Sorriso	Br. 163, Km 739
Associação Comunitária Sorriso	Av. Alta Floresta, 987

Organizações	Endereço
Terra Nova Do Norte/MT	
Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Terra Nova Do Norte	Av. Mato Grosso, 234, Centro - (66) 9927-7932 / (66) 9991-6005
Vera/MT	
Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais	Rua Porto Príncipe, 1471 - Bairro Esperança - (66) 3583-2215
Sindicato Dos Trabalhadores Na Movimentação De Mercadorias em Geral De Vera	R. Bolívia, 2, Centro
Sindicato Rural De Vera	Av. Est. Unidos, 50- Centro

Fonte: IBGE, CNAE, 2020.

Além das Instituições relacionadas no Quadro 45, houve um conjunto de instituições que participaram da pesquisa institucional, levantamento de dados primários por meio de entrevistas semiestruturadas. O Quadro 46 lista tais organizações por município onde a entrevista foi realizada.

Quadro 46 – Organizações participantes da pesquisa institucional.

Município	Organização
Altamira (PA)	Somente entrevistado Poder Público Municipal
Itaituba (PA)	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM Associação Comunitária Baixão Bonito Consórcio de Municípios do Tapajós Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba Faepa – Federação de Agricultura e Pecuária do Pará
Novo Progresso (PA)	Paróquia Santa Luzia Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER Instituto Edson Royer Sociedade e Meio Ambiente Sindicato de Produtores Rurais de Novo Progresso - SIPRUNP
Rurópolis (PA)	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - SINTRAF
Trairão (PA)	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER
Cláudia (MT)	GAPA - Grupo Agroflorestal e Proteção Ambiental
Colíder (MT)	Empaer - Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural Associação Empresarial e Comercial de Colíder - MT SICOOB - Sistema de Crédito Cooperativo COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica
Guarantã do Norte (MT)	Ímpar Consultoria - Serviços em Gestão Pública e Privada Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã do Norte Ltda Empaer - Empresa Matogrossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural Associação Comercial e Empresarial de Guarantã do Norte Sebrae - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa
Itaúba (MT)	Associação dos Pequenos Produtores Nova Jerusalém - Aspranji
Lucas do Rio Verde (MT)	Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde
Matupá (MT)	Somente entrevistado Poder Público Municipal
Nova Santa Helena (MT)	Somente entrevistado Poder Público Municipal

Município	Organização
Peixoto de Azevedo (MT)	COOGAVEPE - Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto
Sinop (MT)	Unesin - União das Entidades de Sinop
Sorriso (MT)	Somente entrevistado Poder Público Municipal
Terra Nova do Norte (MT)	Sala Cidade Empreendedora da Prefeitura Sebrae Sindicato Rural de Terra Nova do Norte
Vera (MT)	Sindicato Rural de Vera e Feliz Natal

Fonte: MRS, levantamento de Campo, dez/2019.

5.3.2.2.8.2 Órgãos Governamentais

No que concerne aos órgãos governamentais, destacam-se aqueles representativos do poder público municipal, onde todos os municípios contam com secretarias municipais ou departamentos ligados à saúde, educação, meio ambiente, agricultura, obras e infraestrutura. Contam, ainda, com órgãos ligados ao poder judiciário como, por exemplo, procuradoria geral do município e ministério público municipal.

No que diz respeito aos órgãos federais identificados nos municípios da AE, estão apresentados no Quadro 47. Com relação aos órgãos do poder público estadual, estes, de modo geral, se concentram nas cidades maiores, ademais alguns municípios contam com Centro de Registros de Veículos Automotores (CRVAs), ligados aos Departamentos Estaduais de Trânsito (Detran), ver Quadro 48.

Ressalta-se que para alguns municípios identificou-se a presença dos órgãos públicos ligados ao poder público estadual e federal, listados no Quadro 47.

Quadro 47 – Relação de órgãos públicos federais por municípios da AE.

Organizações	Endereço
Altamira/PA	
Casa de Governo de Altamira – Representação federal	Travessa Marajoara, 3111 – Altamira
Ministério Público Federal	Av. Tancredo Neves, 3256 - Jardim Independente II (93) 3515-2526
Ministério do Trabalho e Emprego	Av. Comandante Castilho, 514 – Bairro Aparecida Fone Central 158
Inss-Instituto Nacional do Seguro Social	Travessa Pedro Gomes, 1212 68371-105 Altamira (93) 3515-3799
IBAMA - Técnica de 1º Nível em Altamira	Rua Coronel José Porfírio, s/nº, São Sebastião (93) 3515-1748
ICMBio - Escritório Regional em Altamira	R. Cel. José Porfírio, 3.455 - São Sebastião (93) 3515-1798
Itaituba/PA	
Ministério Público Federal	Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915 - Bairro da Interventoria (93) 3512-0800 Responde também pelo distrito de Castelo dos Sonhos de Altamira.
Ministério do Trabalho e Emprego	Trav. Vitor Campos, 200 – Centro

Organizações	Endereço
	Fone Central 158
INSS-Instituto Nacional do Seguro Social	Av. Marechal Rondon, 09 –Aeroporto Velho
Novo Progresso/PA	
MPF - Procuradoria da República	Recorre a Itaituba.
Rurópolis/PA	
Ministério Público Federal	Recorre a Santarém - Avenida Marechal Castelo Branco, nº 915 - Bairro da Interventoria (93) 3512-0800
Trairão/PA	
MPF - Procuradoria da República	Recorre a Itaituba.
Cláudia/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Guarantã do Norte/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Colíder/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Ministério do Trabalho e Emprego	Av. Mato Grosso s/n - Centro
INSS-Instituto Nacional do Seguro Social	Av. do Colonizador, 763 - Sagrada Família (66) 3541-2004
Lucas do Rio Verde/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Ministério do Trabalho e Emprego	Av. Paraná, nº 766 - S Lote 04 Qda 67 Sala 06 Fone Central 158
Itaúba/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Peixoto de Azevedo/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Nova Santa Helena/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Matupá/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Sinop/MT	
Ministério Público Federal	Avenida Alexandre Ferronato, nº 2.140 Bairro Centro Cívico (próximo ao Campus da UFMT)
Ministério do Trabalho e Emprego	Av. das Figueiras, nº 789 – Setor Comercial – Centro Fone Central 158
IBAMA - Gerência Executiva	Rua das Amoreiras, nº 1.395 - Bairro Jardim Celeste (66) 3511-4300
NSS-Instituto Nacional do Seguro Social	Av. das Figueiras, 1537 - St. Comercial (66) 3532-3432
Sorriso/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Ministério do Trabalho e Emprego	Rua das Videiras, Nº 634 – Centro Fone Central 158

Organizações	Endereço
Terra Nova do Norte/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop
Vera/MT	
Ministério Público Federal	Recorre a Sinop

Fonte: IBGE, CNAE, 2020.

Quadro 48 – Relação de órgãos públicos estaduais por municípios da AE.

Organizações	Endereço
Altamira/PA	
Ministério Público Estadual - Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias	R. Cel. José Porfírio, 1672
CIRETRAN	Trav. Duque de Caxias, 370 - Jd do Sol (93) 3515-0796 / 1099 / 2448
Itaituba/PA	
Ministério Público Estadual - Promotorias de Justiça de 1ª e 2ª entrâncias	Av. Brg. Haroldo Veloso, 436 - Boa Esperança (93) 3518-3099
CIRETRAN	Trav. 15 de agosto, 251 (93) 3518-1460 / 2119 / 1678 (fax)
Novo Progresso/PA	
CIRETRAN	Av. Orival Prazeres, Qd 276, Canaã, (93) 3528-0177 (fax) / 0188
Cláudia/MT	
Promotoria de Justiça da Comarca de Cláudia	Avenida Gaspar Dutra, 928 – Centro 66 3546-2394
45ª Ciretran de Cláudia	Rua Dom Aquino Correia, s/nº (Próx. Rede Cemat) - Bairro: Centro (66) 3546-1745
Guarantã do Norte/MT	
Promotoria de Justiça da Comarca de Guarantã do Norte	Rua Guarantã, s/nº - Centro (66) 3552-4158
46ª Ciretran de Guarantã do Norte	Rua Pioneiro Genésio Minetto (MT419), Quadra 194, Lotes 6 e 9 - Bairro: 13 de Maio (66) 3552-1595 / 1577 (vistoria)
Colíder/MT	
Promotoria de Justiça de Colíder	Avenida Vereador José Luiz da Silva, 326 - Setor Leste, Centro (66) 3541-1367
34ª Ciretran de Colíder	Travessa Bandeirantes, nº 139, Setor Norte - Centro (66) 3541-1300 / 1850
Lucas do Rio Verde/MT	
Promotoria de Justiça da Comarca de Lucas do Rio Verde	Rua Corbéia, 1859-S, Jardim das Palmeiras (65) 3549-3083
49ª Ciretran de Lucas do Rio Verde	Av. da Fé, nº 113 N - Tessele Junior
Itaúba/MT	
Promotoria de Justiça da Comarca de Itaúba	Avenida Tancredo Neves, 235, Centro (66) 3561-1062

Organizações	Endereço
Matupá/MT	
Promotoria de Justiça da Comarca de Matupá	Avenida Periférica R1, Esquina com a Rua 07/ R1, Lote 1 - A, Zona Regional (66) 3595-1816
Sinop/MT	
Ministério Público Promotoria de Justiça de Sinop	Rua das Grevíleas, 358 (66) 3531-6127
19ª Ciretran de Sinop	Av. das Figueiras, nº 1.399 - Setor Comercial (66) 3531-1799
Sorriso/MT	
37ª Ciretran de Sorriso	Rua Idemar Riedi, nº 11530 - Industrial (66) 3544-4846
Terra Nova Do Norte/MT	
52ª Ciretran de Terra Nova do Norte	Av. dos Pioneiros, nº 2002 - Centro (66) 3534-1433 / 1430
Vera/MT	
55ª Ciretran de Vera	Av. Nicarágua, nº 2535 – Centro (66) 3583-2419

Fonte: IBGE, CNAE, 2020.

5.3.2.2.9 Aglomerados Populacionais e Comunidades Rurais

O trabalho de campo direcionado à identificação e caracterização da área potencialmente mais afetada pelo empreendimento teve como referência o traçado proposto para a EF-170 e a porção inserida no *buffer* de 2 quilômetros no entorno da linha ferroviária. Neste recorte, foi realizado esforço de caracterização de aglomerações urbanas e comunidades rurais ali inseridas. A partir deste referencial, e considerando a centralidade da BR-163 para a dinâmica social, econômica e territorial dos municípios em questão, o esforço foi estendido a ocupações localizadas entre a rodovia e a área designada preliminarmente para a linha férrea. Nestes casos, pela extensão do traçado, que por vezes se distancia da rodovia, o trabalho se limitou aos pontos de maior proximidade, priorizando a compreensão do contexto social mais geral.

A equipe responsável pela coleta dos dados primários percorreu o trecho entre Lucas do Rio Verde/MT e Itaituba/PA, visando identificar e caracterizar estas localidades, no intuito de subsidiar a avaliação da forma como o empreendimento pode afetar a dinâmica instaurada. Os resultados obtidos foram complementados por dados secundários, material disponível nos *sites* das prefeituras dos municípios estudados.

No total, foram identificados 54 (cinquenta e quatro) aglomerados populacionais, sendo 51 (cinquenta e um) deles caracterizados. Os aglomerados populacionais identificados foram reconhecidos como de grande importância para a região estudada, visto que a maior parte deles, trinta e um, pertence ao *buffer* de 2km do empreendimento, sendo relevantes para a dinâmica socioeconômica da região, principalmente pela utilização da rodovia BR-163 para acesso ao traçado.

Com o intuito de aproximar a caracterização destas localidades com o contexto encontrado em campo, a listagem seguirá o traçado do empreendimento, com início em Lucas do Rio Verde/MT, sentido norte. Isto posto, a Tabela 155 lista o nome dos aglomerados populacionais identificados, juntamente com o município a que ele pertence e sua distância para o traçado proposto para implantação do empreendimento. Os Mapa 84 e Mapa 85 ilustram a distribuição espacial de cada uma delas.

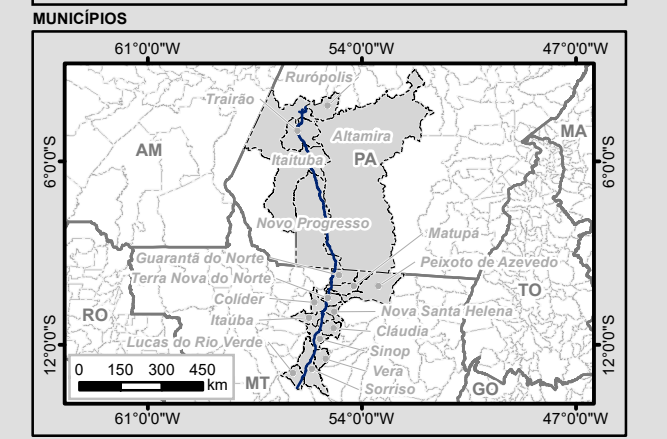
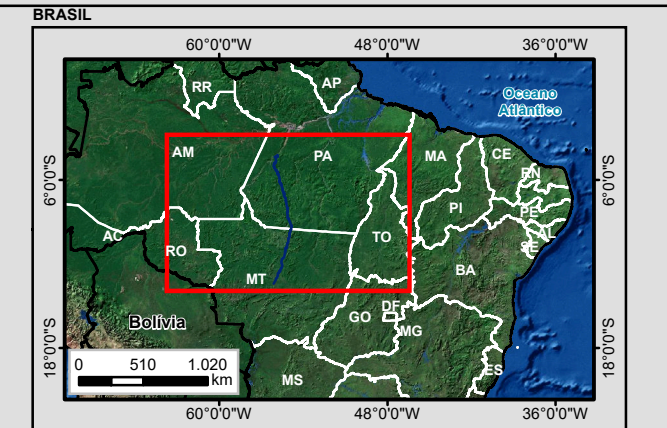
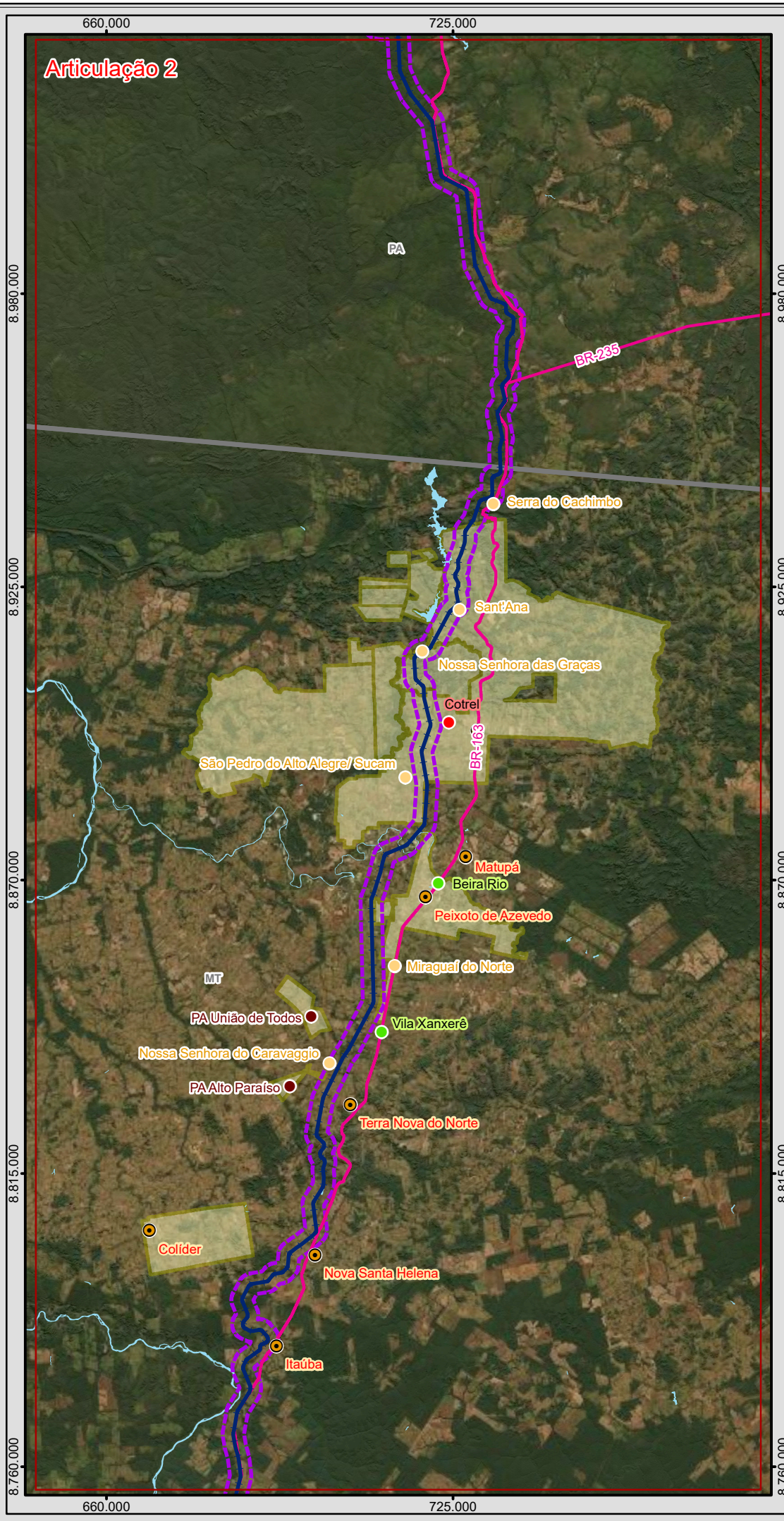
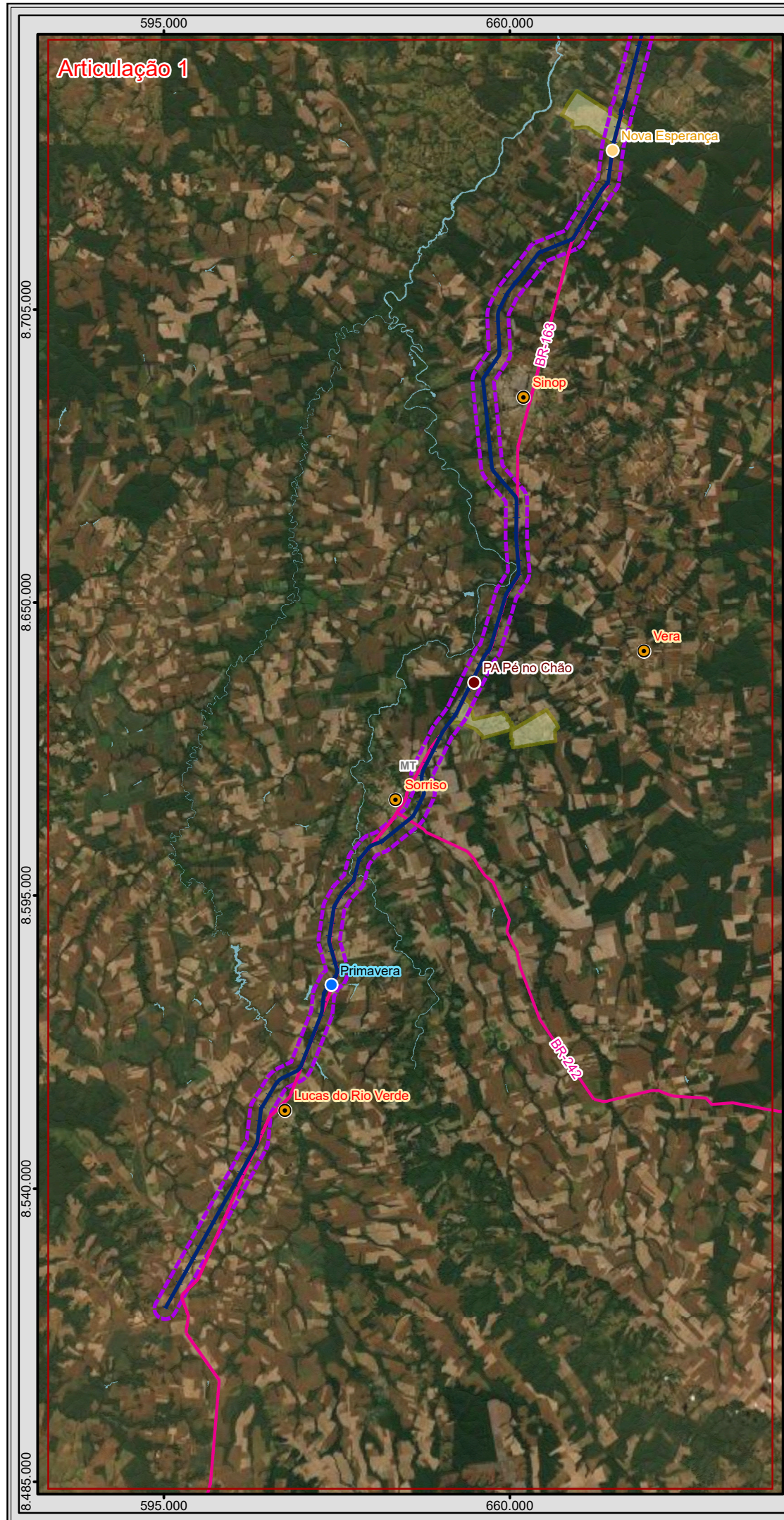
Cabe ressaltar que não há como precisar os tamanhos das localidades, por isso é preciso cautela na análise dessas distâncias, não perdendo de vista que se trata da distância entre a estrutura central das comunidades e o traçado do projeto.

Tabela 155 – Aglomerados populacionais, município e distância do empreendimento.

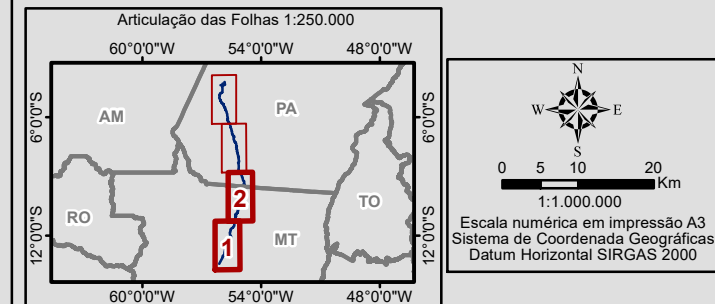
Nº	Nome	Município/Estado	Distância do Empreendimento (metros)
1	Distrito Primavera	Sorriso/MT	521,2
2	Projeto de Assentamento Jonas Pinheiro	Sorriso/MT e Vera/MT	103,0
3	Projeto de Assentamento Pé no Chão	Sorriso/MT	457,2
4	Comunidade Nova Esperança	Cláudia/MT	19,5
5	Projeto de Assentamento Alto Paraíso	Terra Nova do Norte/MT	6.579,4
6	Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio	Terra Nova do Norte/MT	1.708,7
7	Vila Xanxerê	Terra Nova do Norte/MT	3.895
8	Projeto de Assentamento União de Todos	Terra Nova do Norte/MT	9.067
9	Comunidade Miraguaí do Norte	Terra Nova do Norte/MT	4.110
10	Vila Beira Rio	Peixoto de Azevedo/MT	9.282,8
11	Comunidade São Pedro de Alto Alegre	Matupá/MT	3.751,2
12	Bairro Cotrel	Guarantã do Norte/MT	3.447,2
13	Comunidade Nossa Senhora das Graças	Guarantã do Norte/MT	129,9
14	Comunidade Sant'Ana	Guarantã do Norte/MT	938,8
15	Comunidade Serra do Cachimbo	Guarantã do Norte/MT	1.331,4
16	Distrito de Cachoeira da Serra	Altamira/PA	9.276,3
17	Distrito de Castelo dos Sonhos	Altamira/PA	5.376,9
18	PDS Brasília	Altamira/PA	6.991,9
19	Comunidade Vale do Castanheira	Altamira/PA	331,2
20	Comunidade São Francisco de Assis	Altamira/PA	460,5
21	Comunidade São Roque	Novo Progresso/PA	485,5
22	Comunidade Carro Velho	Novo Progresso/PA	60,8
23	Vila Isol	Novo Progresso/PA	1.317,1
24	PDS Terra Nossa	Novo Progresso/PA	11.759,2
25	Comunidade Rosa Mística	Novo Progresso/PA	216,8
26	Comunidade 1027	Novo Progresso/PA	1.260
27	Distrito de Alvorada da Amazônia	Novo Progresso/PA	1.908,5
28	Comunidade Veneza	Novo Progresso/PA	42,4
29	Comunidade Nova Esperança	Novo Progresso/PA	430,5
30	Comunidade Bandeirante	Novo Progresso/PA	595,9
31	Distrito de Santa Julia	Novo Progresso/PA	827,2
32	Comunidade São José	Novo Progresso/PA	462,4

Nº	Nome	Município/Estado	Distância do Empreendimento (metros)
33	Comunidade Santo Antônio	Novo Progresso/PA	150,4
34	Linha Gaúcha	Novo Progresso/PA	0
35	Distrito de Riozinho das Arraias	Novo Progresso/PA	198
36	Distrito de Moraes Almeida	Itaituba/PA	3.332,1
37	Comunidade São Francisco de Assis	Itaituba/PA	649,4
38	Comunidade Aruri	Trairão/PA	345,5
39	Comunidade 03 Bueiros	Trairão/PA	410,5
40	Comunidade Santa Luzia	Trairão/PA	3.589,5
41	Vila Planalto	Trairão/PA	845,8
42	Comunidade Jamanxim	Trairão/PA	4.656,6
43	Distrito de Bela Vista do Caracol	Trairão/PA	7.445
44	Vila Tucunaré	Trairão/PA	8.972,3
45	Agrovila Nova Esperança	Itaituba/PA	5.168,3
46	Comunidade Nossa Senhora de Fátima	Trairão/PA	292
47	Comunidade Santa Rita	Trairão/PA	174
48	Comunidade São João Batista/Espinho	Trairão/PA	2.281,8
49	Comunidade Santa Rosa	Itaituba/PA	7.680,4
50	Comunidade Santa Luzia	Itaituba/PA	86,4
51	Distrito de Campo Verde	Itaituba/PA	4.708,1
52	Bairro Nova Miritituba	Itaituba/PA	554,8
53	Distrito de Miritituba	Itaituba/PA	2.358,3
54	Comunidade São Raimundo	Rurópolis/PA	4.889,9

Mapa 84 – Articulações 1 e 2 da localização de aglomerados populacionais e comunidades rurais identificados.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Projetos de Assentamentos
 - Limite Estadual
- Comunidades**
- Classe**
- Bairro
 - Comunidade rural
 - Distrito
 - Projeto de Assentamento
 - Vila



EPL

MRS AMBIENTAL

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Comunidades: Articularção 1 e 2

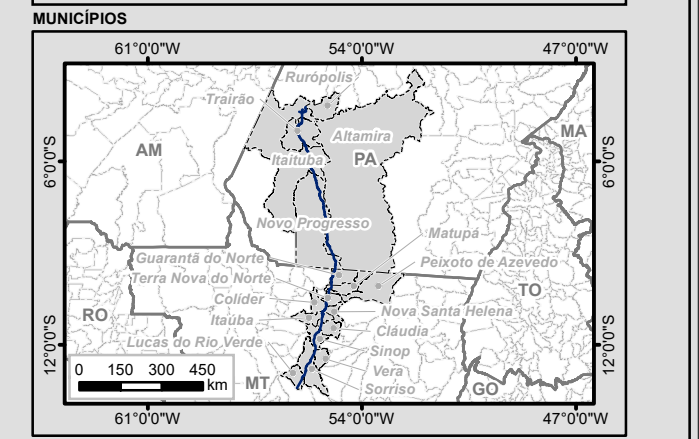
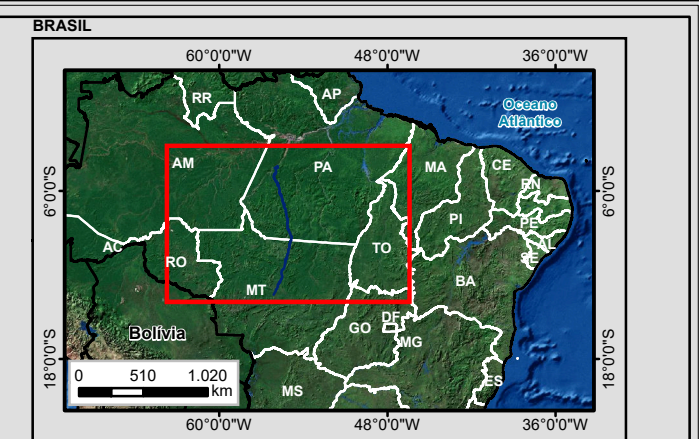
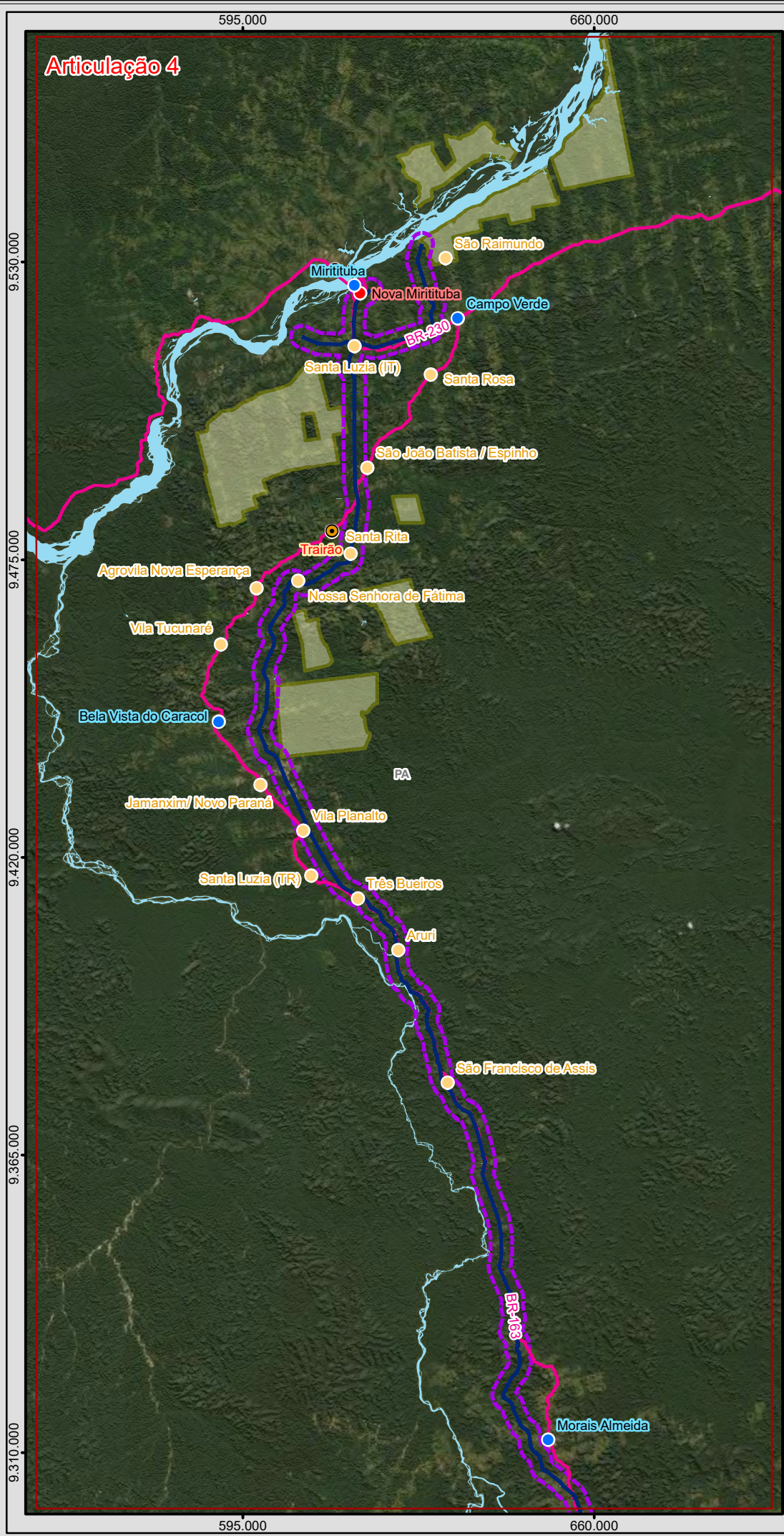
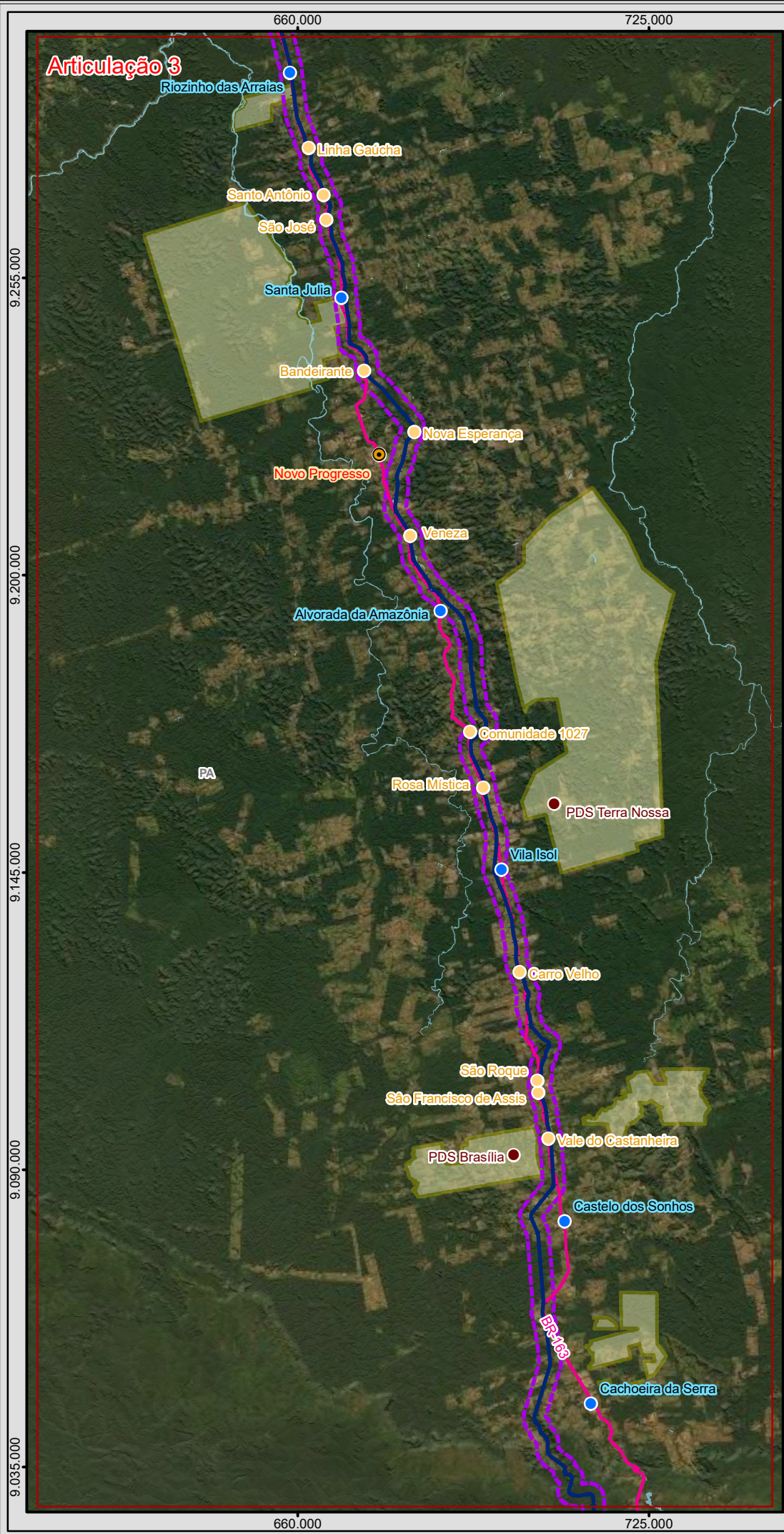
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

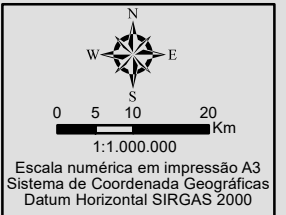
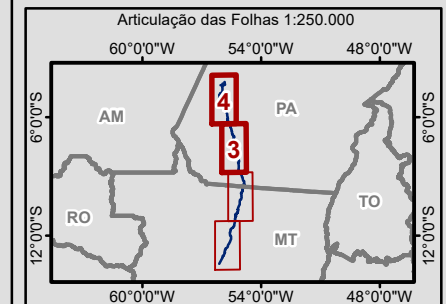
Data: Setembro/2020

Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir da interpretação de Imagens Orbitais e posterior checagem de campo para validação.

Mapa 85 – Articulações 3 e 4 da localização de aglomerados populacionais e comunidades rurais identificados.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Projetos de Assentamentos
 - Limite Estadual
- Comunidades**
- Classe**
- Bairro
 - Comunidade rural
 - Distrito
 - Projeto de Assentamento
 - Vila



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Comunidades: Articulação 3 e 4

Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

Data: Setembro/2020

Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir da interpretação de Imagens Orbitais e posterior checagem de campo para validação.

Dos 17 municípios inseridos neste estudo, foram identificadas comunidades em 12 deles. No estado de Mato Grosso, não foi reconhecida nenhuma comunidade próxima ao empreendimento nos municípios de Lucas do Rio Verde, Sinop, Itaituba, Nova Santa Helena e Colíder.

As localidades não caracterizadas foram Vila Tucunaré (Trairão/PA) e Santa Rosa (Itaituba/PA), localizadas às margens da rodovia BR-163 e distantes do traçado proposto cerca de 9 km e 15 km, respectivamente. A terceira não caracterizada foi São Roque (Novo Progresso/PA), foi visitada durante a campanha de campo, em novembro e dezembro de 2019, e estava com aspecto de abandonada, sendo a igreja, barracão, escola e posto de saúde desativados. Não há casas próximas e o acesso ao cemitério da Comunidade, atrás da Igreja, estava fechado. De acordo com informações coletadas nas comunidades próximas, São Roque está mesmo desativada.

Além de comunidades rurais, a ocupação na porção do estado do Pará se diferencia pela presença de Distritos, que polarizam a oferta de serviços e apresentam maior adensamento. Ao longo do trecho estudado estão os distritos de Cachoeira da Serra (Altamira/PA), Castelo dos Sonhos (Altamira/PA), Moraes Almeida (Itaituba/PA), Campo Verde (Itaituba/PA) e Miritituba (Itaituba/PA). Nesse item, tais localidades são caracterizadas de maneira mais sucinta, pois a dinâmica socioeconômica desses distritos será abordada no contexto geral dos municípios a que pertencem.

Também no estado do Pará, encontrou-se a configuração de comunidades dispersas pela zona rural, mas com construções comunitárias, compostas por igrejas ou capelas, barracões comunitários e, por vezes, postos de saúde e/ou escolas.

A seguir, são apresentadas informações sobre os grupos populacionais identificados, divididos pelos municípios da AE e seguindo o traçado de sul a norte. Cabe ressaltar que as informações detalhadas sobre o uso de equipamentos e serviços públicos, como escolas e postos de saúde, serão retratadas no subitem 5.3.2.4.

Como destacado anteriormente, a distância apresentada do traçado proposto até o aglomerado populacional refere-se à distância entre a estrutura comunitária, geralmente representada por igreja, escola, posto de saúde, dentre outros, até o ponto do traçado proposto para a implantação da Ferrogrão, visto que não há dados oficiais georreferenciados sobre as delimitações dessas comunidades.

5.3.2.2.9.1 Sorriso/MT

Distrito de Primavera

O Distrito de Primavera, também conhecido como Vila Primavera e Primaverainha, está localizado no município de Sorriso/MT e dista 521,2 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com o entrevistado (Figura 599), a Vila começou a ser formada no ano de 1984, quando o proprietário da Fazenda Gaspar, responsável por vários empreendimentos da região, estabeleceu uma área de sua propriedade para que fossem

construídas as casas dos trabalhadores. Com os anos, a infraestrutura básica foi sendo implantada até se tornar uma vila do município. Posteriormente, elevou-se a categoria de Distrito Municipal, cuja Lei Municipal nº 2.938, de 30/10/2019, dispõe sobre a criação do Núcleo Urbano da sede do Distrito de Primavera.



Figura 599 – Entrevista realizada com a liderança da Vila Primavera (12,858504S; 55,835628W).

O número estimado de domicílios/famílias é de 360, sendo aproximadamente 2.000 residentes no local. As principais lideranças locais estão presentes na Subprefeitura (Figura 600) e na Associação de Moradores do Distrito de Primavera (Figura 601), sendo que a Subprefeitura é responsável pela administração pública de Primavera e a Associação busca planejar ações que visem a melhoria da qualidade de vida local. Como exemplo, projetos de musicalização e esportes para os moradores, além de oferecer um transporte com preço reduzido para os residentes se locomoverem até as sedes municipais de Sorriso/MT e Sinop/MT.



Figura 600 – Subprefeitura - Distrito de Primavera (12,858504S; 55,835628W).



Figura 601 – Associação dos Moradores do Distrito de Primavera (12,858504S; 55,835628W).

As festividades mais importantes de Primavera são a festa do padroeiro, São Roque, que acontece no mês de agosto e a Festa da Colheita, que ocorre no mês de abril.

Os principais mecanismos de sustento dos moradores da Vila são: cultivos de soja, milho, algodão, arroz e feijão, além da criação (para venda) de galinhas, porcos, gado e peixes.

Vale ressaltar que, de acordo com dados da pesquisa de Produção Pecuária Municipal (PPM) do IBGE (2020), o município de Sorriso/MT figura entre os maiores produtores nacionais de peixes, fazendo com que moradores do Distrito invistam na piscicultura em suas propriedades, em busca de uma fonte de renda pela venda desta produção.

O Distrito possui uma boa infraestrutura (Figura 602), com Unidade de Saúde da Família (Figura 603), escola (Figura 604), banco (Figura 605), agência dos Correios e comércio. No tocante ao saneamento básico, Primavera possui sistema de esgotamento sanitário. O abastecimento de água local é feito por poço municipal. Com relação à destinação de resíduos sólidos, existe coleta de lixo no local. A energia elétrica é fornecida pela Energisa.

Em relação ao empreendimento, de acordo com informações do entrevistado, por meio de reuniões e notícias vinculadas na mídia, os moradores da Vila já tinham conhecimento sobre a ferrovia, mas gostariam de saber onde será exatamente o traçado. Acredita-se que haverá uma melhora no transporte de grãos, valorizando o produto para os produtores, além de menos perda da mercadoria durante o transporte até o porto. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



Figura 602 – Área urbana do Distrito de Primavera (12,858504S; 55,835628W).



Figura 603 – Unidade de Saúde da Família Rural Primavera do Norte (12,858504S; 55,835628W).



Figura 604 – Escola Municipal Primavera (12,858504S; 55,835628W).



Figura 605 – Sicredi, em Primavera (12,858504S; 55,835628W).

Projeto de Assentamento Jonas Pinheiro

O Projeto de Assentamento Jonas Pinheiro está localizado nos municípios de Sorriso/MT e Vera/MT, ambos no Mato Grosso, sendo a sede da comunidade localizada em Sorriso, distante 103,0 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia.

De acordo com dados do Incra, a área de 7.305 ha foi obtida em 1999, sendo criado o Projeto de Assentamento (PA) Jonas Pinheiro em 17/12/2001, pela Portaria nº 067, do Incra, com capacidade para 447 famílias. Essa informação foi confirmada pelo entrevistado, que informou que o Incra demarcou os limites do Assentamento no final de 2001 e no começo de 2002, após sorteio dos lotes e famílias a serem beneficiadas. Atualmente, existem 447 famílias ocupando a área do Assentamento, sendo 223 em Sorriso/MT e 224 em Vera/MT.

A gestão administrativa é feita pela Associação de Pequenos Produtores Rurais do Rio Celeste (APROCEL). A associação foi fundada em 1999. Porém, com a mudança de gestão, no início de 2020, a nova diretoria ainda não apresentou projetos para os assentados. A comunidade tem dois projetos para serem apresentados à APROCEL: o primeiro é a construção de um barracão às margens da rodovia BR-163 para venda das frutas produzidas. O outro projeto é a construção de um frigorífico de aves, dentro do Assentamento.

No entanto, esses projetos ainda não podem ser executados devido ao embargo do Ibama² pois, conforme o entrevistado, quando o PA foi criado, a área de reserva do Assentamento ficou localizada no município de Vera/MT, sem fiscalização, sendo invadida por outros assentados, que não faziam parte do Jonas Pinheiro. Sendo assim, desde 2016 não foi definida nova área de reserva. Devido a esse embargo, a comunidade tem dificuldades em obter financiamento para compras de produto animal e alguns outros produtos que melhorariam o desenvolvimento econômico dos assentados.

Em relação às festividades locais, o entrevistado afirmou que ocorrem somente as festas da escola e da igreja, além da tradicional festa junina. Os moradores utilizam o rio Celeste, que passa próximo à sede da Associação, como ponto de diversão.

O principal mecanismo de sustento dos moradores do Assentamento é a fruticultura. Os assentados produzem mandioca, mamão, melão, repolho, cenoura, cebola, romã, pinha, dentre outros, e vendem os produtos para as feiras na sede do município de Sorriso/MT, quatro vezes na semana. Além disso, a produção também é repassada para a prefeitura de Sorriso/MT para utilização nas merendas escolares.

O Assentamento é atendido pelo Programa Municipal de Incentivos à Fruticultura Irrigada – Frutifica Sorriso, estabelecido pela Secretaria de Agricultura de Sorriso/MT pela Lei nº 2.877, de 4 de setembro de 2018, que autoriza a concessão de incentivo aos produtores rurais estabelecidos no Município a fim de fomentar a implantação da fruticultura irrigada.

Além da fruticultura, alguns moradores possuem tanques de criação de peixes, como pintado, tabatinga, piau e tilápia. De acordo com o entrevistado, a produção é estimada em 50

² Termo do embargo nº 576373, série termo 'C', de 05/11/2009. Processo nº 02054002339/2009, série infração 'D', Auto da Infração nº 133906.

toneladas por ano e também repassada para a Prefeitura, atendendo ao Art. 2º da Lei acima citada.³

A energia elétrica é fornecida pela Energisa. O abastecimento de água é feito por poços artesianos e o esgotamento sanitário consiste em fossas sépticas. Não existe coleta de lixo e o mesmo geralmente é queimado. Conforme informações do entrevistado, a Prefeitura realiza uma coleta de resíduos pesados uma vez ao ano. Dentro do Assentamento há um posto de saúde e uma escola.

Em relação à ferrovia, o entrevistado afirmou ser favorável à implantação, por acreditar que haverá redução do custo dos fretes e melhoria no trânsito na rodovia BR-163. Porém, ressaltou a preocupação com o acesso à sede do Assentamento.



Figura 606 – Plantio no PA Jonas Pinheiro (sem coordenadas).
Fonte: APROCEL, 2020.



Figura 607 – Plantio no PA Jonas Pinheiro (sem coordenadas).
Fonte: APROCEL, 2020.



Figura 608 – Escola Municipal localizada no PA Jonas Pinheiro (sem coordenadas).
Fonte: APROCEL, 2020.



Figura 609 – Igreja e galpão no PA Jonas Pinheiro (sem coordenadas).
Fonte: APROCEL, 2020.

³ Esse artigo afirma que: São objetivos do Programa Municipal de Incentivo a Fruticultura Irrigada – FRUTIFICA SORRISO: IX – Integrar criação de peixes com a fruticultura irrigada promovendo a otimização do sistema.



Figura 610 – Produtos produzidos no PA Jonas Pinheiro para serem comercializados nas feiras em Sorriso/MT (sem coordenadas).

Fonte: APROCEL, 2020.



Figura 611 – Assentados comercializando os produtos nas feiras em Sorriso/MT (sem coordenadas).

Fonte: APROCEL, 2020.

Projeto de Assentamento Pé no Chão

O Projeto de Assentamento Pé no Chão está localizado no município de Sorriso/MT. Fica distante 457,2 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com a tesoureira da Associação dos Trabalhadores Rurais de Pé no Chão, o Projeto de Assentamento teve início em 2014, quando foi criado um decreto que destina a área ocupada para a reforma agrária⁴. Porém, o Projeto de Assentamento ainda não está oficialmente criado pelo Incra, não sendo possível localizar informações oficiais no *site* do Instituto. O responsável pelo início do Assentamento foi Pedro Wolf, então Presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais Pé no Chão, que se responsabilizou em obter a documentação para reconhecer a terra como pertencente à União. Uma das dificuldades encontradas pelos ocupantes, famílias originárias, em sua maioria, do Paraná e Rio Grande do Sul, que chegaram ao local para viver de atividades agropastoris, foram os conflitos com os proprietários de terrenos particulares do entorno do Assentamento.

De acordo com informações obtidas em campo, em novembro de 2019, o assentamento possui 62 lotes com 72 famílias residentes. O número de pessoas está estimado em 200. A gestão administrativa é feita pela Associação dos Trabalhadores Rurais de Pé no Chão, que já elaborou projetos de aviário, horta comunitária e produção de frutas cítricas para polpas. Porém, esses projetos ainda não estão sendo executados pois é necessária a regularização do Assentamento para obter recursos/empréstimos financeiros para realização das atividades propostas.

O principal mecanismo de sustento dos assentados é o cultivo de soja e milho, além de hortas para consumo. A dinâmica de produção se caracteriza como a maioria das mulheres cuidando

⁴ Trata-se do Decreto de 12 de novembro de 1999, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, parte do imóvel rural conhecido por "Gleba Poranga", situado nos Municípios de Sorriso e Vera, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências. Ratificado pelo Decreto de 26 de setembro de 2001. Ambos assinados pela Presidência da República

do terreno para plantação e os homens buscando recursos na sede municipal, com trabalhos temporários.

Não há escola, posto de saúde e comércio no Assentamento. No local também não existe sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas rudimentares. Não há energia elétrica fornecida pela companhia distribuidora. Em poucas propriedades, o motor a diesel é utilizado como gerador de energia. O abastecimento de água é feito por poços cacimbas em cada lote e o lixo é queimado nos terrenos, visto que não há coleta de lixo na localidade.

Em relação à Ferrogrão, espera-se uma valorização das terras locais, mas ainda há dúvidas, por parte dos moradores sobre a localização do traçado final. Além disso, espera-se que os acessos ao Assentamento, que ocorrem pela rodovia BR-163, sejam sinalizados, diminuindo acidentes nas áreas próximas, como relatado pela entrevistada. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



Figura 612 – Entrada para o Projeto de Assentamento Pé no Chão (12,343973S; 55,589854W).



Figura 613 – Casa da liderança no Projeto de Assentamento Pé no Chão (12,343973S; 55,589854W).



Figura 614 – Projeto de Assentamento Pé no Chão (12,343973S; 55,589854W).



Figura 615 – Entrevista realizada com a liderança do Projeto de Assentamento Pé no Chão (12,343973S; 55,589854W).

5.3.2.2.9.2 Cláudia/MT

Comunidade Nova Esperança

A Comunidade Nova Esperança pertence ao município de Cláudia/MT, e fica distante 19,5 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com as informações do presidente da Associação Nova Esperança dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Mato Grosso (Asternat), a Comunidade teve início no ano de 2005, visando obter terras distribuídas pelo Incra para a reforma agrária.

Atualmente existem 19 propriedades na Comunidade, sendo 10 (dez) do lado direito e 09 (nove) do lado esquerdo da rodovia BR-163, na faixa de domínio do DNIT (como eles mesmos se denominam: “lado do DNIT”). Não foi informado o número de pessoas residentes em Nova Esperança. A gestão do local é feita pela associação já citada, que tem se empenhado em providenciar a documentação das terras para obtenção de recursos para os projetos. A principal festa local é em comemoração à padroeira, Santíssima Trindade, celebrada no mês de junho.

A Comunidade sobrevive basicamente do comércio local (lado do DNIT, próximo à rodovia) e da venda de animais de pequeno porte (galinhas e porcos). O comércio possui restaurante, borracharia, bares e uma pequena madeireira, com venda de móveis feitos no local. Não existe posto de saúde e nem escola no local.

A Comunidade não possui sistema de saneamento básico, sendo utilizadas fossas rudimentares. Não há coleta de lixo. Os resíduos são jogados em terreno baldio e às vezes queimados, pois não há coleta municipal. A energia elétrica é fornecida pela Energisa e o abastecimento de água é feito por poços cacimbas nas propriedades.

Sobre a ferrovia, o entrevistado afirmou já ter conhecimento da existência do projeto e que não tem dúvidas em relação a ele. Acredita que o valor do frete diminuirá e isso será um aspecto bastante positivo. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



**Figura 616 – Comunidade Nova Esperança
(11,440014S; 55,356428W).**



**Figura 617 – Comunidade Nova Esperança
(11,440014S; 55,356428W).**



Figura 618 – Comunidade Nova Esperança (11,440014S; 55,356428W).



Figura 619 – Entrevista realizada com a liderança da Comunidade Nova Esperança (11,435569S; 55,355078W).

5.3.2.2.9.3 Terra Nova do Norte/MT

Projeto de Assentamento Alto Paraíso

O Projeto de Assentamento Alto Paraíso está localizado no município de Terra Nova do Norte/MT. Dista 6,5 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com a liderança local entrevistada, Alto Paraíso foi fundada em 1982 por Francisco Alves. O principal motivo apontado pelos ocupantes para a criação da Comunidade foi para que os moradores das fazendas do local tivessem uma estrutura básica por perto, pois a sede municipal é distante das propriedades.

De acordo com dados do Incra, a área de 1.569 ha foi obtida em 1979, sendo criado o Projeto de Assentamento (PA) Alto Paraíso em 31/10/1996, pela Portaria n.º 00078, do Incra, com capacidade para 45 famílias.

Atualmente, existem 40 domicílios e famílias na região, totalizando 150 moradores. A gestão administrativa é feita por duas lideranças locais. A Associação dos Moradores está desativada, sendo então a comunidade representada pelos dois líderes citados. A festividade de São João, em 24 de junho de todo ano, é a mais significativa para os moradores.

Em Alto Paraíso, o principal mecanismo de sustento é a produção de leite e o cultivo de maracujá e acerola. Esses produtos são vendidos na Cooperativa Agropecuária Mista Terranova Ltda (Coopernova).

A energia elétrica é fornecida pela Energisa. O abastecimento de água é feito por poços e o esgotamento sanitário consiste em fossas sépticas. Não existe coleta de lixo e geralmente é queimado ou colocado em um terreno baldio. A escola mais próxima fica localizada na rodovia MT-320 e o posto de saúde a 6km da Comunidade, também na rodovia MT-320, áreas ainda consideradas como pertencentes à Alto Paraíso.

A percepção do entrevistado sobre a Ferrogrão é bastante positiva, pois acredita que haverá uma melhora no trânsito da rodovia BR-163, com a redução de acidentes que ocorrem, e diminuição dos custos de produção. Foi citado que, quanto mais empreendimentos uma

região possuir, melhor será para o desenvolvimento local. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



Figura 620 – Placa de identificação da Comunidade Alto Paraíso (10,566382S; 55,212325W).



Figura 621 – Entrevista realizada com a liderança da Comunidade Alto Paraíso (10,566889S; 55,223304W).

Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio

Nossa Senhora do Caravaggio pertence ao município de Terra Nova do Norte/MT. Fica distante 1,7 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A comunidade não possui associação ou representantes legais. O entrevistado reside no local desde a sua criação, em 1982. O principal responsável à época era Luiz Alberto Fanim, que estabeleceu a comunidade para que quem residisse na região não tivesse que usar somente a infraestrutura de comércio e serviços de Terra Nova do Norte/MT. As maiores dificuldades encontradas foram a falta de estradas e de energia na área.

Existem 38 propriedades e famílias na região, totalizando aproximadamente 120 pessoas. A única festa que é comemorada pelos moradores é a da padroeira local, sempre no mês de maio.

Os moradores têm como principal mecanismo de sustento a produção pecuária, sendo que o gado de corte é vendido para frigoríficos locais e a produção de leite para a Coopernova, em Terra Nova do Norte/MT.

Na Comunidade, a energia elétrica é fornecida pela Energisa. O abastecimento de água é feito por poços e o lixo queimado ou enterrado, devido à falta de coleta. Como na maioria das comunidades, não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas rudimentares. No centro de Nossa Senhora do Caravaggio, existe uma igreja e um comércio para os moradores. Não há escola e nem posto de saúde local.

Sobre a Ferrogrão, um aspecto positivo citado foi em relação à diminuição de carretas circulando na rodovia BR-163, diminuindo acidentes e melhorando o trânsito local. Como aspecto negativo foi citado que, caso o traçado passe pelas propriedades da Comunidade, os moradores perderão área de seus imóveis. Além disso, a diminuição do fluxo de caminhões na rodovia poderá acarretar a redução de vendas dos comércios próximos à BR.



Figura 622 – Igreja na Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio (10,527599S; 55,155240W).



Figura 623 – Entrevista com moradores da Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio (10,527599S; 55,155240W).

Vila Xanxerê

A Vila Xanxerê está localizada no município de Terra Nova do Norte/MT. Fica distante 3,8 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Também não possui associações ou representantes legais. O entrevistado é proprietário de um comércio localizado à margem da rodovia BR-163. Ele informou que a Vila foi fundada em 1975, com a ocupação do local por pessoas vindas do Rio Grande do Sul em busca de terras, após as fazendas que habitavam no sul do País terem sido desapropriadas pela União.

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte/MT promulgou o Decreto Municipal nº 28/2019, que autoriza a abertura de processo administrativo para a regularização fundiária dos imóveis – lotes e chácaras – localizados na Vila Xanxerê (5ª Agrovila), para possível transformação para área urbana.

Ao total são 80 famílias e domicílios, cujo padrão construtivo pode ser visto na Figura 628. Há aproximadamente 300 pessoas morando na Vila, e as festividades locais são o Baile do Chopp e a Festa de Nossa Senhora de Fátima, em maio.

O principal mecanismo de sustento é o comércio local, composto por borracharias, restaurantes, panificadora, posto de combustível, dentre outros, todos localizados próximos à rodovia BR-163 e ilustrados pelas Figura 624, Figura 625, Figura 626 e Figura 627. Além disso, a pecuária (gado de corte) também é uma atividade que agrega renda aos moradores da Vila. Existe uma escola na Vila e nenhum posto de saúde.

A energia elétrica é fornecida pela Energisa e o abastecimento de água é feito por rede geral de distribuição ou poços em algumas propriedades. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas nas propriedades, e o lixo é queimado ou enterrado em uma fazenda próxima.

Em relação ao empreendimento, o entrevistado acredita, que com a implantação do mesmo as terras da região serão valorizadas e o comércio da Vila, durante a obra, pode ter suas vendas aumentadas. Além disso, espera-se a diminuição do preço do frete e valorização do

preço da produção. Em contrapartida, durante a operação da ferrovia, com a possível diminuição do fluxo de caminhões transportadores da produção regional, teme-se pela diminuição da movimentação na BR e, conseqüentemente, a redução das vendas do comércio local.



Figura 624 – Comércio na Vila Xanxerê
(10,475884S; 55,067389W).



Figura 625 – Comércio próximo à rodovia BR-163
na Vila Xanxerê (10,475884S; 55,067389W).



Figura 626 – Comércio na Vila Xanxerê
(10,475884S; 55,067389W).



Figura 627 – Galpão na Vila Xanxerê (10,476250S;
55,065221W).



Figura 628 – Casas na Vila Xanxerê (10,476250S;
55,065221W).



Figura 629 – Entrevista realizada com morador da
Vila Xanxerê (10,475884S; 55,067389W).

Projeto de Assentamento União de Todos

O Projeto de Assentamento (PA) União de Todos está localizada no município de Terra Nova do Norte/MT. Fica distante 9 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O Assentamento é representado pelo antigo presidente da Associação dos Produtores Rurais União de Todos. Dentro do União de Todos existem quatro comunidades, todas sem associação ou liderança, sendo representadas pelo entrevistado: Recanto Verde, São José, São Pedro e Beija Flor.

O PA teve seu ato de criação administrativo por meio da Portaria nº 00087, de 27/09/1995, do Incra, com capacidade para 107 famílias e área de 4.797 hectares. As terras já foram repassadas com distribuição de energia elétrica e fomento à produção de pecuária. O Assentamento possui 105 domicílios com 55 famílias residindo (dados de novembro de 2019), totalizando aproximadamente 200 pessoas. A Associação dos Produtores está desativada desde 2009. Porém, o antigo presidente ainda é considerado a principal liderança local. O Assentamento realiza reuniões entre os moradores e festividades nos meses de junho e dezembro, como formas de sociabilidade.

O principal mecanismo de sustento é a produção de leite, vendida para a Coopernova, em Terra Nova do Norte/MT. Cerca de 95% dos moradores locais tem a sua renda proveniente dessa atividade.

No Assentamento, há igrejas de variadas vertentes religiosas (Figura 630) e comércios, como bar e pequeno mercado (Figura 631), estabelecimentos de pequeno porte direcionados ao atendimento da demanda local. Não há posto de saúde e a escola é na antiga sede, próxima aos limites da Comunidade. Não existe sistema de esgotamento sanitário e nem coleta de lixo, sendo que os resíduos produzidos são queimados e as propriedades possuem fossas. A energia elétrica é fornecida pela Energisa e o abastecimento de água é feito por poços nas propriedades.

Em relação à ferrovia, o entrevistado (Figura 633) acredita que haverá desenvolvimento significativo da região, com o aumento do escoamento de grãos e diminuição do valor do frete. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



Figura 630 – Capela São Sebastião no limite do PA União de Todos (10,388421S; 55,237565W).



Figura 631 – Comércio no PA União de Todos (10,448301S; 55,187223W).



Figura 632 – Colégio desativado no PA União de Todos (10,448301S; 55,187223W).



Figura 633 – Entrevista realizada com a liderança do PA União de Todos (10,448301S; 55,187223W).

Distrito de Miraguaí do Norte

Miraguaí do Norte, também conhecido como São Roque, é localizado em Terra Nova do Norte/MT, distante 4,1 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. É um Distrito Municipal, criado em 1989, pela Lei Municipal nº 118/1989, a partir da Agrovila estabelecida no período de assentamento de famílias sulistas na região em 1978, após a Coopercana receber lotes do Incra e construir as moradias dos trabalhadores, que hoje somam 150 lotes e famílias. Não há um levantamento atualizado do número de residentes.

A Associação de Moradores não está em funcionamento temporariamente, pois o antigo presidente mudou-se da região. O entrevistado é o atual presidente da comunidade.

As principais festividades são: a festa do padroeiro (em agosto) e o Tiro de Laço, competição em forma de rodeio (em junho ou julho). Como mecanismo de sustento, a soja e o milho são culturas fortes na região, além da produção de leite para venda na Coopernova, em Terra Nova do Norte/MT.

É uma comunidade bem estruturada, com igrejas (Figura 634), área de lazer (Figura 635), escola (Figura 638), posto de saúde (Figura 637) e comércio local. Como na maioria das comunidades, não há sistema de esgotamento sanitário e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado e os dejetos direcionados a fossas. O abastecimento de água é por meio de poços e a energia é distribuída pela Energisa.

O entrevistado (Figura 639) acredita que a Ferrogrão trará desenvolvimento local e regional, além de melhorar o trânsito na rodovia-BR-163, local que ocorrem muitos acidentes. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação do empreendimento.



Figura 634 – Igreja São Roque no Distrito de Miraguaí do Norte (10,365073S; 55,029061W).



Figura 635 – Área de lazer no Distrito de Miraguaí do Norte (10,365748S; 55,028075W).



Figura 636 – Galpão da Igreja no Distrito de Miraguaí do Norte (10,365662S; 55,029263W).



Figura 637 – Posto de Saúde no Distrito de Miraguaí do Norte (10,365352S; 55,029720W).



Figura 638 – Escola no Distrito de Miraguaí do Norte (10,365826S; 55,030026W).



Figura 639 – Entrevista realizada com liderança do Distrito de Miraguaí do Norte (10,3653573S; 55,028428W).

5.3.2.2.9.4 Peixoto de Azevedo/MT

Comunidade Beira Rio

A Comunidade Beira Rio, localizada no município de Peixoto de Azevedo/MT, está inserida no Projeto de Assentamento ETA, criado pelo Inbra em 1987, cuja área é de 22.674 ha.

Contudo, tal PA parece estar descaracterizado, pois, inclusive a sede municipal está inserida em sua área. A comunidade fica distante 9,2 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia.

O representante local informou que a vila foi criada na época da implantação da rodovia BR-163, no início da década de 1970, com a abertura da área pelo Exército, atraindo novos moradores para povoar a região. Um dos fatores que estimulou a instalação da comunidade foi a proximidade com o rio Peixoto de Azevedo/PA.

São 29 casas construídas e 31 famílias residindo, totalizando aproximadamente 100 pessoas. Não existem festividades na vila e a Associação da Comunidade está em fase de construção.

O principal mecanismo de sustento dos moradores é o comércio, tanto na sede municipal como na comunidade, composto por peixarias, loja de roupas, madeireira, loja de aços, bares e prostíbulo. Além do comércio, a venda de peixes para os grandes centros comerciais de Peixoto de Azevedo/PA é uma fonte de renda dos habitantes. A pesca é uma atividade muito presente pelo fato da proximidade do rio, conforme ilustra a Figura 640. Além disso, durante a época da piracema, quando a pesca é proibida, os pescadores recebem o seguro defeso, uma ação governamental que garante que os trabalhadores não fiquem sem renda durante a não execução da atividade.

Beira do Rio possui abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição, energia elétrica fornecida pela Energisa e coleta de lixo semanal. Porém, não é atendida por sistema de esgotamento sanitário. Não há escola, igreja e nem posto de saúde no local.

Em relação à ferrovia, o entrevistado questionou sobre o traçado e se afetará diretamente a Comunidade. Ele acredita que o empreendimento será benéfico durante a implantação, pela geração de empregos, mesmo que temporários. Além disso, presume que se em Peixoto de Azevedo/PA for construído um porto seco, será melhor para o comércio municipal. Porém, com a operação da Ferrogrão, teme pela diminuição do fluxo de caminhões na rodovia, reduzindo as vendas do comércio local.



Figura 640 – Rio Peixoto próximo à Comunidade Beira Rio (10,221194S; 54,971110W).



Figura 641 – Comércio na Comunidade Beira Rio (10,221194S; 54,971110W).



Figura 642 – Comércio próximo à rodovia BR163 na Comunidade Beira Rio (10,221194S; 54,971110W).



Figura 643 – Entrevista com a liderança da Comunidade Beira Rio (10,221194S; 54,971110W).

5.3.2.2.9.5 Matupá/MT

Comunidade São Pedro do Alto Alegre/Sucam

Essa comunidade pertence ao município de Matupá/MT, mas faz divisa com Guarantã do Norte/MT e fica distante 3,7 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Ela está inserida no Projeto de Assentamento Braço Sul do Inbra, criado em 1981, possui uma área de 115.050 hectares, com capacidade para 2.530 famílias. Atualmente, o PA parece estar descaracterizado, já que em sua área está localizada a sede municipal de Guarantã do Norte/MT.

A comunidade também é conhecida como Sucam, sigla que faz referência a Superintendência e Campanha de Saúde Pública (hoje FUNASA), e faz parte da Estrada Linha de mesmo nome, mas modificou sua nomenclatura para o padroeiro da Comunidade.

O local não possui associações representativas, mas a entrevistada é considerada uma liderança juntamente com seu marido. O casal é coordenador da igreja e são responsáveis por administrar as questões comunitárias. A Comunidade foi criada em 1981, com a chegada das Irmãs Carmelitas e com o auxílio do Inbra, que colaborou para que as irmãs fizessem a distribuição dos terrenos para os colonos. A malária também foi apontada como uma das grandes dificuldades que foram vivenciadas no início do processo de ocupação da área.

São 30 domicílios e famílias residentes, e não foi apresentada estimativa de total de residentes. Uma vez ao ano é realizado um evento na Igreja e a verba é revertida para a melhora das benfeitorias da Comunidade, por exemplo, a construção de banheiros na capela, reforma das calçadas próximas à praça, dentre outras.

Os moradores da região têm como mecanismos de sustento a piscicultura, a pecuária (corte e leite) e o arrendamento de propriedades, sendo que alguns poucos proprietários arrendam parte de suas terras para cultivo de milho e soja. Além disso, alguns residentes trabalham em um garimpo próximo. Cabe ressaltar que a Comunidade é atendida por um programa de financiamento para compra de gado.

A Comunidade possui igreja, posto de saúde, escola e alguns pontos de comércio. O lixo produzido é queimado e não há sistema de esgotamento sanitário, são utilizadas fossas nas propriedades. O abastecimento de água é feito por poços e há uma rede geral de distribuição de água próximo ao morro da Igreja. A energia elétrica é fornecida pela Energisa.

Sobre a Ferrogrão, a entrevistada informou ter conhecimento do projeto apenas pelo fato de uma equipe ter fixado estacas próximas ao local, em 2015. Ela acredita que o empreendimento diminuirá os valores do transporte da produção e isso será um ponto positivo para os produtores. Porém, há o receio de que durante a implantação do empreendimento gere aumento populacional próximo à Comunidade, diminuindo a tranquilidade dos moradores.

As Figura 644, Figura 645, Figura 646 e Figura 647 ilustram a estrutura geral instalada na comunidade, enquanto a Figura 648 retrata o padrão construtivo das residências e a Figura 649 traz imagem da entrevista realizada com a liderança local.



Figura 644 – Entrada Comunidade São Pedro do Alto Alegre (10,064869S; 54,991695W).



Figura 645 – Escola na Comunidade São Pedro do Alto Alegre (10,042699S; 55,029056W).



Figura 646 – Posto de Saúde na Comunidade São Pedro do Alto Alegre (10,042071S; 55,026625W).



Figura 647 – Igreja São Pedro na Comunidade São Pedro do Alto Alegre. (10,041976S; 55,029960W).



Figura 648 – Casas na Comunidade São Pedro do Alto Alegre (10,041964S; 55,028423W).



Figura 649 – Entrevista com liderança da Comunidade São Pedro do Alto Alegre. (10,042190S; 55,032732W).

5.3.2.2.9.6 Guarantã do Norte/MT

Bairro Cotrel

Esse bairro pertence ao município de Guarantã do Norte/MT e é considerado uma comunidade de descendentes italianos. O bairro foi levado em consideração nesse Estudo devido aos apontamentos realizados em campo, por outros entrevistados, sobre a importância do local na região. Esse bairro fica distante 3,4 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Assim como no caso da Comunidade São Pedro do Alto Alegre, a localidade está inserida no PA Braço Sul, do Incra. Como pode ser visto na base de dados do Incra⁵ (2020), o PA Braço Sul é considerado um assentamento consolidado.

Cotrel é uma sigla para Cooperativa Tritícola de Erechim Ltda, pois o bairro foi formado a partir do PA Braço Sul, constituído para os colonos vindos do sul do País (principalmente de Erechim/RS), em 1980. O lema “Usar para não perder” era a base dos cooperados visto que no Sul as terras produtivas estavam limitadas, obrigando os colonos a migrarem para outras regiões em busca de novas áreas para colonização. Sendo assim, Cotrel é considerado o primeiro bairro de Guarantã do Norte/MT. Uma das maiores dificuldades apontadas para a consolidação do local foi a grande incidência de malária, elemento associado pelo entrevistado ao desmatamento.

No local hoje existem 350 domicílios e não há um levantamento atual da quantidade de residentes e famílias do Bairro. O entrevistado é a principal liderança local, sendo também o presidente da Associação Guarantaense de Tradição e Cultura Italiana. Além dessa Associação, a Cooperativa do Bairro é responsável por auxiliar os moradores na gestão administrativa local. As principais festividades locais estão ligadas à cultura italiana: são realizados almoços e outros eventos que buscam resgatar os costumes da tradicional família

⁵ Disponível em http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acessado em 30/01/2020.

italiana, principalmente àquelas voltadas aos jovens, aprimorando a gastronomia local e uma melhora na qualidade de vida dos moradores do Bairro.

A pecuária e o garimpo estão entre as principais fontes de renda da comunidade. Além disso, muitos moradores exercem atividades como professores, advogados, comerciantes, garantindo também o sustento local.

Por ser um bairro bem estruturado de Guarantã do Norte/MT, Cotrel é atendido por esgotamento sanitário, tem coleta de lixo, energia elétrica fornecida pela Energisa e rede geral de distribuição de água. Além disso, possui posto de saúde, escola e um cemitério.

O entrevistado acredita que, com a implantação da ferrovia, a produção agrícola pode aumentar, melhorando o preço dos produtos. Além disso, pontua que os fertilizantes e insumos para as plantações deverão chegar mais rápido aos municípios produtores. Como aspecto negativo, citou a possível diminuição do fluxo de caminhões, causando desemprego. Posicionou-se como indiferente à implantação do empreendimento pois crê que não irá afetar o bairro ou a produção de Cotrel.

As Figuras 650, Figura 651, Figura 652, Figura 653 e Figura 654 retratam a infraestrutura geral do bairro, enquanto a Figura 655 traz registro da entrevista realizada.



Figura 650 – Escola Estadual Jaime Farina em Cotrel (9,948175S; 54,954085W).



Figura 651 – Centro de Cultura Italiana em Cotrel (9,950538S; 54,952305W).



Figura 652 – Centro Poliesportivo em Cotrel (9,948444S; 54,953627W).



Figura 653 – Centro de lazer em Cotrel (9,949882S; 54,953833W).



Figura 654 – Cemitério em Cotrel (9,950430S; 54,952966W).



Figura 655 – Entrevista realizada com liderança de Cotrel (9,950714S; 54,953462W).

Comunidade Nossa Senhora das Graças

A Comunidade pertence ao Projeto de Assentamento Cachoeira da União, criado pelo Incra em 1995, com uma área de 13.272 hectares e capacidade de alocação de 219 famílias. Pertence ao município de Guarantã do Norte/MT e fica distante 129,9 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A liderança da Comunidade informou que não há associações, cooperativas ou sindicatos no local. Nossa Senhora das Graças foi criada em 1996 após doação de terras para construção da capela (Figura 656) para os moradores próximos. Eram conhecidos como Comunidade da Usina Braço Norte I, mas com a construção da igreja, o nome foi modificado.

No total são 20 domicílios e famílias, totalizando aproximadamente 100 pessoas. Ocorrem eventos na Comunidade com frequência, como quadrilhas, campeonatos de futebol e festas para arrecadação de verbas para melhorias na infraestrutura local.

O principal mecanismo de sustento da comunidade é a pecuária, tanto para venda de gado de corte como para produção de leite.

A energia elétrica também é fornecida pela Energisa e o abastecimento de água é feito por poços semiartesianos. Não há coleta de lixo, sendo o mesmo queimado. Quando possível, o lixo reciclável (como latas) é vendido na sede municipal. Também não há sistema de esgotamento sanitário no local, sendo utilizadas fossas. Não há posto de saúde e nem escola.

O entrevistado (Figura 657) tem conhecimento do projeto da ferrovia, pois em 2015 uma equipe foi ao local para fixar as estacas. Ele acredita que ocorrerá uma redução no preço do frete da produção, além de diminuição do fluxo de caminhões na rodovia BR-163, ocasionando uma melhora no trânsito da rodovia. Em contrapartida, preocupa-se com o ruído provocado pelo empreendimento e as possíveis perdas de acessos às propriedades, além do aumento de desemprego dos caminhoneiros. Por fim, quando questionado sobre sua opinião em relação ao empreendimento e o motivo, o entrevistado disse ainda não saber como se posiciona, pois quer avaliar os valores de indenização que serão apresentados à Comunidade.



Figura 656 – Igreja na Comunidade Nossa Senhora das Graças (9,850754S; 55,030387W).



Figura 657 – Entrevista com a liderança da Comunidade Nossa Senhora das Graças (9,828153S; 55,000902W).

Comunidade Sant'Ana

A Comunidade Sant'Ana está localizada no município de Guarantã do Norte/MT, fica distante 938,8 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Assim como o Bairro Cotrel, essa comunidade também está inserida no PA Braço Sul, do Inkra.

Não há associações ou representantes legais, somente uma liderança, que cuida da administração da igreja. O entrevistado (Figura 661) informou que o local era um assentamento do Inkra e, em 1989, foi criada a Comunidade, visando ter uma estrutura religiosa para os moradores próximos.

São aproximadamente 100 famílias residindo atualmente, mas não há levantamento do número de pessoas. Não há nenhuma festividade comemorada pela igreja, somente almoços comunitários de confraternização após algumas missas.

A venda de gado de corte e a produção de leite são os principais mecanismos de sustento da Comunidade. Existe uma igreja (Figura 660) e uma escola (Figura 659) em funcionamento. Não há posto de saúde.

Os resíduos produzidos são queimados ou enterrados pois não há coleta de lixo e tampouco sistema de esgotamento sanitário, sendo que as propriedades possuem fossas rudimentares. A energia elétrica é fornecida pela Energisa e o abastecimento de água é feito por poços semiartesianos e uma mina d'água.

Em relação ao empreendimento, em 2015 foram colocados piquetes marcando o traçado do projeto. Quando perguntado se possuía ou não questionamentos sobre a ferrovia, o entrevistado relatou ter dúvidas em relação aos valores de indenização das terras afetadas na Comunidade, além de não saber o tamanho da área que perderá de sua produção. Acredita que o aspecto negativo da ferrovia é a passagem pelas terras locais, pois são terras propícias para criação de gado. Porém, espera que ocorra uma diminuição no fluxo de caminhões na rodovia BR-163, melhorando o trânsito local e um aumento das exportações da produção regional.



Figura 658 – Entrada para a Comunidade Sant'Ana (9,762219S; 54,935440W).



Figura 659 – Escola na Comunidade Sant'Ana (9,757972S; 54,937414W).



Figura 660 – Igreja na Comunidade Sant'Ana (9,757384S; 54,937646W).



Figura 661 – Entrevista com a liderança da Comunidade Sant'Ana (9,764455S; 54,946525W).

Comunidade Serra do Cachimbo

Ela é também conhecida como Comunidade do 15 e está localizada no município de Guarantã do Norte/MT, ficando distante 1,3 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A liderança local e fundador foi o responsável por repassar as informações (Figura 665). A Comunidade foi criada em 1981, por colonos que saíram do Rio Grande do Sul em busca de terras férteis na região Centro-Oeste.

É uma pequena vila com 08 (oito) domicílios e famílias, incluindo o comércio local que possui bares, dormitório e borracharias (Figura 664). Com essa configuração, o principal mecanismo de sustento é o comércio, além de pouca produção de leite e gado para corte. As festividades locais se resumem às realizadas pela escola e pela Igreja Nossa Senhora Aparecida.

Serra do Cachimbo é uma comunidade bem estruturada, com colégio (Figura 663) e comércio variado. O abastecimento de água é feito por mina e poços. Não há coleta de lixo, sendo os resíduos queimados e enterrados. Como em outros locais, a energia é distribuída pela Energisa. Não existe sistema de esgotamento sanitário na comunidade, as propriedades possuem fossas rudimentares.

De acordo com o entrevistado, em 2015 foram fixadas estacas do projeto da ferrovia, assim soube do projeto. Ele acredita que o empreendimento pode ser bom para a comunidade, pois pode ocorrer o crescimento das vendas do comércio local. Porém, tem receio do aumento de roubos e crimes realizados por pessoas de fora da Comunidade.



Figura 662 – Igreja na Comunidade Serra do Cachimbo (9,559004S; 54,872948W).



Figura 663 – Escola na Comunidade Serra do Cachimbo (9,558620S; 54,872421W).



Figura 664 – Comércio na Comunidade Serra do Cachimbo (9,577562S; 54,880757W).



Figura 665 – Entrevista com a liderança da Comunidade Serra do Cachimbo (9,577377S; 54,879198W).

5.3.2.2.9.7 Altamira/PA

Distrito de Cachoeira da Serra

Cachoeira da Serra é um distrito de Altamira/PA, situado às margens da rodovia BR-163 que, segundo consta no Plano Diretor, é um parcelamento particular, incorporado pela Guaranorte Empreendimentos Imobiliários. Está situado a 9,2 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia.

Conforme consta no relatório de revisão do Plano Diretor (2010), o trecho da rodovia BR-163 que atravessa o município no seu extremo sudoeste constitui o acesso a esta região gerador de ocupações urbanas, como as vilas Castelo dos Sonhos e Cachoeira da Serra. A perspectiva apresentada no referido Relatório é que “a tendência é a do crescimento bastante

vertiginoso desta sede de Distrito, uma vez que a rodovia em pauta oferece ainda poucas oportunidades de apoio aos seus usuários, sendo Cachoeira da Serra, uma delas”.

Cachoeira da Serra se caracteriza como “relativamente planejado”, que se estrutura em torno das Avenidas Rio Curuá e Três de Maio, que delimitam uma área inicial do parcelamento, em torno de uma praça e uma escola.

Apesar de localizada na bacia do rio Curuá, segundo Plano Diretor, não apresenta conflitos com a legislação ambiental vigente, refletindo, aparentemente, um certo cuidado com córregos e igarapés dentro de sua malha urbana, formatando faixas para a sua preservação permanente, e as categorias de atividades de uso e ocupação do solo presente no distrito, estabelecidos no PD (Figura 666), são: uso residencial; comercial e prestação de serviços; industrial; institucional e áreas de interesse ambiental, conforme apresentado na Figura 666.



Figura 666 – Planta de Atividades e Eixos da Sede do Distrito de Cachoeira da Serra/Altamira.
Fonte: Relatório do Plano Diretor de Altamira, Volume II.

Cachoeira da Serra fica distante 1.008 km da sede do município de Altamira/PA. O distrito foi criado a partir de terras do distrito de Castelo dos Sonhos, estando localizada assim entre este Distrito e o município de Guarantã do Norte/MT. Foi elevado à categoria de Distrito pela Lei nº 1.531, de 02 de julho de 2004, dispondo de uma subprefeitura. O Distrito possui creche (Figura 667), uma escola de ensino fundamental (Figura 668), mas segundo o Relatório de Revisão do Plano Diretor (2010), prevê área para mais uma escola. Há uma Unidade de Saúde da Família (Figura 669), que presta cuidados de saúde primários.



Figura 667 – Creche municipal Paraíso Infantil, Distrito Cachoeira da Serra/Altamira (coord. 714367.07 m E, 9046502.08 m S).



Figura 668 – Escola Estadual Avenida Três de Maio, Distrito Cachoeira da Serra/Altamira (coord. 714067.75 m E, 9046380.08 m S).



Figura 669 – Unidade Básica de Saúde, Distrito Cachoeira da Serra/Altamira (8,372471S; 55,363687W).

Distrito de Castelo dos Sonhos

O Distrito Castelo dos Sonhos pertence ao município de Altamira/PA, ficando distante 5,3 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Situa-se às margens da rodovia BR-163, na região conhecida como Serra do Cachimbo. Segundo Venturieri (2007), a vila foi formada em 1974, por imigrantes gaúchos atraídos por acesso à terra a baixo custo, e seu crescimento foi impulsionado pela atividade de garimpo e, conseqüentemente, pela implantação da referida rodovia.

A localidade foi elevada à categoria de Distrito pela Lei Municipal nº 1.634, de 8 de setembro de 2006. Localizado próximo à divisa do Pará com o Mato Grosso, está situado a 970 km da sede de Altamira/PA. Devido a essa longa distância, possui ligação mais próxima com os municípios de Novo Progresso/PA e Guarantã do Norte/MT. Em função disso, é forte o movimento social e político para sua emancipação.

Conta atualmente com uma população superior a vinte mil habitantes e se configura como uma área de expansão urbana, que se estrutura em torno de vias que são perpendiculares à rodovia BR-163 e por vias de penetração.

Quanto ao uso e ocupação do solo, segundo consta no Plano Diretor Municipal, possui uso misto, com destaque para o uso residencial, comercial e de prestação de serviços, além do industrial e institucional, como apresentado na Figura 670.



Figura 670 – Planta de Atividades e Eixos da Sede do Distrito de Castelo dos Sonhos/Altamira.
Fonte: Relatório do Plano Diretor de Altamira, Volume II.

Conforme aponta o PD de Altamira/PA, o Distrito é marcado pela presença do rio Curuá, com ocupações urbanas muito próximas a este e seus afluentes, o que resulta na presença de ocupações irregulares das APPs, em claro confronto com a legislação ambiental.

Sua economia é marcada por mudanças setoriais, onde no início da sua formação até a década de 1990, a maior renda era oriunda dos setores ligados a extração de ouro (garimpo). A crise do ouro abriu espaço para a exploração madeireira. Com população predominantemente rural, a atividade econômica está voltada para agricultura, pecuária e extração madeireira. Segundo o Relatório de Apresentação das Características Socioeconômicas e Ambientais do Território da BR-163/PA (2005), a mandioca, com cerca de 30 mil toneladas, o milho e o arroz com 10 mil toneladas cada, eram, no início do ano 2000, os principais cultivos.

Atualmente, a economia local ainda gira em torno da mineração de ouro, extração de madeira e o plantio de soja, mas tem no comércio local grande força tendo em vista sua distância dos grandes centros.

O Distrito se divide em oito bairros, sendo que as principais instalações se encontram localizadas na sede distrital (centro), dentre as quais destacam-se: a subprefeitura (Figura 671), o comércio, agências bancárias, estabelecimentos de ensino (Figura 672 e Figura 673) e de saúde (Figura 674), dentre outras.

Em termos de infraestrutura de saneamento básico, não possui rede de esgoto, a coleta de lixo insuficiente e há distribuição de água tratada. Dispõe de duas escolas de ensino (educação infantil e ensino fundamental), uma de ensino médio e uma creche. O atendimento de saúde é na Unidade de Saúde da Família, a qual atua também como unidade de Pronto Atendimento 24 horas, mas há previsão de conclusão da obra de um hospital, iniciada em 2014, com término previsto para abril de 2020, com 33 leitos, que deverá atender por mês, em média, 20 mil habitantes da comunidade, incluindo o distrito de Cachoeira da Serra⁶.

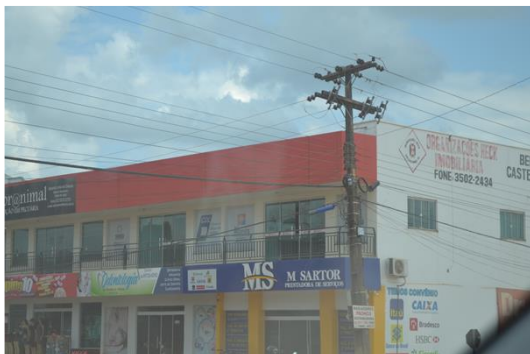


Figura 671 – Sede da Subprefeitura do Distrito Castelo dos Sonhos/Altamira (coord. 709271.59 m E, 9080167.47 m S).



Figura 672 – Escola de Ensino Fundamental João Paulo II, Distrito Castelo dos Sonhos/Altamira (coord. 708209.63 m E, 9079641.49 m S).



Figura 673 – Creche Irene Reck, Distrito Castelo dos Sonhos/Altamira (709613.42 m E, 9080250.44 m S).



Figura 674 – Unidade Básica de Saúde, Distrito Castelo dos Sonhos/Altamira (709420.64 m E, 9080084.89 m S).

PDS Brasília

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Brasília (Figura 677) está localizado na divisa entre os municípios de Altamira/PA e Novo Progresso/PA, ficando distante 6,9 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A principal liderança local (Figura 678), entrevistada pela equipe, é a presidente da Associação Vale do Jamanxim (Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília – funcionando em Castelo dos Sonhos/PA, Figura 679 e Figura 680). O PDS foi criado pela Portaria nº 24, de 23/11/2005, do Incra, sendo que, no ano seguinte, ocorreu a homologação dos assentados pelo Incra. Possui área de 19.947,7786ha, com capacidade para 500 famílias, sendo que 339 estão assentadas na área.

⁶ Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/17206/>.

Existem 250 domicílios e famílias residindo no local, sendo que a maioria tem como fonte de renda a agricultura familiar e gado de corte, além do gado leiteiro para venda à Coopernova. A comunidade realiza várias festividades anuais, sendo as principais a Festa do Agricultor (em julho) e o Dia das Crianças (outubro).

A Associação que é responsável por projeto de desenvolvimento sustentável apoiou a criação de um viveiro de mudas para realizar o reflorestamento de grotas, nascentes e áreas degradadas do Assentamento, ilustrado pelas Figura 681 e Figura 682. Nesse projeto, está prevista a distribuição de 50 mil mudas de vários tipos: pupunha, cacau, pequi, limão, castanha do Pará, laranja, maracujá, açaí, andiroba, cupuaçu, graviola e outras culturas.

Um dos projetos futuros da Associação é a utilização das frutas colhidas como merenda escolar nos colégios de Castelo dos Sonhos e do PDS. Outro projeto é a escavação de tanques para piscicultura. A prefeitura de Altamira/PA doou 300 horas de serviços de uma escavadeira PC para a escavação dos tanques. No momento, falta a licitação para a contratação de uma empresa técnica responsável e as licenças ambientais para a implantação dos tanques, assuntos que a prefeitura citada está providenciando.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa, rede instalada no âmbito do Programa Luz para Todos. Não há sistema de esgotamento sanitário e nem coleta de lixo, sendo os resíduos queimados ou reciclados (latas) e as propriedades possuem fossas rudimentares. O abastecimento de água é feito por poços nas propriedades. Existe uma escola no local (Figura 676) e comércio para os moradores. Ainda não há posto de saúde no Assentamento, mas foi relatado que há um projeto do distrito de Castelo dos Sonhos para construção de um PSF no local.

Sobre a Ferrogrão, a entrevistada informou que participou de uma reunião no Fundo Dema⁷, em Santarém, em outubro de 2019, onde o empreendimento foi apresentado pela equipe do Fundo e discutidos os possíveis impactos positivos e negativos. Ela acredita que, caso tenha um porto seco no Distrito de Castelo dos Sonhos, em Altamira/PA, será muito importante para o desenvolvimento local, inclusive do PDS. Porém, se o traçado da ferrovia cortar o Assentamento, os assentados terão transtornos para serem realocados. Outro receio da entrevistada é em relação ao aumento das doenças durante a implantação do empreendimento, principalmente, com a chegada de trabalhadores de outros locais que irão atuar nas obras, além do aumento da criminalidade.

Em relação à possibilidade de um porto seco em Castelo dos Sonhos, ela frisou que estão ocorrendo sessões itinerantes em Cachoeira da Serra, realizada por vereadores da Câmara Municipal de Altamira/PA, para discussão dos locais dos portos secos, para aumentar a escoação dos produtos locais, como a soja e milho. Por fim, declarou que acredita que, caso

⁷ “O Fundo Dema é um fundo fiduciário criado em 2003, que apoia projetos coletivos dos “Povos da Floresta – povos indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, ribeirinhas e da agricultura familiar”, que visem a valorização socioambiental dessas populações, assim como a preservação do Bioma Amazônico, prezando pelo respeito à sociobiodiversidade, pela garantia plena dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DhESCA's, pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, pela equidade de gênero, pela valorização e respeito à auto identidade e a diversidade e pluralidade cultural e religiosa.” Disponível em <http://www.fundodema.org.br/>. Acessado em 30/01/2020.

o projeto englobe um porto no Distrito, os moradores serão favoráveis em relação à implantação do empreendimento.



Figura 675 – Igreja católica em reforma no PDS Brasília (8,203893S; 55,185082W).



Figura 676 – Escola no PDS Brasília (8,203842S; 55,184614W).



Figura 677 – Placa de entrada para o PDS Brasília (8,156896S; 55,128464W).



Figura 678 – Entrevista com liderança do PDS Brasília (8,318912S; 55,104099W).



Figura 679 – Associação Vale do Jamanxim – PDS Brasília (8,318912S; 55,104099W).

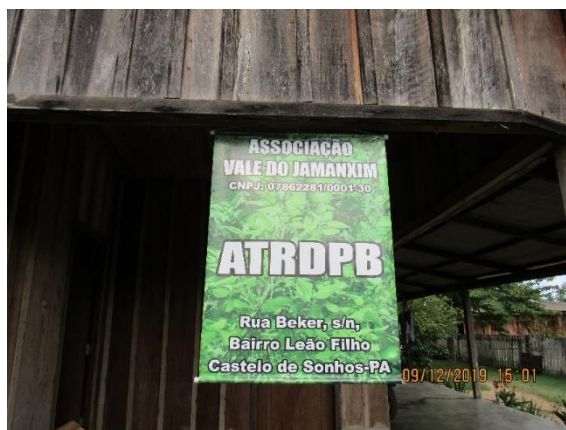


Figura 680 – Associação Vale do Jamanxim – PDS Brasília (8,318912S; 55,104099W).



Figura 681 – Viveiro no PDS Brasília – Projeto de plantio de mudas (sem coordenadas).
Fonte: Associação Vale do Jamanxim, 2019.



Figura 682 – Viveiro no PDS Brasília – Projeto de plantio de mudas (sem coordenadas).
Fonte: Associação Vale do Jamanxim, 2019.

Comunidade Vale do Castanheira

A Comunidade Vale do Castanheira está localizada no município de Altamira/PA. Está distante 331,2 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A entrevistada informou que a Associação Vale do Castanheira não está ativa e que não há lideranças locais. Essa Comunidade foi estabelecida em 2005, com a doação de terras pelo proprietário, para que fosse registrada a vicinal que passa por suas propriedades. Os principais mecanismos de subsistência dos moradores são o gado de corte, vendido para frigoríficos, e a piscicultura.

É uma comunidade sem nenhuma infraestrutura: não possui comércio, escola, igreja e posto de saúde. Apesar da placa localizada na entrada da Comunidade informar que residem 32 famílias no local, atualmente são 39 domicílios, com 62 famílias residindo. Não há um levantamento de número de pessoas da Comunidade. Também não existem festividades no local.

O lixo local é queimado dentro de buracos e o abastecimento de água é realizado por poços artesianos. A energia elétrica é proveniente da Companhia distribuidora e não há sistema de esgotamento sanitário, sendo as propriedades compostas de fossas rudimentares.

Em relação à Ferrogrão, há dúvidas sobre as etapas de negociação de desapropriação das terras. Como a entrevistada afirmou não ter muito conhecimento sobre o projeto e os benefícios ou malefícios que pode trazer, informou que é indiferente ao empreendimento, mas acredita que pode trazer empregos para os moradores da região. Não foram apontados aspectos negativos com a implantação da ferrovia.

Não há registro fotográfico do local, devido não existir estrutura para a comunidade e as fazendas serem distantes uma das outras. A entrevistada não autorizou fotos de sua propriedade e da entrevista.



Figura 683 – Placa de entrada para a Comunidade Vale do Castanheira (8,176096S; 55,126431W).



Figura 684 – Acesso para a Comunidade Vale do Castanheira (8,176096S; 55,126431W).

Comunidade São Francisco de Assis

A Comunidade São Francisco de Assis pertence ao município de Altamira/PA e está distante 460,5 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Associação de Moradores, juntamente com sua esposa (Figura 688), informaram que a Comunidade foi estabelecida em 1984, pelas famílias Mass e Fiorezzi. O objetivo do local é sempre ser um centro de recreação para os familiares e amigos aos finais de semana e em datas comemorativas.

A Comunidade é composta de igreja (Figura 685), galpão da igreja para eventos (Figura 686), campo de futebol e um cemitério (Figura 687) utilizado somente pelas famílias. Em média 50 famílias que moram em fazendas e sítios próximos frequentam a estrutura de São Francisco. A principal fonte de renda dos moradores é a venda da produção de soja, milho e arroz, além da criação de gado leiteiro e de corte. Não há posto de saúde no local e a escola encontra-se desativada desde 2011.

A energia elétrica é proveniente da Celpa e não há sistema de esgotamento sanitário e nem coleta de lixo. Os resíduos produzidos são levados para o aterro da fazenda do entrevistado. O abastecimento de água é feito por poços nas propriedades.

Em relação à Ferrogrão, acreditam que ocorrerá uma redução nos custos da produção agrícola e isso será benéfico para a Comunidade. Em contrapartida, apesar de se posicionarem a favor do empreendimento, esperam que as terras em que residem sejam regularizadas pelo Incri até a implantação da ferrovia pois, caso contrário, informaram que serão contra a Ferrogrão até que a titulação das terras aconteça. Os entrevistados afirmaram também que será muito importante para o desenvolvimento da região se um porto seco for instalado próximo à São Francisco de Assis.



Figura 685 – Igreja na Comunidade São Francisco de Assis (8,099849S; 55,143917W).



Figura 686 – Salão comunitário na Comunidade São Francisco de Assis (8,099417S; 55,143948W).



Figura 687 – Cemitério na Comunidade São Francisco de Assis (8,099103S; 55,142828W).



Figura 688 – Entrevista com a liderança da Comunidade São Francisco de Assis (8,099417S; 55,143948W).

5.3.2.2.9.8 Novo Progresso/PA

Comunidade Carro Velho

A Comunidade Carro Velho está localizada no município de Novo Progresso/PA, distante 60,8 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A entrevistada pertence à Associação de Pais e Mestres, única da Comunidade. Carro Velho foi fundada em 1978, para facilitar o convívio entre os moradores que residiam na área antes da implantação da rodovia BR-163.

A Comunidade tem de 45 a 50 domicílios e famílias, sendo 90 residentes (sem levantamento exato). As festividades locais são as da escola (Festa Junina) e a festa da igreja (Figura 690), que ocorre todo mês de setembro. A pecuária é o principal mecanismo de sustento dos moradores.

No local há uma escola em funcionamento (Figura 689 e Figura 691) e um posto de saúde desativado, por não haver profissional designados no momento. Os resíduos produzidos são queimados pois não há coleta de lixo. Também não existe sistema de esgotamento sanitário,

as propriedades possuem fossas rudimentares. A energia elétrica é fornecida pela Celpa e o abastecimento de água é feito por poços nas propriedades.

A entrevistada afirmou ter conhecimento da ferrovia, que sabe que os grãos serão transportados com mais rapidez até o porto. Além disso, acredita que o fluxo de caminhões na rodovia diminuirá, principalmente na época da colheita, reduzindo os acidentes e melhorando para o transporte escolar e dos moradores. Ela tem dúvidas em relação aos benefícios que a Ferrogrão trará para a Comunidade e frisou que é possível que ocorra desemprego dos caminhoneiros, afetando a economia regional, além da diminuição das vendas de produtos e serviços em comércios próximos à rodovia BR-163, que dependem do fluxo das carretas para sua economia.



Figura 689 – Escola na Comunidade Carro Velho (7,897568S; 55,176001W).



Figura 690 – Igreja na Comunidade Carro Velho (7,897762S; 55,175859W).



Figura 691 – Centro esportivo na Comunidade Carro Velho (7,897292S; 55,176073W).



Figura 692 – Comunidade Carro Velho (7,898128S; 55,176727W).

Vila Isol

A Vila Isol, conhecida também como Km 1000, é considerada o primeiro distrito de Novo Progresso/PA, distante 1,3 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Associação Comunitária da Vila Isol informou que a Vila foi criada em 1984, por Mário Jucinar, que ocupou a área com sua família vinda do Paraná. O entrevistado não tem o levantamento atualizado do número de famílias, domicílios e residentes no Km 1000.

A Associação Comunitária é responsável pelos projetos de limpeza da Vila, além de, no momento, arrecadar verba com as festas locais, como a festa que ocorre em julho do padroeiro local (São Paulo Apóstolo), para a construção da delegacia.

O principal mecanismo de sustento da comunidade é a produção agrícola de soja, milho e arroz, vendida principalmente para o município de Itaituba/PA. Além disso, o comércio local, piscicultura, gado de leite e prestação de serviços para garimpos e madeireiras estão entre as atividades que garantem renda aos moradores locais. Cabe ressaltar que Emater presta assistência técnica aos agricultores da Vila, realizando palestras e cursos de qualificação periodicamente e auxiliando na produção das espécies cultivadas.

A Vila tem boa infraestrutura, com escola (Figura 694), igrejas (Figura 696), Unidade de Saúde da Família (Figura 693) e comércio variado (Figura 695 e Figura 697). No Km 1000, ocorre a coleta de lixo duas vezes por semana, realizada pela Prefeitura de Novo Progresso/PA, e o abastecimento de água é feito por meio de poços nas propriedades. A energia elétrica é fornecida pela companhia distribuidora e não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que há fossas sépticas no local.

Sobre o empreendimento, o entrevistado acredita que durante a implantação da ferrovia ocorrerá aumento das vendas do comércio. Porém, durante a operação da Ferrogrão é possível que haja a redução do fluxo de caminhões e, conseqüentemente, das vendas locais. Mesmo com essas considerações apontadas pelo presidente da associação, ele ainda não sabe como se posicionar em relação ao empreendimento, pois aguarda propostas mais concretas sobre o que pode beneficiar a Vila Isol.



Figura 693 – Unidade Saúde da Família na Vila Isol (7,726811S; 55,205995W).



Figura 694 – Escola na Vila Isol (7,726970S; 55,208944W).



**Figura 695 – Comércio na Vila Isol (7,726500S;
55,207359W).**



**Figura 696 – Igreja na Vila Isol (7,726532S;
55,209037W).**



**Figura 697 – Comércio na Vila Isol (7,726762S;
55,207181W).**



**Figura 698 – Entrevista com a liderança da Vila
Isol (7,726492S; 55,206766W).**

PDS Terra Nossa

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Terra Nossa (Figura 699) está localizado na divisa entre os municípios de Altamira/PA e Novo Progresso/PA. O PDS fica distante 11,7 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A presidente da Associação dos Produtores Rurais do PDS Terra Nossa informou que o Assentamento foi criado em 2006, pelo Inbra, para o desenvolvimento de atividades sustentáveis e de baixo impacto ambiental para pequenos agricultores que moravam às margens da rodovia BR-163. São 310 lotes e 114 famílias morando no local. Não há um levantamento do quantitativo de pessoas.

A Associação está ativa e tem vários projetos de desenvolvimento, como o plantio e coleta de copaíba, cipó, cumaru, açaí, castanha do Pará, dentre outros. Além desses projetos, os principais mecanismos de sustento dos moradores do PDS são: criação de abelhas, plantio de banana, produção de farinha, reflorestamento de açaí e pequi. Não são comemoradas festividades no local.

De acordo com informações do Incra⁸, o Assentamento foi criado pela Portaria nº 003 de 03/06/2006. Possui área de 149.842,4738 ha, com capacidade para 1.000 famílias.

No Assentamento, não existe fornecimento de energia elétrica. Algumas propriedades possuem gerador a diesel, mas a maioria é desprovida de energia. O lixo produzido é queimado e o abastecimento de água é feito por meio de minas, onde os moradores buscam a água com baldes. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que os moradores utilizam fossas rudimentares. Também não há posto de saúde na localidade. Existe uma escola em reforma (Figura 701) e igrejas de várias denominações religiosas (Figura 700), além de pouco comércio para os moradores.

Em relação à ferrovia, a entrevistada afirmou já ter conhecimento do empreendimento e disse ter receio em relação à possível remoção dos moradores e da perda do comércio localizado às margens da rodovia, geralmente composto por restaurantes, bares e borracharias. Além disso, mostrou-se preocupada com a implantação do empreendimento na área da Flona do Jamanxim, pois utilizam a reserva florestal como mecanismo de sustento, como o plantio e coleta de copaíba, cipó, cumaru, açaí, castanha do Pará, dentre outros.

Em relação aos aspectos positivos da Ferrogrão, acredita que o empreendedor poderá financiar algumas melhorias para as comunidades locais, inclusive implantando um posto de saúde no PDS. Por fim, a presidente da Associação informou que espera que a liderança do PDS e da Terra Indígena Baú sejam consultadas, com reuniões, visando esclarecer sobre a área para a implantação da ferrovia, principalmente a área da Flona.



**Figura 699 – Entrada para o PDS Terra Nossa
(7,649216S; 55,222692W).**



**Figura 700 – Igreja no PDS Terra Nossa
(7,615757S; 55,120327W).**

⁸ Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf.



Figura 701 – Escola no PDS Terra Nossa (7,615526S; 55,1190995W).



Figura 702 – Entrevista com liderança do PDS Terra Nossa (7,641938S; 55,082310W).

Comunidade Rosa Mística

A Comunidade Rosa Mística pertence ao município de Novo Progresso/PA. Fica distante 216,8 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A presidente do Conselho da Igreja de Rosa Mística informou que não há associações ou cooperativas no local, somente o conselho da Igreja Nossa Senhora de Rosa Mística, do qual faz parte. A Comunidade foi criada em 1994, quando um padre, levado pela família Limberg, foi até o local e levou a padroeira (Nossa Senhora de Rosa Mística), que é considerada a protetora da comunidade contra a malária.

No local existem 15 (quinze) domicílios e famílias, mas não há o levantamento de pessoas residentes. A lavoura (soja e milho) e pecuária (gado de corte) são os mecanismos de sustento da comunidade. Como festividade, a festa da padroeira, em 13 de julho, é comemorada anualmente.

O abastecimento de água é feito por poços artesanais e a energia elétrica é fornecida pela Celpa. O lixo é queimado ou enterrado e não existe sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas. Há um posto de saúde da família (Figura 705) e igreja (Figura 703) com salão comunitário para os moradores (Figura 704). Não há escola no local.

A entrevistada informou que há alguns anos uma equipe foi ao local para fazer as medições para o projeto. Acredita que o empreendimento pode ser benéfico pelo fato de diminuir o fluxo de caminhões na rodovia BR-163, mesmo citando que é possível que somente caminhões que transportam grãos vão parar de circular, sendo que outros tipos de cargas ainda serão transportados pela rodovia. Como aspecto negativo, afirmou que pretende abrir um comércio local e que o fluxo de vendas pode não ser o esperado em virtude da diminuição do tráfego de caminhões.



Figura 703 – Igreja na Comunidade Rosa Mística (7,589651S; 55,238507W).



Figura 704 – Salão comunitário na Comunidade Rosa Mística (7,589298S; 55,238449W).



Figura 705 – Posto de Saúde na Comunidade Rosa Mística (7,588870S; 55,238394W).



Figura 706 – Entrevista com a liderança da Comunidade Rosa Mística (7,597450S; 55,243029W).

Comunidade 1027

A Comunidade 1027 também pertence ao município de Novo Progresso/PA, ficando distante 1,2 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O entrevistado informou que não há associações ou cooperativas, sendo ele apontado como uma antiga liderança que administra a igreja, pois no momento não há nenhum responsável pelo local.

Informações sobre a formação histórica da Comunidade e quantidade de casas e famílias não foram repassadas devido ao entrevistado não possuir essas informações. Durante visita de campo, foram procuradas outras pessoas para responder essas questões, mas todas pediram para procurarmos o entrevistado em questão.

A principal fonte de renda dos moradores da Comunidade 1027 são os trabalhos braçais, como serviços de pedreiro, carpinteiro, diarista e vaqueiro. Além disso, outro mecanismo de sustento local são os habitantes que trabalham em garimpos próximos e o comércio local, que inclui bares, borracharia e alojamento para trabalhadores dos garimpos (Figura 711). Existe um posto de saúde na Comunidade ativo (Figura 707) e uma escola desativada (Figura 708).

Não há coleta de lixo, sendo os resíduos queimados e outros, como latas, vendidos para reciclagem. O abastecimento de água é feito por poços e a energia elétrica distribuída pela Celpa. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas rudimentares.

O entrevistado informou que tem conhecimento da ferrovia e acredita que a possível redução do fluxo de caminhões, durante a operação do novo empreendimento, será um aspecto negativo para o comércio local, mas espera que, caso o traçado afete as terras da Comunidade, que ocorra reassentamento ou indenização.



Figura 707 – Posto de Saúde na Comunidade 1027 (7,495171S; 55,261349W).



Figura 708 – Escola desativada na Comunidade 1027 (7,495796S; 55,261074W).



Figura 709 – Igreja Nossa Senhora Aparecida na Comunidade 1027 (7,496041S; 55,260952W).



Figura 710 – Salão comunitário na Comunidade 1027 (7,496284S; 55,260845W).



Figura 711 – Alojamento para trabalhadores na Comunidade 1027 (7,497988S; 55,260064W).



Figura 712 – Entrevista com a liderança da Comunidade 1027 (7,487894S; 55,267547W).

Distrito de Alvorada da Amazônia

O Distrito de Alvorada da Amazônia está localizado no município de Novo Progresso/PA e fica distante 1,9 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O entrevistado foi um ex-vereador do local, considerado como liderança pelos moradores, além da diretora da escola municipal. A Comunidade foi criada em 1974, com a chegada de trabalhadores originários da Hidrelétrica de Itaipu (Paraná) que foram para a região visando povoar o local, aproveitando o início das obras da rodovia BR-163. Com a promulgação da Lei nº 0234/2006, que institui o Plano Diretor do Município de Novo Progresso, a comunidade é elevada à categoria de Distrito.

Alvorada da Amazônia apresenta boa infraestrutura, com igrejas de várias denominações (Figura 715), Posto de Saúde da Família (Figura 713), escola (Figura 714), comércios, terminal rodoviário e praça pública. Possui 450 domicílios, mas não foi informado o número de famílias. Estima-se que a quantidade de residentes esteja próxima de três mil pessoas.

A Associação Comunitária de Produtores Rurais de Alvorada da Amazônia está ativa, mas não tem nenhum projeto em atividade para a população atualmente. A gestão administrativa e institucional é feita pelas duas lideranças citadas inicialmente. A Comunidade atrai muitos visitantes na Festa do Costelão, que ocorre em 1º de maio, e na festa do Padroeiro São Roque, em agosto de todos os anos.

Como mecanismos de sustento local, o comércio e a pecuária foram apontados como importantes para a população. Além disso, alguns moradores trabalham em garimpos e madeireiras próximas.

A Comunidade não é atendida por sistema de esgotamento sanitário, mas utilizam fossas sépticas. Possui energia elétrica fornecida pela Celpa e coleta de lixo municipal, duas vezes por semana. O abastecimento de água é feito por rede geral de distribuição também de Novo Progresso e, em algumas propriedades, poços artesianos.

Sobre a Ferrogrão, o entrevistado afirmou ter conhecimento do empreendimento, mas que tem dúvidas de onde serão os portos secos da ferrovia. Acredita que, com a operação, é

possível que ocorra uma redução no fluxo da rodovia, sendo positivo pelo fato de diminuir acidentes, mas negativo pela provável diminuição das vendas do comércio local. Um ponto importante que o ex-vereador citou foi que, de modo geral, há receio de que os impactos negativos que ocorreram com a implantação da BR-163 possam acontecer novamente, como a ocorrência da malária, devido ao desmatamento e o aumento da prostituição e, conseqüentemente, das ISTs, com a presença de trabalhadores de fora da Comunidade, que buscavam mulheres para realizar programas sexuais. Finalizou informando que é a favor do empreendimento pois trará desenvolvimento para a região.



Figura 713 – Posto de Saúde no Distrito de Alvorada da Amazônia (7,294202S; 55,311000W).



Figura 714 – Escola no Distrito de Alvorada da Amazônia (7,296064S; 55,313656W).



Figura 715 – Igreja Católica no Distrito de Alvorada da Amazônia (7,2981137S; 55,310840W).



Figura 716 – Entrevista com a liderança do Distrito de Alvorada da Amazônia (7,301317S; 55,310709W).

Comunidade Veneza

A Comunidade Veneza pertence ao município de Novo Progresso/PA, distante 42,4 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Não há associações ou cooperativas no local, mas o entrevistado é considerado uma liderança da comunidade, por ter sido um dos fundadores junto com seus irmãos, em 1986. Ele alegou que o principal motivo para formação de Veneza foi o interesse que os irmãos permanecessem próximos, numa área com infraestrutura comum, como igreja (Figura 719), escola (Figura 718) e comércio, permanecendo assim, perto uns dos outros.

As estruturas comunitárias de Veneza, como a escola e a igreja, não serão interceptadas pelo traçado proposto da ferrovia. Porém, algumas propriedades e lotes que fazem parte dessa Comunidade, pelo traçado projetado, serão cortados pelo empreendimento. Acredita-se que em Veneza ocorrerá um fluxo maior de pessoas e máquinas durante as obras, visto que ocorrerão desapropriações de benfeitorias nas propriedades.

São 30 domicílios com um total aproximado de 120 moradores. A principal festividade ocorre no mês de julho, em comemoração ao padroeiro São João Batista. A pecuária (para corte e produção de leite) e os cultivos de mandioca, abóbora e outras culturas são os principais mecanismos de sustento local, sendo que parte da produção é vendida em feiras na sede do município.

A Celpa é responsável pela energia elétrica local. Os moradores possuem poços em suas residências e não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que os moradores utilizam fossas. O lixo vem sendo queimado nas propriedades, pois a coleta está paralisada desde agosto de 2019. Uma escola está em funcionamento e não há posto de saúde na Comunidade.

Em relação à ferrovia, o entrevistado disse que observou estacas fixadas na comunidade, inclusive em sua propriedade. As principais dúvidas estão relacionadas ao valor das indenizações, aos locais de portos secos e como serão os acessos às propriedades afetadas. Acredita que se tiver um porto seco no município de Novo Progresso/PA, será benéfico para todas as comunidades da região.



Figura 717 – Propriedade que poderá ser interceptada pelo empreendimento na Comunidade Veneza (7,168839S; 55,362055W).



Figura 718 – Escola na Comunidade Veneza (7,168799S; 55,362955W).



Figura 719 – Igreja Católica na Comunidade Veneza (7,168420S; 55,363833W).



Figura 720 – Entrevista com a liderança da Comunidade Veneza (7,163078S; 55,365635W).

Comunidade Nova Esperança

A Comunidade Nova Esperança pertence ao município de Novo Progresso/PA e fica distante 430,5 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia, distância auferida a partir da estrutura comunitária. Não há informações sobre o histórico de ocupação da comunidade. Um dos moradores entrevistados, informou que sua família se fixou no local no fim da década de 1980, disse ainda que quando chegou na localidade não tinha estrada e era uma região pouco habitada e sem infraestrutura.

A estrutura comunitária é muito usada pelos moradores. Na igreja são celebradas missas quinzenalmente pelo pároco de Novo Progresso/PA. Também comemoram festa junina e outras datas festivas. Não foram identificadas associações comunitárias. O quantitativo de famílias que residem na Comunidade também não foi informado.

A pecuária é a principal fonte de renda, mas nos locais visitados, os moradores também mantinham outras atividades, com roça em todas elas, e tanques de piscicultura em duas propriedades.

A energia elétrica também é fornecida pela Celpa e o abastecimento de água é feito por poços semiartesianos. Não há coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. Também não há sistema de esgotamento sanitário no local, sendo utilizadas fossas. Não há posto de saúde e nem escola.

Sobre o empreendimento, entre os moradores entrevistados, todos afirmaram não ter informação nenhuma sobre o projeto. Ocorrem dúvidas sobre o traçado da ferrovia e sobre os impactos que a mesma pode gerar em suas propriedades, tais como a segmentação de áreas, interferência sobre as fontes de água, reflexos sobre os tanques de piscicultura, deslocamento do rebanho, entre outras. Como a região é de pecuária, também surgiram questionamentos sobre onde a criação irá passar durante a operação da ferrovia e se a linha será cercada (como se dará a travessia). Como aspecto positivo foi relatada a possibilidade de geração de emprego durante a implantação do empreendimento.

O traçado de referência para este estudo seccionará a via de acesso às propriedades, a Vicinal Progresso, ilustrada na Figura 722.



Figura 721 – Comunidade Nova Esperança (6,994986S; 55,356540W).



Figura 722 – Vicinal próxima à Comunidade Nova Esperança (7,008949S; 55,367814W).

Comunidade Bandeirante

A Comunidade Bandeirante também pertence ao município de Novo Progresso/PA. Fica distante 595,9 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Essa distância foi auferida a partir do ponto de instalação das construções comunitárias, de modo que o traçado em estudo seccionará propriedades pertencentes a esta comunidade. O presidente da Comunidade informou que Bandeirante foi criada, inicialmente, em 1979, em outro local, com uma estrutura de igreja, salão comunitário e escola. Não há uma associação formalizada.

Os moradores da Comunidade dedicam-se majoritariamente à pecuária, com a estimativa de três famílias que já cultivam soja. Segundo o entrevistado, alguns produtores já consideram fazer a migração para a agricultura, e ele estima que esta atividade ganhe importância entre as fazendas da região. O padroeiro local é São Cristóvão e as festividades mais significativas que ocorrem são as festas juninas e o festejo do padroeiro. Na área da comunidade tem uma pista para o Tiro de Laço, competição em forma de rodeio, mas está desativada porque, segundo o entrevistado, se trata de um esporte muito caro.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa e o lixo é queimado ou enterrado, pois não há coleta. O abastecimento de água é realizado por poços e não existe sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas as fossas.

Em relação à Ferrogrão, o entrevistado afirmou ser favorável ao empreendimento pois pode trazer desenvolvimento à região. A principal dúvida em relação à ferrovia é se o traçado irá afetar a comunidade, em especial, em relação ao traçado nas áreas que sobrepõe pastagens das fazendas.



Figura 723 – Antiga escola da Comunidade Bandeirante (6,893361S; 55,441519W).



Figura 724 – Galpão comunitário na Comunidade Bandeirante (6,893254s; 55,441487W).



Figura 725 – Visão geral das construções comunitárias na Comunidade Bandeirante (6,893141S; 55,441478W).



Figura 726 – Capela São Cristóvão e pista de corrida de laço à esquerda na Comunidade Bandeirante (6,892798S; 55,441380W).

Distrito de Santa Júlia

O Distrito de Santa Julia pertence ao município de Novo Progresso/PA. Está distante 827,2 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Um dos representantes da diretoria da Associação local informou que o município de Novo Progresso estava planejado para ser onde é atualmente a Comunidade Santa Júlia. Afirmou que por divergências políticas a cidade acabou sendo instalada em outro ponto. É uma das comunidades mais antigas da região. Sua história está atrelada à expansão do garimpo na região, e a pista de pouso ali instalada era utilizada para a chegada de mantimentos e para a saída da produção. Pela velocidade do crescimento da comunidade, sua consolidação foi marcada por conflitos fundiários e grande ocorrência de malária.

Estima-se que o distrito possua atualmente cerca de 600 famílias. Alguns fazendeiros do Distrito resistiram à criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Vale do Jamanxim, que por fim não se efetivou. Os contemplados seriam moradores de Santa Julia

As principais festividades são a festa junina e demais celebrações promovidas pela escola e pela igreja. Ocorrem no barracão da comunidade (localizado ao lado da Igreja), ou na sede da própria escola.

A associação comunitária ficou inativa até 2012, quando retornou às atividades. A Associação Nova Esperança possui hoje 150 moradores associados. As principais fontes de renda dos moradores da comunidade são as madeireiras, que geram muitos empregos, além de comércio impulsionado pelo fluxo de veículos pela rodovia BR-163.

De acordo com o entrevistado, ali operam três madeireiras, uma delas possui 60 funcionários, com operação em três turnos e operação 24 horas por dia. Outra importante fonte de emprego é o Frigorífico, que passou um período fechado, mas voltou recentemente às atividades. Algumas pessoas também trabalham no centro urbano de Novo Progresso e deslocam-se diariamente até lá.

O Distrito possui ocupação nas duas margens da rodovia BR-163, com ampla área para manobra e estacionamento de caminhões, restaurantes, borracharias e comércio em geral. Grande parte das residências concentra-se na margem direita (sentido sul-norte), enquanto as madeireiras estão na porção esquerda.

A Celpa é responsável pela energia elétrica local. A Comunidade possui um poço artesiano comunitário e alguns moradores têm um poço em suas residências. O lixo é queimado ou enterrado, apesar de haver coleta, realizada pela prefeitura de Novo Progresso/PA, mas sem uma periodicidade definida. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas. Há uma escola e um posto de saúde em Santa Júlia.

Em relação ao empreendimento, o entrevistado tem poucas informações, mas acredita que o projeto é viável, pois trará desenvolvimento e melhorará o trânsito da rodovia. Citou que é importante um posto da Polícia Rodoviária Federal às margens da rodovia porque há um longo trecho sem atendimento e isso causa insegurança aos moradores. Afirmou não haver informações referentes ao empreendimento disponíveis para a população, e ter interesse em se informar melhor para poder promover debate entre os moradores. Entre as dúvidas, questionou o ponto de passagem do traçado em relação à comunidade e suas possíveis interferências sobre a dinâmica da localidade.



Figura 727 – Igreja na Comunidade Santa Júlia (6,771635S; 55,478772W).



Figura 728 – Galpão comunitário na Comunidade Santa Júlia (6,771455S; 55,478771W).



Figura 729 – Posto de saúde na Comunidade Santa Júlia (6,771086S; 55,478734W).



Figura 730 – Escola na Comunidade Santa Júlia (6,769559S; 55,478621W).



Figura 731 – Vista do distrito de Santa Julia a partir da BR-163 (6,770765S; 55,4800232W).



Figura 732 – Entrevista com liderança de Santa Julia (6,768726S; 55,477094W).

Comunidade São José

A Comunidade São José pertence ao município de Novo Progresso/PA. Fica distante 462,4 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia e não possui associação ou representantes legais. As informações sobre o histórico da Comunidade não foram disponibilizadas pelos entrevistados em campo e nem em dados secundários.

Não há uma estimativa de famílias na região. Os moradores têm como principal mecanismo de sustento a produção pecuária, além de alguns moradores trabalharem em um frigorífico de grande porte instalado próximo à Comunidade.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa. O abastecimento de água é feito por poços e o lixo queimado ou enterrado, devido à falta de coleta. Como na maioria das comunidades, não há sistema de esgotamento sanitário sendo utilizadas as fossas rudimentares. Há uma escola e um posto de saúde na localidade.

Em relação à Ferrogrão, as preocupações dos moradores são em relação à possibilidade de segmentação das propriedades, que pode dificultar o deslocamento do rebanho, e de como será o acesso às residências quando a ferrovia passar mais próxima da rodovia BR-163. Além disso, há dúvidas em relação ao processo de indenização aos moradores.



Figura 733 – Igreja na Comunidade São José (6,639572S; 55,505046W).



Figura 734 – Posto de Saúde na Comunidade São José (6,6401S; 55,505046W).

Comunidade Santo Antônio

A Comunidade Santo Antônio também faz parte do município de Novo Progresso/PA, ficando distante 150,4 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O entrevistado informou que a maioria dos moradores reside no local desde os anos 80. Afirmou que o trecho foi ocupado por pessoas indenizadas pelas desapropriações das terras para a implantação da UHE de Itaipu, no Paraná. Ao total são 15 famílias que têm como mecanismo de sustento a pecuária, visto que o cultivo é difícil no local.

A Associação dos Produtores Rurais Unidos Novo Progressenses (APRUNP) é atuante na região, com 100 associados, tendo como principal ação o aluguel de patrulha mecanizada, sem fins lucrativos. Ela se mantém por meio de taxa cobrada por hora de trator, arcando com os custos da mão de obra e do motorista.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa e o abastecimento de água é feito por meio de poço. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que as propriedades possuem fossas, e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. Há posto de saúde no local.

Em relação ao empreendimento, o entrevistado afirmou não ter conhecimento suficiente para se posicionar em relação aos benefícios ou malefícios para os pequenos produtores. Foram apresentadas algumas dúvidas em relação às desapropriações, à localização dos portos secos, ao projeto e à estrutura da ferrovia, como por exemplo, se a mesma será cercada e o que pode afetar nas propriedades locais. Acredita que reuniões com as comunidades sejam de grande importância para esclarecimento das dúvidas.



Figura 735 – Igreja na Comunidade Santo Antônio (6,599261S; 55,510054W).



Figura 736 – Sede da Associação (APRUNP) (6,632553S; 55,506913W).

Linha Gaúcha

A Comunidade Linha Gaúcha, cuja padroeira é Nossa Senhora Aparecida, está localizada no município de Novo Progresso/PA. O traçado proposto para a implantação da ferrovia intercepta as estruturas comunitárias do local. A tesoureira da Associação dos Produtores da Comunidade Linha Gaúcha informou que a Comunidade possui de 30 a 35 famílias, todas formadas por parentes e residentes na região há longa data. O principal mecanismo de sustento dos moradores é a pecuária de corte e leite, além da fruticultura, com a venda do açaí.

A energia elétrica é distribuída pela Celpa e não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas. O abastecimento de água é feito por poço e o lixo é queimado ou enterrado em terrenos da Comunidade. O local possui um posto de saúde e não tem escola.

Em relação ao empreendimento, a entrevistada tem dúvidas quanto ao nível de ruídos da ferrovia, a periodicidade que o trem irá passar e a vibração que ocorrerá. Frisou que hoje os moradores já sentem o estremecimento de suas casas com o movimento das carretas na rodovia. Além disso, citou a preocupação de alguns proprietários em relação aos valores das indenizações. Como aspecto positivo do empreendimento, citou a diminuição do número de caminhões, aumentando a segurança da população ao trafegar pela rodovia BR-163.



Figura 737 – Igreja na Linha Gaúcha (6,520634S; 55,535063W).



Figura 738 – Pavilhão comunitário na Linha Gaúcha (6,520558S; 55,535056W).

Distrito Riozinho das Arraias

O Distrito de Riozinho das Arraias pertence ao município de Novo Progresso/PA. Está distante 198 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com a presidente da Associação, a comunidade teve início na década de 70, talvez em 1976. O garimpo era a principal atividade econômica da região. A comunidade era maior, tinha mais residências, mais moradores, muita movimentação durante os dias. Não se pensava em agricultura e nem em comércio, pois o garimpo era o que movimentava a área. No começo dos anos 2000, a importância do garimpo começou a diminuir. A entrevistada citou, inclusive, o projeto de consolidação da rodovia Transgarimpeira a partir daquele ponto da rodovia BR-163, projeto que não teria ido adiante pela discordância de proprietário de fazenda que seria desapropriada. Nesse contexto, a redução da dinâmica econômica dali estaria atrelada à mudança do traçado desta via e ao deslocamento da rota do garimpo.

O lixo produzido em Riozinho das Arraias é coletado e a energia elétrica é distribuída pela Celpa. Não há sistema de esgotamento sanitário. Em relação ao abastecimento de água, existe um projeto de construção de uma caixa d'água de 20.000 litros, que puxa água de três poços, que foi executado pela Prefeitura. Porém a água não é distribuída para os moradores, sendo a única alternativa a utilização de água de poços ou cacimbas.

Em relação ao empreendimento, a entrevistada informou que já ouviu falar sobre a Ferrogrão, mas que não tem informações pormenorizadas de onde é o traçado, por exemplo. Acredita que a geração de empregos será benéfica para os moradores locais. Não soube informar o

que a ferrovia pode trazer de aspectos negativos para a Comunidade, visto que não tem informações detalhadas para se posicionar efetivamente.



Figura 739 – Escola na Comunidade Riozinho das Arraias (6,393292S; 55,571182W).



Figura 740 – Entrevista com liderança da Comunidade Riozinho das Arraias (6,391001S; 55,570252W).



Figura 741 – Unidade de Saúde da Família Riozinho das Arraias (6,395993S; 55,565734W).



Figura 742 – Vista geral de rua interna de Riozinho das Arraias (6,391200S; 55,570029W).

5.3.2.2.9.9 Trairão/PA

Comunidade Aruri

A Comunidade Aruri pertence ao município de Trairão/PA. Está distante 345,5 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Associação dos Moradores da Vila Aruri afirmou que são poucos os moradores que possuem título da terra em Aruri. Estima-se que existem 40 famílias no local.

A Associação tem buscado se regularizar administrativa e juridicamente para que possam captar projetos para os moradores. O principal mecanismo de sustento é a pesca. Além disso, a plantação de mandioca e abóbora, além da colheita de açaí e castanha, complementam a renda dos moradores, assim como o comércio local, composto por restaurantes, venda de peixes e borracharia.

A Celpa é responsável pela distribuição da energia elétrica. Não há sistema de esgotamento sanitário, mas os moradores utilizam fossas e a vala do rio. Não há coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. O abastecimento de água é feito por cacimba. Não existe posto de saúde na Comunidade, mas a mesma possui uma escola.

Sobre a Ferrogrão, um dos aspectos negativos apontados pelo entrevistado é a diminuição do fluxo de caminhões na rodovia e, conseqüentemente, a queda das vendas no comércio local. Informou que não é contra nem a favor do empreendimento, pois pouco sabe sobre

detalhes do projeto. Frisou que, nas comunidades vizinhas, há alguns anos, foram inseridos marcos do empreendimento sem consultar nenhum morador, o que causou insegurança e aborrecimento nos moradores.



**Figura 743 – Casas na Comunidade Aruri.
(5,456151S; 55,870554W).**



**Figura 744 – Casas na Comunidade Aruri
(5,406294S; 55,886124W).**



**Figura 745 – Vista de residências da comunidade
a partir da ponte sobre o rio Aruri (5,401452S;
55,883039W).**



**Figura 746 – Restaurante às margens da BR-163
na comunidade Aruri (5,396975S; 55,883013W).**



**Figura 747 – Casas na Comunidade Aruri
(5,397053S; 55,877825W).**



**Figura 748 – Entrevista com liderança da
Comunidade Aruri (5,397015S; 55,877953W).**

Comunidade 03 Bueiros

A Comunidade 03 Bueiros está localizada no município de Trairão/PA, ficando distante 410,5 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. De acordo com informações fornecidas pelo presidente da Associação dos Moradores de 3 Bueiros, a comunidade é uma das mais antigas da região, mas passou muito tempo sem se desenvolver. Começou a crescer logo que Trairão se emancipou como município. Informou que quem poderia dar mais detalhes sobre a trajetória da Comunidade seriam os pioneiros, mas muitos já faleceram. O local possui 528 moradores, contando os que estão no ponto às margens da rodovia e os moradores dos ramais (estradas vicinais). A agricultura ali já não é muito forte, com produção de arroz, feijão,

milho em pequena quantidade, às vezes mais para o consumo da família. Há também indicação de criação de gado na área.

O abastecimento de água é feito por poço e o lixo é queimado ou enterrado, pois não há coleta. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que há fossas, e a energia elétrica é fornecida pela Celpa. Há uma escola no local e um posto de saúde.

Sobre a ferrovia, informou que não ocorreu nenhuma reunião na Comunidade para apresentação do projeto e isso tem causado ansiedade e insegurança nos moradores, pois eles não possuem informações oficiais sobre o traçado e impactos da Ferrogrão. Com isso, circulam muitos boatos, sendo o que mais mobilizou os moradores foi a informação de que o traçado passaria pelo posto de saúde da comunidade, rumor que gerou angústia e mobilização contra o empreendimento.



Figura 749 – Igreja na Comunidade 03 Bueiros (5,315012S; 55,949988W).



Figura 750 – Posto de saúde na Comunidade 03 Bueiros (5,314987S; 55,950211W).



Figura 751 – Vista de comércio da comunidade 3 Bueiros às margens da rodovia BR-163 (5,315495S; 55,948915W/ 5,315378S; 55,949573W).



Figura 752 – EMEF Salim Miguel dos Anjos, em 3 Bueiros (5,314302S; 55,949823W).



Figura 753 – Entrevista com liderança de 3 Bueiros (5,314439S; 55,951456W).



Figura 754 – Igreja na Comunidade 03 Bueiros (5,315012S; 55,949988W).



Figura 755 – Posto de saúde na Comunidade 03 Bueiros (5,314987S; 55,950211W).



Figura 756 – Vista de comércio da comunidade 3 Bueiros às margens da rodovia BR-163 (5,315495S; 55,948915W/ 5,315378S; 55,949573W).



Figura 757 – EMEF Salim Miguel dos Anjos, em 3 Bueiros (5,314302S; 55,949823W).



Figura 758 – Entrevista com liderança de 3 Bueiros (5,314439S; 55,951456W).

Comunidade Santa Luzia

A Comunidade Santa Luzia também pertence ao município de Trairão/PA. Está distante 3,5 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O entrevistado não soube dar muitas informações sobre a formação da comunidade, que narrou estar atrelada ao processo de distribuição de terras para agricultura no município e acredita que alguns moradores tenham começado a chegar nos anos 70. Conhece produtores que residem ali desde 1975, mas acredita que a maioria tenha chegado entre 1978 a 1980.

Santa Luzia é uma comunidade pequena, sendo que a maioria dos moradores está disperso pelas vicinais. Entre moradores do aglomerado urbano e das vicinais, estima-se que sejam 40 famílias. Algumas delas chegaram na região na época do projeto de colonização, outras compraram terrenos mais recentemente. Um dos problemas da região é a regularização fundiária da área, visto que a maioria dos proprietários não tem titulação da terra. Parte do território da comunidade integrava um PDS, criado em 2006 e cancelado em 2016.

A Associação dos Agricultores de Santa Luzia busca pela regularização das terras e por financiamento para os projetos. As principais festividades locais são as festas religiosas, com destaque para a festa do padroeiro São Benedito, que ocorre em dezembro, e as festas juninas.

A pecuária ainda é a atividade produtiva mais forte, mas a palmiteira também gera emprego e renda para os moradores. Além disso, serrarias, madeireiras também movimentam a economia da localidade. Pelas dificuldades, muitos moradores conseguem apenas produzir para consumo, outros optam por vender suas terras ou arrendar.

A Celpa é responsável pela energia elétrica da Comunidade. Como em outros locais, não há sistema de esgotamento sanitário. O abastecimento de água é feito por poço e os resíduos produzidos são enterrados ou queimados. Há uma escola no local e um posto de saúde, que tem funcionado em meio período por estar com a equipe reduzida.

O entrevistado diz que há pouca informação passada sobre o empreendimento. Não pode se posicionar em relação a possíveis benefícios para Santa Luzia e espera que sejam feitas audiências nas comunidades para apresentar o projeto da ferrovia e esclarecer dúvidas sobre indenizações, principalmente para quem não tem título das terras.



Figura 759 – Igreja na Comunidade Santa Luzia (5,276361S; 56,028078W).



Figura 760 – Posto de saúde na Comunidade Santa Luzia (5,276366S; 56,028091W).

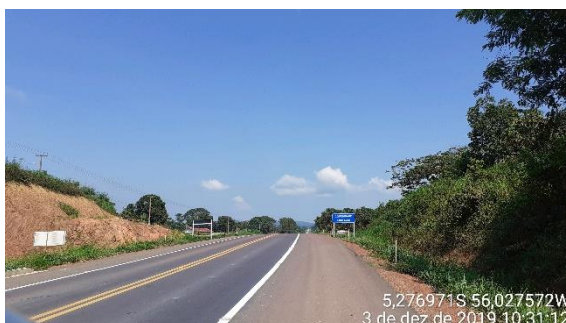


Figura 761 – Acesso pela rodovia BR-163 à Comunidade Santa Luzia (5,276971S; 56,027572W).



Figura 762 – Comércio na Comunidade Santa Luzia (5,276342S; 56,028102W).

Vila Planalto

A Comunidade Vila Planalto pertence ao município de Trairão/PA. Está distante 845,8 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Vice-presidente da Associação dos Moradores da Vila Planalto informou que foi feito um levantamento histórico da comunidade,

mas o estudo ficou com a professora, que mora em Trairão. Muito dos mais antigos moradores já morreram ou se mudaram dali, por isso a entrevistada não soube dar muitos detalhes sobre a história da comunidade. A Associação tem um projeto de construção de 50 casas na Comunidade. Já existe a área definida, mas aguardam o edital para seleção dos contemplados pela Caixa Econômica Federal.

Estima-se que a Comunidade tenha 90 pessoas. O principal mecanismo de sustento é o comércio, como restaurantes e borracharia, localizado às margens da rodovia BR-163. Com relação às atividades de agricultura, há cultivo de palmito somente. Antes, alguns moradores trabalhavam em uma serraria, que não ficava na comunidade, mas era em local próximo. Tinha também uma laminadora que empregava muitos moradores. O fechamento dessas empresas prejudicou muito a comunidade com a diminuição da renda.

A energia elétrica é distribuída pela Celpa e o lixo é coletado uma vez por semana. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que existem fossas no local, e o abastecimento de água é feito por mina localizada na serra que abastece todas as casas de Planalto. Existe uma escola e um posto de saúde na Comunidade.

Sobre o empreendimento, a entrevistada informou que falta muita informação para os moradores, que alguns não sabem nem o que significa a Ferrogrão. Tem dúvidas em relação ao traçado do projeto e sobre os benefícios e malefícios que a ferrovia pode trazer à Comunidade.



Figura 763 – Associação de Moradores da Vila Planalto (5,202050S; 56,040721W).



Figura 764 – Igreja na Vila Planalto (5,202502S; 56,040670W).



Figura 765 – Acesso pela BR à Vila Planalto (5,203491S; 56,040209W).



Figura 766 – Entrevista com liderança da Vila Planalto (5,200439S; 56,041661W).

Comunidade Jamanxim

A Comunidade Jamanxim, antes conhecida como Novo Paraná, pertence ao município de Trairão/PA. Está distante 4,6 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A presidente da Associação de Moradores de Jamanxim não soube informar sobre o histórico da comunidade. Tem conhecimento que algumas pessoas vieram da região Sul do Brasil para colonizar a área. Além disso, informou que o nome “Novo Paraná” é o nome oficial do local, mas que eles denominam como Comunidade Jamanxim.

No local há um total de quase 600 eleitores. A principal fonte de renda da população é o poder público: funcionários empregados na escola e posto de saúde. A segunda principal fonte de renda é a produção e venda de laticínios (leite e queijo). Em 2017, alguns moradores começaram a produzir soja. Essa iniciativa foi impulsionada pela empresa Madeiranit, que opera no Distrito Bela Vista do Caracol, que é responsável por muitos postos de trabalho.

A Associação tem projetos para adquirir maquinários para que produtores possam roçar os lotes e plantar suas roças, mas não tem retorno dos políticos envolvidos. Tinham projeto de construir uma horta comunitária, mas também não deu certo. Outro projeto que não deu certo foi o da construção de uma estrutura para produção de laticínios, já que na região a produção de leite é grande. As festas mais significativas da Comunidade são promovidas pela Igreja, como a festa do padroeiro, São José do Operário.

A Celpa é responsável pela distribuição da energia elétrica e há coleta de lixo uma vez por mês. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo utilizadas fossas pelos moradores, e o abastecimento de água é realizado por meio de poços particulares. A Comunidade possui um posto de saúde e uma escola.

Sobre a Ferrogrão, a entrevistada acredita que não terão aspectos positivos para os moradores de Jamanxim. Apesar dessa colocação, pensa que a geração de empregos, durante a implantação da ferrovia, pode ser um impacto positivo temporário, caso sejam empregados moradores locais e não trabalhadores de fora da região. Frisou que é importante que o empreendedor faça reuniões em todas as comunidades para apresentar o projeto e esclarecer as dúvidas dos moradores locais. Além disso, ressaltou a importância da legalização das terras antes do empreendimento ser implantado e da diminuição da área da Flona para que os agricultores possam produzir mais.



Figura 767 – Igreja na Comunidade Jamanxim (5,126382S; 56,114044W).



Figura 768 – Posto de saúde na Comunidade Jamanxim (5,126490S; 56,107259W).



Figura 769 – Escola na Comunidade Jamanxim (5,126480S; 56,112900W).

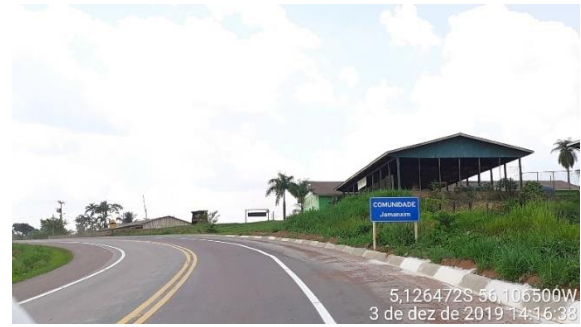


Figura 770 – Placa de acesso pela BR à Comunidade Jamanxim (5,126472S; 56,106500W).



Figura 771 – Acesso à Comunidade Jamanxim (5,125132S; 56,114853W).



Figura 772 – Entrevista com liderança da Comunidade Jamanxim (5,128595S; 56,115603W).

Distrito de Bela Vista do Caracol

O Distrito de Bela Vista do Caracol também pertence ao município de Trairão/PA, ficando distante 7,4 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol é uma grande referência de influência regional. O mesmo foi citado em diversas entrevistas pelas lideranças das comunidades visitadas. Em relação à Bela Vista do Caracol, mais especificamente, sabe-se muito pouco sobre a formação histórica do Distrito. Somente que, quando o Incra desenvolveu os projetos de colonização, destinou alguns terrenos para a instalação das comunidades e para atividades comunitárias.

O entrevistado afirmou que a comunidade não tem fonte de renda, frisando que a questão da regularização fundiária, única ação capaz de impulsionar a produção agrícola, viabilizaria a pecuária e a agricultura, além do escoamento da produção. Pontuou que, sem a titulação da terra, o produtor fica vulnerável a multas de fiscalizações. Não foram repassadas informações sobre o quantitativo de famílias e moradores no Distrito.

A Cooperativa Mista Agroextrativista do Caracol foi criada em 2008, com apoio de representante do ICMBio na época, que orientou quanto à possibilidade de emissão de notas de uma cooperativa, o que não se aplica a uma associação. Na época já existia a Associação dos Pequenos Produtores de Caracol, que também está registrada no nome do entrevistado. A Cooperativa é filiada à Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB nacional. Questionado sobre os itens de extrativismo que produzem e quantidade de indivíduos dedicados a atividades deste ramo, disse que esse tipo de produção não tem muita abertura na região, pois o que dá mais retorno financeiro é mesmo a agropecuária.

Em Bela Vista do Caracol não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que as propriedades possuem fossas, e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado nas propriedades. O abastecimento de água é feito por poços particulares. Já a energia elétrica, como na maioria das comunidades, é distribuída pela Celpa. O local possui posto de saúde e escola.

O entrevistado informou que, da forma como o empreendimento está sendo proposto, se posiciona totalmente desfavorável. Se gerar renda na região, todos serão favoráveis. Se não gerar renda, disse que vai haver conflito, como tem ouvido dos moradores da região. Frisou sobre a importância da regularização fundiária antes da implantação do empreendimento e reuniões para esclarecimento das dúvidas da população, que são em relação ao valor das desapropriações, travessia de rebanhos, interferência nas vias de acesso, sinalização da ferrovia, dentre outras.

Além disso, questionou quais os ganhos que os municípios e comunidades terão com a implantação da ferrovia. Ressaltou que atualmente, quem não tem título da terra, concessão de uso ou título de domínio, não é considerado proprietário. Como consequência, afirmou que esses moradores não receberão indenização, por isso a urgência da regularização fundiária.



Figura 773 – Centro de Bela Vista do Caracol (5,021065S; 56,184737W).



Figura 774 – Comércio em Bela Vista do Caracol (5,019959S; 56,184352W).



Figura 775 – Comércio em Bela Vista do Caracol (5,019523S; 56,184264W).



Figura 776 – Entrevista com liderança de Bela Vista do Caracol (5,016856S; 56,180041W).

Comunidade Nossa Senhora de Fátima

A Comunidade Nossa Senhora de Fátima também pertence ao município de Itaituba/PA e fica distante 292 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A entrevistada, esposa do presidente da Associação dos Produtores de Fátima, informou que a Comunidade teve início na década de 80, com a ocupação das terras e a chegada gradual de agricultores.

A estrutura comunitária foi construída em 1979, em trabalho conjunto dos moradores, após doação da área pelo fazendeiro proprietário. A primeira escola construída era de palha e a segunda já foi feita em cavaco de madeira. A construção em alvenaria foi feita no ano 2000, quando a Secretaria de Educação de Itaituba forneceu o material e os próprios moradores executaram as obras. Estima-se que em Nossa Senhora de Fátima tenha 33 casas e quase 100 pessoas. A Comunidade foi assentada pelo INCRA e também atendida pelo Programa Terra Legal.

O principal mecanismo de sustento é o cultivo de banana e mandioca, que tem passado por dificuldades atualmente. Além disso, alguns moradores sobrevivem da pecuária, do cacau e da produção de mudas de árvores frutíferas.

O abastecimento de água é feito por poço ou nascente e não há sistema de esgotamento, sendo que utilizam vala/rio como esgoto. A Celpa é responsável pela distribuição da energia elétrica e não há coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. Como já dito, há uma escola na Comunidade, mas a mesma encontra-se desativada e não há posto de saúde.

Sobre a Ferrogrão, a entrevistada afirmou não ter informações suficientes sobre o empreendimento para se posicionar, somente que uma equipe já passou no local para realizar a sondagem e fixar as estacas. Acredita que é importante ter uma ferrovia na região, mas tem dúvidas sobre como será a implantação da mesma e se as propriedades serão interceptadas e ficarão isoladas.



Figura 777 – Escola na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (4,783818S; 56,051231W).



Figura 778 – Placa na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (4,76515S; 56,061265W).



Figura 779 – Igreja na Comunidade Nossa Senhora de Fátima (4,783738S; 56,051293W).



Figura 780 – Entrevista com liderança da Comunidade Nossa Senhora de Fátima (4,788186S; 56,050444W).

Comunidade Santa Rita

A Comunidade Santa Rita pertence ao município de Trairão/PA e fica distante 174 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. A formação da comunidade está muito atrelada à gradual abertura de vicinais no município de Trairão, processo que contribuiu para a ocupação da zona rural ao longo do ramal sul da rodovia BR-163. De acordo com o morador entrevistado, a comunidade existe desde 1987. Trata-se de área próxima ao centro urbano de Trairão, cujo acesso se dá pela vicinal 19. Não foi identificada a existência de associações ou lideranças na localidade. Não há estimativa do quantitativo de moradores na Comunidade.

As construções comunitárias são compostas por igreja, galpão e campo de futebol. Em um ponto mais adiante da vicinal, está o cemitério local. Na igreja são celebradas missas, semanalmente, e o campo é muito utilizado para atividades de lazer dos moradores, que fazem partidas de futebol com frequência. Nesse espaço compartilhado também são celebrados dias festivos do município, aniversários e festa junina. O principal mecanismo de subsistência dos moradores é a pecuária, tanto de corte como leiteira.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa e o abastecimento de água é feito por meio de poço. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que as propriedades possuem fossas, e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. Não há posto de saúde e nem escola no local.

Em relação ao empreendimento, o traçado previsto para implantação da ferrovia cruzará a vicinal que faz a ligação entre as propriedades rurais e a sede do município de Trairão/PA. Além disso, passará por pastos dedicados à pecuária.

No caso do entrevistado, cuja principal fonte de renda é a pecuária leiteira, sua preocupação foi quanto à mobilidade do rebanho pelo terreno, especialmente pela necessidade de cuidado constante das vacas leiteiras.

Além disso, relatou que sua terra possui duas fontes de água, uma para a casa e a outra para o galpão de ordenha. Pelo local onde foram fincados os marcos, alguns anos atrás, o traçado previsto para a implantação do empreendimento vai cruzar a tubulação destas duas fontes. Outra preocupação foi quanto aos valores a serem pagos com a indenização pois, dependendo do valor, não conseguirá comprar outra parcela de terra na região.



Figura 781 – Vista geral da estrutura comunitária em Santa Rita (4,738902S; 55,963897W).



Figura 782 – Cemitério da Comunidade Santa Rita (4,740736S; 55,963057W).

Comunidade São João Batista/Espinho

A Comunidade São João Batista, conhecida também como Espinho, pertence ao município de Trairão/PA. Está distante 2,2 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Não há associações ou cooperativas no local. De acordo com moradores entrevistados, a estrutura comunitária existente já foi mais utilizada, pois havia mais moradores na Comunidade. Porém, ainda ocorrem comemorações de festividades, como Natal e a festa do padroeiro local. A capela também é utilizada para a celebração de missas, ainda que não haja uma regularidade definida. As celebrações são feitas pelo Padre Bona, pároco de Trairão/PA. Não há estimativa do quantitativo de famílias que residem atualmente na região.

Em relação à infraestrutura de saneamento básico, não foram disponibilizadas informações sobre a mesma. A escola operou durante um tempo com turmas multisseriadas mas, pela diminuição do número de crianças na comunidade, terminou por ser fechada. Não há posto de saúde no local.

Em relação à ferrovia, o entrevistado afirmou não ter informações sobre o empreendimento para poder opinar sobre os aspectos positivos e negativos.



Figura 783 – Igreja na Comunidade São João Batista (4,59185S; 55,935823W).



Figura 784 – Propriedade na Comunidade São João Batista (4,596391S; 55,936894W).

5.3.2.2.9.10 Itaituba/PA

Distrito de Moraes Almeida

O Distrito de Moraes Almeida faz parte do território de Itaituba, mas dista 290 km da sua sede e a 110 km do município de Novo Progresso/PA. Fica distante 3,3 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia.

Sua ocupação teve início na década de 1980, devido a projetos governamentais que facilitavam o acesso à terra por ocasião da construção da rodovia BR-163, assim como pela exploração de ouro que provocou um intenso processo de migração para a região. Porém, atualmente, possui uma economia diversificada, com destaque para os setores madeireiro e pecuário.

O acesso ao Distrito ocorre por via terrestre pela rodovia BR-163, e dá acesso à rodovia Transgarimpeira.

Em termos de infraestrutura, o Distrito possui uma subprefeitura, um posto médico, que realiza serviços de atendimento emergencial, além de clínica médica particular e consultório odontológico. Há também duas escolas públicas de ensino fundamental e uma creche particular.

O Distrito não conta com saneamento básico, nem rede de abastecimento de água e o lixo é coletado pela subprefeitura.



Figura 785 – Sede da Subprefeitura de Moraes Almeida/Itaituba.



Figura 786 – Posto de Saúde de Moraes Almeida/Itaituba.



Figura 787 – Escola do Distrito Moraes Almeida/Itaituba.



Figura 788 – Igreja do Distrito Moraes de Almeida (6,218138S; 55,629435).



Figura 789 – Vista de rua interna de Moraes Almeida (6,218886S; 55,632200W).



Figura 790 – Vista de posto e comércio do distrito às margens da BR-163 (6,206086S; 55,630071W).

Comunidade São Francisco de Assis

A Comunidade São Francisco de Assis pertence ao município de Itaituba/PA. Fica distante 649,4 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Comunidade faz parte do Conselho do Parque do Jamanxim, acompanha sempre as questões que possam afetar os moradores de São Francisco e tem interlocução com membros do

ICMBio, com gestores do Parque e com o representante da PROJAN (Associação dos Produtores Rurais da Gleba do Jamanxim).

De acordo com o entrevistado, os primeiros moradores começaram a chegar no local em 1976, como parte de estratégia de governo para ocupar o território nacional. A estrutura comunitária foi construída em 1980, em parcela de terra de sua família. A Associação Comunitária São Francisco de Assis tem como um dos principais projetos a busca pelo título definitivo das terras. Os moradores obtiveram documento provisório, que corresponde à concessão de uso ainda.

A comunidade possui 35 famílias e cerca de 150 pessoas. São 100 eleitores, porém nem todos que possuem título registrado ali, moram na comunidade. Na fala do entrevistado, ele descreve que isso é uma tentativa de fortalecer as demandas da comunidade, para que consigam ter um pouco de influência na eleição de políticos que possam ajudá-los a conseguir melhor infraestrutura para a região.

A pecuária é a principal fonte de renda dos produtores da Comunidade. Mas a proximidade com o Parna do Jamanxim, a ausência de título definitivo e a dificuldade de acesso a maquinário têm dificultado muito a produção. Além disso, o comércio local é considerado de grande importância para os moradores, pois os carreteiros utilizam a estrutura de São Francisco de Assis: restaurantes, hospedagem e venda de peixes de tanques.

Não há energia elétrica na comunidade, sendo que alguns moradores possuem motor a diesel em suas propriedades. O abastecimento de água é feito por cacimba e não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que as propriedades possuem fossas. O lixo é queimado ou enterrado em terrenos da Comunidade. No local há uma escola e não há posto de saúde.

O entrevistado apresentou uma relação das reivindicações da comunidade, condições para que não imponham resistência à construção do empreendimento. São elas: a) serem ouvidos em audiências; b) energia elétrica para as residências (chegada da linha rural); c) que o traçado passe fora da rodovia BR-163, pela dificuldade de acesso dos moradores; d) aumento da parcela de “área branca” (entorno da reserva); e) acesso a cada 3 km nas saídas das residências e; f) regularização fundiária.

Ele afirmou que os moradores não são contrários à ferrovia, mas não querem que passe mais uma obra de infraestrutura que só vai diminuir a área de produção e não vai trazer nada de positivo para a população que já mora ali. Afirmou que o processo como foi feita a sondagem, sem diálogo com os moradores, contribuiu para solidificar essa perspectiva.



Figura 791 – Vista geral de parte da Comunidade São Francisco de Assis (5,599521S; 55,812645W).



Figura 792 – Entrevista com liderança comunitária – Comunidade São Francisco de Assis (5,622202S; 55,799907W).



Figura 793 – Restaurante às margens da BR-163 – Comunidade São Francisco de Assis (5,588018S; 55,815606W).



Figura 794 – Galpão comunitários da Comunidade São Francisco de Assis (5,622279S; 55,799876W).



Figura 795 – Escola da Comunidade São Francisco de Assis (5,619431S; 55,797577W/ 5,619485S; 55,797540W).



Agrovila Nova Esperança

A Comunidade Nova Esperança está localizada em Itaituba/PA, ficando distante 5,1 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O morador entrevistado não soube informar sobre o histórico da Agrovila e não foram identificados movimentos comunitários.

Oficialmente, a Comunidade pertence ao município de Itaituba/PA, mas está geograficamente mais próxima tanto da sede de Trairão/PA, quanto das demais comunidades rurais do município. É também conhecida como “22”, nome da vicinal que dá acesso às propriedades rurais. A comunidade possui um núcleo adensado, com estrutura de comércio de pequeno porte, escola, posto de saúde e campo de futebol de médio porte.

Ao longo da vicinal foram encontrados dois focos de queimadas que, de acordo com os moradores, já não eram áreas de florestas, mas sim de “juquirá”, nome dado à vegetação em

recuperação. O trecho percorrido possui fazendas dedicadas à pecuária. O entrevistado, além de gado leiteiro e de corte, possui também tanques de piscicultura.

O abastecimento de água é feito por poço e o lixo é queimado ou enterrado, pois não há coleta. Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que há fossas, e a energia elétrica é fornecida pela Celpa. Como já informado, há uma escola no local e um posto de saúde.

Sobre a Ferrogrão, o traçado previsto para implantação da ferrovia não passa próximo ao ponto de aglomeração populacional da Comunidade. Porém, cortará um trecho da vicinal 22, comprometendo o acesso de parte dos moradores tanto à rodovia BR-163, quanto à Comunidade em si. Além disso, irá passar por área de pastagem e pela residência do morador entrevistado. No contexto da propriedade em si, o morador teme a divisão de sua terra de pastagem, o que trará dificuldades para manejo do rebanho, segundo ele, e deixará parte do pasto sem ponto de acesso à água utilizada na pecuária.



Figura 796 – Escola na Agrovila Nova Esperança (4,796443S; 56,119051W).



Figura 797 – Acesso à Agrovila Nova Esperança (4,796831S; 56,119013W).



Figura 798 – Vicinal na Agrovila Nova Esperança (4,799944S; 56,118646W).



Figura 799 – Vista geral da Agrovila Nova Esperança (4,796202S; 56,120338W).

Comunidade Santa Luzia

A Comunidade Santa Luzia pertence ao município de Itaituba/PA e fica distante 86,4 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O primeiro lote na região foi comprado por Raimundo Pinheiro Barbosa, em 1979. Aos poucos, os moradores foram abrindo terreno e construindo as roças. Em 1981, já tinham roça de arroz. Durante muitos anos este foi o principal item produzido por ali, mas atualmente os moradores trabalham mais com a pecuária. A comunidade vai das margens da rodovia BR-230 e inclui os ramais 15 e 17. É composta por 45 famílias, produtores rurais dedicados majoritariamente à pecuária.

A energia elétrica é fornecida pela Celpa e o abastecimento de água é feito por poços semiartesianos. Não há coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. Também não há sistema de esgotamento sanitário no local, sendo utilizadas fossas.

A comunidade é atendida por agente de saúde, que faz o acompanhamento das famílias. A infraestrutura utilizada é o posto de saúde de Miritituba, distrito de Itaituba/PA. Em casos mais graves, buscam atendimento hospitalar em Itaituba, com encaminhamento para Santarém, em casos mais complexos.

Sobre o empreendimento, a entrevistada afirmou não ter muitas informações sobre o mesmo para poder opinar sobre os possíveis aspectos positivos e negativos. Acredita que se a ferrovia trouxer desenvolvimento para a região sem prejudicar os moradores, será muito benéfico.



Figura 800 – Entrevista com agente de saúde da comunidade Santa Luzia (4,395027S; 55,955329W).

Distrito de Campo Verde

O Distrito Campo Verde localiza-se no município de Itaituba, a uma distância de 30 km de sua sede, seguindo pela BR-230 (Transamazônica) até sua confluência com a rodovia BR-163. Fica distante 4,7 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia.

Sua formação data da década de 1970, a partir do Programa de Integração Nacional (PIN), que implantou a colonização oficial dirigida na Amazônia Oriental e os “Eixos de Desenvolvimento”, que tinha como objetivo promover a integração da região à economia nacional (KOHLHEPP, 2002).

Por meio da Lei Municipal nº 1.177, de 1999, o povoado, que ofertava aos usuários da rodovia comércio e serviços, foi elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila de Campo Verde.

Possui uma malha urbana caracterizada por ruas de traçado regular, sem pavimentação asfáltica, perpendiculares à rodovia BR-163.

Campo Verde possui duas escolas voltadas ao ensino fundamental e uma Unidade de Saúde da Família que realiza os atendimentos básicos à população local. Não há subprefeitura na localidade.

Em relação ao saneamento básico, os domicílios não possuem rede de esgoto e de abastecimento de água. A coleta de lixo ocorre uma vez na semana.



Figura 801 – Unidade Básica de Saúde, Vila Campo Verde/Itaituba (4,345339S; 55,785296W).



Figura 802 – Escola Municipal de Ensino Infantil e Ensino Fundamental Engenheiro Francisco Barros, em Campo Verde (4,345628S; 55,785290W).



Figura 803 – Igreja de Campo Verde (4,345320S; 55,785414W).



Figura 804 – Comando de Policiamento Regional X – 15º Batalhão Transamazônica/ PPD nº 102º/ Campo Verde (4,345625S; 55,785144W).



Figura 805 – Vista de comércio pista local paralela à rodovia BR-230 – Distrito de Campo Verde (4,346087S; 55,785256W/ 4,345991S; 55,785139W).

Bairro Nova Miritituba

O Bairro Nova Miritituba pertence ao município de Itaituba/PA e fica distante 554,8 metros do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O presidente da Associação Pró-Criação do Bairro Nova Miritituba informou que a comunidade foi criada em 2011, como área para alocar moradores que sofreram com evento de desabamento em outro ponto do município. A Associação foi fundada em 2011 como forma de reivindicar o reassentamento das famílias impactadas pelo deslizamento que ocorreu na região.

Atualmente, estima-se que o bairro possua 220 famílias e cerca de 715 moradores. Porém, como se trata de uma área de ocupação em consolidação, há sempre novos moradores e não há como ser feita a atualização frequente do cadastro.

A estrada que dá acesso às residências, a via Transportuária, leva também às empresas Bunge, Cargill e Cianport, que possuem no local pátios de triagem, silos de armazenagem, estruturas de apoio e portos. Muitos moradores trabalham nestas empresas. Esses empreendimentos, de acordo com o entrevistado, contribuíram para a melhora da qualidade de vida na região.

O bairro é atendido por rede geral de abastecimento de água (duas ruas do bairro) e as demais propriedades usam bomba para puxar água de um poço localizado na comunidade. A energia elétrica é distribuída pela Celpa. Não possui sistema de esgotamento sanitário, sendo que os moradores utilizam fossas em suas residências, e o lixo é coletado uma vez por semana. Havia uma área destinada para a construção de um posto de saúde e uma creche, cujas construções chegaram a ser iniciadas, mas não foram concluídas. De acordo com o entrevistado, as estruturas deveriam ter seguido um padrão determinado pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, o que não estava acontecendo. As obras inacabadas estavam abandonadas na época do levantamento de campo.

O entrevistado afirmou que, por não ter informações detalhadas do projeto, não sabe como a Ferrogrão poderá alterar a vida na comunidade. Frisou que não houve uma apresentação ampla do projeto, para que os moradores pudessem se informar e se posicionar. Uma das preocupações que ele apontou, durante a entrevista, é em relação ao desemprego. Ressaltou que, apesar de todos os conflitos da comunidade com as empresas, especialmente por causa das carretas, elas são muito importantes para a comunidade, pois geram muitos postos de trabalho. Afirmou ter receio de as empresas fecharem, visto que, em uma reunião na ANPORT, em Belém/PA, comentaram sobre essa possibilidade, caso não saia o projeto da ferrovia.

Como aspecto negativo, citou a possibilidade do aumento das dificuldades que os moradores já enfrentam em razão da grande circulação de caminhões. Como exemplo, citou que atualmente muitas casas já apresentam rachaduras pela trepidação causada por caminhões, sem segurança para os moradores. Já em relação aos aspectos positivos, acredita que o empreendimento será uma novidade para a região, desde que não interfira na dinâmica de empregos da região.



Figura 806 – Bairro Nova Miritituba (4,301689S; 55,948845W).



Figura 807 – Bairro Nova Miritituba (4,301241S; 55,948916W).



Figura 808 – Bairro Nova Miritituba (4,301721S; 55,948579W).



Figura 809 – Entrevista no Bairro Nova Miritituba (4,302492S; 55,948636W).

Distrito de Miritituba

Miritituba é um Distrito pertencente ao município de Itaituba/PA, distante 2,3 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. Localizado em uma posição privilegiada, do ponto de vista econômico, se configura em um entreposto que permite uma ação combinada do modal rodoviário (BR-163 e BR-230/Transamazônica) e o hidroviário (hidrovia Tapajós – Amazonas), destinado ao escoamento da produção da regional. Em vista disto, há movimentos sociais e políticos que visam a sua emancipação de Itaituba/PA.

O Distrito compõe o perímetro urbano de Itaituba, subdividindo-se em zona urbana e zona comercial e industrial, sendo alvo, portanto, de empresas nacionais e internacionais que visam operar estações de transbordo de carga, como a Bunge e a Cargill.

Apresentando em 2010 uma população 3.383 pessoas, Miritituba possui três escolas municipais: E.M.E.F Engenheiro Francisco Barros, E. M. E. F. Carlos Sarmiento e a E.M.E.F Integração Nacional. Há também um Centro de Referência de Assistência Social e uma Unidade Básica de Saúde, com atendimento 24 horas.

O Distrito apresenta problemas quanto ao saneamento básico, devido à falta de esgotamento sanitário e rede de abastecimento de água encanada. Assim como, possui carência quanto ao efetivo de policiamento militar, civil e corpo de bombeiros.



Figura 810 – Escola Municipal de Ensino Fundamental Carlos Sarmiento, Distrito de Miritituna/Itaituba.

5.3.2.2.9.11 Rurópolis/PA

Comunidade São Raimundo

A Comunidade São Raimundo pertence ao município de Rurópolis/PA. Fica distante 4,8 km do traçado proposto para a implantação da ferrovia. O entrevistado informou ser o morador mais antigo da Comunidade, estando no local desde o começo de sua consolidação. Chegou na região em junho de 1985 para trabalhar no garimpo. Depois de dois anos de trabalho, conseguiu uma porção de ouro e decidiu comprar a terra onde vive hoje. A estrada de acesso para a comunidade foi construída em 2000 e o deslocamento era, até então, um dos grandes gargalos para os produtores de São Raimundo.

A Comunidade começou com 60 famílias e hoje 45 moram no local. Durante muitos anos, a produção de arroz foi o principal item produzido ali, mas os preços baixos praticados no mercado inviabilizaram a continuidade dessa cultura, além das pragas que o produtor enfrentava, reduzindo a quantidade colhida. A produção era feita na Comunidade, mas a “pelagem” era feita na Vicinal 30, o que também elevava os custos de produção. Devido a esses fatores, de 2016 para frente, os trabalhadores deixaram de produzir arroz e passaram para o cultivo de mandioca. Há também no local uma casa de farinha, construída após uma ação do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM. A venda do produto é feita no Distrito de Campo Verde, Itaituba/PA.

A Associação Boa Fé está ativa, mas foi informado que não há projetos ativos no momento. O principal festejo local é a festa em homenagem ao padroeiro São Raimundo Nonato, celebrada no mês de agosto.

Não há sistema de esgotamento sanitário, sendo que há fossas nas propriedades, e nem coleta de lixo, sendo o mesmo queimado ou enterrado. O abastecimento de água é feito por poços ou nascentes e a energia elétrica é distribuída pela Celpa. Há uma escola no local e não há posto de saúde.

Em relação ao empreendimento, acredita que o mesmo pode aumentar o acesso dos moradores de São Raimundo a alguns serviços e melhorar o desenvolvimento local.



Figura 811 – Escola na Comunidade São Raimundo (4,244410S; 55,805904W).



Figura 812 – Casa na Comunidade São Raimundo (4,244145S; 55,805820W).



Figura 813 – Igreja na Comunidade São Raimundo (4,244652S; 55,805843W).



Figura 814 – Entrevista com morador da Comunidade São Raimundo (4,243909S; 55,805515W).

5.3.2.3 Condições de saúde e doenças endêmicas

Para análise dos dados relativos à saúde foram utilizados indicadores consagrados relacionados à mortalidade, à morbidade e os recursos e cobertura assistencial. Os indicadores utilizados são fornecidos pelo Ministério da Saúde, por meio da base de dados DATASUS. Em síntese, a análise dos indicadores permite uma melhor compreensão de importantes problemas de saúde da população, podendo subsidiar a tomada de decisões tanto no nível municipal, quando regional.

Com referência à identificação das ocorrências de doenças endêmicas (que se manifestam apenas numa determinada região, possuem causa local, não atingindo nem se espalhando para outras comunidades), foram consultados o Portal DATASUS, o Sistema de Informações de Agravos de Notificação e as Secretarias de Saúde Municipais, verificando-se o número de agravos para dengue, malária, leishmaniose e febre amarela.

Além das doenças endêmicas, serão apresentados dados também para AIDS e sífilis, visto que a ocorrência dessas doenças, assim como outras infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), é mais significativa em regiões com grande concentração de grupos móveis tais como, caminhoneiros, garimpeiros, turistas, militares, e estão associadas a situações de prostituição, tráfico, consumo de drogas e contrabando (BRASIL, 2003), além da falta de infraestrutura em saúde comum na regiões fronteiriças, por exemplo.

5.3.2.3.1 Condições de Saúde

As condições de saúde (mortalidade geral, mortalidade infantil, morbidade e mortalidade) demonstram a qualidade de vida e a qualidade da implementação das políticas de saúde na região. Ao visualizar esse tipo de dado, ter-se-á um entendimento mais aprofundado sobre as condições de vida dos moradores da AE.

5.3.2.3.1.1 Mortalidade Proporcional por Grupos de Causas

Os dados sobre mortalidade informam a ocorrência e distribuição das causas de óbito no perfil da mortalidade da população residente. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente. Neste tópico serão analisadas as taxas de mortalidade infantil, a mortalidade proporcional por grupos de causas e a proporção de óbitos por causas externas.

A mortalidade proporcional por grupos de causas mede a participação relativa dos principais grupos de causas de morte no total de óbitos com causa definida. De modo geral, o indicador é influenciado pela participação de fatores que contribuem para aumentar ou diminuir determinadas causas, alterando a distribuição proporcional das demais, tais como, condições socioeconômicas, perfil demográfico, infraestrutura de serviços públicos, acesso e qualidade dos serviços de saúde.

A Figura 815 e a Tabela 156 são complementares, visto que ambas trazem informações referentes à mortalidade. Elas apresentam a mortalidade proporcional por grupos de causas, na AE, onde identifica-se que, ao todo, 7.538 pessoas foram a óbito no ano de 2017. Dessas, 1.582 (20%) foram por razões relacionadas ao aparelho circulatório e 1.844 (24%) em função das causas externas.

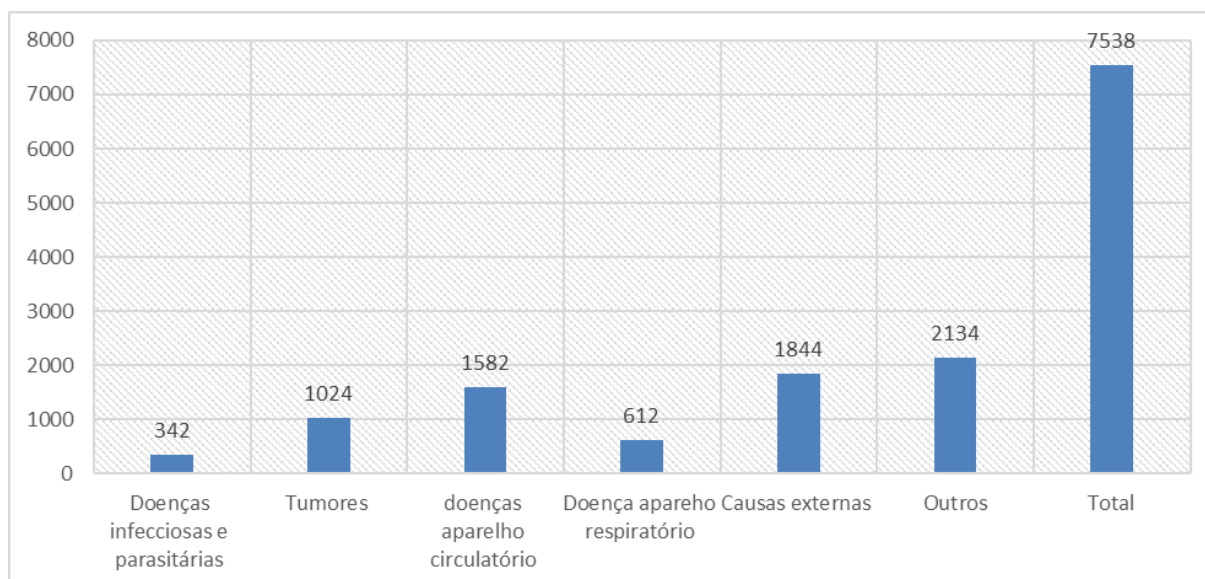


Figura 815 – Mortalidade Proporcional na Área de Estudo por Grupos e Causas, 2017.

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM.

As causas externas, conforme apontado, correspondem a um percentual de 24% das causas de mortalidade nos municípios da AE. Em alguns municípios, como Altamira/PA, as causas externas correspondem a 31% do total de óbitos e em Novo Progresso/PA a 32% e, no município de Cláudia/MT, 26%. No estado do Pará, as causas externas correspondem a 19% das mortes e no Mato Grosso a 17%.

As causas externas correspondem, em termos gerais, aos acidentes, aos homicídios e às mortes oriundas de lesões autoprovocadas – tal como o suicídio. Segundo o IPEA (2018), a violência ainda é a principal causa que contribui para o aumento da mortalidade por causas externas no Brasil. Nesse sentido, os dados apresentados mostram que a violência é um problema social nos municípios que compõem a AE, refletindo-se inclusive nos dados de óbitos.

Além disso, chama a atenção para o fato de que 9% da mortalidade no município de Colíder/MT é causada por doenças infecciosas e parasitárias, o que indica uma carência no acesso a saneamento básico e aumento de endemias, neste município.

Tabela 156 – Distribuição da Mortalidade hospitalar proporcional (%) do SUS por local de residência segundo Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Unidade Territorial	Doenças Infecciosas e Parasitárias	Tumores	Doenças do Aparelho Circulatório	Doenças do Aparelho Respiratório	Causas Externas	Demais Causas	Total Absoluto
Altamira (PA)	4,2	11,5	22,9	7,5	31,1	22,78	720
Itaituba (PA)	4,8	8,3	24,4	7,1	24,7	30,71	661
Novo Progresso (PA)	5,3	11,4	13,6	3,8	32,6	33,33	132
Rurópolis (PA)	3,0	7,0	24,0	10,0	17,0	39,00	100
Trairão (PA)	0,0	7,2	14,5	5,8	21,7	50,72	69
Cláudia (MT)	2,0	14,0	26,0	8,0	26,0	24,00	50
Colíder (MT)	9,8	12,0	19,1	13,7	12,6	32,79	183
Guarantã do Norte (MT)	5,9	11,8	22,4	7,2	21,1	31,58	152
Itaúba (MT)	7,4	11,1	18,5	7,4	29,6	25,93	27
Lucas do Rio Verde (MT)	5,6	15,8	13,0	8,4	24,2	33,02	215
Matupá (MT)	1,2	15,7	18,1	9,6	14,5	40,96	83
Nova Santa Helena (MT)	4,5	27,3	4,5	18,2	4,5	40,91	22
Peixoto de Azevedo (MT)	5,6	14,4	30,6	4,4	19,4	25,63	160
Sinop (MT)	4,2	19,6	20,6	6,8	24,3	24,60	695
Sorriso (MT)	3,4	16,6	17,4	12,2	26,4	24,09	386
Terra Nova do Norte (MT)	2,9	20,3	20,3	13,0	8,7	34,78	69
Vera (MT)	4,4	15,6	20,0	8,9	24,4	26,67	45
Área de Estudo	4,5	13,6	21,0	8,1	24,5	28,31	3.769
Pará	5,0	12,6	23,4	10,4	19,3	29,32	39.980
Mato Grosso	4,2	15,1	24,3	9,5	17,1	29,88	17.709
Brasil	4,2	16,9	27,3	11,9	12,1	27,64	1.312.663

Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2017.

5.3.2.3.1.2 Mortalidade Infantil

A taxa de mortalidade infantil é um dos indicadores mais importantes na área da saúde, pois traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência e traz à luz a qualidade dos serviços de saúde que estão presentes nos municípios. Ela é calculada pelo número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos na população residente. Ela estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o seu primeiro ano de vida. Costuma-se classificar o valor da taxa como alto (50 por mil ou mais), médio (20 a 49), baixo (menos de 20) e muito baixo (menos de 10), parâmetros esses que necessitam revisão periódica, em função de mudanças no perfil epidemiológico.

A AE apresentou, em 2014, uma taxa de mortalidade infantil maior do que a média nacional e as médias estaduais, o que indica que são necessários investimentos para melhorias nos serviços de saúde de pré-natal e atendimento às gestantes e puérperas.

No ano de 2017, destaca-se, entre os municípios que compõem a AE, o município de Trairão, que apresentou uma taxa de mortalidade infantil de 45%, taxa muito próxima ao que se consideraria alta e sugere uma situação de saúde bastante crítica para esse município. Além desse, o município de Itaituba apresentou uma taxa de 29%, considerada uma taxa média, o que também revela uma situação de precariedade envolvida no atendimento à gestante e aos bebês (Tabela 157).

Para o conjunto da AE, verifica-se uma taxa acima da média nacional ao longo dos anos, indicando precariedade no atendimento à saúde e deflagra a necessidade de melhorias nos serviços de atendimento à gestante e a recém-nascidos. Porém, em perspectiva histórica, percebe-se que há uma tendência de diminuição das taxas de mortalidade infantil para alguns municípios da AE, acompanhando a tendência nacional e estaduais.

A consolidação do Sistema Único de Saúde, assim como a consolidação das políticas relacionadas à saúde da mulher e ao pré-natal são fatores importantes que ajudam a explicar a diminuição sistemática da mortalidade infantil no Brasil. Contudo, alguns municípios como Trairão/MT, Colíder/MT, Itaituba/PA, Novo Progresso/PA, Rurópolis/PA, Garantã do Norte/MT e Matupá/MT, não seguem a mesma tendência, apresentando um aumento da mortalidade infantil no período de 2014-2017. Nesse sentido, verifica-se ainda que é necessário o fortalecimento de políticas públicas e estratégias de diminuição desses valores nos municípios indicados.

Tabela 157 – Taxa de mortalidade infantil (por mil nascidos vivos), nos municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil, por ano.

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	Média
Altamira (PA)	21,3	16,4	16,9	14,1	17,2
Itaituba (PA)	18,0	13,8	24,0	19,4	18,8
Novo Progresso (PA)	6,9	11,3	10,8	17,7	11,8
Rurópolis (PA)	18,8	5,2	19,0	21,9	16,3
Trairão (PA)	9,0	9,6	26,4	45,2	22,7
Cláudia (MT)	20,5	0,0	7,0	7,4	8,8

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	Média
Colíder (MT)	20,6	9,2	8,8	20,6	14,9
Guarantã do Norte (MT)	9,0	11,3	21,2	10,6	12,9
Itaúba (MT)	0,0	11,5	0,0	29,4	9,8
Lucas do Rio Verde (MT)	17,9	8,4	12,2	14,1	13,1
Matupá (MT)	7,1	16,1	10,5	15,9	12,4
Nova Santa Helena (MT)	19,2	34,5	0,0	20,0	19,4
Peixoto de Azevedo (MT)	24,6	15,4	15,3	12,8	17,1
Sinop (MT)	13,1	8,1	13,5	10,8	11,4
Sorriso (MT)	14,0	10,1	10,2	13,3	11,9
Terra Nova do Norte (MT)	28,0	22,2	14,0	19,7	20,9
Vera (MT)	26,0	14,4	0,0	6,6	12,2
Área de Estudo	16,4	11,6	15,2	15,0	14,6
Pará	15,7	15,0	15,7	15,4	15,4
Mato Grosso	14,7	13,8	13,8	12,6	13,7
Brasil	12,9	12,4	12,7	12,4	12,6

Fonte: MS/SVS/CGIAE- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM

5.3.2.3.2 Ocorrência Regional de Doenças Endêmicas

As doenças endêmicas se configuram por serem importantes indicadores para a discussão de ações e políticas de prevenção dos municípios e do estado como um todo. Abaixo, identificou-se de que forma algumas doenças endêmicas se apresentam na AE:

5.3.2.3.2.1 Leishmaniose Visceral

A definição de caso confirmado de leishmaniose visceral baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o país. O número de casos novos confirmados de Leishmaniose Visceral - LV (código B55.0 da CID-10) é normalmente calculado por 100.000 habitantes, na população residente. Em razão da baixa ocorrência desta doença, optou-se por apresentar os dados municípios em números absolutos.

No que concerne à incidência de Leishmaniose Visceral nos municípios da AE, identifica-se, na Tabela 158, que o município de Peixoto de Azevedo/MT registrou 9 (nove) casos dessa doença entre 2011 e 2017. Os municípios de Sinop/MT, Altamira/PA e Rurópolis/PA registraram um caso em cada um, enquanto Colíder/MT e Sorriso/MT registraram dois casos em cada município no período indicado.

Tabela 158 – Leishmaniose Visceral - Casos confirmados Notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 2011-2017.

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Altamira (PA)	0	0	0	0	1	0	0	1
Itaituba (PA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Rurópolis (PA)	0	0	0	0	0	0	1	1
Novo Progresso (PA)	0	0	0	0	0	0	0	0

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Trairão (PA)	0	0	0	0	0	0	0	0
Cláudia (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Colíder (MT)	0	1	0	0	0	1	0	2
Guarantã do Norte (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaúba (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Matupá (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	1	5	1	0	1	0	1	9
Sinop (MT)	0	0	0	0	0	1	0	1
Sorriso (MT)	0	2	0	0	0	0	0	2
Terra Nova do Norte (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Vera (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Estudo	1	8	1	0	2	2	2	17
Pará	350	254	247	233	254	362	529	2.578
Mato Grosso	56	52	34	22	26	15	18	286
Brasil	4.039	3.209	3.585	3.675	3.481	3.543	3.987	26.050

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

5.3.2.3.2.2 Malária

No Brasil, a maioria dos casos de malária se concentra na região Amazônica, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, abrangendo neste caso a Área de Estudo. Nas demais regiões, apesar das poucas notificações, a doença não pode ser negligenciada, pois se observa uma letalidade mais elevada que na região Amazônica.

Dados inseridos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net do Ministério da Saúde, identifica-se um caso confirmado de malária no município de Sinop/MT e sete casos, entre os anos de 2014 e 2017, em Itaituba/PA.

Por outro lado, anualmente o Ministério da Saúde lança a “Lista de municípios pertencentes às áreas de risco ou endêmicas para malária”, referente à Portaria Interministerial Nº 419, de 26 de outubro de 2011⁹ e à Portaria nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Pelos parâmetros estipulados, são consideradas áreas endêmicas todos os municípios da região Amazônica¹⁰, e área de risco compreende municípios com registro de ao menos um caso autóctone nos 3 anos subsequentes.

⁹ A Portaria Interministerial n.º 60, de 2015, apresenta novo texto para a referida Portaria, contudo a Lista do Ministério da Saúde ainda faz referência a Portaria Interministerial nº 419/2011.

¹⁰ Pertencem à região Amazônica os estados de Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Já inseridos na concepção de área endêmica, a Tabela 159 apresenta dados dos municípios que constam na lista de áreas de risco referente ao ano de 2018 (BRASIL, 2018).

Neste caso, em atendimento ao definido pela Portaria Interministerial nº 419, demanda-se a execução de Estudos e Laudo de Avaliação do Potencial Malarígeno.

Tabela 159 – Casos confirmados Notificados de Malária no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 2018.

Município Provável de infecção	2016	2017	2018*	Média	População 2018	IPA 2018
Altamira (PA)	21	39	163	74	113.195	1,4
Itaituba (PA)	1.932	2.088	2.566	2.195	101.097	25,4
Novo Progresso (PA)	237	616	374	409	25.758	14,5
Rurópolis (PA)	8	9	3	7	49.503	0,1
Trairão (PA)	9	4	15	9	18.807	0,8
Matupá (MT)	0	5	1	2	16.334	0,1

Fonte: BRASIL, 2018.

*Dados de 2018 sujeitos a alteração.

5.3.2.3.2.3 Dengue

A definição de caso confirmado de dengue baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o país. O número de casos novos confirmados de dengue (clássico e febre hemorrágica da dengue – códigos A90-A91 da CID-10) e normalmente calculado por 100 mil habitantes, na população residente. Os dados municipais são apresentados em números absolutos.

Segundo dados do Ministério da Saúde e do Sistema de Vigilância Sanitária, em meados da década de 1990 teve início a segunda epidemia de dengue no Brasil, consequente da rápida dispersão do vetor em estados e municípios do interior do país. Essa situação se diferenciou da epidemia anterior, que predominou em grandes centros urbanos da região Sudeste, e em 1991 produziu 71 casos por 100 mil habitantes.

As notificações de dengue também não apresentam dados suficientemente significativos que possibilitem a produção de taxas ou de índices. Desse modo, decidiu-se apresentar os dados absolutos dos casos nos municípios estudados. Dos 17 municípios que compõem a Área de Estudo, todos eles apresentaram ocorrências de casos de dengue em seus territórios no período estudado, segundo o Sistema Nacional de Agravos e Notificação do Ministério da Saúde – SINAN, conforme se verifica na Tabela 160.

No momento da confecção deste estudo, ainda não tinham sido notificados os casos de 2018. Também se observa o fato de que nos anos de 2014 e 2015 houve um aumento dos casos notificados, o que demonstra uma progressão da reprodução do mosquito causador.

Identifica-se na Tabela 160 que no município de Sinop/MT, nos anos selecionados, foram registrados 5.957 casos de Dengue. Além desses, os municípios de Sorriso/MT e Matupá/MT registraram 1.083 e 1.087 casos, respectivamente, no período indicado, conforme se observa

na Tabela 160. Esses dados demonstram a importância das campanhas de prevenção a essa epidemia nesse território, tendo em vista a incidência de casos de infectados pelo mosquito.

Tabela 160 – Dengue - Notificações registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Brasil.

Unidade Territorial	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Altamira (PA)	1374	1307	976	245	263	281	82	49	678
Itaituba (PA)	518	402	220	231	68	63	548	42	728
Novo Progresso (PA)	469	364	70	324	68	135	288	65	556
Rurópolis (PA)	222	36	159	282	3	28	231	26	288
Trairão (PA)	-	1	1	7	0	3	9	0	12
Colíder (MT)	94	53	156	82	69	165	657	47	939
Guarantã do Norte (MT)	196	79	69	453	9	281	718	40	1.059
Itaúba (MT)	548	93	270	719	42	137	113	6	298
Lucas do Rio Verde (MT)	226	4	47	173	27	200	122	26	375
Matupá (MT)	280	44	574	762	53	619	318	93	1.087
Nova Santa Helena (MT)	234	34	105	330	34	52	109	2	197
Peixoto de Azevedo (MT)	21	2	62	122	25	221	613	53	916
Sinop (MT)	78	18	102	74	1.540	2.631	1.310	415	5.957
Sorriso (MT)	2370	764	4182	5276	116	521	414	30	1.083
Terra Nova do Norte (MT)	644	136	213	959	20	42	485	8	557
Vera (MT)	115	21	22	75	45	339	83	9	476
Altamira (PA)	285	2	227	94	263	281	82	49	678
Área de Estudo	15.119	16.648	16.034	8.994	2.398	5.778	6.111	922	15.304
Pará	35.028	5.030	32.783	34.527	4.502	7.924	10.669	7.718	31.015
Mato Grosso	981.276	686.005	580.519	1.428.989	7.110	22.441	20.266	9.197	59.343
Brasil	2010	2011	2012	245	591.196	1.708.769	1.494.668	239.393	4.048.277

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

Entretanto, em consulta ao Levantamento Rápido de Índices para *Aedes Aegypti* (LIRAA) para vigilância entomológica do *Aedes aegypti* no Brasil (dados de 2018), verificou-se que no Pará, somente o município de Altamira figura na lista crítica quanto presença de *Aedes aegypti*, e portanto, com risco de ocorrência de surto para dengue, zika e chikungunya. Os demais municípios do Pará que compõem a AE (Itaituba, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão) apresentam situação de alerta.

No que concerne aos municípios do Mato Grosso não possui nenhum município em situação crítica, porém em Colíder, Matupá, Nova Santa Helena, Sinop, Sorriso e Guarantã do Norte a situação é de alerta. E nos municípios de Itaúba, Lucas do Rio Verde, Peixoto de Azevedo, Terra Nova do Norte e Vera, a situação é considerada satisfatória.

5.3.2.3.2.4 Febre Amarela

Segundo o Ministério da Saúde, a Febre Amarela é uma doença infecciosa febril aguda, causada por um vírus transmitido por mosquitos vetores, e possui dois ciclos de transmissão: silvestre (quando há transmissão em área rural ou de floresta) e urbano. O vírus é transmitido pela picada dos mosquitos transmissores infectados e não há transmissão direta de pessoa a pessoa.

A Febre Amarela tem importância epidemiológica por sua gravidade clínica e potencial de disseminação em áreas urbanas infestadas pelo mosquito *Aedes aegypti*. É uma doença de notificação compulsória imediata, ou seja, todo evento suspeito (tanto morte de primatas não humanos, quanto casos humanos com sintomatologia compatível) deve ser prontamente comunicado, em até 24 horas após a suspeita inicial, às autoridades locais competentes pela via mais rápida (telefone, fax, e-mail). Às autoridades estaduais de saúde cabe notificar os eventos de febre amarela suspeitos ao Ministério da Saúde.

Em relação aos municípios que compõem a AE, não foram notificados casos de Febre Amarela no intervalo temporal de 2010-2019, segundo dados do DATASUS.

5.3.2.3.2.5 AIDS

A AIDS, sigla em inglês para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, é uma doença do sistema imunológico humano resultante da infecção pelo vírus HIV e que leva, em média, alguns anos para se manifestar. O número de casos novos confirmados de síndrome de imunodeficiência adquirida (AIDS – códigos B20-B24 da CID-10), por 100 mil habitantes, estima o risco de ocorrência de AIDS, numa população em intervalo de tempo determinado. O número também indica a existência de condições favoráveis à transmissão da doença, por via sexual, sanguínea por ou transmissão vertical.

Também é importante destacar que o indicador não reflete a situação atual de infecção pelo HIV no período de referência e sim, a da doença, cujos sinais e sintomas surgem, em geral, após o período de infecção assintomática, no qual o indivíduo permanece infectante.

Em relação à notificação de casos de AIDS, é preciso considerar que, segundo estudos relacionados à temática, os pacientes buscam se testar e se tratar nos municípios de maior porte populacional, ou seja, distantes do seu município de residência. Nesse caso, mesmo que um paciente habite um município de menor porte populacional, é comum que este se desloque até o maior município maior para buscar o tratamento. Desse modo, conforme estudos, os municípios de menor porte populacional acabam apresentando baixos números relacionados a essa epidemia – em razão das situações de estigma e preconceito ainda existentes (LEAL, 2018; LUI, 2018).

Por isso, para apresentar os dados relativos à mortalidade por HIV/AIDS, decidiu-se por trazer os números absolutos e não taxas e proporções, conforme pode ser observado na Tabela 161. Constatam na tabela apenas os municípios que apresentaram esse tipo de ocorrência no período estudado.

Corroborando o acima exposto, os municípios de Sorriso e Sinop, no Mato Grosso e Itaituba e Altamira, no Pará, por desempenharem o papel de municípios de referência para as regiões que atuam, acabam por apresentar um maior número de casos de infecção pela epidemia, como se observa na tabela.

Tabela 161 – Casos confirmados AIDS - Casos confirmados Notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação 2011-2017.

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Altamira (PA)	8	6	10	8	9	18	21	4	92
Itaituba (PA)	5	3	1	9	12	4	5	0	39
Novo Progresso (PA)	1	0	0	0	0	2	3	0	6
Trairão (PA)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Rurópolis (PA)	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Claudia (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colíder (MT)	0	0	0	1	1	1	1	2	6
Guarantã do Norte (MT)	1	2	2	1	4	5	6	1	25
Itaúba (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	0	0	1	0	1	0	3	1	6
Matupá (MT)	0	0	0	1	0	1	0	1	3
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Peixoto de Azevedo (MT)	1	0	1	0	1	2	1	1	7
Sinop (MT)	41	42	63	51	36	20	23	1	304
Sorriso (MT)	17	14	25	15	17	16	7	14	140
Terra Nova do Norte (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vera (MT)	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Área de Estudo	74	67	103	86	81	71	71	25	631

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Pará	1.420	1.555	1.888	2.005	2.180	2.273	1.961	987	15.794
Mato Grosso	470	665	676	590	558	546	652	273	4.933
Brasil	42.273	42.184	43.269	42.122	40.649	39.107	37.791	15.471	343.158

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net: 2011-2018.

5.3.2.3.2.6 Sífilis

São considerados casos de sífilis congênita os diagnosticados nos primeiros 12 meses de vida. A definição de caso de sífilis congênita baseia-se em critérios adotados pelo Ministério da Saúde para orientar as ações de vigilância epidemiológica da doença em todo o País. O número absoluto de casos novos de sífilis congênita (código A50 da CID-10), na população residente indica a frequência anual de casos notificados, decorrentes de transmissão vertical do *Treponema pallidum*, ou seja, a intensidade com que a doença acomete a população.

O número de casos de sífilis congênita indica condições favoráveis à transmissão da doença e deficiências na atenção à saúde da mulher, especialmente no período pré-natal, quando as gestantes infectadas poderiam ser oportunamente identificadas e tratadas. A eliminação da sífilis congênita como problema de saúde pública requer a redução de sua incidência a menos de um caso por mil nascidos vivos, meta a ser alcançada mediante a busca ativa de casos de sífilis materna e congênita, em serviços de pré-natal e em maternidades, paralelamente a ações de prevenção e tratamento.

Assim como os casos de dengue e AIDS, os dados de sífilis congênita não apresentam dados expressivos o suficiente para a produção de taxas e índices. Desse modo, decidiu-se por apresentar os dados absolutos. O que se identifica, a partir dos dados apresentados, é que há uma variação anual de incidência de sífilis congênita na Área de Estudo, nos estados do Mato Grosso e do Pará, bem como no país. A partir dos dados apresentados na Tabela 162, observa-se que os municípios de referência como Sinop, Sorriso, Altamira, Itaituba e Lucas do Rio Verde, concentram a maior parte dos casos notificados, enquanto os municípios menores apresentam baixos dados relativos a essa infecção.

Os municípios de Cláudia, Itaúba, Terra Nova do Norte e Vera não apresentam notificação no período estudado, nestes casos, não há como afirmar a ocorrência da doença ou não, visto que é comum e registrado na literatura que, no caso de ISTs, as pessoas busquem municípios maiores para realizar os seus tratamentos e não frequentem o posto de saúde de sua cidade, para não serem alvo de discriminação e preconceito. Assim, acaba que alguns municípios, principalmente os menores, não apresentam casos de sífilis e HIV, possivelmente porque as pessoas se deslocam até municípios maiores, onde a notificação acaba sendo realizada (LUI, 2018; LEAL, 2018).

Tabela 162 – Sífilis Congênita - Casos confirmados notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Municípios selecionados, área de estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Altamira (PA)	27	17	25	11	21	8	20	38	186

Unidade Territorial	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Total
Itaituba (PA)	26	27	10	14	14	16	18	10	148
Novo Progresso (PA)	3	1	4	2	3	4	0	2	23
Rurópolis (PA)	7	8	3	2	1	2	1	2	26
Trairão (PA)	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Cláudia (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colíder (MT)	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Guarantã do Norte (MT)	1	3	1	0	0	0	0	1	7
Itaúba (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	0	7	8	11	16	11	12	7	73
Matupá (MT)	0	0	2	3	1	2	2	0	10
Sinop (MT)	1	4	4	6	13	14	10	7	62
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	0	0	0	1	0	6	8	5	20
Sorriso (MT)	8	16	7	9	12	8	9	11	83
Terra Nova do Norte (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vera (MT)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Área de Estudo	74	87	68	66	94	85	92	90	703
Pará	429	536	608	693	662	747	809	631	5.428
Mato Grosso	59	144	195	190	214	201	254	181	1.507
Brasil	9.486	13.308	16.088	16.626	20.045	21.674	25.294	23.935	153.648

Fonte: Ministério da Saúde/SVS - Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan Net.

No levantamento de campo junto às instituições entrevistadas, foram indicadas ocorrências de dengue e malária, com baixa ocorrência e indicação de erradicação da malária, devido as ações/campanhas de sensibilização para prevenção dessas doenças, normalmente realizadas pelas secretarias de saúde em conjunto com as secretarias de educação.

É importante ressaltar que a malária não apresenta uma distribuição homogênea na região Amazônica, visto que sua concentração está associada a áreas com características específicas. De acordo com Marques, 1986, a malária é mais evidente em áreas marcadas por movimentos migratórios internos, sendo este um dos fatores responsáveis pela disseminação da doença na região, com destaque para as áreas de garimpos, projetos de colonização e agropecuários como os principais focos de manutenção e disseminação da malária para a região Amazônica e desta para outras regiões do país.

Conforme pode ser observado na Tabela 163, foram apontados alguns casos de Zika vírus e Chikungunya.

Tabela 163 – Doenças endêmicas indicadas nas entrevistas institucionais realizadas.

Citação	Frequência de Resposta
Dengue (ações realizadas desde a escola fundamental).	43

Citação	Frequência de Resposta
Não tem conhecimento.	29
Malária erradicada.	20
Hanseníase.	18
Malária pelas condições climáticas.	17
Chikungunya (mas não alarmante).	6
Atualmente não tem ocorrido, tempos atrás havia muita ocorrência de dengue, mas atualmente está controlada.	5
Leptospirose.	2
Zikavirus.	2
Hepatite (mas há grande dificuldade em identificar a origem, onde a doença foi contraída).	2
Leishmaniose (protozoário transmitido por mosquitos).	2
Recentemente houve surto de meningite (crianças foram diagnosticadas).	1
Rotavírus.	1
Cuidados também com o Caranguejo africano.	1

5.3.2.4 Infraestrutura básica e de serviços

Este item apresenta a caracterização da infraestrutura básica e de serviços nos municípios da Área de Estudo. Os aspectos a serem abordados referem-se às informações sobre saúde, educação, saneamento básico, transporte e segurança pública.

5.3.2.4.1 Saúde Recursos e Cobertura

Os indicadores de recursos e cobertura medem a oferta e a demanda de recursos humanos, físicos e financeiros para atendimento às necessidades básicas de saúde da população, bem como o grau de utilização dos meios oferecidos pelo setor público e pelo setor privado. Para este estudo, selecionou-se indicadores, a saber: número de profissionais de saúde, número de estabelecimentos, número de leitos hospitalares e número de internações hospitalares.

As informações sobre infraestrutura (recursos, equipamentos e cobertura assistencial), oferta de serviços e padrões de saúde da população da AE serão apresentadas a partir de indicadores das bases de dados do DATASUS, Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e das Secretarias de Saúde Municipais, complementadas por dados primários levantados durante o trabalho de campo.

Em síntese, a análise dos indicadores permite uma melhor compreensão de importantes problemas de saúde da população, podendo subsidiar a tomada de decisões tanto no nível municipal quanto regional. Serão contempladas as características relacionadas a seguir:

5.3.2.4.1.1 Número e Tipos de Estabelecimentos de Saúde por Município

A Tabela 164 apresenta os dados relativos ao número de estabelecimentos de saúde nos municípios que compõem a AE, bem como a razão de habitantes por serviço de saúde. Desse modo, é possível realizar uma comparação em nível nacional e estadual com a AE. Os

municípios menores, com até 10 mil habitantes, apresentam poucos serviços de saúde em comparação com os municípios maiores como Sinop/MT, Altamira/PA, Itaituba/PA e Sorriso/MT, visto que estes concentram uma grande população. Os municípios de Nova Santa Helena/MT e Terra Nova do Norte/MT apresentam, respectivamente, 8 e 15 serviços de saúde. Esse tipo de situação, isto é, a escassez de serviços de saúde nos municípios menores, é corrigida pelo sistema de referência do SUS que prevê que os municípios façam o encaminhamento dos pacientes para serviços de saúde dos municípios que possuem serviços de saúde adequados à demanda dos pacientes. Nesse sentido, quando um paciente não consegue o atendimento da sua demanda em saúde no seu município de residência, este deve ser encaminhado pelo sistema de referência do SUS a um município vizinho que tenha a disponibilidade de atender.

Na AE, em termos de número de estabelecimentos e conseqüentemente de cobertura do serviço, destacam-se os municípios de Sinop/MT, que abriga 35% dos estabelecimentos de saúde da AE, seguido dos municípios de Sorriso/MT (com 15% dos serviços) e Lucas do Rio Verde/MT (com 13% dos serviços), respectivamente.

Dentre os municípios com menor número de estabelecimentos e cobertura estão os municípios de Rurópolis/PA, Trairão/MT, Matupá/MT, Nova Santa Helena/MT, Terra Nova do Norte/MT e Vera/MT.

Todavia, em relação à razão de habitantes por serviço de saúde, identifica-se que a média na AE é de 517 cidadãos por serviço de saúde, razão superior à média estadual do Mato Grosso que é de 449 e inferior à média do estado do Pará que é de 1.027 e à razão nacional que é de 557 habitantes por serviços de saúde. Desse modo, a AE apresenta a menor razão em comparação com o estado do Pará e o Brasil e maior do que o estado de Mato Grosso.

Tabela 164 – Número de Estabelecimentos de saúde por município da área de estudo, estado de Mato Grosso e Para e Brasil.

Unidade Territorial	Número de estabelecimentos	% de estabelecimentos sobre a Área de Estudo	Habitantes / serviço
Altamira (PA)	96	7,6	1.032
Itaituba (PA)	70	5,6	1.393
Novo Progresso (PA)	34	2,7	739
Rurópolis (PA)	14	1,1	2.863
Trairão (PA)	16	1,3	1.055
Cláudia (MT)	15	1,2	735
Colíder (MT)	66	5,2	466
Guarantã do Norte (MT)	38	3,0	848
Itaúba (MT)	8	0,6	572
Lucas do Rio Verde (MT)	172	13,6	265
Matupá (MT)	24	1,9	591
Nova Santa Helena (MT)	8	0,6	434
Peixoto de Azevedo (MT)	29	2,3	1.062
Sinop (MT)	444	35,2	255
Sorriso (MT)	195	15,5	341
Terra Nova do Norte (MT)	15	1,2	753

Unidade Territorial	Número de estabelecimentos	% de estabelecimentos sobre a Área de Estudo	Habitantes / serviço
Vera (MT)	17	1,3	602
Área de Estudo	1.261	100,0	517
Pará	7.380	-	1.027
Mato Grosso	6.765	-	449
Brasil	342.240	-	557

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019.

Em relação aos tipos de estabelecimentos de saúde presentes na AE, constatou-se que há um largo conjunto dos mesmos, geralmente concentrados nas cidades maiores da região (Sinop/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Sorriso/MT, Altamira/PA e Itaituba/PA). Há também 1.179 Unidades básicas de saúde e 514 ambulatórios especializados nos municípios que compõem a AE. Além disso, há 640 hospitais e 622 unidades de diagnóstico e terapia na região.

Conforme apontado na Tabela 165, em alguns municípios, tais como Nova Santa Helena/MT, Terra Nova do Norte/MT e Vera/MT, não há hospitais em seus territórios. Contudo, o SUS prevê que os cidadãos dos municípios onde não existem serviços de saúde de média e alta complexidade tenham acesso, através do sistema de referência, a esses serviços nas cidades vizinhas onde estão disponíveis. Dessa forma, é natural que as cidades maiores tenham mais estabelecimentos de saúde visto que elas recebem, não apenas a sua própria população, mas também à população dos municípios vizinhos.

Tabela 165 – Quantidade de estabelecimentos de saúde por Unidade da Federação, estado de Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	Unidade básica de saúde	Clínica /ambulatório especializado	Consultório	Hospital	Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	Total
Altamira (PA)	78	39	3	115	25	260
Itaituba (PA)	105	47	4	93	42	291
Novo Progresso (PA)	72	5	2	37	18	134
Rurópolis (PA)	81	-	-	44	-	125
Trairão (PA)	20	1	-	25	-	46
Cláudia (MT)	34	11	-	4	21	70
Colíder (MT)	71	43	-	40	34	188
Guarantã do Norte (MT)	63	49	1	39	2	154
Itaúba (MT)	10	10	-	5	2	27
Lucas do Rio Verde (MT)	133	21	8	39	76	277
Matupá (MT)	18	13	3	36	3	73
Nova Santa Helena (MT)	14	7	-	-	2	23
Peixoto de Azevedo (MT)	66	12	2	41	29	150
Sinop (MT)	248	187	50	67	136	688
Sorriso (MT)	132	44	17	55	201	449
Terra Nova do Norte (MT)	19	10	1	-	15	45
Vera (MT)	15	15	-	-	16	46
Área de Estudo	1.179	514	91	640	622	3.046
Pará	5.742	3.284	803	4.731	2.507	17.067
Mato Grosso	5.349	3.017	773	2.420	2.963	14.522
Brasil	195.289	117.053	51.440	111.696	114.913	590.391

Fonte: CNES - Estabelecimentos - Classificação do Serviço – Brasil Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019.

Nas pesquisa institucional, buscou-se levantar as principais demandas da AE no que diz respeito à saúde pública, neste sentido, os entrevistados apontaram, em grande número, demandas por postos de saúde, ampliação da rede e ambulância e ambulância (ambulância para o rio) equipadas, semelhantes a uma Unidade de Tratamento Intensivo e hospitais regionais. No Quadro 49, estão apresentadas as principais demandas de saúde indicadas nas entrevistas institucionais realizadas, segundo município.

Quadro 49 – Demandas em termos de saúde apontadas na pesquisa institucional.

Unidade Territorial	Demandas Vinculadas à Saúde
Altamira (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Elevar a capacidade do hospital municipal e UPA. • Hospital Regional que atende alta e média complexidade precisa ser ampliado. • Mais médicos e especialistas. • Aumentar a infraestrutura em saúde. • PSF – Programa Saúde da Família.
Itaituba (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • São necessárias mais especialidades médicas. • Aumentar a infraestrutura para atender a demanda. • Alocação de profissionais de outras especialidades. • O Hospital Regional precisa de Operação da ETE específica para iniciar o atendimento, a ETE não tem rede, o serviço está em andamento - prazo de fev./2020. • Tem hospital, mas falta recurso para custeio. • No distrito de Moraes Moreira é preciso dar mais suporte para a área da saúde. E a ambulância é pequena, muito baixa, paciente com mais de 1,80 não cabe.
Novo Progresso (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de média complexidade e atendimento de especialidades. • Ampliar o hospital. • Precisa de ambulância com UTI. • Ambulâncias estão precárias. • Mais médicos e mais especialidades médicas.
Rurópolis (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Faltam ambulâncias e ambulância. • Demanda é superior a capacidade ofertada.
Trairão (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de um hospital para atendimentos de maior complexidade. • Unidades de Saúde necessitam de especialistas em ortopedia, clínico geral, ultrassom. • Muitas comunidades precisam de Unidades de Saúde. • Reforma do hospital e postos de saúde. • Mais médicos e especialidades médicas.
Cláudia (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Mais recurso para atendimento de baixa complexidade. • Possui PSF, mais Pronto Atendimento, porém sem estrutura. • Faltam especialidades médicas.
Colíder (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Faltam equipamentos para o hospital municipal. • Mais especialidades e atender os pacientes mais próximos ao seu local de moradia.
Guarantã do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de ambulância com UTI. • Aumentar o repasse governamental para área da saúde. • Melhorias no hospital. • Mais especialidades médicas.
Itaúba (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Conclusão das obras do hospital municipal. • Não tem leitos para cirurgia. • Falta aparelho de raio x e de ressonância.

Unidade Territorial	Demandas Vinculadas à Saúde
Lucas do Rio Verde (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de atendimento de alta complexidade. • Não tem UPA.
Matupá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de ambulância com UTI. • Hospital municipal não atende traumatologia e cardíaca. • Atendimento de alta complexidade (traumatologia, bucomaxilofacial, cardíacas).
Nova Santa Helena (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Não faz eletrocardiograma, não tem raio x.
Peixoto de Azevedo (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Precisa de ambulância com UTI. • Precisa de UPA.
Sinop (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Repasse de verbas para saúde ao município.
Sorriso (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Atendimento de alta complexidade.
Terra Nova do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Um prédio próprio para Hospital Municipal.
Vera (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Demandas no atendimento de baixa complexidade. • Não tem hospital público nem particular.

Fonte: MRS, levantamento de campo, dez/2019.

5.3.2.4.1.2 Total de Internações por Municípios

No que concerne às internações hospitalares, a lógica adotada pelo Sistema Único de Saúde nos anos recentes é de oferecer à população o acesso pleno aos serviços de Atenção Básica a fim de realizar programas de prevenção de doenças e, assim, evitar que os pacientes apresentem agravos de saúde que demandem internação.

Em relação às internações hospitalares, identifica-se que elas reduziram ao longo dos anos. A Tabela 166, apresenta que, em 2014, Altamira/PA registrou 15.131 internações hospitalares e no ano de 2018, registrou 9.589 internações. Essa tendência de diminuição também é percebida na maioria dos municípios que compõem a AE, resultado das políticas de saúde que enfocaram a prevenção de doenças vinculadas à Estratégia Saúde da Família e na Atenção Básica, vinculadas a ações de articulação da promoção à vigilância de riscos comportamentais, alimentares/nutricionais e ambientais/sanitários.

A mesma tendência de diminuição das internações se identifica nos estados de Mato Grosso e Pará, assim como a nível nacional. Em alguns municípios, como Lucas do Rio Verde/MT, houve um aumento do número de internações, o que significa que os serviços de atenção básica, principalmente o que concerne às ações de saúde preventiva, precisam se aprimorar para evitar internações por sensíveis à atenção básica.

Tabela 166 – Internações hospitalares do SUS por local de internação segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil. Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2019.

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Altamira (PA)	15.131	11.137	10.171	10.033	9.589	6.971	63.032
Itaituba (PA)	7.558	6.814	6.108	56.85	5.029	3.305	34.499

Unidade Territorial	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Novo Progresso (PA)	2.659	2.517	2.598	2.375	2.291	1.559	13.999
Rurópolis (PA)	1.732	1.623	1.526	1.405	1.403	981	8.670
Trairão (PA)	1.006	952	848	1.494	1.112	1.019	6.431
Cláudia (MT)	0	0	345	409	612	385	1.751
Colíder (MT)	3.637	3.585	2.456	2.805	3.009	2.651	18.143
Guarantã do Norte (MT)	1.382	1.049	1.394	1.387	1.434	1.283	7.929
Itaúba (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	1.520	2.778	1.572	1.03	3.252	1.724	12.549
Matupá (MT)	815	730	795	755	730	596	4.421
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	1.840	2.213	2.598	2.926	3.119	2.528	15.224
Sinop (MT)	8.225	9.188	8.080	7.941	6.797	5.346	45.577
Sorriso (MT)	8.679	76.28	7.419	6.418	7.153	5.387	42.684
Terra Nova do Norte (MT)	591	440	357	422	410	319	2539
Vera (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Área de Estudo	54.775	50.654	46.267	45.758	45.940	34.054	277.448
Pará	490.892	471.885	463.659	480.382	493.136	331.182	2.731.136
Mato Grosso	186.686	189.112	194.001	190.966	191.598	143.802	1.096.165
Brasil	11.612.715	11.638.853	11.527.712	11.675.269	11.999.745	9.140.812	67.595.106

5.3.2.4.1.3 Morbidade Hospitalar

As causas das internações revelam muito da dinâmica das condições de saúde de uma região. A partir desse dado é possível compreender o motivo que leva as pessoas a se internarem em um hospital. No que concerne às causas de internações, ou seja, a morbidade hospitalar,

identifica-se que, novamente, as causas externas ocupam um lugar de destaque nos municípios da Área de Estudo.

As causas externas de internações são oriundas dos acidentes, das lesões causadas por violências, acidentes de automóvel e das lesões autoprovocadas (tentativas de suicídio ou automutilação). Em municípios como Sorriso, verifica-se que 30% das internações são por causas externas e, em Altamira, esse valor corresponde a 27%. Quando se compara esses valores com os tumores e com as doenças do aparelho circulatório, identifica-se que as causas externas são um fator importante para explicar as internações hospitalares nesses municípios, o que demanda, dessa forma, outros tipos de intervenções na área de saúde pública (Tabela 167). Conforme o estudo divulgado pelo IPEA (2017), a maior parte dos óbitos e das internações por causas externas são decorrentes de situações de criminalidade e de violência.

As doenças relacionadas ao aparelho circulatório também apresentam um percentual importante no que concerne às internações nos municípios que compõem a AE. Nos municípios de Cláudia/MT e Terra Nova do Norte/MT, as internações vinculadas à essa causa alcançam os 9%.

Também é interessante o fato de que, no município de Cláudia/MT, 19% foram decorrentes de doenças infecciosas e parasitárias, o que indica uma falta de prevenção de vetores e de saneamento básico adequado, situação que pode ser verificada no subitem 5.3.2.4.3.2.

Tabela 167 – Distribuição da morbidade hospitalar proporcional (%) do SUS por local de residência segundo Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2018. Fonte: Ministério da Saúde - Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), 2018.

Unidade Territorial	Doenças infecciosas e parasitárias	Tumores	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Causas Externas	Demais causas	Total absoluto
Altamira (PA)	7,0	3,5	5,2	7,2	27,0	50,2	9.589
Itaituba (PA)	8,5	1,1	6,0	9,2	10,6	64,6	5.029
Novo Progresso (PA)	3,4	1,1	3,4	9,5	20,5	62,2	2.291
Rurópolis (PA)	9,8	1,8	6,1	14,0	14,7	53,7	1.403
Trairão (PA)	11,2	0,2	7,0	10,0	15,8	55,8	1.112
Cláudia (MT)	19,0	0,0	9,8	40,7	0,0	30,6	612
Colíder (MT)	3,9	2,0	8,0	14,0	18,1	54,0	3.009
Guarantã do Norte (MT)	5,4	0,8	8,2	14,6	8,4	62,6	1.434
Itaúba (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	4,4	2,1	5,2	9,7	15,4	63,2	3.252

Unidade Territorial	Doenças infecciosas e parasitárias	Tumores	Doenças do aparelho circulatório	Doenças do aparelho respiratório	Causas Externas	Demais causas	Total absoluto
Matupá (MT)	4,7	3,3	7,5	8,1	8,6	67,8	730
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	5,5	2,8	6,2	11,6	17,3	56,7	3.119
Sinop (MT)	0,9	14,3	4,9	2,0	19,1	58,8	6.797
Sorriso (MT)	2,9	0,8	4,6	7,4	29,2	55,0	7.153
Terra Nova do Norte (MT)	9,5	2,2	9,0	32,0	3,7	43,7	410
Vera (MT)	0	0	0	0	0	0	0
Área de Estudo	5,2	3,8	5,6	8,9	19,9	56,6	25.996
Pará	12,0	3,0	5,4	11,1	13,0	55,5	493.136
Mato Grosso	6,2	5,7	8,0	9,9	17,5	52,7	190.067
Brasil	6,4	7,0	9,7	10,0	12,2	54,7	1.181.5537

5.3.2.4.1.4 Número de Leitos Hospitalares por Habitante

O número de leitos hospitalares públicos e privados, vinculados ou não ao Sistema Único de Saúde (SUS), por mil habitantes, mede a relação entre a oferta de leitos hospitalares e a população residente na mesma área geográfica. Esse dado é influenciado por fatores socioeconômicos, epidemiológicos e demográficos, tais como nível de renda, composição etária, desenvolvimento tecnológico, de oferta de profissionais de saúde, de políticas públicas assistenciais e preventivas, a exemplo das de incentivo a cirurgias ambulatoriais, de não hospitalização nos casos de pacientes com problemas de saúde mental e programas de internação domiciliar. Em geral, a concentração de leitos está associada ao maior poder aquisitivo da população e à demanda por serviços especializados, condições que atraem investimentos do setor privado de saúde. A OMS estabelece um indicativo equivalente de 2,5 a 3,0 leitos para cada mil habitantes.

Em relação à distribuição de leitos nos municípios que compõem a AE, identifica-se que a maior parte dos leitos disponíveis estão à disposição do Sistema Único de Saúde. Em municípios como Rurópolis/PA, Itaúba/MT, Terra Nova do Norte/MT e Trairão/PA, a totalidade dos leitos são pertencentes ao SUS, ver Tabela 168.

Tabela 168 – Leitos de internação por tipo, segundo Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil – 2019.

Unidade Territorial	SUS		Não SUS		Total
	N	%	N	%	
Altamira (PA)	161	64,1	90	35,9	251
Itaituba (PA)	84	20,3	329	79,7	413
Novo Progresso (PA)	34	81,0	8	19,0	42
Rurópolis (PA)	27	100,0	0	0,0	27
Trairão (PA)	21	100,0	0	0,0	21
Cláudia (MT)	14	60,9	9	39,1	23
Colíder (MT)	84	74,3	29	25,7	113
Guarantã do Norte (MT)	34	70,8	14	29,2	48
Itaúba (MT)	18	100,0	0	0,0	18
Lucas do Rio Verde (MT)	65	64,4	36	35,6	101
Matupá (MT)	26	59,1	18	40,9	44
Nova Santa Helena (MT)	0	0,0	0	0,0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	57	100,0		0,0	57
Sinop (MT)	111	43,5	144	56,5	255
Sorriso (MT)	98	61,3	62	38,8	160
Terra Nova do Norte (MT)	37	100,0	0	0,0	37
Vera (MT)	0	0,0	0	0,0	0
Área de Estudo	871	54,1	739	45,9	1.610
Pará	10.417	73,4	3782	26,6	14.199
Mato Grosso	5.209	71,8	2048	28,2	7.257
Brasil	296.406	68,5	136.399	31,5	432.805

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019.

Os municípios com mais leitos hospitalares disponíveis são Altamira/PA, Itaituba/PA, Sinop/MT e Sorriso/MT, com 251, 413, 255 e 160 leitos, respectivamente. Conforme apontado na tabela anterior, alguns municípios não possuem serviços hospitalares e leitos disponíveis.

5.3.2.4.1.5 Profissionais de Saúde por Habitante

O número de profissionais de saúde em atividade, por mil habitantes, mede o quantitativo de profissionais, por categorias selecionadas, segundo a sua localização geográfica. O indicador é influenciado pelas condições socioeconômicas regionais e, em menor escala, por políticas públicas de atenção à saúde e políticas de educação.

De maneira geral, o número de médicos, enfermeiros e odontólogos por mil habitantes tem aumentado em todas as regiões do país nos últimos anos. A Organização Mundial de Saúde (OMS) preconiza como indicativo de atenção à saúde da população a relação de 1 médico para cada 1.000 habitantes.

Em relação aos recursos humanos, para ser possível realizar uma comparação a nível estadual e nacional com a AE, foi necessário construir uma razão de profissionais por habitante. Dessa forma, a Tabela 169 apresenta a razão de um médico para cada 602 habitantes na AE, valor superior à média brasileira que é 462 habitantes para cada profissional

da saúde. Considerando as diferenças regionais, verifica-se que taxa da AE destoa daquela verificada para o estado do Pará, que conta com um médico para cada 1.032 habitantes. O Mato Grosso por sua vez apresenta uma situação melhor, pois possui um médico para cada 581 habitantes.

Entre os municípios da AE, Rurópolis/PA e Trairão/PA apresentam pior situação, em Mato Grosso, ressalta-se a situação de Itaúba/MT, com apenas dois médicos para cada 2.288 habitantes e Terra Nova do Norte/MT, com cinco médicos para cada 2.258 habitantes.

Tabela 169 - Profissionais de saúde e habitantes por profissional de saúde, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Unidade Territorial	Profissionais de Saúde	Habitantes por Profissional de Saúde
Altamira (PA)	124	799
Itaituba (PA)	34	2.867
Novo Progresso (PA)	19	1.322
Rurópolis (PA)	5	13.362
Trairão (PA)	3	5.625
Cláudia (MT)	32	345
Colíder (MT)	55	559
Guarantã do Norte (MT)	29	1.111
Itaúba (MT)	2	2.288
Lucas do Rio Verde (MT)	116	393
Matupá (MT)	16	886
Nova Santa Helena (MT)	2	1.734
Peixoto de Azevedo (MT)	21	1.467
Sinop (MT)	325	348
Sorriso (MT)	148	449
Terra Nova do Norte (MT)	5	2.258
Vera (MT)	16	640
Área de Estudo	1.082	602
Pará	7.346	1.032
Mato Grosso	5.228	581
Brasil	412.511	462

Fonte: Ministério da Saúde - Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde do Brasil – CNES, 2019.

5.3.2.4.1.6 Resultados da Pesquisa de Campo sobre o tema Saúde

No levantamento de campo, verificou-se que o município de Altamira/PA é referência em saúde para inúmeros municípios de seu entorno, para tanto conta com uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e o Hospital Geral de Altamira São Rafael de média e alta complexidade, que passou por ampliação recentemente, recebendo mais três salas de bloco cirúrgico, Centro Cirúrgico Obstétrico (CME) que atende de 10 a 15 partos diários e uma farmácia. Porém no distrito Castelo dos Sonhos, pertencente ao município, houve declaração quanto a falta de estrutura para atendimento da população local, e a falta de profissionais da área de saúde. Nas entrevistas realizadas no Distrito Cachoeira da Serra, quando questionado sobre as

demandas em saúde, foi indicado a situação crítica do Distrito em relação a saneamento básico, devido à ausência de esgotamento sanitário.

Conforme declarações da Prefeitura Municipal, em Rurópolis/PA os atendimentos são realizados no hospital municipal, de baixa e média complexidade, já os atendimentos de alta complexidade, a referência é Santarém, distante 220 km, ou Belém, entorno de 1.000 km. O município também conta com Agentes Comunitários e Municipais de Saúde que perfazem todo o município, encaminhando os pacientes aos postos de saúde ou ao hospital. Porém, de acordo com os resultados da pesquisa de campo, a demanda é superior à capacidade de oferta do município.

Em Itaituba/PA verificou-se que há uma grande expectativa de inauguração do Hospital Regional Tapajós (Figura 816), onde a edificação já está quase concluída e alguns equipamentos já estão sendo instalados. Basta apenas a conclusão de alguns laudos de engenharia e licenças para entrar em operação e atender uma demanda muito significativa do estado do Pará. Houve declaração também de dificuldades em termos de mão de obra, principalmente de médicos. O município conta com postos de saúde, consultórios particulares, além de ônibus do município, lancha e avião, para transporte de pacientes da zona rural para a sede municipal. Os atendimentos de alta complexidade ocorrem em Santarém/PA. Ainda segundo informações coletas na Prefeitura, o Hospital Regional precisa de operação da Estação de Tratamento de Esgoto, para poder iniciar o atendimento.



Figura 816 – Hospital Tapajós, município de Itaituba/PA, coord. 612285.53 m E 9527453.46 m S.

Na pesquisa realizada em Novo Progresso/PA, foi feita referência ao atendimento dado pelo município aos distritos de Cachoeira da Serra e Castelo dos Sonhos, pertencentes à Altamira/PA, bem como a pacientes oriundos do distrito de Moraes Almeida, de Itaituba/PA. Indicaram dificuldades financeiras para transportar pacientes de média e alta complexidade, que de modo geral são atendidos em Santarém/PA, bem como as más condições das ambulâncias do SAMU. Ressaltaram ainda que as atividades laborais exercidas do município oferecem muitos riscos à integridade física dos trabalhadores, tais como a extração florestal e a mineração. Houve indicação de aumento de demanda na área da saúde, principalmente de politrauma em virtude da pavimentação da rodovia BR-163, que resultou no aumento do

número de acidentes. Assim como indicação da necessidade de melhorias em termos de saneamento básico, tendo em vista suas consequências nas condições de saúde da população.

Com relação a Peixoto de Azevedo/MT, esse é reconhecido como referência em especialidades em algumas áreas da saúde, em função dos atendimentos ligados ao Programa Saúde da Família (PSF) e por fazer parte de um consórcio estabelecido para a área da saúde, formado pelos seguintes municípios: Matupá/MT; Peixoto de Azevedo/PA; Novo Mundo/MT; Guarantã do Norte/MT e Terra Nova do Norte/MT.

Em Terra Nova do Norte/MT, os entrevistados deram destaque à presença do Hospital Municipal, que conta com 39 leitos e realiza atendimento de média e alta complexidade, porém, está instalado em um prédio da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

No município de Nova Santa Helena/MT foi destacado a falta de raio x para realização de exames e deram como referência o hospitalar existente no município de Colíder/MT.

No município de Cláudia/MT foi relatada a necessidade de mais recursos para os atendimentos de baixa complexidade, de modo que a falta de estrutura das unidades básicas de saúde e do pronto atendimento foram apontadas como grandes fragilidades do setor. Ressalta-se que o município possui um hospital, o Hospital Dona Nilza, gerido por entidades empresariais, mas com realização de atendimentos pelo SUS.

Já em Lucas do Rio Verde/MT, evidenciou-se que a atenção básica é atendida 100% no município. A cidade dispõe de um único hospital, o Hospital São Lucas do Rio Verde, onde são realizados atendimentos de média e baixa complexidade, com instalação de 20 leitos de UTI, sendo dez pediátricos e dez leitos adultos. Ademais, foi indicado a necessidade de investimentos no município para atendimento de alta complexidade.

No município de Trairão/PA houve indicação de necessidade de reforma do Hospital Municipal e dos postos de saúde, assim como a existência de demanda por mais médicos.

Em Sinop/MT houve indicação de dificuldades quanto ao repasse de verbas destinada à saúde para o município.

No município de Cláudia/MT as demandas indicadas foram a falta de especialistas, sendo que os atendimentos realizados localmente são de baixa complexidade, e os atendimentos de média e alta complexidade são realizados no município de Sinop/MT. Além disso, relatam demora nos atendimentos nas unidades de saúde.

Para Itaúba as declarações foram relativas a falta de aparelho de raio X, sendo a referência neste caso o município de Colíder/MT e para os casos de necessidade de ressonância a referência é o município de Sinop/MT. Houve registro também de demanda nas áreas de saúde da mulher, pediatria e traumatologia e incapacidade de atender as necessidades de saúde local, em função do crescimento populacional.

Nas declarações colhidas no município de Guarantã do Norte/MT, verificou-se somente a realização de atendimentos de atenção básica, sendo os atendimentos de média e alta complexidade realizados nos municípios de Colíder/MT, Cuiabá/MT, Sorriso/MT ou Sinop/MT.

Em relação à Colíder/MT, a demanda por saúde diz respeito ao número de especialidades disponíveis e a necessidade de melhorias no Hospital Regional, sem indicação de quais tipos de melhorias seriam necessárias. Por fim, no município de Vera/MT houve somente manifestação quanto a falta de um estabelecimento hospitalar no município.

5.3.2.4.2 Educação

Indicadores da educação, juntamente com a saúde, representam um importante meio para a compreensão de uma região. Aspectos referentes à educação são considerados para a composição do IDHM, por exemplo. Além disso, a escolaridade da mãe é um dos fatores que impactam na mortalidade infantil, conforme o estudo de Haidar et al. (2001). Desse modo, indicadores de educação refletem em outros indicadores, como saúde e IDHM.

5.3.2.4.2.1 Educação Básica

Neste item buscou-se levantar, de forma quantitativa, a rede de ensino da educação básica, por nível de ensino e dependência administrativa das escolas. O conhecimento sobre a rede de ensino fornece subsídios importantes para o planejamento das políticas educacionais na região. As informações utilizadas referem-se aos dados finais do Censo Escolar 2018.

Na Tabela 170 são apresentados os dados de proporção e número total de estabelecimentos de educação básica dos municípios que compõem a AE. Identificou-se que há, nos municípios, 630 escolas públicas e 70 escolas privadas. Esse dado demonstra que 90% dos estabelecimentos de ensino dos municípios da AE são custeados pelo Estado, pertencentes à rede pública.

Os municípios com maior população concentram maior número de estabelecimentos escolares. No estado de Mato Grosso, 16% das escolas são privadas enquanto no estado do Pará esse percentual é de 9%, ambos muito abaixo da média nacional de 22%, o que indica uma dependência maior dessas populações dos serviços oferecidos pelo Estado. Em alguns casos, como Nova Santa Helena/MT, Rurópolis/PA e Trairão/PA, não há escolas privadas, a totalidade dos estabelecimentos de ensino é da rede pública.

Tabela 170 - Estabelecimentos de educação básica, por tipo de rede, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil – 2018.

Unidade territorial	Escolas Públicas	%	Escolas Privadas	%	Total Escolas
Altamira (PA)	134	91	14	9	148
Itaituba (PA)	129	95	7	5	136
Novo Progresso (PA)	30	91	3	9	33
Rurópolis (PA)	68	100	0	-	68
Trairão (PA)	22	100	0	-	22
Cláudia (MT)	8	89	1	11	9
Colíder (MT)	23	85	4	15	27
Guarantã do Norte (MT)	27	87	4	13	31
Itaúba (MT)	5	83	1	17	6
Lucas do Rio Verde (MT)	24	80	6	20	30
Matupá (MT)	13	87	2	13	15

Unidade territorial	Escolas Públicas	%	Escolas Privadas	%	Total Escolas
Nova Santa Helena (MT)	5	100	0	-	5
Peixoto de Azevedo (MT)	21	88	3	13	24
Sinop (MT)	58	81	14	19	72
Sorriso (MT)	44	85	8	15	52
Terra Nova do Norte (MT)	12	92	1	8	13
Vera (MT)	7	78	2	22	9
Área de Estudo	630	90	70	10	700
Mato Grosso	2.283	84	430	16	2.713
Pará	9.880	91	920	9	10.800
Brasil	141.298	78	40.641	22	181.939

Fonte: INEP, Ministério da Educação, 2019.

5.3.2.4.2.2 Ensino Superior

Segundo o Censo da Educação Superior de 2016, o Brasil conta com 2.407 instituições de educação superior (IES), que declararam informações referentes a 34.440 cursos de graduação e sequenciais de formação específica.

Em relação ao ensino superior nos municípios que compõem a AE, há um conjunto amplo de instituições de ensino. As cidades listadas abaixo apresentam IES em seus territórios e os demais municípios que compõem a Área de Estudo não possuem este tipo de estabelecimento de ensino.

Altamira/PA

Altamira/PA conta com a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Xingu e Amazônia, a Faculdade de Ciências Jurídicas de Altamira, a Faculdade de Direito Serra Dourada, a Faculdade Pitágoras de Altamira e a Faculdade UniNorte Altamira. Em relação às instituições públicas, possui um campus da Universidade Federal do Pará (UFPA) e um Instituto Federal (IF).

O campus da UFPA conta com os cursos de Agronomia, Biologia, Letras, Pedagogia, Geografia, Etnodesenvolvimento e Engenharia Florestal. Já o IF oferta cursos de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas e Técnico em Administração.

Itaituba/PA

No município de Itaituba/PA está instalada a Faculdade Itaituba e a Faculdade Tapajós. Além disso, possui um campus do Instituto Federal (IF) e um campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Esse IF oferece Ensino Médio aos estudantes além de oito cursos superiores ligados a tecnologia de informação e ciências exatas.

Novo Progresso/PA

A cidade de Novo Progresso/PA dispõe apenas um campus universitário, vinculado à Faculdade Católica Cavanis do Sudoeste do Pará. A faculdade conta com três cursos: Administração, Ciências Contábeis e Sistemas de informação.

Sinop/MT

Sinop registra um largo conjunto de instituições de ensino superior, quais sejam: Centro Universitário FASIFE; Faculdade de Ciências Jurídicas, Gerenciais e Educação de Sinop e; Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Sinop. Além disso, conta com duas instituições públicas de ensino, um campus da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) e um Instituto Federal (IF).

O campus da UFMT oferta sete cursos de graduação, são eles: Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia, Engenharia Florestal, Enfermagem, Licenciatura em Ciências da Natureza com habilitações em Química, Física e Matemática, totalizando 350 vagas. O IF de Sinop conta com o ensino médio e um curso Técnico em Eletromecânica Integrado ao Nível Médio.

Colíder/MT

Possui a Faculdade de Colíder que oferece os cursos de Administração, Farmácia, Direito, Enfermagem e Educação Física. Além disso, tem um polo da Faculdade Unopar, de ensino à distância.

Lucas do Rio Verde/MT

O ensino superior resume-se ao campus da Faculdade La Salle e um Instituto Federal (IF), sendo que este último, oferta o Ensino Médio, Ensino Médio Técnico Integrado em Biotecnologia e um curso de Bacharelado em Biotecnologia.

Guarantã do Norte/MT

A cidade de Guarantã do Norte conta com a Faculdade de Guarantã do Norte, com cursos de Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Agronomia, Arquitetura, Farmácia, Letras e Pedagogia. E com a Faculdade do Norte de Mato Grosso, com os cursos de Direito, Administração, Biomedicina, Fisioterapia, Psicologia, Letras e Pedagogia.

Sorriso/MT

Sorriso possui um campus do Instituto Federal (IF), que dispõe de cursos de Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Tecnologia em Gestão Ambiental, Tecnologia em Produção de Grãos e com os cursos Técnicos de Agropecuária e de Alimentos.

5.3.2.4.3 Saneamento Básico

Segundo a Fundação Nacional de Saúde (Funasa), o saneamento ambiental compreende o conjunto de ações, obras e serviços considerados prioritários em programas de saúde pública. Abrange o abastecimento de água, o cuidado com a destinação de resíduos sólidos e do esgotamento sanitário, as melhorias sanitárias domiciliares, a drenagem urbana, o controle de vetores e focos de doenças transmissíveis.

A seguir será apresentada a situação da Área de Estudo em relação à rede de abastecimento de água, esgotamento sanitário ou pluvial e serviço de coleta de resíduos sólidos.

5.3.2.4.3.1 Rede de Abastecimento de Água

A prestação de serviço de abastecimento de água por rede geral está associada à qualidade de vida dos moradores em domicílios particulares permanentes por representar maior grau de conforto e, por princípio, tratar-se de um fornecimento de água de melhor qualidade. Neste estudo, considera-se adequada a proporção de domicílios servidos por rede de abastecimento de água.

No que diz respeito ao abastecimento de água, verifica-se na Tabela 171, que a Área de Estudo possui aproximadamente 81,6% dos domicílios abastecido por rede geral, em torno de 11% faz a captação por poço ou nascente situada nas propriedades e 3,9% em poço ou nascente fora da propriedade.

Os municípios de Cláudia/MT, Colíder/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Sorriso/MT e Itaúba possuem um acesso à rede geral de abastecimento de água superior aos 70%, o que indica boas condições de acesso a esse recurso nos domicílios. Contudo, Itaituba/PA e Trairão/PA apresentam valores extremamente baixos, com 13% e 1%, respectivamente, de acesso a rede geral.

Tabela 171 – Proporção (%) domicílios particulares permanentes segundo situação de abastecimento de água, por municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	Rede Geral	Poço ou Nascente na Propriedade	Poço ou Nascente fora da Propriedade	Rio, açude, lago ou igarapé	Outra	Total
Altamira (PA)	18,9	68,1	8,1	3,4	1,2	100
Itaituba (PA)	13,3	72,1	12,0	1,7	0,9	100
Novo Progresso (PA)	33,4	59,1	5,0	1,9	0,6	100
Rurópolis (PA)	30,1	49,7	14,9	2,7	2,6	100
Trairão (PA)	1,2	75,8	19,4	2,9	0,6	100
Cláudia (MT)	76,5	20,2	2,1	0,9	0,3	100
Colíder (MT)	70,5	28,0	1,1	0,3	0,2	100
Guarantã do Norte (MT)	66,2	30,3	2,4	0,9	0,1	100
Itaúba (MT)	81,1	16,0	1,7	1,1	0,2	100
Lucas do Rio Verde (MT)	91,3	8,3	0,3	0,1	0,0	100
Matupá (MT)	65,7	31,6	1,8	0,4	0,4	100
Nova Santa Helena (MT)	59,5	37,2	1,3	1,8	0,2	100
Peixoto de Azevedo (MT)	56,0	37,7	3,9	1,5	0,9	100
Sinop (MT)	69,7	28,4	1,5	0,3	0,1	100
Sorriso (MT)	87,5	11,8	0,5	0,2	0,1	100
Terra Nova do Norte (MT)	46,0	50,7	3,0	0,2	0,1	100

Unidade Territorial	Rede Geral	Poço ou Nascente na Propriedade	Poço ou Nascente fora da Propriedade	Rio, açude, lago ou igarapé	Outra	Total
Vera (MT)	61,5	35,6	2,8	0,1	0,1	100
Área de Estudo	81,6	11,1	3,9	1,4	2,0	100
Mato Grosso	47,9	36,8	7,9	6,2	1,1	100
Pará	74,6	20,9	2,6	1,1	0,6	100
Brasil	82,9	10,0	3,8	1,3	2,0	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

5.3.2.4.3.2 Rede de Esgotamento Sanitário ou Pluvial

A disposição adequada dos esgotos é essencial para a proteção da saúde pública. Sua falta pode contribuir para a proliferação de inúmeras doenças parasitárias e infecciosas, além da degradação dos recursos hídricos. Diversos tipos de infecções podem ser transmitidos de uma pessoa doente para uma sadia por diferentes caminhos, envolvendo os excretos humanos.

O Censo Demográfico do IBGE não difere os sistemas de drenagem pluvial e cloacal, medindo apenas se a canalização das águas servidas e dos dejetos, proveniente do banheiro ou sanitário, estava ligada a um sistema de coleta que os conduzia a um desaguadouro geral da área, região ou município — mesmo que o sistema não dispusesse de estação de tratamento da matéria esgotada. Embora não seja possível desagregar os dados por tipo de canalização, os resultados são bastante satisfatórios para o escopo do presente estudo, tendo em vista que o maior problema para a saúde pública é a utilização de soluções individuais, tais como fossas, sobretudo nas áreas urbanas ou mais adensadas dos municípios.

Conforme se observa na Tabela 173, os domicílios da Área de Estudo apresentam situações bem variadas quanto ao serviço de esgotamento por rede geral. De modo geral, nota-se que há uma precariedade muito grande no que concerne aos serviços de saneamento básico, principalmente no que diz respeito ao esgotamento sanitário. A maioria dos domicílios da AE não possuem serviços de esgotamento sanitário, dependendo apenas de fossas rudimentares.

Os municípios paraenses de Altamira e Itaituba possuem, respectivamente, 1,6% e 1,7% de seus domicílios com acesso a rede geral de esgoto. Outros, como Trairão/PA, Rurópolis/PA e Novo Progresso/PA, não apresentam nenhum domicílio com acesso a esse serviço. No estado de Mato Grosso, a situação dos domicílios é muito semelhante nesse quesito. As exceções são Cláudia/MT, Colíder/MT e Lucas do Rio Verde/MT que apresentam algum grau de domicílios com acesso a rede geral, entretanto, é abaixo da média mato-grossense. Contudo, praticamente a totalidade dos domicílios nesses municípios não possuem uma rede adequada de coleta de esgoto, dependendo somente de fossa rudimentar.

Tabela 172 – Proporção (%) de domicílios particulares permanentes por situação de esgotamento sanitário, segundo municípios da Área de Estudo, Pará, Mato Grosso e Brasil.

Unidade Territorial	Rede Geral	Fossa Séptica	Fossa Rudimentar	Vala	Rio, Lago ou Mar	Outro Tipo	Não tinham
Altamira (PA)	1,6	17,2	67,6	3,5	1,9	4,4	3,8
Itaituba (PA)	1,7	19,2	60,1	9,4	1,5	5,6	2,6
Novo Progresso (PA)	0,3	1,1	87,2	0,8	0,2	7,7	2,7
Rurópolis (PA)	0,3	5,8	80,9	3,3	0,1	5,5	4,1
Trairão (PA)	0,0	1,5	73,5	15,9	0,7	2,9	5,6
Cláudia (MT)	16,8	1,4	77,7	2,0	0,1	0,6	1,4
Colíder (MT)	14,7	3,3	80,7	0,5	0,1	0,4	0,4
Guarantã do Norte (MT)	0,7	1,9	95,2	0,9	0,0	0,6	0,7
Itaúba (MT)	0,8	8,4	90,3	0,1	0,0	0,2	0,1
Lucas do Rio Verde (MT)	21,8	25,6	52,5	0,0	0,0	0,1	0,1
Matupá (MT)	0,3	8,9	88,1	0,1	0,0	0,1	2,6
Nova Santa Helena (MT)	0,1	10,6	86,4	1,4	0,0	0,1	1,3
Peixoto de Azevedo (MT)	4,9	1,9	86,1	1,2	0,3	1,2	4,5
Sinop (MT)	0,9	10,3	88,6	0,0	0,0	0,1	0,2
Sorriso (MT)	1,3	11,1	87,4	0,1	0,0	0,1	0,1
Terra Nova do Norte (MT)	0,4	11,9	86,5	0,3	0,5	0,0	0,4
Vera (MT)	0,7	2,1	95,0	1,8	0,0	0,0	0,3
Área de Estudo	4,0	8,4	81,4	2,4	0,3	1,7	1,8
Pará	10,2	20,9	48,1	7,1	1,9	7,6	4,2
Mato Grosso	19,4	16,5	60,8	0,7	0,5	0,7	1,4
Brasil	55,5	11,6	24,5	2,4	2,1	1,3	2,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

5.3.2.4.3.3 Serviço de Coleta de Resíduos Sólidos

O destino dos resíduos sólidos provenientes do domicílio particular permanente pode ser classificado como adequado quando coletado diretamente por serviço de limpeza ou em caçamba de serviço de limpeza.

Identifica-se que o município de Rurópolis/PA conta com apenas 29% de seus domicílios cobertos pelo serviço de limpeza. Contudo, os demais municípios ostentam valores superiores aos 50% dos domicílios. Destacam-se, nesse sentido, os municípios de Lucas do Rio Verde/MT e Sinop/MT, ambos com mais de 92% de seus domicílios cobertos por esse serviço.

Tabela 173 – Proporção (%) de domicílios particulares permanentes com coleta de resíduos sólidos urbanos, por ano, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2010.

Unidade Territorial	Coletado por Serviço de Limpeza	Coletado em Caçamba de Serviço de Limpeza	Outro Destino	Total
Altamira (PA)	74,6	5,0	20,4	100
Itaituba (PA)	68,7	7,7	23,6	100
Novo Progresso (PA)	70,2	6,4	23,4	100
Rurópolis (PA)	29,1	5,8	65,1	100
Trairão (PA)	49,1	0,3	50,7	100
Cláudia (MT)	77,2	0,6	22,2	100
Colíder (MT)	77,6	1,5	20,9	100

Unidade Territorial	Coletado por Serviço de Limpeza	Coletado em Caçamba de Serviço de Limpeza	Outro Destino	Total
Guarantã do Norte (MT)	71,8	4,0	24,2	100
Itaúba (MT)	80,6	0,8	18,6	100
Lucas do Rio Verde (MT)	92,7	1,1	6,2	100
Matupá (MT)	69,8	0,1	30,1	100
Nova Santa Helena (MT)	43,8	19,3	36,9	100
Peixoto de Azevedo (MT)	64,1	1,6	34,4	100
Sinop (MT)	92,1	2,6	5,3	100
Sorriso (MT)	88,3	4,0	7,6	100
Terra Nova do Norte (MT)	49,2	0,1	50,7	100
Vera (MT)	70,7	0,2	29,1	100
Área de Estudo	75,7	3,8	20,6	100
Pará	61,1	9,4	29,5	100
Mato Grosso	78,8	3,9	17,4	100
Brasil	80,2	7,2	12,6	100

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

5.3.2.4.3.4 Demandas relativas ao Saneamento Básico

Na pesquisa de campo, houve indicação de demandas relativas ao saneamento básico, apresentadas no Quadro 50. Ressalta-se que para os municípios de Trairão/PA, Matupá/MT, Nova Santa Helena/MT, Sinop/MT e Sorriso/MT, os entrevistados não fizeram nenhuma observação espontânea em relação a este tema.

Quadro 50 – Demandas de infraestrutura básica indicadas na pesquisa de campo, dez/2019.

Unidade Territorial	Demandas Saneamento Básico
Altamira (PA)	Deficiência na ligação das casas à rede de esgoto (não foram bem feitas).
Itaituba (PA)	Esgotamento sanitário incipiente (esgoto a céu aberto).
Novo Progresso (PA)	Não tem saneamento ambiental e água tratada.
Rurópolis (PA)	Saneamento Básico precário (abastecimento de água feito por carro pipa pela Prefeitura Municipal), não tem um departamento de água.
Trairão (PA)	-
Cláudia (MT)	Falta reciclagem, não tem drenagem.
Colíder (MT)	Saneamento básico está em fase de expansão. Aguardando a rede coletora de esgoto.
Guarantã do Norte (MT)	Tratamento de esgoto só existe na sede municipal e o lixo é destinado ao lixão.
Itaúba (MT)	Não tem tratamento de esgoto.
Lucas do Rio Verde (MT)	A rede de abastecimento de água tratada não atingiu 100% da população. Nas regiões mais novas estão sendo implantados sistema de tratamento de esgoto. Estão com projeto de tratamento de esgoto para toda a cidade.
Matupá (MT)	-
Nova Santa Helena (MT)	-

Unidade Territorial	Demandas Saneamento Básico
Peixoto de Azevedo (MT)	Saneamento básico não possui os 4 eixos, apenas água tratada, falta drenagem e esgotamento sanitário.
Sinop (MT)	-
Sorriso (MT)	-
Terra Nova do Norte (MT)	Não existe saneamento básico completo: água tratada, fossas sépticas, não tem tratamento de esgoto sanitário.
Vera (MT)	Ausência de tratamento de esgotos.

5.3.2.4.4 Transporte

Com vistas a caracterizar a infraestrutura da AE em termos de transporte, foram feitas buscas nos sites do Detran de Mato Grosso e do Pará. Porém, os dois órgãos não disponibilizaram nenhuma estatística sobre o trânsito em seus municípios. No que concerne à infraestrutura viária, essa está caracterizada no item que trata da mobilidade urbana (5.3.4.2).

Durante os levantamentos de campo, quando abordado o tema transporte, os entrevistados destacaram a alta ocupação da rodovia BR-163, que por sua vez possui direta relação com os acidentes de trânsito em toda a sua extensão. Porém, em Sinop, houve referência ao número significativo de acidentes de trânsito que são causados dentro do próprio município, que por sua vez não possuem relação com a rodovia BR-163, mas nela pode ter reflexos. De acordo com os entrevistados, isso decorre do fato de muitos indivíduos não possuírem Carteira Nacional de Habilitação, contudo se sabe que os acidentes não se restringem somente a esse fator.

Levando em consideração o que foi exposto, para se alcançar maior segurança no trânsito da AE, é preciso garantir um conjunto integrado de ações de policiamento e fiscalização, mas também de esforços na área da educação e a conscientização dos condutores e usuários das vias públicas.

5.3.2.4.5 Segurança Pública

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) promove, anualmente, um estudo denominado Atlas da Violência no Brasil. Esse estudo tem como objetivo reunir estatísticas relativas à mortalidade violenta no território nacional. A partir desse estudo é possível discutir o problema da violência no país e nos entes subnacionais, como estados e municípios.

Segundo o Atlas da Violência (IPEA, 2019), em 2017, houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada cem mil habitantes. O estudo também aponta que a taxa de homicídios, para o estado de Mato Grosso é de 32,9 óbitos por cem mil habitantes e a taxa do estado do Pará é de 54,7. Desse modo, conclui-se que o estado do Pará é sensivelmente mais violento que o estado de Mato Grosso e que este último possui uma taxa muito semelhante à média nacional. Também é interessante apontar que, em 2007, a taxa no estado do Pará era 30,3 e do estado de Mato Grosso era de 30,5 homicídios a cada 100 mil habitantes. Desse modo, enquanto a realidade no estado de Mato Grosso praticamente não se alterou nesses 10 anos, a situação no estado do Pará se agravou.

Conforme apontado pelo Atlas da Violência, produzido pelo IPEA (2019), esse problema ganha contornos ainda mais agudos quando se observa que a violência letal atinge, principalmente, a população jovem. Segundo o estudo, no país, 59,1% do total de óbitos de homens entre 15 a 19 anos de idade são ocasionados por homicídio. Tal cenário pode refletir no processo transição demográfica pelo qual a sociedade brasileira está passando de envelhecimento da população. Considera-se que a alta letalidade dos homens jovens pode gerar implicações para o desenvolvimento econômico e social no futuro.

Para a composição desse estudo será utilizado, para além dos dados produzidos pelo Atlas da Violência, um estudo elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil) chamado Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros (2016). Esse estudo elaborou um ranking dos municípios e calculou a taxa de mortalidade por armas de fogo por 100 mil habitantes.

Os dados relativos aos homicídios e à mortalidade por causas violentas são importantes porque permitem caracterizar de forma mais aprofundada um espaço social. Além disso, a partir do levantamento de dados relativos a esse tema, políticas de enfrentamento a esse problema social podem ser pensadas e implementadas.

Conforme apontado pelo Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, em relação aos dados referentes à segurança pública, observa-se que os homicídios causados por armas de fogo nos municípios da AE cresceram no período indicado na Tabela 174. Os municípios de Altamira e Itaituba passaram de 34 e 10 homicídios no ano de 2012 para 72 e 27 para o ano de 2014, respectivamente. A mesma tendência de aumento foi observada nos outros municípios de maior porte populacional da AE, como Sinop e Sorriso (Tabela 174).

O Mapa da Violência, infelizmente, não apresenta dados mais atualizados sobre os homicídios por armas de fogo na AE estudada. Contudo, pode-se observar esses dados em conjunto com os óbitos por causas externas e a morbidade causada por causas externas (que incluem as violências) e concluir que o cenário de violência e homicídios dolosos seguem em um patamar crescente na maior parte dos municípios da Área de Estudo contemplados no referido mapa¹¹. Verificou-se que a violência é a principal causa de óbito na maioria dos municípios da AE, superando doenças como as relacionadas ao aparelho circulatório e respiratório.

Em relação à posição no ranking dos municípios da AE, Altamira/PA ficou na 101ª posição e o município de Novo Progresso ficou na 79ª, o mais violento dos municípios da AE. Além desses, Itaituba aparece na 826ª posição do ranking. Em relação à posição dos maiores municípios do estado de Mato Grosso no ranking, Sinop/MT aparece na 173ª e Sorriso/MT na 574ª. O município de Peixoto de Azevedo ocupa a posição 264ª do ranking.

11 O referido estudo computou os homicídios por armas de fogo e taxas médias para os anos de 2012 a 2014 (por 100 mil habitantes) e elaborou um ranking dos mais violentos. O cálculo foi feito somente para os 3.383 municípios com mais de 10.000 habitantes do Brasil, portanto, nem todos os municípios da AE foram contemplados nesse estudo.

Esses dados deflagram o fato de que a violência é um problema social latente na Área de Estudo, necessitando, assim, de políticas que intervenham nessa realidade social, viabilizando o combate à violência e inclusão social de populações.

Tabela 174 – Homicídios por arma de fogo nos municípios que compõem a Área de Estudo

Unidade Territorial	2012	2013	2014	Pop. Média 12/14	Taxa Média de Homicídio por 100 mil hab.
Altamira (PA)	34	51	72	104.739	50,0
Itaituba (PA)	10	14	27	98.225	17,3
Novo Progresso (PA)	12	15	13	25.174	53,0
Rurópolis (PA)	1	3	1	44.120	3,8
Trairão (PA)	0	1	3	17.618	7,6
Cláudia (MT)	4	1	1	11.345	17,6
Colíder (MT)	0	6	1	31.466	7,4
Guarantã do Norte (MT)	3	9	9	33.260	21,0
Itaúba (MT)*	0	0	0	4.575	0,0
Lucas do Rio Verde (MT)	2	5	3	52.485	6,4
Matupá (MT)	0	5	1	14.930	13,4
Nova Santa Helena (MT)*	0	0	0	3.468	-
Peixoto de Azevedo (MT)	9	14	11	32.027	35,4
Sinop (MT)	36	59	60	123.095	42,0
Sorriso (MT)	10	14	28	74.676	23,2
Terra Nova do Norte (MT)	3	3	4	10.647	31,3
Vera (MT)	1	0	1	10.542	6,3
Área de Estudo	125	200	235	692.392	-
Mato Grosso	612	730	809	3.035.122	-
Pará	2145	2246	2309	7.581.051	-

(*) Não foi contemplado no estudo, pois a população é inferior a 10.000 habitantes.

Fonte: Mapa da Violência dos Municípios Brasileiros, elaborado pela Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI) e pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO Brasil), 2016.

Outro tema que tem relação direta com a segurança pública é o trânsito, visto que por meio deste, tem-se as condições necessárias para o exercício do direito de locomoção, que por sua vez se configura como um direito fundamental. Com tal entendimento, o trânsito passa a ser reconhecido e incorporado à cultura como instrumento de proteção à vida e respeito aos direitos fundamentais relacionados ao uso social e coletivo das vias terrestres. Assim sendo, o trânsito e a segurança pública são temas estreitamente ligados.

Deste modo, para análise desta relação, buscou-se dados no Sistema de Informações sobre Mortalidade do Ministério da Saúde, pois, como já apontado, a mortalidade por causas externas, é composta pelas violências, as lesões autoprovocadas (como os suicídios) e os acidentes de transporte.

Observa-se que, na AE, a mortalidade por acidentes de transporte corresponde a 30% da mortalidade por causas externas. Conforme apontado na Tabela 175, no ano de 2017, na AE, 281 pessoas morreram em razão dos acidentes de transporte. No município de Altamira/PA, contabilizou-se 46 óbitos e em Itaituba, 48 óbitos por essa causa. No município de Sinop houve 73 mortes. Pode-se verificar que Sinop/MT sustenta 26% do total de mortes por acidentes de trânsito na AE, seguido por Itaituba/PA e Altamira/PA, com 17% e 16,4%, respectivamente.

Depreende-se desse conjunto de dados que os acidentes de transporte são um importante fator que deve ser levado em consideração quando se analisa a mortalidade nesses municípios. Iniciativas de promoção à educação no trânsito e a intensificação da fiscalização poderiam ser adotadas para evitar que esses percentuais persistam.

Em relação à mortalidade em razão da violência, as agressões são a principal causa de mortes por causas externas nos municípios da AE (439 casos). Em 2017, no município de Altamira/PA, 149 pessoas foram a óbito em razão de agressões e esse município foi o que mais contabilizou óbitos por essa causa nesse ano. Nos municípios de Sinop/MT e Sorriso/MT, somou-se 63 e 50 óbitos por essa causa nesse mesmo período. Em relação ao peso que esses óbitos representam no cômputo geral das causas externas, em Altamira identifica-se que 33,9% das mortes por esse tipo de causa é oriunda das violências na AE. Nos municípios de Itaituba/PA e Sinop/MT, esses valores correspondem a 15,9% e 14,4% da mortalidade por causas externas na AE.

Em toda a AE, no ano de 2017, 439 pessoas foram a óbito por causas ligadas às agressões. No que diz respeito aos percentuais, verifica-se que as agressões respondem por 47,6% dos óbitos por causas externas na AE, 58,9% no estado do Pará, 36,3% no estado de Mato Grosso e 40,2% no Brasil. Identifica-se, assim, que esses percentuais variam de acordo com a Unidade da Federação escolhida, mas seguem um patamar alto para todos eles.

Conforme aponta o estudo do IPEA (2019), existem regularidades estatísticas que descrevem o fenômeno dos homicídios no Brasil. Conhecer tais padrões é importante, sobretudo, para pensar políticas públicas. No que diz respeito à vitimização em âmbito nacional dos homicídios por sexo, identificou-se que 91,8% das vítimas são homens. O estudo afirma que, nos últimos dez anos, observou-se um crescimento da média da taxa de homicídios entre os estados brasileiros, quando se saiu de uma média de 30 para 41 homicídios por 100 mil habitantes, entre 2007 e 2017. Por fim, os dados referentes a AE corroboram a tese de que são necessárias políticas públicas de promoção da paz.

Tabela 175 . Mortalidade por causas externas (total e percentual com relação à AE), por grupos de causas nos municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil, 2017

Unidade Territorial	Acidentes de transporte	%	Lesões autoprovocadas	%	Agressões	%	Outros	%
Altamira (PA)	46	16,4%	10	19,6%	149	33,9%	19	12,6%
Itaituba (PA)	48	17,1%	13	25,5%	70	15,9%	32	21,2%
Novo Progresso (PA)	16	5,7%	3	5,9%	19	4,3%	5	3,3%
Rurópolis (PA)	8	2,8%	0	0,0%	2	0,5%	7	4,6%
Trairão (PA)	6	2,1%	1	2,0%	4	0,9%	4	2,6%
Cláudia (MT)	9	3,2%	1	2,0%	3	0,7%	0	0,0%
Colíder (MT)	10	3,6%	2	3,9%	8	1,8%	3	2,0%
Guarantã do Norte (MT)	5	1,8%	0	0,0%	13	3,0%	14	9,3%
Itaúba (MT)	2	0,7%	0	0,0%	6	1,4%	0	0,0%
Lucas do Rio Verde (MT)	16	5,7%	4	7,8%	25	5,7%	7	4,6%
Matupá (MT)	7	2,5%	2	3,9%	1	0,2%	2	1,3%
Nova Santa Helena (MT)	1	0,4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Peixoto de Azevedo (MT)	6	2,1%	1	2,0%	18	4,1%	6	4,0%
Sinop (MT)	73	26,0%	8	15,7%	63	14,4%	25	16,6%
Sorriso (MT)	26	9,3%	5	9,8%	50	11,4%	21	13,9%
Terra Nova do Norte (MT)	1	0,4%	0	0,0%	2	0,5%	3	2,0%
Vera (MT)	1	0,4%	1	2,0%	6	1,4%	3	2,0%
Área de Estudo	281	30,5%*	51	5,5%*	439	47,6%*	151	16,4%*
Pará	1.609	20,9%	301	3,9%	4.540	58,9%	1.264	16,4%
Mato Grosso	1.025	33,9%	197	6,5%	1.096	36,3%	703	23,3%
Brasil	36.430	23,0%	12.495	7,9%	63.748	40,2%	45.984	29,0%

(*) Porcentagem relacionada ao total na própria esfera de análise.

Fonte: MS/SVS/CGIAE- Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

Entre os entrevistados na pesquisa institucional, estes indicaram como principal carência na área de segurança o efetivo de policiais, tanto da polícia civil, quanto militar, bem como a necessidade de mais delegacias e viaturas. Tais demandas foram apontadas nos municípios de Cláudia/MT, Colíder/MT, Terra Nova do Norte/MT, Guarantã do Norte/MT, Rurópolis/PA e Trairão/PA.

No município de Itaituba, foi citada a necessidade de integração entre os órgãos existentes, dentre eles o judiciário, polícia militar e civil, e descentralização da polícia comunitária. Assim como a necessidade de um presídio federal na região, visto que alguns presos condenados pela justiça ainda estão em delegacias.

Em Novo Progresso/PA foi destacado o elevado número de ocorrência sem investigação, principalmente aquelas relacionadas a assassinatos.

No Distrito de Cachoeira da Serra, pertencente ao município de Altamira, foi apontado como demanda na área de segurança uma unidade do corpo de bombeiros.

Ficou evidente também a preocupação com relação ao efetivo da Polícia Rodoviária Federal, em função da BR-163.

O Quadro 51 apresenta as unidades policiais identificadas nos municípios da AE e no Quadro 52, as unidades do corpo de bombeiros.

Quadro 51 – Unidades Policiais (Civil e Militar) nos municípios da AE.

Unidade Territorial	Unidades Policiais
Altamira (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Civil - Superintendência da 11ª RISP Xingu - Avenida Brigadeiro Eduardo Gomes, nº 2.725. Bairro: Jardim Esplanada do Xingu - (93) 3515-1136 • Delegacia Polícia Civil - Castelo dos Sonhos – vinculada à 15ª RISP Tapajós – sede Itabuna - (93) 3502-2157 • Delegacia de Polícia Civil – Rua Comandante Adão – Jardim Independente II – (93) 3515-1136 • Delegacia de Altamira – Rua Marília, 2770 – Uirapuru – (93) 3515-5846 • Delegacia da Mulher, vinculada à 11º RISP Xingu – Civil - (93) 3515-5422 • 16º Batalhão de Polícia Militar - Av. Tancredo Neves S/N - Jardim Independente III - (93) 3515-1618
Itaituba (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Civil - Superintendência da 15ª RISP Tapajós – Rodovia Transamazônica, Km 01 s/nº. Bairro: Bela Vista - (93) 3518-7090 • Delegacia da Mulher de Itaituba – Civil - (93) 3518-3376 • Seccional Urbana de Itaituba – Civil - (93) - 3518-7090 • 15º BPM - Rodovia Transamazônica - KM 01, S/Nº - Boa Esperança - (93) 3518-2177
Novo Progresso (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia Polícia Civil de Novo Progresso - vinculada à 15ª RISP Tapajós – sede Itabuna - (93) 3528-2790 • 7ª Cia Ind de Polícia Militar
Rurópolis (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia Polícia Civil de Rurópolis, vinculada à 15ª RISP Tapajós – sede Itabuna - (93) 3543-1451 • 17ª Cia Ind de Polícia Militar
Trairão (PA)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia Polícia Civil de Trairão, vinculada à 15ª RISP Tapajós – sede Itabuna – s/fone
Cláudia (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia de Polícia Civil de Cláudia - Rua: Hermes da Fonseca nº. 1059 Centro – (66) 3546-2414 / 3546-2411 • 3º Pelotão de Polícia Militar - Rua: Castelo Branco, nº 795 - (66) 3546-1355
Colíder (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia de Polícia Civil de Colíder – Av. Tancredo Neves, 212
Guarantã do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • 13ª Companhia Independente de Polícia Militar - Rua: Inharé, nº 1.115. Bairro: Centro - (66) 3552-1190/3502
Itaúba (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • 15º Batalhão de Polícia Militar - Rodovia Transamazônica, 709 – (93) 3518-2749
Lucas do Rio Verde (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • Delegacia de Polícia Civil – Av. Pará, 190-E- Cidade Nova – (65) 3549-1555 / 197 • 13º Batalhão de Polícia Militar - Av. São Paulo, 180 – Alvorada – 965) 3549-288-/1190
Matupá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> • 2ª Companhia de Polícia Militar – Av. Central, GZ1 – Centro – (66) 3595-1190/1710

Unidade Territorial	Unidades Policiais
Nova Santa Helena (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Núcleo De Polícia Militar - Rua: Maria Helena Araújo, nº 01 - Centro – (66) 3523-1249 (Telefax) / Fone Viatura: (66) 98432-5661
Peixoto de Azevedo (MT)	<ul style="list-style-type: none"> 22º Batalhão de Polícia Militar - Rua: Ministro Cézar Cals, nº 180, Centro - (66) 3575-1164/1190
Sinop (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Delegacia Regional de Sinop (Civil) - Rua das Caviúnas, 1956, Setor Comercial, Centro - (66) 3531-2002 / 3531-3347 Delegacia de Polícia de Sinop (Civil) - Rua: Das Acácias nº 1.933 Centro – (66) 3531 2024/ 6811/ 7986 Delegacia Especializada de Roubos e Furtos (DERF) de Sinop (Civil) - Rua: Das Acácias nº 1.933 Centro - (66) 3531 2024/ 6811 Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, Criança, Adolescente e Idoso – DEDMCI (Civil) - Rua: Rua das Caviúnas, 1956, Setor comercial, Centro - (66) 3531 3544/ 3531 0120
Sorriso (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Delegacia de Polícia de Sorriso (Civil) - Rua: Das Turmalinas nº. 2336 Bairro Industrial - (66) 3544 1912 /3133- Fax: (66) 3545 1014 12º Batalhão de Polícia Militar - Rua: Cabo Amaral, nº 1092, Recanto dos Pássaros - (66) 3545-1407
Terra Nova do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Delegacia de Polícia de Terra Nova do Norte – Av. Teotônio Vilela, nº 349 - Centro - (66) 3534-1149 1º Pelotão de Polícia Militar - Travessa Ulisses Guimarães, nº 71, Centro - (66) 3534-1190/1758 (Telefax)
Vera (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Delegacia de Polícia de Vera (Civil) - Rua: Chile nº. 2123 Centro - (66) 3583 1414 1º Pelotão de Polícia Militar - Av. Nicarágua, nº 211 – Centro - (66) 3583-1190/1245

Quadro 52 – Unidades do Corpo de Bombeiros presentes nos municípios da AE.

Unidade Territorial	Unidade
Altamira (PA)	<ul style="list-style-type: none"> 9º Grupamento Bombeiro Militar (9º GBM) - Rua Abel Figueiredo s/nº Bairro: Aparecida - (93) 3515-4540. Distrito Castelo dos Sonhos é atendido pelo 7º Grupamento Bombeiro Militar (7º GBM) de Itaituba - Rodovia Transamazônica KM 01 nº 1049 - Bairro Floresta - (93) 3518-3399 (comunicação) /3518 6258 (Comando) / 3518-0533 (público)
Itaituba (PA)	<ul style="list-style-type: none"> 7º Grupamento Bombeiro Militar (7º GBM) - Rodovia Transamazônica KM 01 nº 1049 - Bairro Floresta - (93) 3518-3399 (comunicação) /3518 6258 (Comando) / 3518-0533 (público)
Novo Progresso (PA)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiros atendido pelo 7º Grupamento Bombeiro Militar (7º GBM) - Rodovia Transamazônica KM 01 nº 1049 - Bairro Floresta - (93) 3518-3399 (comunicação) /3518 6258 (Comando) / 3518-0533 (público)
Rurópolis (PA)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pelo 7º Grupamento Bombeiro Militar (7º GBM) - Rodovia Transamazônica KM 01 nº 1049 - Bairro Floresta - (93) 3518-3399 (comunicação) /3518 6258 (Comando) / 3518-0533 (público)
Trairão (PA)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pelo 7º Grupamento Bombeiro Militar (7º GBM) - Rodovia Transamazônica KM 01 nº 1049 - Bairro Floresta - (93) 3518-3399 (comunicação) /3518 6258 (Comando) / 3518-0533 (público)
Cláudia (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pelo 4º Batalhão de Bombeiros Militar - 4º BBM - Rua João Pedro Moreira de Carvalho, 1.265, Setor Industrial Sual - Sinop/MT - (066) 3515-8157

Unidade Territorial	Unidade
Colíder (MT)	<ul style="list-style-type: none"> 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Guarantã do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Itaúba (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Lucas do Rio Verde (MT)	<ul style="list-style-type: none"> 13ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 13ª CIBM - MT 449, km 2, Distrito Industrial - Lucas do Rio Verde/MT - (65) 3549-5730
Matupá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Nova Santa Helena (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Peixoto de Azevedo (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Sinop (MT)	<ul style="list-style-type: none"> 4º Batalhão de Bombeiros Militar - 4º BBM - Rua João Pedro Moreira de Carvalho, 1.265, Setor Industrial Sual - Sinop/MT - (066) 3515-8157
Sorriso (MT)	<ul style="list-style-type: none"> 10ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 10ª CIBM - Avenida Luiz Amadeu Lodi, nº 470, Jardim Alvorada - Sorriso/MT - (066) 3544-0162 / 5283-8908
Terra Nova do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 12ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 12ª CIBM - MT 320, km 38 - Setor Industrial – Colíder - (66) 3541-4521
Vera (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Bombeiro: atendido pela 10ª Companhia Independente de Bombeiros Militar - 10ª CIBM - Avenida Luiz Amadeu Lodi, nº 470, Jardim Alvorada - Sorriso/MT - (066) 3544-0162 / 5283-8908

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública do Mato Grosso e Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará.

5.3.2.5 Indicadores sociais

5.3.2.5.1 Qualidade de vida da população

Para mensurar a qualidade de vida da população abrangida, utilizou-se do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

O IDHM é uma medida composta de indicadores de longevidade, educação e renda. O IDH foi criado em 1990, para o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a partir da perspectiva de Amartya Sen e Mahbub ul Haq de que as pessoas são a verdadeira “riqueza das nações”, criando uma alternativa às avaliações puramente econômicas de progresso nacional, como o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Atualmente, o IDH é calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e disponibilizado na página do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O IDH populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico. O fator inovador do IDH foi a criação de um índice sintético com o objetivo de servir como uma referência para o nível de desenvolvimento humano de uma determinada localidade. O índice varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de um município (Figura 817). Além de ser um contraponto ao PIB, o IDH permite sintetizar uma realidade complexa em um único número, bem como estimular formuladores e implementadores de políticas públicas a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

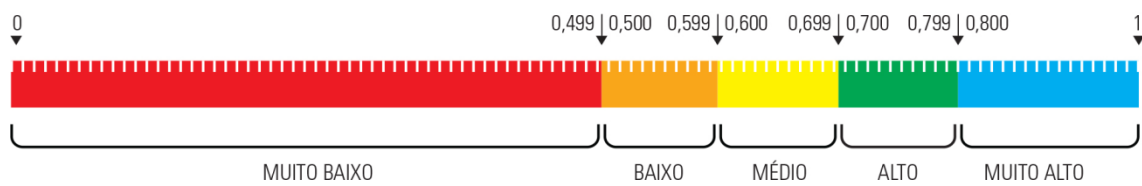


Figura 817 – Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal.
Fonte: PNUD, 2010.

A Tabela 176 mostra que os 17 municípios que fazem parte deste estudo, sete deles (41%) situam-se na faixa de alto desenvolvimento (ostentando valores entre 0,700 a 0,799). Contudo, dois municípios (11% do total) possuem índices considerados baixos, Rurópolis e Trairão, apresentando valores entre 0,500 a 0,599, respectivamente. Os demais municípios figuraram na faixa média, com valores entre 0,600 e 0,699.

Em 2010, a dimensão que mais contribuiu para o IDHM entre os municípios da AE foi a Longevidade - IDHM-L (composta pelo indicador de expectativa de vida ao nascer). Dos 17 municípios, 14 deles (82%) superaram ou se igualaram a categoria Muito Alto, acima de 0,800. Peixoto de Azevedo/PA, Rurópolis/PA e Trairão/PA, foram os únicos que não figuraram entre os considerados Muito Altos nesse quesito.

A segunda dimensão que mais pesou no IDHM 2010 foi a Renda - IDHM-R (composta pelo indicador de renda *per capita*). Ao todo, sete municípios (41%) possuem o IDHM – Renda superior a 0,700, valor considerado Alto. Entanto, municípios como Rurópolis/PA e Trairão/PA apresentam valores abaixo de 0,600 para esse valor, o que é considerado baixo. Nessa dimensão, identifica-se também que o estado de Mato Grosso possui melhor posição do que o estado do Pará.

A Educação foi a dimensão que menos contribuiu na composição do IDHM 2010 dos municípios da AE. O IDHM-E é composto pelos indicadores de escolaridade da população adulta e fluxo escolar da população jovem. Ao todo, oito municípios (47% do total) e o Estado do Pará tiveram seus IDHM-E inferiores a 0,600, o que é considerado Baixo. Além disso, Trairão/PA e Rurópolis/PA apresentaram indicadores abaixo de 0,400, o que é considerado muito baixo pelo PNUD. Nesse caso, depreende-se uma situação de vulnerabilidade social e de precariedade relativas às políticas de educação e condição de vida da população residente nesses municípios. Os municípios do estado de Mato Grosso apresentam, em geral, valores superiores aos municípios do Pará no quesito Educação.

Tabela 176 – IDHM e Rankings dos Municípios da Área de Estudo - 2010.

Unidade Territorial	Ranking IDHM	IDHM	IDHM Renda	IDHM Longevidade	IDHM Educação
Altamira (PA)	2.776 ^o	0,665	0,662	0,811	0,548
Itaituba (PA)	3.291 ^o	0,64	0,644	0,8	0,51
Novo Progresso (PA)	2.598 ^o	0,673	0,709	0,828	0,519
Rurópolis (PA)	5.225 ^o	0,548	0,548	0,764	0,392
Trairão (PA)	5.002 ^o	0,562	0,594	0,763	0,392
Cláudia (MT)	1.934 ^o	0,699	0,719	0,809	0,586
Colíder (MT)	1.514 ^o	0,713	0,732	0,819	0,604
Guarantã do Norte (MT)	1.811 ^o	0,703	0,692	0,826	0,609
Itaúba (MT)	2.182 ^o	0,69	0,714	0,809	0,569
Lucas do Rio Verde (MT)	249 ^o	0,768	0,766	0,833	0,71
Matupá (MT)	1.427 ^o	0,716	0,706	0,824	0,631
Nova Santa Helena (MT)	1.486 ^o	0,714	0,745	0,809	0,603
Peixoto de Azevedo (MT)	3.136 ^o	0,649	0,691	0,761	0,521
Sinop (MT)	467 ^o	0,754	0,755	0,832	0,682
Terra Nova do Norte (MT)	1.969 ^o	0,698	0,692	0,815	0,602
Vera (MT)	2.439 ^o	0,68	0,663	0,834	0,568
Mato Grosso	-	0,725	0,732	0,821	0,635
Pará	-	0,646	0,646	0,789	0,528

Fonte: PNUD, FJP E IPEA, 2010.

A Tabela 177 apresenta a evolução do IDHM para esses municípios ao longo do tempo. Identifica-se que houve um notório desenvolvimento na região ao longo das décadas. Ao todo, 12 municípios (70% do total) passaram do patamar muito baixo na década de 1990, para médio e alto no ano de 2010.

Embora tenham se identificado algumas fragilidades nos indicadores atuais, principalmente nos municípios de Trairão e Rurópolis, no Pará, é bastante claro que os municípios vivenciaram um importante progresso ao longo das décadas nas áreas de educação, longevidade e renda.

Tabela 177 – Evolução do IDH ao longo dos anos – municípios selecionados e estados de Mato Grosso e do Pará.

Unidade Territorial	IDHM 2010	IDHM 2000	IDHM 1991
Altamira (PA)	0,665	0,534	0,386
Itaituba (PA)	0,64	0,489	0,355
Novo Progresso (PA)	0,673	0,466	0,377
Rurópolis (PA)	0,548	0,421	0,257
Trairão (PA)	0,562	0,395	0,271
Cláudia (MT)	0,699	0,563	0,398
Colíder (MT)	0,713	0,575	0,355
Guarantã do Norte (MT)	0,703	0,53	0,357
Itaúba (MT)	0,69	0,511	0,374
Lucas do Rio Verde (MT)	0,768	0,658	0,549
Matupá (MT)	0,716	0,564	0,442
Nova Santa Helena (MT)	0,714	0,497	0,343

Unidade Territorial	IDHM 2010	IDHM 2000	IDHM 1991
Peixoto de Azevedo (MT)	0,649	0,502	0,380
Sinop (MT)	0,754	0,626	0,500
Sorriso (MT)	0,744	0,664	0,517
Terra Nova do Norte (MT)	0,698	0,521	0,363
Vera (MT)	0,68	0,563	0,42
Mato Grosso	0,725	0,601	0,449
Pará	0,646	0,518	0,413

Fonte: PNUD, 2010.

5.3.2.5.2 Estrutura do mercado de trabalho

A análise sobre a estrutura do mercado de trabalho na AE será abordada sob duas perspectivas. A primeira envolve a totalidade do mercado de trabalho, compreendendo o conjunto de pessoas inseridas em ocupações formais/informais ou desempregadas, ou seja, a População Economicamente Ativa (PEA), fundamentada em indicadores construídos a partir dos dados do Censo Demográfico 2010. A segunda concentra-se no mercado formal, por meio da análise dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um importante indicador sobre o mercado de trabalho procura relacionar a População em Idade Ativa (PIA), a qual compreende, neste estudo, as pessoas de 15 anos ou mais de idade, com a População Economicamente Ativa (PEA), constituída de pessoas na mesma faixa etária estabelecida para a PIA, mas inseridas no mercado de trabalho ou em busca de sua inserção.

A taxa de participação (percentual de pessoas economicamente ativas na população) permite mensurar o volume relativo de população que se encontra no mercado de trabalho. Este indicador reflete o nível de engajamento da população nas atividades produtivas. Em outras palavras, a taxa de atividades procura medir o tamanho relativo da força de trabalho fornecendo uma aproximação do volume de oferta de trabalho, fornecendo uma aproximação do volume de oferta de emprego disponível na economia para ser empregada.

Na AE, em 2010, do total de 439 mil pessoas de 15 anos ou mais de idade (PIA), 324 mil eram consideradas como PEA, pois exerciam alguma atividade ou estavam buscando inserir-se no mercado de trabalho.

As informações relativas ao emprego formal são importantes por permitirem acompanhar o desempenho de um conjunto de atividades econômicas, principalmente as de base urbana, possibilitando a construção de indicadores sobre o dinamismo das economias locais e regional. Entretanto, não se deve esquecer que esse tipo de informação não permite caracterizar a situação de parcela expressiva dos ocupados, principalmente onde o peso das atividades agrícolas organizadas em molde familiar ainda é significativo, como é o caso da AE. Informações sobre a ocupação neste setor, seja ela formal ou informal na agropecuária é analisada na caracterização setorial das atividades, especificamente no item 5.3.3.1.

Na AE, a taxa de participação, ou seja, o volume das pessoas que se encontram no mercado de trabalho, dos municípios de Sinop/MT é de 79% e de Sorriso/MT de 77%. Nos dois maiores municípios paraenses, Altamira/PA apresenta uma taxa de participação de 70% e Itaituba de 65%. A taxa de participação do estado de Mato Grosso é de 73,7% e é superior à média do estado do Pará de 65,7% e à média brasileira de 71,5%. A AE apresenta uma taxa semelhante à média do estado de Mato Grosso, de 73,7%, ver Tabela 178.

Os municípios de Rurópolis/PA e Itaituba/PA são os que apresentam menor taxa de participação, de 61% e 66%, respectivamente.

Tabela 178 – População em Idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e Taxa de Participação, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2010.

Unidade Territorial	PEA	PIA	Taxa de Participação
Altamira (PA)	45.323	64.353	70,4
Itaituba (PA)	40.675	62.814	64,8
Novo Progresso (PA)	13.227	16.856	78,5
Rurópolis (PA)	15.170	24.821	61,1
Trairão (PA)	7.127	10.777	66,1
Cláudia (MT)	5.807	7.412	78,3
Colíder (MT)	16.523	21.348	77,4
Guarantã do Norte (MT)	17.398	22.688	76,7
Itaúba (MT)	2.175	3.065	71,0
Lucas do Rio Verde (MT)	25.967	33.015	78,7
Matupá (MT)	7.403	9.663	76,6
Nova Santa Helena (MT)	1.734	2.339	74,1
Peixoto de Azevedo (MT)	15.167	20.361	74,5
Sinop (MT)	62.799	79.184	79,3
Sorriso (MT)	36.021	46.570	77,3
Terra Nova do Norte (MT)	6.708	7.581	88,5
Vera (MT)	4.902	6.795	72,1
Área de Estudo	324.126	439.642	73,7
Pará	3.194.159	4.865.060	65,7
Mato Grosso	1.545.518	2.097.967	73,7
Brasil	93.504.659	130.728.561	71,5

Nota: PIA – População de 15 anos ou mais, PEA – População Economicamente Ativa (Pessoas de 15 anos ou mais ocupadas e desocupadas).

Fonte: Censos Demográfico do IBGE - 2010.

O nível de Ocupação e a Taxa de Ocupação, tais como outros importantes indicadores sobre o mercado de trabalho, medem condições distintas do mercado de trabalho. O primeiro consiste na relação entre a parcela de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar (PO/PIA) e o segundo a de pessoas ocupadas sobre as pessoas na força de trabalho (PO/PEA).

Identificam-se, na Tabela 179, os dados relativos ao nível de ocupação e taxa de ocupação. Tanto o nível de ocupação, quanto a sua taxa, reflete bastante as oportunidades encontradas em um determinado espaço geográfico.

Em relação à AE, destacam-se os municípios de Terra Nova do Norte/MT e Novo Progresso/PA, que possuem um nível de ocupação de 85,5% e 75,6%, respectivamente, e assim como os demais municípios ostentam uma taxa de ocupação acima dos 90%.

A taxa de ocupação do estado do Pará é de 90,8% e a de Mato Grosso é de 93,7%. Ambos valores estão abaixo da média da AE, que é de 94,5%.

Tabela 179 – População de 15 anos ou mais ocupada, nível de ocupação e taxa de ocupação, segundo municípios da Área de Estudo, Pará, Mato Grosso e Brasil - 2010.

Unidade Territorial	População Ocupada	Nível de Ocupação	Taxa de ocupação
Altamira (PA)	42.287	65,7%	93,3%
Itaituba (PA)	37.741	60,1%	92,8%
Novo Progresso (PA)	12.747	75,6%	96,4%
Rurópolis (PA)	13.858	55,8%	91,4%
Trairão (PA)	6.740	62,5%	94,6%
Cláudia (MT)	5.424	73,2%	93,4%
Colíder (MT)	15.695	73,5%	95,0%
Guarantã do Norte (MT)	16.303	71,9%	93,7%
Itaúba (MT)	2.062	67,3%	94,8%
Lucas do Rio Verde (MT)	24.551	74,4%	94,5%
Matupá (MT)	7.009	72,5%	94,7%
Nova Santa Helena (MT)	1.643	70,2%	94,8%
Peixoto de Azevedo (MT)	14.232	69,9%	93,8%
Sinop (MT)	59.596	75,3%	94,9%
Sorriso (MT)	34.069	73,2%	94,6%
Terra Nova do Norte (MT)	6481	85,5%	96,6%
Vera (MT)	4748	69,9%	96,9%
Área de Estudo	91.009.163	70,4%	94,5%
Pará	2.901.864	59,6%	90,8%
Mato Grosso	1.448.274	69,0%	93,7%
Brasil	86.353.839	66,1%	92,4%

Fonte: Censo Demográfico do IBGE – 2010.

No que se refere ao mercado de trabalho formal, serão analisados os dados da RAIS, do MTE. A partir disso, a Tabela 180 apresenta a distribuição percentual dos empregos formais por setor. Identifica-se que, no município de Altamira/PA e Vera/MT, a construção civil responde por 27,55% e 33%, respectivamente, do percentual de ocupados.

O setor agropecuário é extremamente importante na região, tendo em vista a produção de grãos e proteína animal. Contudo, em nenhum dos municípios esse setor é o que mais emprega, proporcionalmente, entretanto, este setor é mais significativo nos municípios de Itaúba/MT (46,5%) e Nova Santa Helena/MT (30,87%).

Na AE, bem como nos estados do Pará e Mato Grosso e no Brasil, o setor de Comércio e o setor de Serviços é o que mais emprega. O setor de serviços responde por mais de 50% dos ocupados em Rurópolis/PA, Trairão/PA, Itaituba/PA e no estado do Pará.

Em alguns municípios, como Cláudia/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Guarantã do Norte/MT e Matupá/MT, o setor da indústria aparece com destaque, com 26%, 26%, 25% e 23%, respectivamente, da mão de obra ocupada.

Tabela 180 – Distribuição percentual dos empregos formais segundo setores de atividade econômica dos municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	Agropecuária	Comércio	Construção Civil	Indústria	Serviços
Altamira (PA)	2,31	24,53	27,55	6,27	39,34
Itaituba (PA)	1,17	27,44	6,79	13,10	51,50
Novo Progresso (PA)	8,55	31,69	4,86	10,59	44,31
Rurópolis (PA)	0,95	13,80	14,75	11,90	58,61
Trairão (PA)	1,17	23,01	12,05	10,95	52,82
Cláudia (MT)	22,11	19,12	0,37	26,65	31,75
Colíder (MT)	6,88	35,49	2,06	19,18	36,39
Guarantã do Norte (MT)	7,03	32,54	3,11	25,25	32,07
Itaúba (MT)	46,55	8,36	0,48	15,94	28,67
Lucas do Rio Verde (MT)	10,21	27,08	9,00	26,53	27,17
Matupá (MT)	15,46	33,87	1,29	23,28	26,11
Nova Santa Helena (MT)	30,87	13,18	19,61	9,00	27,33
Peixoto de Azevedo (MT)	15,21	34,67	2,44	8,18	39,50
Sinop (MT)	4,46	38,01	6,47	14,33	36,73
Sorriso (MT)	15,92	32,64	8,21	15,22	28,01
Terra Nova do Norte (MT)	15,14	32,63	0,68	17,94	33,62
Vera (MT)	28,53	11,20	33,50	12,11	14,66
Área de Estudo	8,86	30,65	10,01	15,84	34,64
Pará	5,52	20,19	8,24	9,78	56,27
Mato Grosso	15,29	23,47	5,52	11,94	43,78
Brasil	2,31	24,53	27,55	6,27	39,34

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2017.

5.3.2.5.3 PIB e PIB Per Capita

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma de todos os bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras residentes destinados ao consumo final sendo, portanto, equivalente à soma dos valores adicionados pelas diversas atividades econômicas acrescida dos impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos. O PIB também é equivalente à soma dos consumos finais de bens e serviços valorados a preço de mercado sendo, também, equivalente à soma das rendas primárias. Pode, portanto, ser expresso por três óticas, a saber:

- Da produção - o produto interno bruto é igual ao valor bruto da produção, a preços básicos, menos o consumo intermediário, a preços de consumidor, mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos;
- Da despesa - o produto interno bruto é igual à despesa de consumo das famílias, mais o consumo do governo, mais o consumo das instituições sem fins de lucro a serviço das famílias (consumo final), mais a formação bruta de capital fixo, mais

a variação de estoques, mais as exportações de bens e serviços, menos as importações de bens e serviços; e

- Da renda - o produto interno bruto é igual à remuneração dos empregados, mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação, mais o rendimento misto bruto, mais o excedente operacional bruto.

Em resumo, o PIB é um importante indicador para medir a riqueza produzida em um determinado território, seja ele um país, unidade da federação ou município. Calculado sob metodologia uniforme para todas as Unidades da Federação, é integrado, conceitualmente, aos procedimentos adotados nos Sistemas de Contas Nacionais e Regionais do Brasil. Dessa maneira, seus resultados são coerentes e comparáveis entre si e com os resultados nacional e regional. O cálculo do PIB dos Municípios baseia-se na distribuição, pelos municípios, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores correntes das atividades econômicas, obtido pelas Contas Regionais do Brasil. Dados sobre o PIB Municipal são fornecidos anualmente pelo IBGE.

Na Tabela 181 identifica-se que os municípios de Lucas do Rio Verde/MT, Sinop/MT e Sorriso/MT são os que apresentam, no estado de Mato Grosso, os maiores valores relacionados ao PIB. No estado do Pará, destacam-se os municípios de Altamira/PA e de Itaituba como os principais entes que contribuem para a soma do PIB.

No que concerne à comparação do percentual do PIB com o percentual da população em cada município, verifica-se que Sinop/MT, Sorriso/MT e Lucas do Rio Verde/MT apresentam um percentual maior de contribuição do PIB em relação a sua população, o que significa que são cidades com mais recursos disponível por habitante, na comparação com outros municípios.

A AE registrou, em 2018, um PIB a preços de mercado de R\$ 23 bilhões, dos quais, 59% foram gerados em Sinop/MT, Lucas do Rio Verde/MT e Sorriso/MT, no estado de Mato Grosso. Desse modo, do ponto de vista econômico, afirma-se que esses são os três municípios mais relevantes na AE. Os municípios de menor porte populacional, como Trairão/PA, Nova Santa Helena/MT, Terra Nova do Norte/MT, Itaúba/MT e Rurópolis/PA, por exemplo, contribuem menos com o PIB.

Tabela 181 – Produto Interno Bruto - PIB e sua distribuição proporcional, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso e Pará e Brasil, 2018.

Unidade Territorial	PIB (R\$ 1.000)	%PIB na AE	% do Município/Estado	% População na AE
Altamira (PA)	2.472.773	10,4	1,8	15,2
Itaituba (PA)	1.601.485	6,7	1,2	14,9
Novo Progresso (PA)	560.425	2,4	0,4	3,9
Rurópolis (PA)	341.528	1,4	0,2	6,1
Trairão (PA)	309.955	1,3	0,2	2,6
Cláudia (MT)	375.299	1,6	0,3	1,7
Colíder (MT)	871.359	3,7	0,7	4,7
Guarantã do Norte (MT)	676.549	2,8	0,5	4,9
Itaúba (MT)	170.371	0,7	0,1	0,7

Unidade Territorial	PIB (R\$ 1.000)	%PIB na AE	% do Município/Estado	% População na AE
Lucas do Rio Verde (MT)	3.697.053	15,5	3,0	7,0
Matupá (MT)	610.744	2,6	0,5	2,2
Nova Santa Helena (MT)	132.291	0,6	0,1	0,5
Peixoto de Azevedo (MT)	468.135	2,0	0,4	4,7
Sinop (MT)	5.117.868	21,5	4,1	17,3
Sorriso (MT)	5.640.821	23,7	4,6	10,2
Terra Nova do Norte (MT)	238.819	1,0	0,2	1,7
Vera (MT)	526.358	2,2	0,4	1,6
Área de Estudo	23.811.833	100,0	-	100,0
Pará	138.068.008	-	-	-
Mato Grosso	123.834.253	-	-	-
Brasil	6.267.205.000	-	-	-

Fonte: IBGE, 2018.

Em relação ao PIB *per capita*, apresentado na Tabela 182, identifica-se que o PIB *per capita* da AE é superior às médias dos dois estados – Pará e Mato Grosso – e também à média nacional. Isso representa, primeiramente, a importância desses municípios para os respectivos estados, em função da produção de riquezas. O PIB *per capita* médio do estado do Pará é de 18 mil reais por habitante, valor muito abaixo da média nacional que é de 32 mil reais. Por outro lado, o estado de Mato Grosso destaca-se na produção de riquezas considerando os três setores da economia (agrícola, indústria e comércio) e supera a média nacional, com um valor de 40 mil reais per capita.

O município de Sorriso/MT possui o maior PIB *per capita* dentre os municípios da AE, de mais de 80 mil reais *per capita*. Além desse, destaca-se o município de Lucas do Rio Verde/MT, com uma renda de 81 mil reais por habitante. O município de Rurópolis/PA é o que apresenta o menor PIB *per capita* dentre os municípios listados, de 8 mil reais por habitante, muito abaixo da média da AE. Altamira/PA é o município paraense que possui o maior PIB da AE, com 24 mil reais, praticamente um terço de Lucas do Rio Verde/MT.

Tabela 182 - Produto Interno Bruto - PIB e sua distribuição proporcional, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso e Pará e Brasil.

Unidade Territorial	PIB (R\$ 1.000)	PIB per capita	%PIB	% População
Altamira (PA)	2.472.773	24.958,60	10,4	15,2
Itaituba (PA)	1.601.485	16.426,67	6,7	14,9
Novo Progresso (PA)	560.425	22.306,36	2,4	3,9
Rurópolis (PA)	341.528	8.519,67	1,4	6,1
Trairão (PA)	309.955	18.367,7	1,3	2,6
Cláudia (MT)	375.299	34.031,47	1,6	1,7
Colíder (MT)	871.359	28.322,14	3,7	4,7
Guarantã do Norte (MT)	676.549	21.000,4	2,8	4,9
Itaúba (MT)	170.371	37.239,56	0,7	0,7
Lucas do Rio Verde (MT)	3.697.053	81.154,03	15,5	7,0

Unidade Territorial	PIB (R\$ 1.000)	PIB per capita	%PIB	% População
Matupá (MT)	610.744	43.089,04	2,6	2,2
Nova Santa Helena (MT)	132.291	38.146,19	0,6	0,5
Peixoto de Azevedo (MT)	468.135	15.193,27	2,0	4,7
Sinop (MT)	5.117.868	45.251,22	21,5	17,3
Sorriso (MT)	5.640.821	84.797,6	23,7	10,2
Terra Nova do Norte (MT)	238.819	21.151,27	1,0	1,7
Vera (MT)	526.358	51.427,26	2,2	1,6
Área de Estudo	23.811.833	36.499,1	100,0	100,0
Pará	138.068.008	18.212,25	-	-
Mato Grosso	123.834.253	40.800,42	-	-
Brasil	6.267.205.000	32.854,6	-	-

Fonte: IBGE, 2018.

5.3.3 DINÂMICA ECONÔMICA

A dinâmica econômica é abordada por meio de quatro temas para a caracterização da AE. O primeiro consiste na Estrutura Produtiva e de Serviços, onde serão analisados dados dos estabelecimentos por setores de atividade econômica. O segundo tema a ser abordado, consiste nos Vetores de Crescimento Econômico, que se buscou identificar a contribuição de projetos e ações indutoras de crescimento econômico regional. O terceiro tema refere-se ao Potencial Turístico, onde se avalia a capacidade deste setor econômico na região. Por fim, serão apresentados Planos e Programas de desenvolvimento dos estados em que se inserem os municípios da AE.

Salienta-se que não foram encontrados dados para caracterizar a atividade minerária da região, sendo que a fonte de consulta foi a Pesquisa Industrial Anual do IBGE e os dados disponíveis foram somente para o nível Brasil, considerando o período de 1986 a 1995.

5.3.3.1 Estrutura produtiva e de serviços

Neste tópico são apresentados indicadores setoriais da Área de Estudo, além de breves considerações acerca do desempenho econômico da região no período recente. Nos segmentos industrial, de serviços e turismo, as avaliações têm como base o detalhamento das estatísticas relativas ao emprego formal (iniciadas no item 5.3.2.5.2) e ao número de estabelecimentos.

No seguimento industrial, destaca-se a relevância do Distrito de Miritituba, situado no município de Itaituba, que tem atraído diversas empresas de médio e grande porte interessadas em operar com estações de transbordo de cargas. Devido à localização geográfica do Distrito, situado às margens do rio Tapajós e com acesso direto à rodovia BR-163, configura-se como estratégico do ponto de vista da logística. O foco é o transporte rodoviário e hidroviário de grãos, que tem como destino mercados consumidores no exterior.

Miritituba passa então a ser a principal alternativa à exportação via portos de Santos/SP e Paranaguá/PR, o que conseqüentemente, junto com a Ferrogrão, fomentará o dinamismo econômico relacionado às exportações.

Segundo levantamentos de campos no município de Itaituba, assim como pesquisas em fontes secundárias, o Distrito de Miritituba atrai empresas de *trading* do setor alimentícios, como a Cargill e Bunge, destaca-se também a Hidrovias do Brasil (HBSA) e a Companhia Norte de Navegação e Portos (Cianport). E em processo de instalação está a Rio Tapajós Logística. A Figura 818 ilustra os empreendimentos que ocupam as margens do rio Tapajós, em Miritituba.

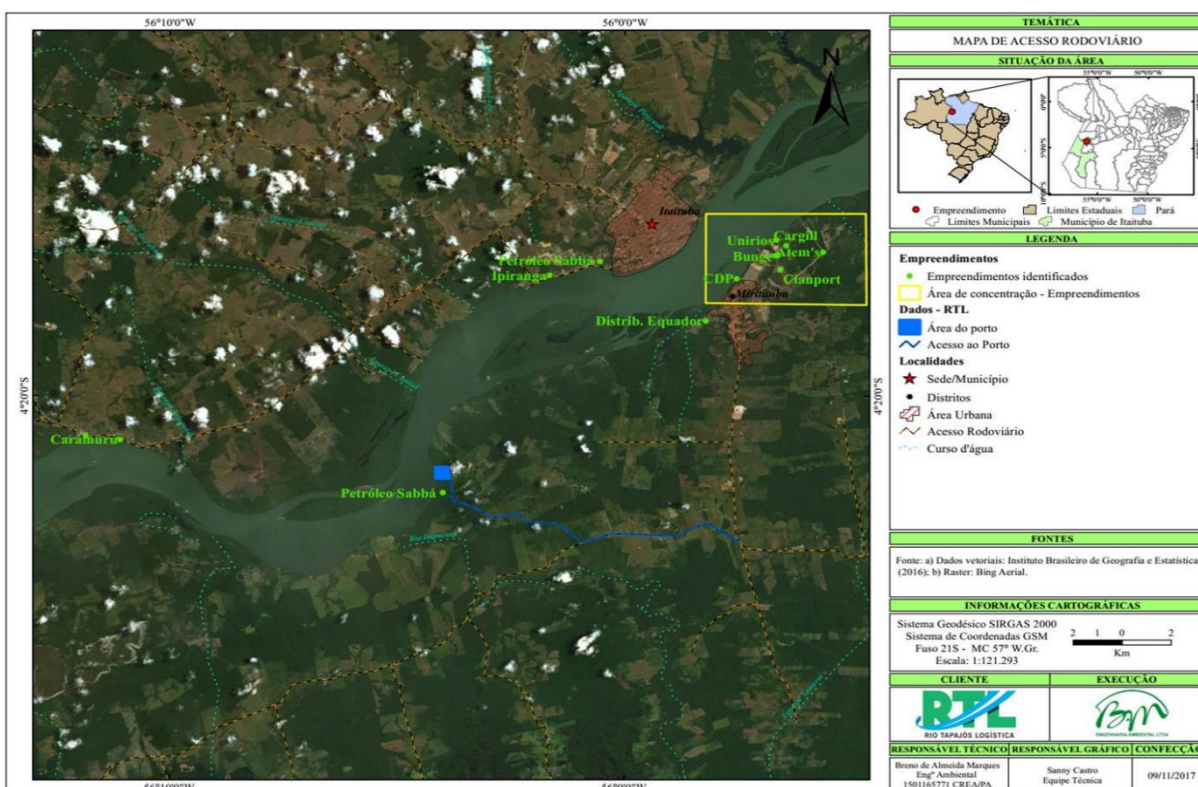


Figura 818 – Empreendimentos (previstos e instalados) localizados em Miritituba.

Fonte: Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da Estação de Transbordo de Cargas (ETC) da Empresa Rio Tapajós Logística Ltda (RTL), 2018: 83.

Além de Itaituba/PA, destacam-se também áreas industriais ligadas aos municípios de Guarantã do Norte/MT, Matupá/MT, Peixoto de Azevedo/PA, Terra Nova do Norte/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Sorriso/MT e Sinop/MT, com foco nos segmentos de alimentação, construção civil e mobiliário.

Essas áreas estão ligadas à rodovia BR-163, abaixo são apresentadas algumas fotos de indústrias instaladas nessas áreas (Figura 819 à Figura 824), fornecida por colaborador de campo, do município de Guarantã do Norte/MT, Sr. Humberto Oliveira.



Figura 819 – Coopernova – Cooperativa mista de leite e frutas, em Terra Nova do Norte/MT.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.



Figura 820 – Mick Máquinas – representante da LS Tractor, em Terra Nova do Norte/MT.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.



Figura 821 – Frigorífico Frialto, em Matupá.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.



Figura 822 – Fábrica de Ração Animal Multitrato, em Matupá.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.



Figura 823 – Campo Rico Fertilizantes em Guarantã do Norte.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.



Figura 824 – Distrito Industrial de Guarantã do Norte.
Fonte: Entrevistado, Sr. Humberto Oliveira, dez/2019.

Já em relação à agropecuária, a análise concentra-se nas considerações sobre o valor da produção no setor primário, segundo os seus principais produtos.

A Tabela 183 apresenta as porcentagens relativas à participação de cada setor da economia nos municípios que compõem a AE. Identifica-se que se trata de um conjunto muito heterogêneo de municípios no que concerne à produção econômica. O município de Sinop/MT possui uma economia calcada, predominantemente, no setor de serviços e o setor da Agropecuária ocupa apenas 6,6% do total. O mesmo acontece com Lucas do Rio Verde/MT, onde o setor da agricultura responde por 18% e o comércio por 56%.

O município de Itaúba/PA é o município cujo setor de Agropecuária é o que mais se destaca, com 58,8%. Em relação à importância de cada setor da economia, identifica-se que AE possui uma porcentagem maior do que concerne à Agropecuária em relação aos estados do Pará e de Mato Grosso. No que concerne à Indústria, os valores são próximos entre o estado de Mato Grosso e os municípios da AE. Em relação ao Comércio e Serviços, esse setor é o mais importante tanto nos estados elencados, quanto na AE.

Tabela 183 – Participação (%) dos setores no Valor Adicionado Bruto (VAB) dos Municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	Agropecuária (%)	Indústria (%)	Comércio (%)	Total (%)
Altamira (PA)	13,0	31,4	55,6	100
Itaituba (PA)	15,2	22,1	62,7	100
Novo Progresso (PA)	42,0	10,9	47,1	100
Rurópolis (PA)	43,9	16,8	39,3	100
Trairão (PA)	55,7	7,8	36,5	100
Cláudia (MT)	56,2	7,7	36,1	100
Colíder (MT)	10,2	23,1	66,7	100
Guarantã do Norte (MT)	11,5	23,7	64,8	100
Itaúba (MT)	58,8	8,0	33,3	100
Lucas do Rio Verde (MT)	18,1	25,4	56,5	100
Matupá (MT)	18,0	13,7	68,3	100
Nova Santa Helena (MT)	35,5	5,4	59,1	100
Peixoto de Azevedo (MT)	19,3	10,7	70,0	100
Sinop (MT)	6,6	12,2	81,2	100
Sorriso (MT)	26,8	13,0	60,2	100
Terra Nova do Norte (MT)	37,5	11,2	51,3	100
Vera (MT)	47,7	29,0	23,3	100
Área de Estudo	30,4	16,0	53,6	100
Pará	15,1	39,6	45,3	100
Mato Grosso	24,4	18,4	57,2	100
Brasil	6,5	25,6	67,9	100

Fonte: IBGE, 2017.

5.3.3.1.1 Rebanho e Produção Agrícola

Os dados relativos à produção agropecuária, tal como rebanhos e plantação, demonstram o potencial econômico de uma região para as atividades ligadas a esse setor. A partir dos dados da produção de grãos e proteína animal poder-se-á planejar políticas de incentivo econômico.

Tanto na AE, como nos estados do Mato Grosso e do Pará, o percentual de bovinos não é superior ao dos outros animais de criação, como se observa na Tabela 184, nota-se que a produção de aves é superior à de bovinos e suínos. Contudo, os grandes rebanhos bovinos contribuem para a presença de granjas e fazendas de criação para o abate e para a produção de leite, couro e carne.

No estado de Mato Grosso, destaca-se que o número absoluto de bovinos em Colíder/MT e Guarantã do Norte/MT é de, 365.201 e 341.572, respectivamente. No estado do Pará, o

município de Altamira/PA possui 707.958 bovinos e o município de Novo Progresso/PA, 618.876 destes. Esses dados demonstram o potencial de produção de proteína animal dessa região.

Relativamente à produção de aves, verifica-se na tabela abaixo que os municípios de Sorriso/MT, Lucas do Rio Verde/MT, Vera/MT e Sinop/MT possuem um expressivo número desses animais. Nesse caso, para além da produção de bovinos, esses três municípios destacam-se na criação avícola.

Tabela 184 – Total e percentual do rebanho sobre a Área de Estudo segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil – 2018.

Unidade Territorial	Bovinos	%	Suínos	%	Galináceos	%
Altamira (PA)	707.958	82,0	12.483	1,4	91.350	10,6
Itaituba (PA)	343.981	70,9	5.826	1,2	84.400	17,4
Novo Progresso (PA)	618.876	85,4	4.879	0,7	56.400	7,8
Rurópolis (PA)	158.534	62,3	4.401	1,7	56.730	22,3
Trairão (PA)	106.543	48,1	14.200	6,4	47.800	21,6
Cláudia (MT)	47.785	41,0	4.180	3,6	47.096	40,4
Colíder (MT)	365.201	79,4	5.789	1,3	53.033	11,5
Guarantã do Norte (MT)	341.572	78,7	6.703	1,5	54.844	12,6
Itaúba (MT)	114.690	87,7	1.290	1,0	7.325	5,6
Lucas do Rio Verde (MT)	32.724	0,4	148.284	1,8	7.910.354	93,4
Matupá (MT)	229.051	82,2	3.620	1,3	27.910	10,0
Nova Santa Helena (MT)	137.199	87,7	1.089	0,7	8.370	5,4
Peixoto de Azevedo (MT)	319.480	83,4	8.613	2,2	28.877	7,5
Sinop (MT)	55.445	1,9	37.580	1,3	2.163.617	73,4
Sorriso (MT)	64.155	0,6	309.094	2,9	10.066.452	92,9
Terra Nova do Norte (MT)	260.642	73,9	6.211	1,8	52.227	14,8
Vera (MT)	26.023	1,7	333.499	22,0	1.085.934	71,5
Área de Estudo	3.929.859	100	907.741	100	21.842.719	100
Pará	20.628.651	37,6	725.414	1,3	27.820.116	50,7
Mato Grosso	30.199.598	28,3	2.945.416	2,8	60.394.411	56,6
Brasil	213.523.056	10,5	41.443.594	2,0	1.468.351.527	72,4

Fonte: IBGE - Pesquisa Pecuária Municipal, 2018.

A Tabela 185 apresenta a produção agrícola de grãos como milho, soja e demais produtos da lavoura. A partir desse dado, disponibilizado pelo IBGE, é possível observar a importância desses produtos para os municípios e para as regiões em que estão inseridos, bem como planejar políticas e programas de incentivo agrícola para as regiões.

No que concerne à quantidade produzida, verifica-se que nos municípios de Itaituba/PA e Trairão/PA, a produção de mandioca corresponde por 88,3% e 86,2% de tudo o que é produzido, o que demonstra uma vocação da região para o plantio desse produto.

Nos municípios do estado de Mato Grosso, especialmente em Cláudia/MT, Vera/MT, Sinop/MT e Itaúba/PA, o plantio de milho e soja correspondem por praticamente a totalidade do que é produzido em termos de produção agrícola.

Verifica-se que na AE, a produção de milho e de soja correspondem a 50,9% e 41,7%, respectivamente, do total do que é produzido. Em relação às quantidades totais, 5.856.466 toneladas de milho e 4.803.321 toneladas de soja foram produzidos em 2018 nos municípios da AE. Identifica-se, também, que esses produtos estão mais presentes no estado de Mato Grosso do que no estado do Pará.

Tabela 185 – Quantidade produzida (Toneladas) de produtos agrícolas dos municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2018.

Unidade Territorial	Arroz	%	Mandioca	%	Milho	%	Soja	%
Altamira (PA)	4.500	5,9	56.000	73,5	7.500	9,8	6.000	7,9
Itaituba (PA)	80	0,4	20.000	88,3	1.470	6,5	0	0,0
Novo Progresso (PA)	7.135	15,0	13.000	27,3	3.240	6,8	24.000	50,4
Rurópolis (PA)	2.320	10,6	12.750	58,3	4.107	18,8	918	4,2
Trairão (PA)	3.600	4,8	65.000	86,2	5.500	7,3	0	0,0
Cláudia (MT)	5.400	0,8	1.548	0,2	339.929	51,4	313.844	47,4
Colíder (MT)	3.000	4,3	550	0,8	27.000	38,3	40.000	56,7
Guarantã do Norte (MT)	16.500	22,6	2.250	3,1	18.060	24,7	36.000	49,3
Itaúba (MT)	6.600	2,5	1.800	0,7	103.400	39,2	151.680	57,5
Lucas do Rio Verde (MT)	8.940	0,4	1.400	0,1	1.099.380	55,0	772.800	38,7
Matupá (MT)	16.500	7,3	9.000	4,0	81.600	36,3	117.800	52,3
Nova Santa Helena (MT)	7.750	8,8	2.700	3,1	32.900	37,4	44.400	50,5
Peixoto de Azevedo (MT)	16.000	13,5	9.000	7,6	48.000	40,6	44.950	38,0
Sinop (MT)	12.720	1,1	4.000	0,3	648.000	54,0	515.040	42,9
Sorriso (MT)	12.960	0,2	2.700	0,0	2.851.200	52,3	2.232.000	40,9
Terra Nova do Norte (MT)	7.750	10,3	2.000	2,7	21.600	28,8	43.689	58,2
Vera (MT)	6.480	0,6	500	0,0	563.580	54,0	460.200	44,1
Área de Estudo	138.235	1,2	204.198	1,8	5.856.466	50,9	4.803.321	41,7
Pará	114.035	1,6	3.836.215	52,4	790.965	10,8	1.638.469	22,4
Mato Grosso	502.090	0,6	287.753	0,3	26.172.540	41,7	31.608.562	48,3
Brasil	11.749.192	1,2	17.644.733	1,8	82.288.298	8,4	117.887.672	12

Fonte: Produção Agrícola Municipal, IBGE, 2018.

O estudo da destinação dos produtos da lavoura demonstra para onde vai o que é produzido dentro de uma região. Esse dado é valioso para o planejamento econômico em longo prazo e também para as políticas de desenvolvimento regional.

No tocante à destinação dos produtos agrícolas, identifica-se que, entre os produtos de lavoura temporária analisados, a mandioca é o que possui a maior parte de sua produção não vendida, observando 7 dos 17 municípios da Área de Estudo com a maior parte da produção não indo a venda, com destaque para Rurópolis e Altamira, onde a produção não vendida chega a 89,62% e 79,70%, respectivamente, como apresentado na Tabela 186.

Com relação à destinação do milho e soja, a produção desses itens é comercializada em sua maioria. Em alguns municípios, como Itaituba e Matupá, a maior parte da produção de milho não é comercializada. Porém a soja, de modo geral tem como destino o mercado externo. Com exceção dos municípios de Matupá e Peixoto de Azevedo, que possuem a maior parte de suas produções não vendidas, nos demais municípios a quase totalidade da produção de soja é comercializada, sendo o transporte ferroviário um importante aliado do escoamento desta produção.

Em todos os municípios da AE, a produção de soja é, em quase sua totalidade, comercializada e apenas uma pequena parte dos grãos é retida nos municípios.

No que concerne à AE, identifica-se que cerca de 95% da produção de soja é comercializada e 91% da produção de milho tem a mesma destinação. Os demais valores absolutos e percentuais são apresentados na Tabela 186.

Tabela 186 – Destinação da produção agrícola. Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Localidade	Mandioca		Milho em Grão		Soja em Grão	
	Vendido	Não vendidos	Vendido	Não vendidos	Vendido	Não vendidos
Altamira (PA)	22,10%	77,90%	72,25%	27,75%	99,40%	0,60%
Itaituba (PA)	20,30%	79,70%	13,83%	86,17%	-	-
Novo Progresso (PA)	46,35%	53,65%	95,94%	4,06%	100,00%	0,00%
Rurópolis (PA)	10,38%	89,62%	66,37%	33,63%	100,00%	0,00%
Trairão (PA)	67,11%	32,89%	42,18%	57,82%	-	-
Cláudia (MT)	64,10%	35,90%	94,48%	5,52%	95,11%	4,89%
Colíder (MT)	65,50%	34,50%	84,90%	15,10%	98,96%	1,04%
Guarantã do Norte (MT)	62,39%	37,61%	97,37%	2,63%	99,03%	0,97%
Itaúba (MT)	68,97%	31,03%	92,86%	7,14%	99,92%	0,08%
Lucas do Rio Verde (MT)	87,82%	12,18%	94,99%	5,01%	97,51%	2,49%
Matupá (MT)	67,70%	32,30%	19,63%	80,37%	48,60%	51,40%
Nova Santa Helena (MT)	38,89%	61,11%	94,06%	5,94%	100,00%	0,00%
Peixoto de Azevedo (MT)	30,00%	70,00%	93,01%	6,99%	36,13%	63,87%
Sinop (MT)	86,22%	13,78%	97,31%	2,69%	98,93%	1,07%
Sorriso (MT)	79,29%	20,71%	94,19%	5,81%	97,95%	2,05%

Localidade	Mandioca		Milho em Grão		Soja em Grão	
	Vendido	Não vendidos	Vendido	Não vendidos	Vendido	Não vendidos
Terra Nova do Norte (MT)	41,03%	58,97%	84,99%	15,01%	97,39%	2,61%
Vera (MT)	59,70%	40,30%	95,36%	4,64%	99,58%	0,42%
Área de Estudo	33,94%	66,06%	92,90%	7,10%	94,54%	5,46%
Pará	19,85%	80,15%	78,42%	21,58%	98,21%	1,79%
Mato Grosso	53,56%	46,44%	89,78%	10,22%	93,85%	6,15%
Brasil	55,67%	44,33%	81,49%	18,51%	92,02%	7,98%

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

Nota: Aglutinou-se, na categoria Vendida, as seguintes subcategorias trabalhadas pelo IBGE: Vendida para cooperativas, Vendida a intermediários, Vendida ao Governo Federal, Vendida ao consumir, Vendida como semente e Vendida ao Exterior. Em para algumas variáveis, não há dados.

5.3.3.1.2 Pesca e Aquicultura

De acordo com os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017, a AE conta com 149 estabelecimentos com atividade de pesca e aquicultura, sendo 110 voltados à aquicultura e 39 a atividade de pesca. A maior parte destes estabelecimentos pertencem ao estado do Pará (89), distribuídos da seguinte forma, 38 estabelecimentos com atividade pesqueira e 51 com atividade de aquicultura. O Estado do Mato Grosso por sua vez conta com somente um estabelecimento voltado à pesca e 59 à atividade de aquicultura.

Os municípios que mais se destacam em termos de número de estabelecimentos são os do estado do Pará, especialmente Rurópolis/PA que concentra 38 estabelecimentos com atividade de pesca e aquicultura. Pelo estado do Mato Grosso ressalta-se o município de Sorriso/MT com 17 estabelecimentos.

Tabela 187 – Estabelecimentos voltados à pesca e aquicultura na Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Localidade	Pesca	Aquicultura	Total
Altamira (PA)	11	4	15
Itaituba (PA)	6	10	16
Novo Progresso (PA)	0	15	15
Rurópolis (PA)	21	17	38
Trairão (PA)	0	5	5
Cláudia (MT)	1	3	4
Colíder (MT)	0	6	6
Guarantã do Norte (MT)	0	4	4
Itaúba (MT)	0	1	1
Lucas do Rio Verde (MT)	0	2	2
Matupá (MT)	0	9	9
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	0	4	4
Sinop (MT)	0	5	5
Sorriso (MT)	0	17	17

Localidade	Pesca	Aquicultura	Total
Terra Nova do Norte (MT)	0	5	5
Vera (MT)	0	3	3
Área de Estudo	39	110	149
Pará	2.659	986	3.645
Mato Grosso	27	717	744
Brasil	8.775	19.054	27.829

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

Dentre as principais espécies produzidas na AE tem-se o pintado, cachara, cachapira, pintachara e surubim, seguido do tambacu, tambatinga e o tambaqui. Conforme Tabela 188, o estado do Mato Grosso se sobressai em termos de produção destas espécies, tendo como principal produtor o município de Sorriso, seguido pelo município de Lucas do Rio Verde/MT. No estado do Pará a produção tem uma distribuição mais uniforme, mas com destaque para Altamira/PA e Rurópolis/PA.

Tabela 188 – Principais espécies produzidas (pesca e aquicultura) na Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Localidade	Pacu e Patinga (Kg)	Pintado, Cachara, Cachapira, Pintachara e Surubim (Kg)	Tambacu, Tambatinga (Kg)	Tambaqui (Kg)	Tilápia (Kg)	Total Produzido
Altamira (PA)	0	40.000	95.000	80.000	0	215.000
Itaituba (PA)	0	0	5.800	5.500	0	11.300
Novo Progresso (PA)	0	2.000	40.000	20.000	0	62.000
Rurópolis (PA)	0	0	46.500	67.500	0	114.000
Trairão (PA)	0	1.000	6.000	12.000	0	19.000
Cláudia (MT)	0	155.000	47.000	1.000	0	203.000
Colíder (MT)	0	1.000	5.000	5.000	0	11.000
Guarantã do Norte (MT)	0	41.255	0	14.500	0	55.755
Itaúba (MT)	0	80.000	60.000	0	2.000	142.000
Lucas do Rio Verde (MT)	0	152.000	200.000	158.000	145.500	655.500
Matupá (MT)	0	20.000	22.000	132.000	55.000	229.000
Nova Santa Helena (MT)	0	160.000	140.000	0	0	300.000
Peixoto de Azevedo (MT)	0	8.000	0	7.000	0	15.000
Sinop (MT)	2.000	190.000	85.000	92.000	10.000	379.000
Sorriso (MT)	242.000	1.726.500	3.076.100	660.000	450.000	6.154.600
Terra Nova do Norte (MT)	0	6.000	900	88.000	0	94.900

Localidade	Pacu e Patinga (Kg)	Pintado, Cachara, Cachapira, Pintachara e Surubim (Kg)	Tambacu, Tambatinga (Kg)	Tambaqui (Kg)	Tilápia (Kg)	Total Produzido
Vera (MT)	0	90.000	100.000	100.000	16.000	306.000
Área de Estudo	244.000	2.672.755	3.929.300	1.442.500	678.500	8.967.055
Pará	38.473	227.930	3.049.036	8.491.169	262.764	12.069.372
Mato Grosso	509.243	5.162.402	22.076.774	3.910.190	1.709.166	33.367.775
Brasil	11.570.466	11.504.958	40.958.987	102.554.429	311.540.268	478.129.108

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

5.3.3.1.3 Silvicultura

Com relação à Silvicultura, destaca-se que a AE conta com 160 estabelecimentos agropecuários com presença de atividade de silvicultura, sendo 55,6% destes situados no estado do Mato Grosso e 44,4% no Pará. Em termos de estabelecimentos por municípios, destacam-se no Mato Grosso os municípios de Sinop/MT e Matupá/MT e no Pará o município de Altamira/PA que possui o maior número de estabelecimentos de toda a AE (48).

Não houve registro de estabelecimentos voltados a atividade de silvicultura no município de Nova Santa Helena/MT.

Tabela 189 – Quantitativos de estabelecimentos relacionados à atividade de silvicultura na Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Localidade	Número de Estabelecimentos
Altamira (PA)	48
Itaituba (PA)	12
Novo Progresso (PA)	07
Rurópolis (PA)	03
Trairão (PA)	01
Cláudia (MT)	04
Colíder (MT)	02
Guarantã do Norte (MT)	12
Itaúba (MT)	07
Lucas do Rio Verde (MT)	05
Matupá (MT)	18
Nova Santa Helena (MT)	0
Peixoto de Azevedo (MT)	01
Sinop (MT)	19
Sorriso (MT)	13
Terra Nova do Norte (MT)	03
Vera (MT)	05
Área de Estudo	160
Pará	1.676
Mato Grosso	1.081

Localidade	Número de Estabelecimentos
Brasil	362.057

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

Dentre as principais espécies produzidas nos estabelecimentos agropecuários da AE tem-se o eucalipto, o ipê, o mogno e a teca, ver Tabela 190. Sendo o eucalipto produzido em 58 estabelecimentos e sua produção concentra-se mais nos municípios do Mato Grosso, especialmente em Sinop/MT e Peixoto de Azevedo/PA. Já a produção de mogno abrange 45 estabelecimentos e concentra-se mais no Pará, principalmente em Altamira/PA e Rurópolis/PA. A produção de ipê é feita em 27 estabelecimentos e distribui-se de forma mais regular entre os municípios da AE, entretanto tem maior significância no estado do Pará, por fim, a produção de teca, concentra-se no Mato Grosso, especialmente no município de Sorriso/MT, que possui sete estabelecimentos agropecuários com este tipo de produção

Tabela 190 – Quantitativos de estabelecimentos das principais espécies da silvicultura na Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil - 2017.

Localidade	Eucalipto	Ipê	Mogno	Teca
Altamira (PA)	0	6	16	3
Itaituba (PA)	0	1	0	1
Novo Progresso (PA)	1	0	0	1
Rurópolis (PA)	0	8	20	2
Trairão (PA)	0	6	4	0
Cláudia (MT)	5	0	0	0
Colíder (MT)	2	1	1	0
Guarantã do Norte (MT)	0	1	1	1
Itaúba (MT)	6	0	0	0
Lucas do Rio Verde (MT)	0	1	0	0
Matupá (MT)	2	1	0	0
Nova Santa Helena (MT)	0	0	0	0
Peixoto de Azevedo (MT)	13	0	1	5
Sinop (MT)	24	2	0	0
Sorriso (MT)	1	0	2	7
Terra Nova do Norte (MT)	4	0	0	1
Vera (MT)	0	6	16	3
Área de Estudo	58	27	45	21
Pará	36	158	300	185
Mato Grosso	431	51	19	300
Brasil	21.1547	1.355	544	1.112

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 2017.

5.3.3.1.4 Estabelecimentos Agropecuários

Em termos de estabelecimentos agropecuários, identifica-se que o setor agropecuário da AE é formado predominantemente por estabelecimentos do tipo familiar (69,32%).

No estado do Mato Grosso a maior parte dos estabelecimentos também são identificados como familiares, sendo 68,79% classificados nessa categoria, os municípios de Colíder/MT, Peixoto de Azevedo/MT e Terra Nova do Norte/MT possuem os maiores índices de estabelecimentos de agricultura familiar, com 77,51%, 75,60% e 74,86% de estabelecimentos deste tipo, respectivamente. O estado paraense é formado por 85,10% de estabelecimentos agropecuários classificados como de agricultura familiar, os municípios de Trairão/PA, Rurópolis/PA e Novo Progresso/PA se destacam na região da AE possuindo 82,23%, 78,91% e 73,07% de estabelecimentos de agricultura familiar, como demonstra a Tabela 191.

Desse modo, mesmo que a região seja amplamente reconhecida como produtora de grãos em fazendas de grande porte, a maior parte dos estabelecimentos agropecuários são familiares, tendência que se repete nos estados do Mato Grosso, Pará e Brasil.

O município de Lucas do Rio Verde/MT, no Mato Grosso, é o que menos possui estabelecimentos familiares visto que apenas 36,14% dos existentes no município são desse tipo.

Tabela 191 – Estabelecimentos agropecuários, por tipo, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil.

Unidade Territorial	Não Familiar	%	Familiar	%
Altamira (PA)	1.188	30,49%	2.708	69,51%
Itaituba (PA)	430	26,93%	1.167	73,07%
Novo Progresso (PA)	611	46,36%	707	53,64%
Rurópolis (PA)	561	21,09%	2.099	78,91%
Trairão (PA)	129	17,77%	597	82,23%
Cláudia (MT)	297	42,07%	409	57,93%
Colíder (MT)	401	22,49%	1.382	77,51%
Guarantã do Norte (MT)	402	27,67%	1.051	72,33%
Itaúba (MT)	150	63,03%	88	36,97%
Lucas do Rio Verde (MT)	205	63,86%	116	36,14%
Matupá (MT)	260	26,89%	707	73,11%
Nova Santa Helena (MT)	103	28,53%	258	71,47%
Peixoto de Azevedo (MT)	457	24,40%	1.416	75,60%
Sinop (MT)	379	40,49%	557	59,51%
Sorriso (MT)	495	59,64%	335	40,36%
Terra Nova do Norte (MT)	359	25,14%	1.069	74,86%
Vera (MT)	176	41,12%	252	58,88%
Área de Estudo	6.603	30,68%	14.918	69,32%
Pará	41.962	14,90%	239.737	85,10%
Mato Grosso	37.044	31,21%	81.635	68,79%
Brasil	1.175.916	23,18%	3.897.408	76,82%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017.

No que concerne à área dos estabelecimentos, apresentada na Tabela 192, há uma significativa diferença em relação à Tabela 191. Identifica-se que, na maioria dos municípios, os estabelecimentos do tipo Não Familiar são os mais extensos, em hectares. No caso de Altamira/PA e Novo Progresso/PA, por exemplo, ambos os municípios possuem mais de 90%

das áreas de estabelecimentos agropecuários em propriedades do tipo “Não Familiares”. Em Sorriso/MT, no Mato Grosso, apenas 2% das áreas dos estabelecimentos estão em propriedades familiares.

Desse modo, enquanto a maioria dos estabelecimentos agropecuários são do tipo familiar, estes possuem, em geral, uma menor parcela de terras. A maior parte das áreas, como se identifica, estão inseridas em estabelecimentos não familiares. O município com a maior parte da terra em propriedades familiares é Rurópolis/PA, com 67%.

O estado de Mato Grosso e Pará são muito distintos entre si nesse sentido. O estado do Pará apresenta 30% da área de seus estabelecimentos em propriedades familiares. No caso de Mato Grosso, apenas 9% são desse tipo. No estado de Mato Grosso, Terra Nova do Norte/MT e Colíder/MT são os que mais possuem áreas de terras em estabelecimentos familiares, com 33,1 e 32,5%, respectivamente.

Tabela 192 – Área dos estabelecimentos agropecuários (hectares), por tipo, segundo municípios da Área de Estudo, Pará, Mato Grosso e Brasil – 2017.

Unidade Territorial	Não Familiar	%	Familiar	%
Altamira (PA)	1.361.018	90,0	166.774	10,0
Itaituba (PA)	239.676	70,3	101.496	29,7
Novo Progresso (PA)	776.382	92,2	65.516	7,8
Rurópolis (PA)	100.618	32,5	209.284	67,5
Trairão (PA)	74.146	53,0	65.629	47,0
Cláudia (MT)	196.065	90,3	20.977	9,7
Colíder (MT)	166.603	67,5	80.257	32,5
Guarantã do Norte (MT)	227.597	70,2	96.687	29,8
Itaúba (MT)	303.186	96,2	12.130	3,8
Lucas do Rio Verde (MT)	302.418	95,8	13.328	4,2
Matupá (MT)	242.613	84,0	46.272	16,0
Nova Santa Helena (MT)	146.207	89,8	16.694	10,2
Peixoto de Azevedo (MT)	567.968	84,9	100.858	15,1
Sinop (MT)	241.801	86,6	37.508	13,4
Sorriso (MT)	810.287	97,9	17.546	2,1
Terra Nova do Norte (MT)	147.006	66,9	72.703	33,1
Vera (MT)	220.578	95,4	10.584	4,6
Área de Estudo	6.124.169	84,4	1.134.243	15,6
Pará	19.794.861	69,7	8.624.592	30,3
Mato Grosso	49.791.746	90,7	5.131.104	9,3
Brasil	270.398.732	77,0	80.891.084	23,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

A Tabela 193 apresenta o pessoal ocupado, por tipo de estabelecimento, na AE. A maior parte dos municípios concentra a maioria do pessoal ocupado em estabelecimentos familiares. Contudo, há exceções. O município de Cláudia/MT concentra metade (50%) de sua população ocupada em estabelecimentos rurais em propriedades familiares. No caso de Novo Progresso/PA, 42% da população está ocupada em estabelecimentos desse tipo.

Nos municípios de Lucas do Rio Verde/MT e Sorriso/MT, apenas 12% e 15%, respectivamente, do pessoal ocupado está em estabelecimentos do tipo familiar, o que significa que as fazendas do tipo não familiar ocupam a maior parte da mão de obra desses municípios.

Contudo, no estado do Pará, a maior parte do pessoal ocupado estão em estabelecimentos do tipo familiar, o que significa que os municípios da AE não divergem da tendência estadual, concentrando a maior parte de sua mão de obra em propriedades do tipo familiar, com exceção de Novo Progresso/PA. No estado de Mato Grosso, dos 12 municípios, oito possuem mais da metade do pessoal ocupado está inserido em propriedades do tipo familiar. Os municípios de Sinop/MT, Vera/MT, Itaúba/MT, Sorriso/MT e Lucas do Rio Verde/MT mantêm mais da metade do pessoal ocupado em estabelecimentos do tipo não familiar.

Tabela 193 – Pessoal ocupado, por tipo de estabelecimento agropecuário, segundo municípios da Área de Estudo, Mato Grosso, Pará e Brasil – 2017.

Unidade Territorial	Não Familiar	%	Familiar	%
Altamira (PA)	4.402	31,5	9.560	68,5
Itaituba (PA)	1.664	31,5	3.624	68,5
Novo Progresso (PA)	2.288	57,5	1.691	42,5
Rurópolis (PA)	1.653	22,2	5.783	77,8
Trairão (PA)	439	23,2	1.451	76,8
Cláudia (MT)	1.035	50,0	1.034	50,0
Colíder (MT)	1.193	29,2	2.895	70,8
Guarantã do Norte (MT)	1.491	31,9	3.183	68,1
Itaúba (MT)	805	79,0	214	21,0
Lucas do Rio Verde (MT)	2.281	87,6	324	12,4
Matupá (MT)	1.162	36,8	1.992	63,2
Nova Santa Helena (MT)	385	43,2	506	56,8
Peixoto de Azevedo (MT)	1.757	27,6	4.607	72,4
Sinop (MT)	1.717	52,0	1.582	48,0
Sorriso (MT)	4.184	84,7	753	15,3
Terra Nova do Norte (MT)	1.243	31,1	2.760	68,9
Vera (MT)	1.454	69,6	636	30,4
Área de Estudo	29.153	40,6	42.595	59,4
Pará	200.031	20,4	779.617	79,6
Mato Grosso	206.760	48,9	215.693	51,1
Brasil	4.989.566	33,0	10.115.559	67,0

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 2017.

5.3.3.2 Vetores de crescimento econômico

Como vetores de crescimento entendem-se as atividades que apresentam destacado desempenho econômico e que funcionam como cerne da economia de uma região. Durante as atividades de campo foi observada a existência de vetores de crescimento econômico e avaliada as suas interferências com o empreendimento.

A dinâmica de crescimento dos municípios da AE está relacionada com o processo migratório ocorrido em função da expansão das fronteiras agrícolas, assim como do potencial minerário da Amazônia, que segundo Prates; Bacha (2011), foi garantido por meio dos projetos de colonização, como por exemplo, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia). Assim como por meio de medidas fiscais e creditícias, as quais resultaram na atração e expansão das empresas agropecuárias e de mineração na Região Norte. Porém, os autores afirmam que a concentração fundiária e o intenso uso do capital na mineração resultaram em um novo processo migratório, mas neste caso interno, o movimento se deu das zonas rurais para as zonas urbanas, caracterizando a região tal como ela se apresenta atualmente.

Por outro lado, as transformações ocorridas da década de 1980 a 2000, mais precisamente no que diz respeito ao crescimento econômico e populacional, não foram acompanhadas por níveis de qualidade de vida satisfatórios para a maioria de seus habitantes, tendo em vista que o resultado foi a concentração de renda. Segundo Monteiro (2005), as atividades minero-metalúrgicas não foram capazes de impulsionar, na Amazônia oriental brasileira, processos de desenvolvimento de base local e sustentáveis, mesmo frente ao volume de dinheiro gerado a partir da extração, do beneficiamento e da transformação industrial de recursos minerais. Outra atividade que seguiu na mesma linha foi a madeireira, não mais reconhecida pelos entrevistados como um vetor de crescimento regional.

“Durante muito tempo o principal vetor da economia foi o setor madeireiro, mas hoje é a agricultura.” (Entrevista realizada no município de Cláudia – Gapa, dez/2019).

“Hoje a madeira não está mais em alta, mas ainda tem. Os principais vetores da economia giram em torno da agricultura, agropecuária, extrativismo da castanha”. (Entrevista realizada no município de Itaituba – Aspranji).

“Ouro e a madeira foram os vetores de crescimento do município. Atualmente a agricultura e a pecuária estão se reestruturando.” (Entrevista realizada no município de Novo Progresso – Instituto Edson Royer).

Isto posto, o vetor de crescimento econômico mais significativo na região estudada é o agronegócio, visto que a mecanização das práticas do campo tornou possível aumentar a produção, no ritmo que a demanda por alimentos aumentou no mundo todo. Esse vetor foi reconhecido, de forma unânime, nas entrevistas realizadas nos municípios que compõem a área de estudo.

Quadro 53 – Vetores de crescimento indicados nas entrevistas, segundo municípios da AE.

Unidade Territorial	Vetor de Crescimento Indicado
Altamira (PA)	Agropecuária (pecuária de corte e agricultura de cacau), extração mineral (ouro) e Hidrelétrica Belo Monte.
Itaituba (PA)	Agropecuária (agricultura e pecuária de leite e corte), agricultura familiar, extrativismo de castanha, ramo florestal, recursos minerais (ouro), ramo madeireiro e portos.
Novo Progresso (PA)	Agropecuária (soja e pecuária corte e leite), extração mineral.
Rurópolis (PA)	Agricultura, pecuária (leite e corte), cacauicultura e bananicultura, todas oriundas da Agricultura familiar.
Trairão (PA)	Agropecuária (pecuária de corte e produção de cacau.)
Cláudia (MT)	Agronegócio (agricultura e pecuária), a agricultura de base familiar.

Unidade Territorial	Vetor de Crescimento Indicado
Colíder (MT)	Agropecuária (pecuária de leite e corte) e comércio.
Guarantã do Norte (MT)	Agropecuária (produção de grãos, pecuária de leite e corte), extração mineral (ouro) e comércio.
Itaúba (MT)	Agropecuária e extração mineral.
Lucas do Rio Verde (MT)	Agricultura de sobre e milho.
Matupá (MT)	Agropecuária (pecuária de corte e leite), extração mineral (ouro).
Nova Santa Helena (MT)	Agropecuária (pecuária de corte e leite), extração mineral (ouro), agricultura familiar (guaraná orgânico e café)
Peixoto de Azevedo (MT)	Agropecuária (pecuária de corte e leite), exploração mineral (ouro).
Sinop (MT)	Agronegócio (agricultura e pecuária), setor imobiliário e educação.
Sorriso (MT)	Agricultura (produção de grãos).
Terra Nova do Norte (MT)	Pecuária (leite e corte).
Vera (MT)	Agropecuária.

As indicações de vetores de crescimento percebidas pelos entrevistados são confirmadas pelo desenvolvimento das cadeias produtivas, evidenciado nos levantamentos de campo: silos, secadores, abatedouros, cooperativas de leite e de processamento de polpas de fruta, também são fatores de desenvolvimento da região, que na sua maior parte são infraestruturas ligadas ao agronegócio.

Alguns municípios pontualmente identificam, ainda, a prestação de serviços como fator de desenvolvimento. São autointitulados municípios polos, como por exemplo, Sinop/MT, Lucas do Rio Verde/MT e Sorriso/MT, todos no Mato Grosso, onde a prestação de serviços tanto pode ser na área da educação, como faculdades e universidades, como na área de saúde, com diferentes especialidades para diagnóstico, tratamento e acompanhamento de doenças. Além desses, serviços de consultoria na área do direito, da contabilidade e manutenção de mecânica pesada foram apontados pelos entrevistados como significativos para os municípios polos.

A soja e o milho têm sido destaque na produção agrícola dos municípios estudados, assim como a pecuária, sendo o gado tanto de corte como leiteiro importantes para a região, além da avicultura e piscicultura.



Figura 825 – Cultivo de soja na região estudada - Sorriso/MT (12,809792S; 55,830376W).

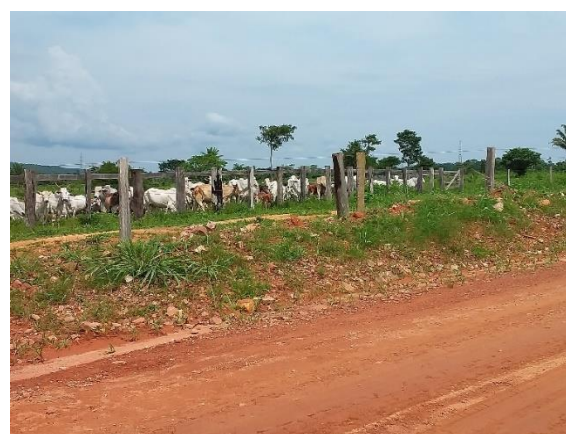


Figura 826 – Gado na região estudada - Guarantã do Norte/MT (9,687270S; 54,947034W).



**Figura 827 – Gado na região estudada –
Altamira/PA (8,096569S; 55,141773W).**



**Figura 828 – Cultivo de soja na região estudada -
Guarantã do Norte/MT (9,697334S; 54,947717W).**



**Figura 829 – Cultivo de soja na região estudada –
Novo Progresso/PA (6,669891S; 55,496354W).**



**Figura 830 – Área para pecuária na região
estudada – Novo Progresso/PA(6,858678S;
55,448954W).**



**Figura 831 – Aviário na região estudada –
Sinop/MT (12,041620S; 55,518360W).**



**Figura 832 – Tanque de peixes na região estudada
– Altamira/PA (8,492820S; 55,127738W).**

De acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab¹², o Brasil é o segundo maior produtor mundial de soja, após os Estados Unidos. Porém, o Brasil é o maior de soja em grãos do mundo, sendo a China o destino mais significativo da soja. Já em relação à

¹² CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Análise mensal da soja. Brasília: Conab, 2018.

produção de milho¹³, o Brasil também ocupa o segundo lugar como exportador mundial, sendo que o maior importador da produção brasileira é o Irã¹⁴.

Como o Brasil é 2º maior exportador de soja e de milho do mundo, corrobora o fato do agronegócio ser considerado o vetor de crescimento econômico mais relevante da região estudada. Esse avanço no *ranking* de exportações foi obtido pela junção de boas condições territoriais e climáticas, além de investimentos em inovação tecnológica, levando ao aumento da produtividade e expansão das fronteiras agrícolas ou mesmo pela permuta de áreas de pastagem em áreas agriculturáveis (transição entre a pecuária e a monocultura).

De acordo com dados do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea), o agronegócio é responsável por 50,5% do Produto Interno Bruto (PIB) do Mato Grosso. Um exemplo da contribuição no setor é a Inpasa Agroindustrial, localizada no município de Sinop/MT, é a maior usina de etanol de milho da América Latina. Em Lucas do Rio Verde/MT, o destaque vai para a FS Bioenergia, que foi a primeira usina de etanol de milho do Brasil. Cabe ressaltar que Lucas do Rio Verde/MT é reconhecido como Capital da Agroindústria do Mato Grosso¹⁵.

Já no estado do Pará, nesse setor, o município de Itaituba se destaca com o evento anual Expoagroindustrial¹⁶, com exposição e leilão de gado, além de inovações tecnológicas, dentre outras atrações, e

“visa incorporar o empreendedorismo no meio rural, ampliando a capacidade de ação de entidades oficiais ligadas ao setor rural, estabelecendo elo com participantes de cursos, visitantes, expositores e comerciantes em geral, demonstrando a expressividade do evento para o agronegócio”.

A implantação de multinacionais e empresas de grande porte na região confirmam a expansão do agronegócio, com produção destinada principalmente para a exportação, desde o cultivo, secagem, beneficiamento, armazenagem, transporte e comercialização dos produtos.

Esse fato vai de acordo com o macro-objetivo de “aumentar a competitividade e a performance econômica do Estado de Mato Grosso”, do Plano de Longo Prazo de Mato Grosso¹⁷. Alguns dos objetivos que merecem destaque, para essa meta são: a) expandir a atividade econômica com agregações de valor à produção local; b) ampliar e diversificar a pauta de exportações de Mato Grosso e; c) reduzir os custos de transporte no Estado.

O Plano aponta a deficiência do sistema de transporte e logística no Estado como uma condição que dificulta o desenvolvimento de Mato Grosso. É interessante destacar que a estrutura produtiva fortemente concentrada na agropecuária também é apontada como um fator que pode impedir o avanço na economia estadual, pois a predominância da pecuária e da produção de grãos pode representar uma vulnerabilidade nessa área, visto o risco de se

¹³ CONAB – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Análise mensal do milho. Brasília: Conab, 2018.

¹⁴ FAO – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. Perspectivas agrícolas 2019-2028. Roma, 2019.

¹⁵ Lei municipal nº 2.639, de 19 de abril de 2017 / Lei estadual nº10.795, de 28 de dezembro de 2018.

¹⁶ Fonte: <http://www.setur.pa.gov.br/eventos/30a-expoagroindustrial>.

¹⁷ SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL – SEPLAN. Plano de Longo Prazo de Mato Grosso: Macro-objetivos, metas globais, eixos estratégicos, estratégias e linhas estruturantes. Cuiabá, 2012.

ter a economia estadual baseada quase unicamente em um setor ou produto, como é o caso da soja. Esses fatos reforçam a importância da Ferrogrão para o País, visto que a diversificação dos modais de transporte pode melhorar os processos logísticos da região.

Nesse contexto, o empreendimento, que visa interligar o estado de Mato Grosso ao Porto de Miritituba, no rio Tapajós, é de extrema importância para expandir a rota de exportação/importação de *commodities* e outros produtos e insumos. Por isso, calcula-se que outras áreas da economia devam se desenvolver, ocasionando o incremento das mesmas. Sendo assim, a indústria, o setor de serviços e o comércio, como atividades que integram a cadeia produtiva da agropecuária, podem se desenvolver ainda mais, influenciando a economia de todos os municípios estudados.

Destaque para o município de Itaituba, no Pará, onde está localizado o Porto de Miritituba, ponto final dos caminhões que percorrem a BR-163 com a produção regional. De acordo com dados coletados no *site* da Secretaria de Estado de Transportes do Pará, o Porto fica na margem direita do rio Tapajós. Tal margem possui silos e Estações de Transbordo de Cargas (ETCs), que recebem a produção dos caminhões e despejam nas barcaças, pois essa parte do rio não comporta navios. A viagem das barcaças com os grãos segue para o Porto de Santarém, termina com o embarque da produção em navios para exportação. De Santarém, as embarcações carregadas percorrem o Rio Amazonas, chegando ao Oceano Atlântico.

A ferrovia, fazendo ligação com a hidrovia, tende a exercer de forma direta a redução dos custos de transporte dos insumos necessários à produção, refletindo nos custos totais das atividades, especialmente no que diz respeito à atividade agropecuária. Nessa região, a economia tende a desenvolver-se mais com o aumento do quantitativo de exportações de *commodities* e consequente crescimento dos serviços locais.

Outra atividade identificada em campo como vetor de crescimento econômico é a prática de extração de minérios (regular ou não), como ouro, bauxita (alumínio), cobre e manganês, sendo mais expressivas no estado do Pará, como apresentado no Informações no Anuário Mineral Brasileiro – 2017, do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM. No Mato Grosso, destaque para o município de Peixoto de Azevedo, maior produtor de ouro do estado. Cabe ressaltar que, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (AMN), Peixoto de Azevedo e Itaituba são responsáveis por 95% do recolhimento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF-Ouro).

Nesse cenário, o Plano Estadual de Mineração¹⁸ – 2030, apresenta um perfil do setor mineral do Pará, propõe diretrizes, sugere políticas públicas, estratégias de governança, bem como objetivos e ações. O Plano tem como uma das estratégias o estímulo à produção minerária, visando, dentre outros pontos, promover o mercado de insumos minerais para a agricultura, como por exemplo o pó de rocha, um agromineral que ser utilizado com fertilizantes solúveis convencionais.

¹⁸ Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Pará - SEICOM. Plano Estadual de Mineração – 2030. Belém, 2014.

De acordo com relatos apresentados em campo, parte das atividades minerárias e de extração de madeira é praticada de maneira ilegal, sem licenciamento, e grande parcela ocorre em terras invadidas por grileiros e garimpeiros. Alguns pontos podem ser considerados críticos em relação a essas atividades, como por exemplo a extração de madeira ilegal na Flona do Jamanxim e os garimpos sem licenciamento no PDS Terra Nossa.

Em relação à fiscalização dessas e demais áreas com atividades ilegais, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA tem, como uma de suas atribuições, que exercer o poder de polícia ambiental, conforme o Art. 5º da Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007. Por meio de fiscalizações, o órgão busca reprimir e prevenir a ocorrência de condutas prejudiciais ao meio ambiente. Porém, não há um levantamento disponível do quantitativo e locais onde tais ações ocorreram.

A seguir, são apresentados registros fotográficos, realizados durante o levantamento de dados primários, de atividades de garimpo e extração de madeira nos municípios estudados. Essas imagens servem para exemplificar as atividades que ocorrem na área estudada.



Figura 833 – Extração de madeira na região estudada – Distrito de Alvorada da Amazônia/PA (7,306676S; 55,310565W).



Figura 834 – Placa de madeira na região estudada – Distrito de Alvorada da Amazônia/PA (7,309382S; 55,308803W).



Figura 835 – Garimpo na região estudada – Peixoto de Azevedo/MT (10,251727S; 54,971166W).



Figura 836 – Madeireira na região estudada – Distrito de Alvorada da Amazônia/PA (7,307796S; 55,308734W).



Figura 837 – Madeireira na região estudada – Itaituba/PA (6,219053S; 55,638807W).



Figura 838 – Madeireira na região estudada – Novo Progresso/PA (6,772101S; 55,485569W).

Em 2015, a Confederação Nacional do Transportes (CNT) realizou um levantamento¹⁹ sobre os entraves logísticos em relação ao escoamento da soja e milho no País. De acordo com esse estudo, a má qualidade dos pavimentos e péssimas condições das vias de escoamento que interligam os municípios produtores até os portos que realizam as exportações dos produtos, a longa distância a ser percorrida até os portos, pouca disponibilidade de ferrovias são fatores citados pelos embarcadores que dificultam as exportações. Nesse mesmo estudo, o presidente da CNT à época, Clésio Andrade, afirma que:

“a competitividade do agronegócio brasileiro está condicionada à existência de um sistema logístico eficiente. Os projetos de transporte precisam ser implementados com uma visão sistêmica, integrando ferrovias, portos, hidrovias, rodovias e terminais de transbordo”.

Dito isto, a Ferrogrão é de extrema importância nesse processo de aprimoramento do agronegócio no País, incorporando a infraestrutura de transportes nacional visando expandir o potencial competitivo da agricultura brasileira pois, mesmo com os avanços tecnológicos no agronegócio, as formas e vias de escoamento das produções não acompanharam essa evolução. Além disso, o empreendimento é necessário no contexto atual, frente à expansão da fronteira agrícola brasileira e à demanda por uma infraestrutura integrada de transportes de carga. Em suma, com a implantação da ferrovia, os vetores de crescimento econômico identificados na área de estudo serão intensificados.

5.3.3.3 Potencial turístico

Os dados referentes à rede de serviços voltados ao turismo permitem compreender a capacidade de uma região em receber o público interessado em conhecê-la. A partir dos dados relativos ao número de estabelecimentos tais como hotéis e pousadas, pode-se apreender a importância desse setor econômico para a região. Além disso, serão apresentados os dados sobre o número de pessoas empregadas nesses estabelecimentos.

A Tabela 194 descreve o comportamento do setor de turismo em termos de infraestrutura e vínculos empregatícios, considerando os estabelecimentos voltados a este setor nos municípios que compõem a AE. De modo geral, a AE conta com 870 estabelecimentos

19 CNT – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO TRANSPORTE. Transporte & Desenvolvimento: Entraves logísticos ao escoamento da soja e milho. Brasília, 2015.

(hotéis/pousadas e similares), o que representa 15% dos estabelecimentos existentes no estado do Pará e 25% dos estabelecimentos do estado de Mato Grosso. A maior parte destes estabelecimentos situam-se nos municípios de Sinop/MT, Sorriso/MT, Lucas do Rio Verde/MT e Altamira/PA.

Em termos de vínculos empregatícios, o setor de turismo gera na rede hoteleira um total de 7.671 empregos, a maior parte deles concentrada no município de Sinop/MT, Sorriso/MT, Lucas do Rio Verde/MT e Altamira/PA. Nesse sentido, observa-se que os municípios de maior porte populacional também são os que concentram o maior número de hotéis, pousadas e estabelecimentos voltados ao turismo, bem como um maior número de empregados vinculados ao setor.

Tabela 194 – Número de hotéis, pousadas e similares e vínculos empregatícios do setor (2017).

Unidade Territorial	Nº de Estabelecimentos de Turismo	% na AE	Nº de Trabalhadores em Estabelecimentos do Turismo	Nº total de Trabalhadores dos Municípios	Pop. Total
Altamira (PA)	107	12,3	892	28.758	99.075
Itaituba (PA)	48	5,5	401	16.174	97.493
Novo Progresso (PA)	21	2,4	87	6.149	25.124
Rurópolis (PA)	3	0,3	17	2.950	40.087
Trairão (PA)	2	0,2	4	1.543	16.875
Cláudia (MT)	12	1,4	81	2.709	11.028
Colíder (MT)	42	4,8	182	9.327	30.766
Guarantã do Norte (MT)	36	4,1	201	6.861	32.216
Itaúba (MT)	5	0,6	73	1.650	4.575
Lucas do Rio Verde (MT)	132	15,2	1.180	34.799	45.556
Matupá (MT)	24	2,8	157	5.654	14.174
Nova Santa Helena (MT)	6	0,7	46	1.244	3.468
Peixoto de Azevedo (MT)	18	2,1	74	4.228	30.812
Sinop (MT)	251	28,9	2.665	57.655	113.099
Sorriso (MT)	143	16,4	1.504	39.752	66.521
Terra Nova do Norte (MT)	7	0,8	39	2.219	11.291
Vera (MT)	13	1,5	68	5.321	10.235
Área de Estudo	870	100,0	7.671	22.6993	652.395
Pará	4602	18,9*	44.211	1.297.903	7.581.051
Mato Grosso	3378	25,8*	39.368	1.485.555	3.035.122

*Percentual da AE sobre os estados.

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais. RAIS 2017.

A partir do exposto, a Tabela 195 traz informações complementares para a categorização do setor.

Tabela 195 – Informações sobre o setor de turismo por município.

Município	Visitantes Domésticos	Visitantes Internacionais	Hospedagem	Empregos	Impostos Federais
Altamira (PA)	20.369	1.940	30	165	1.274.213
Itaituba (PA)	37.983	1.084	15	98	194.928
Novo Progresso (PA)	-	-	-	-	-
Rurópolis (PA)	43.953	237	2	7	-
Trairão (PA)	-	-	-	-	-
Cláudia (MT)	8.042	0	4	6	-
Colíder (MT)	17.011	182	8	31	167.522
Guarantã do Norte (MT)	45.238	0	10	28	199.746
Itaúba (MT)	1.745	0	2	11	-
Lucas do Rio Verde (MT)	3.810	1.903	18	115	1.211.941
Matupá (MT)	10.071	188	6	26	-
Nova Santa Helena (MT)	-	-	-	-	-
Peixoto de Azevedo (MT)	0	124	8	32	92.259
Sinop (MT)	264.856	706	31	263	2.469.870
Terra Nova do Norte (MT)	0	0	1	2	-
Vera (MT)	-	-	-	-	-

Fonte: Mapa do Turismo, 2019.

Os dados destacam Sinop enquanto importante polo, especialmente em razão da quantidade de visitantes domésticos recebidos em 2018, movimentação que resultou também na maior arrecadação de impostos federais. Neste último aspecto, Altamira (PA) e Lucas do Rio Verde (MT) seguem como segundas e terceiras maiores arrecadações, ambos com altos números de visitantes internacionais.

Entre os municípios do Pará, Rurópolis destaca-se em número de visitantes domésticos, ainda que conste com número reduzido de hospedagens neste setor. Entre as atrações disponíveis, a vasta quantidade de cavernas e cavidades em sua zona rural, com ocorrência de pinturas rupestres, é um atrativo particular deste município. Altamira e Itaituba receberam alto montante de visitantes internacionais e possuem rede de hospedagem mais bem consolidada. Não foram divulgados dados dos municípios de Novo Progresso/PA e Trairão/PA.

No Mato Grosso, Lucas do Rio Verde/MT e Sinop/MT destacam-se neste setor, ambos com perfil agroindustrial, área que mobiliza turismo de negócios, com a ocorrência de feiras agrícolas, feiras e congressos de tecnologia, equipamentos, insumos, entre outros. Não constam dados de Nova Santa Helena/MT e Vera/MT.

5.3.3.3.1 Atrativos Turísticos

Os dados sobre os atrativos turísticos da AE são provenientes de entrevistas realizadas nas prefeituras municipais e consulta ao Ministério do Turismo, que coordena as ações do turismo nacional, dentre elas, atua na elaboração do Mapa do Turismo Brasileiro e estabelece os critérios, compromissos e recomendações. Dentre eles, a obrigação de participação em

instância de governança e criação de Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), além de um órgão de turismo em atividade, orçamento próprio e prestadores de serviço de turismo cadastrados no Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos (Cadastur). As informações são passadas do município interessado para o Ministério, que identifica regiões turísticas para que sejam direcionadas ações que desenvolvam o setor em cada região.

Alguns municípios da AE já estão inscritos junto ao Ministério do Turismo e cumpriram todos os requisitos para o cadastramento. No Ministério, há uma categorização dos municípios turísticos que funciona como instrumento de acompanhamento do desempenho das rotas turísticas, seguindo metodologia própria de reclassificação dos municípios, cujos critérios foram definidos pela Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015:

I – Número de estabelecimentos formais cuja atividade principal é hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/ Ministério do Trabalho e Emprego);

II – Número de empregos formais no setor de hospedagem (Relação Anual de Informações Sociais – RAIS/Ministério do Trabalho e Emprego);

III – Estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Doméstica (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE/Ministério do Turismo); e

IV – Estimativa de turistas a partir do Estudo de Demanda Internacional.”

Estes resultados são alinhados ao tipo de desenvolvimento desejado e a interface com os outros municípios da região, incluindo ações de infraestrutura turística, qualificação profissional e promoção dos destinos, observando características peculiares de demanda e vocação turística.

O cadastro do Ministério do Turismo não contempla a inserção de dados detalhados sobre os distritos. As regiões turísticas onde os municípios estão inseridos são: Xingu, Alto Tapajós, Portal da Amazônia e Portal do Agronegócio. O cadastramento é por adesão e, até a finalização desse Estudo, os municípios de Novo Progresso/MT, Nova Santa Helena/MT e Vera/MT não estavam regularmente inscritos (Quadro 54).

Quadro 54 – Categorização do turismo nos municípios da Área de Estudo.

Estado	Município	Região Turística	Categoria
PA	Altamira	Região Turística Xingu	B
PA	Itaituba	Região Turística do Alto Tapajós	C
PA	Novo Progresso	-	-
PA	Rurópolis	Região Turística do Alto Tapajós	C
PA	Trairão	Região Turística do Alto Tapajós	E
MT	Cláudia	Região Turística Portal do Agronegócio	D
MT	Colíder	Região Turística Portal da Amazônia	C
MT	Guarantã do Norte	Região Turística Portal da Amazônia	C
MT	Itaúba	Região Turística Portal da Amazônia	D
MT	Lucas do Rio Verde	Região Turística Portal do Agronegócio	C
MT	Matupá	Região Turística Portal da Amazônia	D
MT	Nova Santa Helena	-	-
MT	Peixoto de Azevedo	Região Turística Portal da Amazônia	C

Estado	Município	Região Turística	Categoria
MT	Sinop	Região Turística Portal do Agronegócio	B
MT	Sorriso	Região Turística Portal do Agronegócio	B
MT	Terra Nova do Norte	Região Turística Portal da Amazônia	D
MT	Vera	-	-

Fonte: Ministério do Turismo²⁰.

No estado de Mato Grosso, de forma geral, as ações dos municípios resultam na inventariação turística e elaboração de plano de ações. No estado do Pará há uma iniciativa conjunta de formação de uma região turísticas do Tapajós, formatada com o apoio do SEBRAE para os municípios de Itaituba, Rurópolis, Novo Progresso e Trairão, somado ao município de Aveiro e Jacareacanga (que não estão na área de estudo). Esta cartilha do Plano de Desenvolvimento do Território Tapajós/PA relaciona diversas ações tais como: Infraestrutura; Política de Fomento; Ambiente de Negócios Sustentáveis – onde estão descritos os objetivos e metas para a criação, estruturação da rota turística do Tapajós.

Durante as visitas de campo às prefeituras dos municípios da AE, não foram encontrados Planos de Turismo (nem Municipal, nem Plano Regional) com atendimento integral ao estabelecido pelo Ministério do Turismo, bem como nenhuma Agência de Turismo receptivo, somente turismo emissor.

Considerando-se as características ambientais da região de abrangência do empreendimento, destaca-se a importância do turismo sustentável que, por sua vez, está relacionado com o desenvolvimento regional, com a valorização da cultura local/regional e a busca da geração de postos de trabalho para a população das regiões turísticas e a geração de tributos. As ações de regionalização têm como objetivo possibilitar um desenvolvimento permanente e duradouro para as regiões, assim como a superação e a minimização dos impactos negativos causados, eventualmente atribuídos ao Turismo.

Conforme diretrizes do Ministério do Turismo, esta atividade econômica deve ser desenvolvida de forma autossustentável, equilibrando o crescimento econômico e social, tanto do Governo quanto da sociedade civil organizada, proporcionando inclusão social. O avanço dos estudos e ações iniciais dos municípios de ambos os estados (Mato Grosso e Pará) objetiva o desenvolvimento de um Programa de Regionalização do Turismo, trabalhando com as seguintes linhas: Gestão Descentralizada do Turismo; Planejamento e Posicionamento de Mercado; Qualificação Profissional dos Serviços e da Produção Associada; Empreendedorismo Captação e Promoção de Investimentos; Infraestrutura Turística; Informação ao Turista; Promoção e Apoio à Comercialização e Monitoramento.

Isto posto, destaca-se que, nas entrevistas realizadas com representantes do poder público municipal, foram citados, como principais atrativos turísticos, as belezas naturais públicas ou privadas, que em sua maioria, carecem de melhorias quanto à infraestrutura para receber turistas. Alguns poucos entrevistados citaram o turismo de negócio como uma possibilidade,

²⁰ Disponível em: <<http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acessado em: janeiro de 2020.

posto que concilia o desenvolvimento do agronegócio com Feiras e Exposições. Houve também algumas indicações de turismo rural pelas fazendas.

Ressalta-se ainda alguns atrativos do município de Altamira/PA, Itaituba/PA e Sinop/MT, conforme apresentado no Quadro 55. Em seguida são apresentados alguns atrativos da região, como o sistema de Lagos de Matupá/MT, a área rural de Rurópolis/PA (paisagem como produto turístico), espaço público de Sorriso/MT e empreendimento turístico privado em Itaituba/PA, respectivamente.

Quadro 55 – Atrativos turísticos dos municípios da AE.

Unidade Territorial	Atrativos Turísticos
Altamira (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Culinária – pratos típicos da cultura indígena (jabuti no leite da castanha, a paca no tucupi e o peixe moqueado).• Atrativos culturais naturais - 21 quedas d'água• Mercado Municipal - vendas e comercialização de produtos agropecuários, gêneros alimentícios, artesanato.• Orla da Cidade - às margens do rio Xingu, com área para lazer, recreação e educação ambiental e atrativos como o Centro de Carpintaria Naval, onde os pescadores do município realizam manutenção e consertos de seus barcos,• Parque Natural de Altamira - espaço destinado à proteção e preservação da flora e fauna local e o Mercado de Peixe abastecido pelos pescadores da associação de pesca.• Rio Xingu e Praias naturais sazonais (durante o verão amazônico) e 03 praias permanentes com acesso via fluvial e terrestre: Praia da Orla (em frente a cidade), Massanori (a 10 km da cidade) e Assurini (Em 10 minutos de voadeira).
Itaituba (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Paisagens naturais, com formação de praias de rio sazonais e as corredeiras d'água localizadas próximas ao distrito de São Luiz do Tapajós.• A indicação de potencial para o eco turístico, com atrativos de cavernas, cachoeiras, águas minerais e minero-termais, praias e lagos piscoso, localizado principalmente próximo à sede do município.
Novo Progresso	<ul style="list-style-type: none">• Praia no rio Jamanxim, a cerca de 4 km de distância da sede municipal, há o Balneário Prainha. Ponto utilizado entre os meses de junho e outubro, período de estiagem;• Turismo de Pesca no rio Jamanxim;• Balneário Bambu, com piscinas naturais, quadras de vôlei, eventos culturais, tanques de piscicultura e chalés;• Cachoeira da Pedreira, localizada na vicinal Celeste;• Cachoeiras do rio Curuá, cujo acesso se dá pela BR-163, a 210 km da sede do município, localizadas na Serra do Cachimbo, em área próxima há hotel e restaurante;• Complexo Turístico compostos por lagos municipais, ginásio poliesportivo e ginásio de esportes.
Sinop (MT)	<ul style="list-style-type: none">• Rio Teles Pires, afluente do Rio Tapajós, que deságua no Rio Amazonas, que permite a realização de atividades esportivas (pesca amadora e esportiva, canoagem, rafting, dentre outras). E a Praia do Cortado e o Parque Ecológico de Sinop, situado no Jardim das Primaveras;• Turismo de negócios mobilizado pelo setor agropecuário, setor que faz uso do Centro de Convenções municipal e impulsiona o ramo hoteleiro.

Fonte: Guia do Turismo Brasil; Prefeitura Municipal de Novo Progresso²¹.

21 Disponível em: <<https://www.visiteobrasil.com.br/sudeste/para/atrativos/altamira>>; <<https://www.guiadoturismobrasil.com/cidade/PA/582/itaituba-palace-hotel>>; <<https://novoprogresso.pa.gov.br/o-municipio/turismo-e-lazer/>>; <<https://www.guiadoturismobrasil.com/gastronomia/3/MT/sinop/436/1>>. Acesso em: janeiro de 2020.



Figura 839 – Sistema de Lagos Matupá (726213,66 m E 8874577,26 m S).



Figura 840 – Área rural de Rurópolis (829976,04 m E 9573071,89 m S).



Figura 841 – Foto de espaço público – Praça da Juventude, município de Sorriso (638751,50 m E 8612926,30 m S).



Figura 842 – Empreendimento turístico em Itaituba – Nosso Recanto. (21 M 609331,02 m E 9540066,33 m S).

Retomando à exploração dos recursos naturais, foi citado, em algumas entrevistas de campo, o turismo na área da espeleologia, em cavernas de extração de minerais, com destaque para o estado do Pará que, segundo a Sociedade Brasileira de Espeleologia (SBE), concentra um número significativo de cavernas, sendo três em Altamira/PA e uma em Novo Progresso/PA e 163 em Rurópolis/PA, que sozinho corresponde a 2% das cavernas brasileiras. Com base nas entrevistas realizadas, as cavernas citadas (nos arredores do Tapajós e alguns pontos do Mato Grosso) não puderam ser localizadas geograficamente.

Deste modo, considerando-se os dados da SBE, evidencia-se neste aspecto a região da Serra dos Carajás, no sudoeste do Pará, pela alta concentração de cavernas formadas, em sua maioria, pelos litotipos formação ferrífera bandada e canga detrítica, e que apresentam 20 a 30m de projeção horizontal (PILÓ; AULER, 2009). E na região de Rurópolis/PA, as cavernas em arenito do Grupo Urupadi, Formação Maecuru, Membro Lontra (D2ml) merecem destaque devido a importantes registros de arte rupestre. Em um caso específico, na caverna das Mãos, é possível identificar pinturas rupestres em zona afótica (TRAVASSOS, RODRIGUES, MOTTA, 2012).

5.3.3.3.2 Turismo de Base Comunitária

No que se refere ao Turismo de Base Comunitária, definido como um segmento do mercado especializado que se dirige a pequenos grupos de viajantes em busca de experiências pessoais originais e enriquecedoras, combinando vivências culturais, cenários natura, que prevê remuneração adequada do trabalho comunitário. Trata-se, portanto, de uma

modalidade que contrasta com o padrão convencional do turismo que funcionam dentro de uma lógica econômica do retorno imediato e do máximo dos investimentos. No Pará destacam-se algumas experiências neste sentido, como por exemplo o Distrito Alter do Chão, no município de Santarém/PA, desenvolvido por comunidades ribeirinhas da Floresta Nacional do Tapajós. E o turismo desenvolvido na Ilha de Cotijuba, pertencente ao município de Belém, onde há produção de alimentos, artesanato e culinária tradicional amazônica. Porém, nenhum dos dois municípios faz parte da AE.

Com relação ao estado do Mato Grosso, segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda, O Estado é um dos maiores potenciais do Brasil em termos de turismo de base comunitária. E citam como as comunidades com forte potencial para desenvolvimento do trabalho de turismo de base comunitária a Chapada dos Guimarães/MT, Barão de Melgaço/MT, Poconé/MT, Cuiabá/MT e também os municípios da Rota das Águas – Curvelândia/MT, Lambari d'Oeste/MT, Reserva do Cabaçal/MT, Salto do Céu/MT e Rio Branco/MT. Assim como no estado do Pará, nenhum destes municípios fazem parte da AE.

5.3.3.4 Planos e Programas

Destaca-se na AE os seguintes planos e programas:

- Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingú (PDRS Xingu) – Decreto nº 7.340/2010 - promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita os seguintes municípios paraenses: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. - Faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, de que trata o Decreto no 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e orientará programas, projetos e ações federais a serem implementados na sua área de abrangência, bem como promoverá a harmonização daqueles já existentes;
- Plano de Desenvolvimento Avança Tapajós;
- Plano Amazônia Sustentável (PAS) – estabelece um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais;
- Projeto BR-163 - Floresta, Desenvolvimento e Participação – tem como objetivo implementar um modelo de desenvolvimento, no qual a Floresta Amazônica gere renda, promova qualidade de vida e permaneça em pé. Para tanto, se apoia no Projeto Manejo Florestal, Apoio à Produção Sustentável e Fortalecimento da Sociedade Civil na Amazônia Brasileira, que por sua vez serve de apoio ao Ministério do Meio Ambiente na execução do Plano de Desenvolvimento Sustentável da BR-163;
- Programa Terra Legal - Lei 11.952 de 25 de junho de 2009, concebido como parte de um conjunto de ações para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal. Instalar e operacionalizar uma sala de monitoramento do processo da regularização fundiária de terras públicas federais na Amazônia Legal;
- Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm) e a lista de Municípios Prioritários da Amazônia – visa a prevenção e

- controle do desmatamento na Amazônia, cujas ações dão desenvolvidas pelo Ministério do Meio Ambiente, com a participação dos governos estaduais do Pará e Mato Grosso;
- Programa Nacional de Florestas – criado pelo Decreto nº 3.420, de 20 de abril de 2000, tem como objetivo principal articular as políticas públicas setoriais para promover o desenvolvimento sustentável, conciliando o uso com a conservação das florestas brasileiras;
 - Fundo Amazônia REED Brasil – tem como finalidade captar pagamentos por resultados de REDD+ do Brasil para investimentos não-reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável das florestas no Bioma Amazônia, conforme preconiza o Decreto no 6.527, de 1º de agosto de 2008;
 - Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) – criado em 2002, visa promover a conservação e a proteção permanente de 60 milhões de hectares ou 15% da Amazônia brasileira e desenvolve-se por meio da criação, expansão e fortalecimento de unidades de conservação (UCs).

No levantamento de campo, em especial nas entrevistas realizadas nas Prefeituras Municipais, foram citados os planos e programas que compõem o Quadro 56.

Quadro 56 – Planos e Programas Desenvolvidos nos municípios da Área de Estudo.

Município/Estado	Planos e Programas
Altamira (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) do Xingu – Decreto nº 7.340/2010 - promover políticas públicas que resultem na melhoria da qualidade de vida da população que habita os seguintes municípios paraenses: Altamira, Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu. - Faz parte da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR, de que trata o Decreto no 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e orientará programas, projetos e ações federais a serem implementados na sua área de abrangência, bem como promoverá a harmonização daqueles já existentes.
Itaituba (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Projeto Amazônia Sustentável (PAS) – envolve um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Foi lançado em 2008.• Plano de Desenvolvimento Avança Tapajós• Em desenvolvimento o Plano de Ação e a inventariação dos bens turísticos. E a expansão do turismo no Parque Nacional da Amazônia e Pesca esportiva.
Novo Progresso (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Rurópolis (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Está em elaboração o Plano Regional do Alto Tapajós, que compõe a Região de Integração do Tapajó, que por sua vez é composta por 06 municípios: Aveiro, Rurópolis, Itaituba, Trairão, Novo Progresso, Jacareacanga. O Plano está voltado para a organização turística do Polo Alto Tapajós.
Trairão (PA)	<ul style="list-style-type: none">• Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Cláudia (MT)	<ul style="list-style-type: none">• Projeto aprovado para tornar o Parque Florestal Paulo Viriato Correa da Costa uma Unidade de Conservação – trata-se de um parque urbano.• Proposição de implantação de agroindústrias familiares voltadas a produção de castanha, mas sem plano ou projeto já estruturado.• Plano de Ação e Inventariação da oferta turística do município, em desenvolvimento.

Município/Estado	Planos e Programas
Colíder (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Ação e Inventariação da oferta turística do município, em desenvolvimento. Criação do Conselho Regional Portal da Amazônia, que tem como objetivo assessorar os municípios na formação de planos na área do turismo, para fomentar a atividade na região, devido ao potencial turístico local.
Guarantã do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Programa AVANÇAR CIDADE mobilidade urbana (Pró-Transporte) - iniciativa do governo federal para impulsionar projetos de infraestrutura de sistemas de transporte coletivo e de transporte não motorizado, além da elaboração de projetos executivos e planos de mobilidade urbana, cujo recurso é proveniente do Programa Pró-Transporte. Programa Cidade Empreendedora do Sebrae – objetiva a transformação econômica de municípios, voltado para a gestão pública e lideranças locais (prefeitos).
Itaúba (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Proposição fazer do lago, que fica à direita do Rio Teles Pires, um atrativo para o lazer.
Lucas do Rio Verde (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Matupá (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Nova Santa Helena (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Negócio e Inventariação da oferta turística do município em desenvolvimento.
Peixoto de Azevedo (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Sinop (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Não identificado e não relatado nas entrevistas institucionais.
Sorriso (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Vitamel desenvolvido através da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, visa contribuir para a mudança de padrões e sedimentação da cultura da sustentabilidade no município. Tem como objetivo sensibilizar a sociedade, sobre a importância das abelhas. É desenvolvido com o apoio da Secretaria da Educação. Plano de Negócio e Inventariação da oferta turística do município em desenvolvimento.
Terra Nova do Norte (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Proposição de criação de uma rota turística e discussão de elaboração de Plano de desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. Companhia Paraense de Energia (Copel) – barragem do rio Teles. Em parceria com o Sebrae estão desenvolvendo a inventariação da oferta turística do município.
Vera (MT)	<ul style="list-style-type: none"> Programa Líder (Liderança para o Desenvolvimento Regional) executado pelo Sebrae, que visa promover a criação de um ambiente favorável aos pequenos negócios para o desenvolvimento regional sustentável, fomento do empreendedorismo, definição de estratégias e políticas públicas da região.

Além das iniciativas apontadas no Quadro 56, destaca-se no estado do Pará o Programa “Pará 2030”, promovido pelo Governo do Estado, que visa dinamizar a economia e melhorar os indicadores socioeconômicos das regiões paraenses.

O Programa tem como foco ações de investimento em pesquisa e desenvolvimento, capacitação técnica, melhoria dos métodos de produção e atração de novos negócios. Para tanto, tem como eixos: a agricultura familiar; produção de grãos; florestas plantadas; logística; pecuária intensiva; produção de madeira de manejo; produção de açaí; turismo e gastronomia; verticalização do pescado e aquicultura; verticalização mineral; biodiversidade (certificação de produtos paraenses); produção de cacau e palma de óleo.

O Programa visa também atuar sobre a problemática em torno da regularização fundiária, com a emissão de títulos de posse da terra, situação essa que se apresenta como um dos problemas indicados pelos entrevistados na pesquisa de campo nos municípios da AE.

Além disso, são previstas no âmbito do Pará 2030 investimentos em logística com projetos em andamento ligados a Hidrovia do Guamá-Capim e a Hidrovia do Tapajós, que visa o escoamento de soja proveniente do Mato Grosso, pelo território paraense, ou seja, essa última, com compatibilidade com o projeto de implantação da EF-170. Com essa diretriz em termos de logística, o estado tem buscado atrair novos negócios como é o caso das Trading, sendo a primeira a Louis Dreyfus. Assim como tem atraído empresas transportadoras, como a empresa Gorsky, a primeira que assumiu compromissos de implantar novas indústrias na região, a exemplo de uma fábrica de ração e um laticínio.

Ademais, com o Pará 2030 tem avançado o Projeto da Ferrovia Paraense, por meio de acordos de compromissos que asseguram o uso da malha viária para transporte de cargas de grandes empresas. Este empreendimento tem 1.312 km de extensão, passando por 23 municípios interligando o extremo sul do Pará até o Porto em Barcarena, região que mais produz no Estado.

5.3.4 DINÂMICA TERRITORIAL

5.3.4.1 Zoneamento Territorial

A elaboração de Planos Diretores, definindo regras quanto ao uso e ocupação do solo, disciplinado pelo Estatuto das Cidades, constitui uma das importantes conquistas da sociedade brasileira. É um instrumento para se atingir o desenvolvimento sustentável do ponto de vista das cidades e a melhoria da qualidade de vida da população. O Plano Diretor (PD), definido como obrigatório para os municípios com mais de 20 mil habitantes, pressupõe a participação da sociedade na definição das suas diretrizes.

Em relação à presença de Planos Diretores de Ordenamento Territorial (PDOT) nos municípios da Área de Estudo, averiguou-se junto a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conduzida pelo IBGE (2018). A elaboração de planos diretores e de leis que dispõem sobre o uso e ocupação do território é disciplinado pelo Estatuto das Cidades e conta com uma regulação bastante específica que cabe ao município implementar. No Quadro 57, pode-se identificar como os municípios que compõem a AE elaboraram o arcabouço institucional relacionado ao Plano Diretor.

Verificou-se que os municípios de Matupá/MT, Nova Santa Helena/MT e Vera/MT, todos do Mato Grosso, não possuem Plano Diretor, porém Matupá/MT está em processo de elaboração do documento. Todos os demais municípios contam com PD. Dentre os municípios que possuem Plano Diretor, cinco necessitam de revisão, quais sejam, Novo Progresso/PA, Trairão/PA, Lucas do Rio Verde/MT, Sorriso/MT e Terra Nova do Norte/MT. Já Itaituba/PA, Rurópolis/PA, Colíder/MT, atualizaram o documento entre 2015 e 2017, ver Quadro 58.

No que diz respeito ao zoneamento propriamente dito, verificou-se que a maior parte dos municípios contam com lei específica de zoneamento e uso e ocupação do solo, porém nos levantamentos de campo, junto às prefeituras, verificou-se que apesar de contarem com lei de zoneamento, os mapas não estão disponíveis o que impossibilita definir claramente os

tipos de zona nas áreas que compõem a ADA do empreendimento. Mas, em observação de campo e no resultado do mapeamento de uso e ocupação do solo, a ADA classifica-se em sua maior parte como áreas agrícolas de cultura cíclicas, com ocupação esparsa. As porções urbanas abrangidas estão ligadas aos municípios que possuem perímetro urbano mais próximo a ADA, como Sorriso/MT e Lucas do Rio Verde/MT, assim como os distritos de Cacheira da Serra e Castelo dos Sonhos do município de Altamira/PA e distritos de Miritituba e Moraes Almeida de Itaituba/PA.

Quadro 57 – Situação dos municípios da Área de Estudo segundo existência de Planos Diretores e outras disposições legais de zoneamento.

Município	Plano Diretor	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial	Lei de perímetro urbano	Legislação sobre parcelamento do solo	Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	Legislação sobre solo criado	Legislação sobre contribuição de melhoria	Legislação sobre operação urbana consorciada	Legislação sobre impacto de vizinhança	Código de obras
Altamira (PA)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, com legislação específica
Itaituba (PA)	Sim	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica
Novo Progresso (PA)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica
Rurópolis (PA)	Sim	Não	Não	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Não	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica
Trairão (PA)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica
Cláudia (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Não	Sim, com legislação específica	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica

Município	Plano Diretor	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial	Lei de perímetro urbano	Legislação sobre parcelamento do solo	Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	Legislação sobre solo criado	Legislação sobre contribuição de melhoria	Legislação sobre operação urbana consorciada	Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança	Código de obras
Colíder (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica
Guarantã do Norte (MT)	Sim	Sim, com legislação específica	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica
Itaúba (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor
Lucas do Rio Verde (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor
Matupá (MT)	Não	Não	Não	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Não	Sim, com legislação específica	Não	Não	Sim, com legislação específica
Nova Santa Helena (MT)	Não	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Não	Sim, com legislação específica	Não	Não	Sim, com legislação específica
Peixoto de Azevedo (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica

Município	Plano Diretor	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse social	Legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial	Lei de perímetro urbano	Legislação sobre parcelamento do solo	Legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo	Legislação sobre solo criado	Legislação sobre contribuição de melhoria	Legislação sobre operação urbana consorciada	Legislação sobre estudo de impacto de vizinhança	Código de obras
Sinop (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica
Sorriso (MT)	Sim	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Não	Sim, como parte integrante do Plano Diretor	Sim, com legislação específica
Terra Nova do Norte (MT)	Sim	Não	Não	Sim, com legislação específica	Não	Não	Não	Sim, com legislação específica	Não	Não	Sim, com legislação específica
Vera (MT)	Não	Não	Não	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Sim, com legislação específica	Não	Sim, com legislação específica	Não	Não	Sim, com legislação específica

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2018.

Quadro 58 – Situação dos municípios da Área de Estudo, segundo existência de Planos Diretores, ano de elaboração, ano da lei e revisão.

Município	Plano Diretor	Ano da Lei	O plano foi revisado	Ano da última revisão	O município está elaborando o PD
Altamira (PA)	Sim	2011	Não	-	-
Itaituba (PA)	Sim	2006	Sim	2015	-
Novo Progresso (PA)	Sim	2006	Não	-	-
Rurópolis (PA)	Sim	2006	Sim	2017	-
Trairão (PA)	Sim	2006	Não	-	-
Cláudia (MT)	Sim	2016	Não	-	-
Colíder (MT)	Sim	2015	Sim	2017	-
Guarantã do Norte (MT)	Sim	2017	Não	-	-
Itaúba (MT)	Sim	2015	Não	-	-
Lucas do Rio Verde (MT)	Sim	2007	Não	-	-
Matupá (MT)	Não	-	-	-	Sim
Nova Santa Helena (MT)	Não	-	-	-	Não
Peixoto de Azevedo (MT)	Sim	2015	Não	-	-
Sinop (MT)	Sim	2016	Não	-	-
Sorriso (MT)	Sim	2004	Sim	2005	-
Terra Nova do Norte (MT)	Sim	1981	Não	-	-
Vera (MT)	Não	-	-	-	Não

Fonte: IBGE, Pesquisa de Informações Básicas Municipais – 2018.

5.3.4.1.1 Zoneamentos Municipais

5.3.4.1.1.1 Altamira (PA)

O município de Altamira possui Plano Diretor de 2011, sua sede municipal não é interceptada pela BR-163, além disso, conta ainda com dois distritos, interceptados pela rodovia, que por sua vez são contornados pelo traçado da linha férrea, quais sejam:

Distrito Cachoeira da Serra, formado por uma sede distrital de ocupação urbana e áreas rurais (Figura 843), cujas zonas estão estabelecidas, segundo PD municipal, da seguinte forma:

ZM 1 – Zona Mista 1 – Área configurada pelos lotes e glebas lindeiros às vias principais centrais e caracterizada pela ocupação do pavimento térreo com comércio de porte e prestação de serviços de caráter mais local, com pavimentos superiores (até 03/três pavimentos) destinados ao uso residencial da subcategoria PH.

ZM 2 – Zona Mista 2 – Área configurada pelos lotes e glebas lindeiros às vias principais mais periféricas e caracterizadas pela ocupação do pavimento térreo com comércio e prestação de serviços de caráter local (categoria CS 1), com o primeiro pavimento destinado ao uso residencial da subcategoria UH.

ZH 1 – Zona Habitacional 1 – Área habitacional configurada pelas áreas residenciais mais próximas da Zona Central, com ocupação mais densa e tipologias edilícias de habitação coletiva (subcategoria PH) onde se pretende incentivar a subcategoria áreas públicas ou privadas da categoria de uso

institucional ou áreas especiais e de localização estratégica, consideradas de interesse público.

ZH 2 – Zona Habitacional 2 – Área habitacional onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo residencial da subcategoria UH sob a forma de condomínios, chácaras de recreio, habitação unifamiliar em lote e habitações de interesse social, onde é permitido a categoria de uso do solo de comércio e prestação serviços da subcategoria CS 1.

Para a solução habitações subnormais, o Executivo Municipal deverá definir e regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nas áreas de loteamentos privados irregulares e nas invasões em terrenos públicos ou privados.

ZIP – Zona de Interesse Paisagístico Ambiental – Áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental da área urbana, onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo de interesse ambiental.

ZIA 1 – Zona de Indústria e Abastecimento 1 – Áreas caracterizadas pelos usos de atividades de produção e transformação, da subcategoria IN 1 da categoria de uso do solo industrial.



Figura 843 – Sede do distrito Cachoeira da Serra – Altamira/PA.

O distrito Castelo dos Sonhos possui a sede distrital (perímetro urbano) contornada pelo traçado do empreendimento (Figura 844) e demais áreas definidas como rurais. E conforme consta no Plano Diretor, subdivide-se em seis zonas distintas, quais sejam:

ZM 1 – Zona Mista 1 – Área configurada pelos lotes e glebas lindeiros às vias principais centrais e caracterizada pela ocupação do pavimento térreo com comércio de porte e prestação de serviços de caráter mais local, com pavimentos superiores (até 03/três pavimentos) destinados ao uso residencial da subcategoria PH.

ZM 2 – Zona Mista 2 – Área configurada pelos lotes e glebas lindeiros às vias principais mais periféricas e caracterizada pela ocupação do pavimento térreo com comércio e prestação de serviços de caráter local (categoria CS 1), com o primeiro pavimento destinado ao uso residencial da subcategoria UH.

ZH 1 – Zona Habitacional 1 – Área habitacional configurada pelas áreas residenciais mais próximas da Zona Central, com ocupação mais densa e tipologias edilícias de habitação coletiva (subcategoria PH) onde se pretende incentivar a subcategoria áreas públicas ou privadas da categoria de uso institucional ou áreas especiais e de localização estratégica, consideradas de interesse público.

ZH 2 – Zona Habitacional 2 – Área habitacional onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo residencial da subcategoria UH sob a forma de condomínios, chácaras de recreio, habitação unifamiliar em lote e habitações de interesse social, onde é permitido a categoria de uso do solo de comércio e prestação serviços da subcategoria CS 1. Para a solução habitações subnormais, o Executivo Municipal deverá definir e regulamentar as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, nas áreas de loteamentos privados irregulares e nas invasões em terrenos públicos ou privados.

ZIP – Zona de Interesse Paisagístico Ambiental – Áreas públicas ou privadas, com atributos naturais importantes para a manutenção do equilíbrio ambiental da área urbana, onde se pretende incentivar a categoria de uso do solo de interesse ambiental.

ZEE – Zona de Equipamentos Estruturantes - Áreas públicas ou privadas da categoria de uso institucional ou áreas especiais e de localização estratégica, consideradas de interesse público.

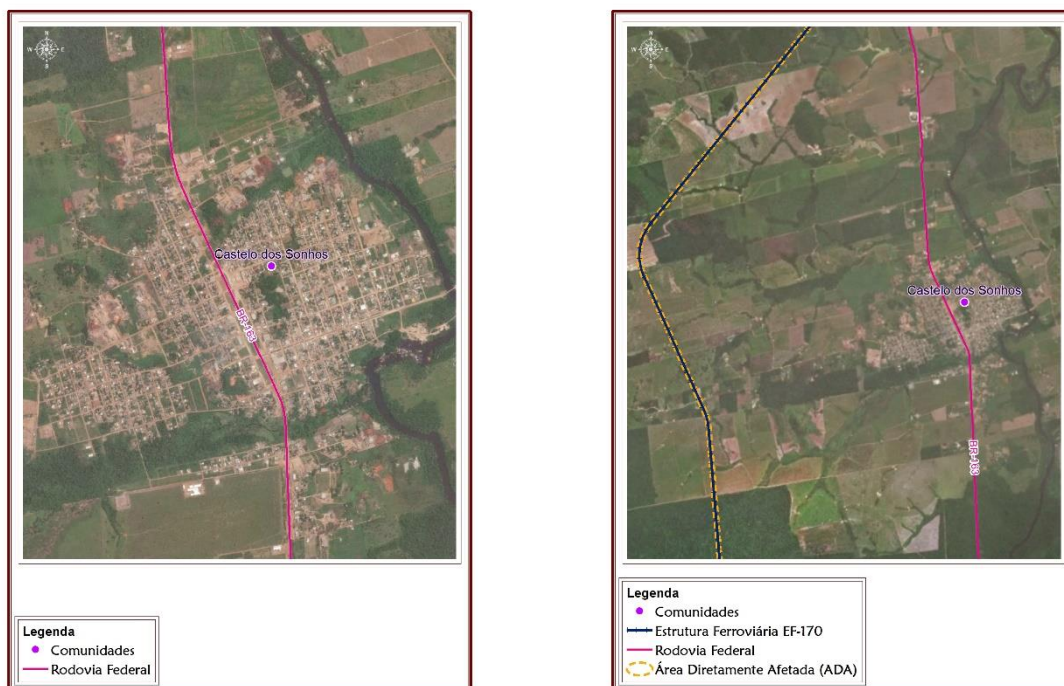


Figura 844 – Sede do distrito Castelo dos Sonhos – Altamira/PA.

Considerando o acima exposto, as áreas do município de Altamira diretamente afetadas pelo empreendimento são de uso e ocupação rural.

5.3.4.1.1.2 Itaituba (PA)

O município de Itaituba (PA) possui Plano Diretor elaborado em 2006 e revisado em 2015, porém, no arquivo disponibilizado, mesmo com diversas tentativas, não foi apresentado o desenho de zoneamento e uso do solo urbano, indicados como anexos do Plano Diretor.

A rodovia BR-163, dista 37,5 km, via rodovia BR-320 de Itaituba/PA, por onde o acesso mais fácil, conta ainda com a travessia do rio Tapajós, na chamada Transamazônica. Salienta-se que a rodovia BR-163 não passa pela sede municipal de Itaituba, mas sim por seu distrito de Miritituba, que por sua vez conta com uma zona comercial, industrial e portuária (Lei Municipal nº 2.308/2012), às margens do rio Tapajós, (Figura 845).

Ressalta-se que o zoneamento industrial de Miritituba é da última revisão do PD, ocorrida em 2015, apesar da presença de uma zona residencial que lá já estava estabelecida, o que gera um conflito de uso e registra-se uma grande circulação de veículos na área residencial, apesar de ter sido implantada a rodovia transportuária, destinada a circulação de carretas responsáveis pelo transporte de grãos e mercadorias.



Figura 845 – Sede do distrito Miritituba – Itaituba/PA.

E conta também com o distrito de Moraes Almeida, porém nas análises documentais, verificou-se que o referido Distrito não está contemplado no Plano Diretor do município, conforme determina o § 2º do art. 40 da Lei Federal Nº 10.250/2001, onde diz que o plano diretor deverá englobar o território do município como um todo, desta forma incluindo todos os distritos. Todavia, em visita de campo, pode-se verificar que a sede do distrito de Moraes

Almeida, é interceptada pela rodovia BR-163 e as nas demais áreas a ocupação classifica-se como de uso rural.

5.3.4.1.1.3 Novo Progresso (PA)

O município de Novo Progresso/PA conta com plano diretor elaborado em 2006, desta forma, não atende ao estipulado no art. 40 da Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, que estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, posto que o PD possui mais de dez anos.

Todavia, a sede municipal, interceptada pela rodovia BR-163, não se configura como ADA do empreendimento, sendo abrangida por esta, somente áreas de uso e ocupação rural.

5.3.4.1.1.4 Rurópolis (PA)

O município de Rurópolis/PA possui Plano Diretor elaborado em 2006 e revisado em 2017. Porém no arquivo disponibilizado, mesmo com diversas tentativas não foi apresentado o desenho de zoneamento e uso do solo urbano, indicados como anexos do Plano Diretor.

Em levantamento de campo verificou-se que a sede municipal não é abrangida pela ADA do empreendimento, as demais áreas são rurais.

5.3.4.1.1.5 Trairão (PA)

O município de Trairão/PA apresentou, durante visita de campo, Plano Diretor elaborado em 2006, isto é, possui mais de dez anos, não atendendo assim o § 3º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001, que determina que os planos diretores deverão ser revistos, pelo menos, a cada dez anos.

Entretanto, na visita de campo, município possui sede interceptada pela rodovia BR-163, deste modo com ocupação urbana e industrial. Porém, a ADA do projeto, abrange somente áreas de uso e ocupação rural.

5.3.4.1.1.6 Cláudia (MT)

O município de Cláudia/MT possui uma sede que dista 70,9km, via rodovias MT-423 da BR-163. O Plano Diretor apresenta identificação de zonas, ocupações sociais e de Governo, porém sem mapa de zoneamento. E conforme visita de campo, na área do município de Cláudia (MT), o entorno da rodovia BR-163, que por sua vez se configura como ADA do empreendimento, possui uma ocupação predominantemente rural.

5.3.4.1.1.7 Colíder (MT)

No município de Colíder, a sede municipal dista 38,8 km, via rodovias MT-320 da BR-163. O Plano Diretor apresenta identificação clara das áreas de ocupações sociais e de Governo, porém sem mapa de zoneamento. No levantamento de campo, na área do município entorno da rodovia BR-163, que por sua vez caracteriza-se como ADA do empreendimento, possui

uma ocupação rural, com a presença de uma área onde está instalado um frigorífico e unidades habitacionais de uso dos funcionários deste estabelecimento e outras ocupações mais esparsas.

5.3.4.1.1.8 Guarantã do Norte (MT)

O município de Guarantã do Norte/MT possui sua sede interceptada pela rodovia BR-163, e o seu Plano Diretor, elaborado em 2017, apresenta identificação das áreas de ocupações sociais e de Governo. Conforme visita de campo, na sede municipal os usos são residenciais, comerciais e industrial, não afetados diretamente pelo projeto. A ADA neste município contempla somente as de uso e ocupação rural.

5.3.4.1.1.9 Itaúba (MT)

O município de Itaúba possui Plano Diretor, elaborado em 2015 e sua sede municipal é interceptada pela rodovia BR-163. Ressalta-se que o traçado da rodovia não intercepta a sede do município, e as áreas abrangidas pela ADA do empreendimento são de uso e ocupação rural.

5.3.4.1.1.10 Lucas do Rio Verde (MT)

O município de Lucas do Rio Verde/MT apresentou documento para Plano Diretor elaborado em 2007, ou seja, com mais de dez anos, não atendendo o § 3º do art. 40 da Lei Federal nº 10.257/2001.

Conforme visita de campo, registrou-se que o município possui sede interceptada pela rodovia BR-163, apresentando neste caso perímetro urbano mesclado, de uso residencial, comercial e industrial. Sendo, portanto, as demais áreas de uso e ocupação rural, com presença de pequenas aglomerações populacionais, porém sem registro de distrito formalmente estabelecido, que por sua vez são abrangidas pela ADA do empreendimento.

5.3.4.1.1.11 Matupá (MT)

O município de Matupá não possui Plano Diretor. No entanto, desenvolveu legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, relacionadas no Quadro 57, porém em levantamento de campo, não foram disponíveis para consulta.

Conforme visita de campo, Matupá possui sua sede interceptada pela BR-163, onde verificou-se uso residencial, comercial e industrial, não afetada diretamente pelo empreendimento. As demais áreas no entorno da BR, são de uso e ocupação rural e frente ao traçado da ferrovia, configuram-se como ADA do empreendimento.

5.3.4.1.1.12 Nova Santa Helena (MT)

O município de Nova Santa Helena não possui Plano Diretor, no entanto, desenvolveu legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, conforme indicado no Quadro 57,

mas, durante pesquisa de campo, não se teve acesso aos mapas do zoneamento. As áreas inseridas na ADA do empreendimento configuram-se como uso agrícola.

5.3.4.1.1.13 Peixoto de Azevedo (MT)

O município de Peixoto de Azevedo (MT) também possui sede interceptada pela BR-163, cujo uso e ocupação se configura como residencial, comercial e industrial. Nas demais áreas, neste caso inseridas na ADA do empreendimento, o uso e ocupação é caracterizado como rural.

5.3.4.1.1.14 Sinop (MT)

O município de Sinop (MT) possui sede interceptada pela BR-163, registrando uso residencial, comercial e industrial, porém, neste caso o traçado contorna a sede municipal, ou seja, não é diretamente afetado pelo projeto. As demais áreas do município interceptadas pela BR-163 e conseqüentemente abrangidas pela ADA da linha férrea, classificam-se como de uso industrial, residencial ou misto.

Salienta-se que o município de Sinop (MT) apresentou, com *status* de estudo, uma planta de ocupação do entorno da BR-163, no trecho urbano, com as edificações existentes em ambos os lados da via. Elemento de estudo para transporte viário e a correta adequação entre o uso dos terrenos ainda não ocupados, com os empreendimentos já instalados (escolas, prestadores de serviço, fornecedores e munícipes). O material foi obtido junto à Secretaria de Transportes, em virtude da visita de campo.

5.3.4.1.1.15 Sorriso (MT)

O município de Sorriso (MT) não apresentou documento para Plano Diretor em visita de campo. Entretanto, foi identificado um documento em pesquisa na internet, que data de 2004, portanto, não atende ao estipulado no § 3º, art. 40 da Lei Federal Nº 10.257/2001, onde consta que o plano diretor deverá ser revisto, pelo menos, a cada dez anos.

Com sede municipal interceptada pela rodovia BR-163, porém contornada pelo projeto da linha férrea, já a maior parte das áreas abrangidas pela ADA do empreendimento apresentam uso e ocupação rural. Onde ocorrerão as desapropriações, o uso é comercial, residencial e industrial.

5.3.4.1.1.16 Terra Nova do Norte (MT)

Terra Nova do Norte/MT não apresentou documento para Plano Diretor em visita de campo, mas o documento identificado no site da prefeitura está desatualizado, pois possui mais de dez anos, não atendendo assim a Lei Federal Nº 10.257/2001, que determina no § 3º do art. 40, revisão pelo menos, a cada dez anos.

O município de Terra Nova do Norte/MT é interceptado pela rodovia BR-163 e, conforme visita de campo, a ocupação nessa área é residencial, comercial e industrial. Já as áreas abrangidas pela ADA do empreendimento são na sua maior parte de uso e ocupação rural, com exceção

dos pontos onde há registro de aglomeração populacional, que por sua vez é objeto de desapropriação.

5.3.4.1.1.17 Vera (MT)

O município de Vera/MT não possui sua sede interceptada ou tangenciada pela rodovia BR-163. O acesso ao município mais próximo da rodovia BR-163 dista 32,3 km, por meio da rodovia MT-225, onde a ocupação é predominantemente rural. Em suma, a ADA do empreendimento no que diz respeito ao município, classifica-se como de uso e ocupação rural.

O município não possui Plano Diretor; no entanto, desenvolveu legislação sobre zoneamento ou uso e ocupação do solo, conforme detalhado no Quadro 57.

5.3.4.1.2 Conflitos em relação ao uso e ocupação do solo com o Zoneamento

Primeiramente é preciso ressaltar que um bom parcelamento do solo busca interagir de forma coerente e compatibilizada com os tipos de atividades existentes (comercial, industrial, agropecuária, lazer, centro urbano, etc.) com o uso dos recursos naturais, atentando para a qualidade do ar, corpos d'água, vegetação e geomorfologia do terreno, entre outros. Quando há ausência de coerência e a compatibilização é ignorada, tem-se um desequilíbrio biofísico, econômico e social.

No Brasil, é marcante a falta de planejamento territorial, o que determinou na maior parte das regiões brasileiras, uma ocupação desordenada do território. Diante disso, com o objetivo de avaliar a situação atual da AE, principalmente no que diz respeito à ADA pelo empreendimento, realizou-se um esforço de campo para a obtenção dos zoneamentos municipais, com o objetivo de verificar possíveis incompatibilidades destes com o uso e ocupação do solo. Porém, apesar dos municípios contarem com legislação específica de zoneamento, não se conseguiu obter nas prefeituras municipais, os respectivos mapeamentos, o que dificultou uma análise precisa. Porém, considerou-se neste estudo o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) da rodovia BR-163, desenvolvido pela Embrapa Amazônia Oriental e outras instituições, tais como a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA), Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), atual Agência Nacional de Mineração (ANM), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Serviço Geológico do Brasil (CPRM), Universidade Federal do Pará (UFPA) e o Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG).

O primeiro documento citado estabeleceu uma área de influência para o referido eixo rodoviário, formada por cinco áreas de gestão, quais sejam:

- Áreas produtivas – de consolidação e de expansão, abrangendo neste caso, praticamente toda o eixo rodoviário e seu entorno mais próximo, com exceção daquelas voltada a proteção integral;
- Áreas de uso controlado – as ambiental e socialmente sensíveis;

- Áreas especiais, institucionalizadas – as de uso sustentável, proteção integral, terras indígenas e área militar;
- Áreas especiais propostas – de uso sustentável e de proteção integral;
- Áreas críticas – áreas de recuperação.

Considerando-se que o empreendimento em estudo tende a se instalar junto à rodovia BR-163, é possível afirmar que irá interceptar predominantemente, áreas classificadas como produtivas, portanto, de consolidação e expansão, neste caso, o projeto mostra-se compatível com o zoneamento estabelecido no âmbito da área de influência da rodovia BR-163.

Com a impossibilidade de acesso a mapas de zoneamento, buscou-se nas entrevistas realizadas, identificar possíveis conflitos de uso do solo nos municípios que compõem a AE, onde observou-se como principal conflito a ocorrência de ocupação irregular e conflitos entre áreas destinadas a processos de reforma agrária, com áreas de garimpo. Porém, não foram indicadas especificamente os locais onde estes conflitos ocorrem, salvo no município de Novo Progresso/PA, onde foi citado o caso do Assentamento Terra Nossa.

Cabe destacar que a região amazônica é marcada por conflitos sociais e fundiários, advindos do período em que ocorreu a transferência da terra pública para grupos privados, o que resulta na dificuldade de regularização. Visando resolver este problema, em 2009 o Governo Federal lançou o Programa Terra Legal, com ações para regularizar em torno de 55 milhões de hectares de terras públicas federais e conceder títulos de propriedade a cerca de 160 mil pequenos agricultores na região da Amazônia, de modo a viabilizar o desenvolvimento econômico e social, visto que com a regularização, o produtores teriam acesso a financiamentos para produção. Atualmente o Terra Legal foi extinto e as atribuições de regularização fundiária foram repassadas ao Incra, que por sua vez foi colocado sob a alçada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

5.3.4.1.3 Projetos de Assentamentos

De acordo com informações coletadas no *site* do Incra²², os Assentamentos que pertencem aos municípios estudados fazem parte da Amazônia Legal. Como já apontado, durante os levantamentos de campo foram identificados e caracterizados os seguintes Assentamentos: 1) PA Jonas Pinheiro (Sorriso/MT e Vera/MT); 2) PA Pé no Chão (Sorriso/MT); 3) PA Alto Paraíso (Terra Nova do Norte/MT); 4) PA União de Todos (Terra Nova do Norte/MT); 5) PDS Brasília (Altamira/PA) e; 6) PDS Terra Nossa (Altamira/PA).

Conforme o TR do Ibama, foram levantados os aglomerados populacionais e comunidades rurais, incluindo os Projetos de Assentamento, interceptados pelo traçado previsto para a implantação do empreendimento. Ainda que estejam dentro do delineamento da área de estudo, ou seja, no *buffer* de 2km, os demais assentamentos que não foram caracterizados, são apresentados na Tabela 196. A equipe de campo foi até os limites desses Assentamentos

22 Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria/projetos_criados-geral.pdf. Acessado em março de 2020.

e não foram identificadas propriedades pertencentes aos mesmos. Cabe ressaltar que a base de dados do Incra, por vezes, difere de informações obtidas e vistas em campo.

Tabela 196 – Projeto de Assentamento, município a que pertence, ato de criação, área, capacidade de famílias e famílias assentadas.

Nome	Município/Estado	Ato de Criação	Área (Ha)	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas
PDS 12 de Outubro	Cláudia/MT	Portaria 15 de 27/03/2012	6.374,164	140	112
PA ETA	Peixoto de Azevedo/MT	Portaria 00404 de 21/05/1987	22.674,10	325	303
PA Belmonte	Peixoto de Azevedo/MT	Portaria 048 de 09/09/2003	1.276,70	80	36
PA Cachoeira da União	Guarantã do Norte/MT	Portaria 00129 de 29/12/1995	13.272,45	219	144
PA Braço Sul	Guarantã do Norte/MT	Resolução 00052 de 30/03/1981	115.050	2.530	1.880
PA Cotrel	Novo Mundo/MT	Portaria 00086 de 27/09/1995	10.216,37	130	120
PDS Vale do Jamanxim	Novo Progresso/PA	Portaria 00033 de 12/12/2005	77.858,42	800	411
PDS Nelson de Oliveira	Novo Progresso/PA	Portaria 004 de 06/06/2006	4.666,90	51	51
PDS Boa Vista do Caracol	Trairão/PA	Portaria 046 de 23/11/2006	22.742,60	100	90
PA Ypiranga	Itaituba/PA	Portaria 00228 de 14/12/1998	42.155	439	261
PAC Araipacupu	Rurópolis/PA	Portaria 41 de 21/11/2006	31.112,39	410	361

Fonte: Incra, 2020.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável 12 de Outubro está localizado no município de Cláudia/MT. Possui capacidade para 140 famílias, sendo que 112 estão assentadas em uma área total de 6.374,1620 ha. Foi criado pela Portaria 15 de 27/03/2012. A sede do PDS está localizada a 3,6km do traçado previsto para implantação da ferrovia. Por esse motivo, não foi caracterizada em campo.

O Projeto de Assentamento ETA, em Peixoto de Azevedo/MT, possui área de 22.674,0974ha, com capacidade para 325 famílias. São 303 famílias assentadas e o PA foi criado pela Portaria nº 404 de 21/05/1987. A sede comunitária não foi localizada durante os trabalhos de campo. Os entrevistados da região informaram que a Gleba é sitiada por agrovilas, mas que não há quantitativo e localização das mesmas delimitadas pelo Incra.

O Projeto de Assentamento Belmonte está localizado em Peixoto de Azevedo/MT. Foi criado pela Portaria nº 048 de 09/09/2003. Possui área de 1.276,7ha, com capacidade para 80 famílias, sendo 36 assentadas. A sede comunitária não foi localizada em campo. De acordo com informações de entrevistados da região, a sede do PA fica distante 35km depois de Peixoto de Azevedo/PA, sentido Vila Guaritá. Não visitamos a sede e nem foram identificadas propriedades interceptadas pelo traçado da ferrovia pertencentes a esse PA.

O Projeto de Assentamento Cachoeira da União foi criado pela Portaria nº 129 de 29/12/1995 e está localizado no município de Guarantã do Norte/MT. Possui capacidade para 219 famílias e tem 144 famílias assentadas, em uma área de 13.272,4503ha. A sede do PA não foi localizada durante os levantamentos de dados primários.

O Projeto de Assentamento Braço Sul, localizado também em Guarantã do Norte/MT, foi criado pela Resolução nº 52 de 30/03/1981. Possui capacidade para 2.530 famílias e tem 1.880 famílias assentadas, em uma área de 115.050ha. A sede do PA não foi localizada no levantamento de dados primários. Informações coletadas em campo é que não há liderança no PA e sim em cada comunidade pertencente ao mesmo. Não há quantitativo e nem localização (limites demarcados) de cada comunidade pelo Incra.

O Projeto de Assentamento Cotrel está localizado no município de Novo Mundo/MT. Foi criado pela Portaria nº 86, de 27/09/1995. Possui capacidade para 130 famílias e 120 estão assentadas, em uma área total de 10.216,37ha. Devido ao fato do PA não pertencer aos municípios estudados, a sede, localizada em Novo Mundo, não foi visitada.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Vale do Jamanxim possui área de 77.858,424ha e está localizado em Novo Progresso/PA. Foi criado pela Portaria nº 33 de 12/12/2005. Possui capacidade para 800 famílias e tem 411 famílias assentadas. De acordo com informações de entrevistados da região, os moradores desconhecem a existência do PDS. Há relatos de que fazendeiros resistiram à criação do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Vale do Jamanxim, que por fim não se efetivou. Os contemplados seriam moradores dali de Santa Julia, lutaram muito para que desse certo, mas não conseguiram.

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Nelson de Oliveira está localizado no município de Novo Progresso/PA, em uma área total de 4.666,9002ha. Foi criado pela Portaria nº 4 de 06/06/2006. Possui capacidade para 51 famílias assentadas, sendo esse total preenchido. Um entrevistado da região afirmou que as parcelas de terra do PDS foram invadidas antes do Assentamento ser criado. Em 2005, após uma reunião na comunidade, em que apresentaram o projeto e relataram que os beneficiados seriam agricultores de fora da comunidade, os moradores se mobilizaram para reivindicar que famílias do local fossem o público-alvo do projeto. Desde 2006, pela falta de resolução desta questão, não receberam a titulação das terras, e não têm direito a crédito de apoio, fomento, construção de infraestrutura (estrada, habitação).

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável Boa Vista do Caracol, criado pela Portaria nº 46 de 23/11/2006, está localizado no município de Trairão/PA, com área de 22.742,5968ha. Possui capacidade para 100 famílias sendo que 90 estão assentadas. A sede do PDS não foi localizada durante os levantamentos de dados primários.

O Projeto de Assentamento Ypiranga está localizado em Itaituba/PA e possui área de 42.155 ha. Foi criado pela Portaria nº 228 de 14/12/1998, com capacidade para 439 famílias, sendo que 261 estão assentadas. A sede do PA não foi localizada no levantamento de dados primários. Apenas uma faixa pequena de mata, faz parte da área estudada.

O Projeto de Assentamento Conjunto Araipacupu, criado pela Portaria nº 41 de 21/11/2006, está localizado no município de Rurópolis/PA. Possui capacidade para 410 famílias e tem 361 famílias assentadas, em uma área total de 31.112,3952 ha. A sede do PA não foi localizada no levantamento de dados primários. Os moradores da região desconhecem o nome do Assentamento.

Cabe ressaltar que as informações fornecidas pelos entrevistados são aqui caracterizadas como dados primários, porém, não são consideradas afirmações absolutas, visto que os dados fornecidos pelos informantes podem ser fragilizados, dependendo da percepção e interesses dos mesmos.

De acordo com a Ata da Audiência de Conciliação, que apresenta a minuta do Termo de Acordo Judicial entre o Ministério Público Federal (MPF) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para desinterdição de assentamentos da reforma agrária localizados no Oeste do Pará, de 25 de abril de 2017, a situação dos assentamento do Pará que as sedes não foram identificadas, é apresentada a seguir:

Tabela 197 – Projetos de Assentamentos no Pará e situação judicial.

Projeto de Assentamento	Município	Situação
PDS Vale do Jamanxim	Novo Progresso/PA	SUSPENSO Não tem LP protocolada e tem CAR Interditado judicialmente e que não havia sido peticionada a liberação judicial em momento anterior à Sentença de abril de 2011 e que já foi trabalhado pelo GT-APC/SR-30, com recomendação de providências administrativas prévias à solicitação de pedido de liberação judicial.
PDS Nelson de Oliveira	Novo Progresso/PA	SUSPENSO Tem LP protocolada (07/11/2008) e CAR. Interditado judicialmente, que não havia sido peticionada a liberação judicial em momento anterior à Sentença de abril de 2011 e está sendo ou ainda não foi trabalhada pelo GT-APC/SR-30
PDS Boa Vista do Caracol	Trairão/PA	LIBERADO Tem LP protocolada (30/06/2009) e CAR. Interditado judicialmente e que não havia sido peticionada a liberação judicial em momento anterior à Sentença de abril de 2011 e que já foi trabalhado no GT-APC/SR-30, com recomendação para solicitar a liberação judicial após decisão do Comitê de Decisão Regional da SR-30
PA Ypiranga	Itaituba/PA	VIABILIZADO ADMINISTRATIVAMENTE Encontra-se liberado por força de decisões que reformaram a liminar de agosto de 2007 LP emitida (13/11/2008) e CAR
PAC Araipacupu	Rurópolis/PA	LIBERADO Tem LP expedida (22/09/2009) e CAR. Interditado judicialmente e que havia sido peticionada a liberação judicial em momento anterior à Sentença de abril de 2011, anulada pelo Acórdão de setembro de 2015.

Os Projetos de Assentamento que possuem parte de suas áreas no *buffer* de 10km do traçado proposto para a implantação da ferrovia, ainda que estejam fora do delineamento da área de estudo (*buffer* de 2km), são apresentados, conforme levantamento de dados secundários. Esse levantamento não foi realizado em campo visto que não foi possível acessar e identificar essas áreas para verificação, pois a região é de intenso conflito causando, às vezes, divergência nas informações fornecidas pelos entrevistados, pois a dinâmica local é extensa, resultado da pressão e conflitos socioambientais gerados pela falta de efetiva execução de políticas públicas de regularização agrária/fundiária na região.

Por fim, a Tabela 198 lista os demais projetos de assentamento da reforma agrária registrados nos municípios da AE.

Tabela 198 – Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária nos municípios da Área de Estudo.

Município	Nome	Capacidade	Famílias Assentadas	Área (Ha)	Data de Criação
Altamira	PDS Terra Nossa	1.000	989	149.842,47	03/06/2006
Itaituba	PA Miritituba	336	320	25.336,00	05/06/1998
Itaituba	PA São Benedito	171	170	10.596,19	29/10/1999
Itaituba	PA Arixi	103	103	5.768,85	05/10/2006
Itaituba	PDS Nova Brasília II	60	59	5.693,75	21/11/2006
Novo Progresso	PA Nova Fronteira	205	205	19.816,25	30/05/1996
Novo Progresso	PA Santa Júlia	300	297	28.100,00	07/10/1997
Rurópolis	PA Campo Verde	265	258	24700	29/02/1996
Rurópolis	PA Paraíso	645	512	64.635,66	15/12/1997
Rurópolis	PDS Cupari	270	267	29.998,62	13/12/2004
Rurópolis	PDS Divinópolis	270	265	29.565,51	13/12/2004
Rurópolis	PDS Novo Mundo	260	256	29.913,73	13/12/2004
Trairão	PA Areia	280	274	20.000,00	14/12/1998
Trairão	PDS Esperança do Trairão	350	347	32.116,18	05/10/2006
Trairão	PDS Pimental	200	174	10.899,47	27/12/2006
Cláudia	PA Zumbi dos Palmares II	251	154	6.554,74	15/03/2007
Cláudia	PDS Terra de Viver	20	14	1.217,38	28/03/2011
Cláudia	PDS Keno	500	470	22.401,55	16/11/2009
Colíder	PA Novo México	194	171	9.963,78	29/01/1987
Colíder	PA Veraneio	523	520	14.147,57	15/12/1997
Colíder	Gleba Paraná	350	329	9.520,25	10/10/1981
Colíder	Gleba Carapá	2.800	246	14.440,00	10/01/1982
Guarantã do Norte	PA São José	132	110	6.914,37	29/12/1995
Guarantã do Norte	PA São Cristóvão	41	38	2.876,63	29/12/1995
Guarantã do Norte	PA Horizonte II	115	60	8.272,95	24/05/1996
Guarantã do Norte	PA Iririzinho	102	73	7.250,57	19/12/1997

Município	Nome	Capacidade	Famílias Assentadas	Área (Ha)	Data de Criação
Matupá	PA São José União	1.231	913	60.503,90	05/12/1996
Matupá	PA Padovani	450	386	29.969,00	13/11/1997
Peixoto de Azevedo	PA Cachimbo	980	914	51.933,93	29/12/1995
Peixoto de Azevedo	PA Cachimbo II	824	762	49.811,06	10/02/2000
Peixoto de Azevedo	PA Aquarius	25	22	1.219,39	29/10/2002
Peixoto de Azevedo	PA Teodomiro Ferreira dos Santos	200	183	21.275,49	29/10/2002
Peixoto de Azevedo	PA Belmonte	80	36	1.276,70	09/09/2003
Peixoto de Azevedo	PA Vida Nova	162	139	16.293,91	13/12/2004
Peixoto de Azevedo	PA Antônio Soares	222	95	22.277,71	25/05/2005
Peixoto de Azevedo	PA Vida Nova II	200	82	10.000,00	09/09/2005
Peixoto de Azevedo	PA Planalto do Iriri	222	178	22.277,71	18/11/2005
Sinop	PA Wesley Manoel dos Santos	555	526	38.274,63	26/11/1997
Sorriso	PCA Chão do Amanhã	25	25	80	22/10/1999
Sorriso	PA Santa Rosa II	200	171	18000	10/12/1999
Terra Nova do Norte	PA HIJ	357	388	21.182,40	21/05/1987
Terra Nova do Norte	PA ETA	325	303	22.674,10	21/05/1987
Terra Nova do Norte	PA Beija-Flor	17	17	932,00	18/12/2002
Terra Nova do Norte	PA Vale do Uru	150	149	5.273,04	17/11/2005
Terra Nova do Norte	Gleba Teles Pires	1.750	1.502	435,00	10/10/1982
Terra Nova do Norte	Gleba Teles Pires	800	7	219.376,27	10/10/1980
Vera	PA Califórnia	232	220	7.514,59	04/06/1998

Fonte: Incra, 2020.

Esses dados secundários tendem a estar desatualizados, visto que a situação dos Projetos de Assentamento pode ter sido alterada nos últimos meses e anos. Conforme metodologia apresentada, houve um esforço da equipe de campo em buscar informações sobre esses PAs, objetivando ampliar a avaliação da situação regional. Porém, as informações, por vezes, estavam desencontradas, não sendo possível qualificá-las de maneira efetiva.

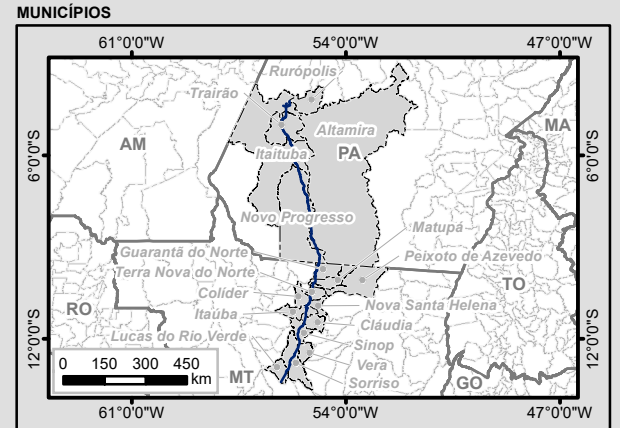
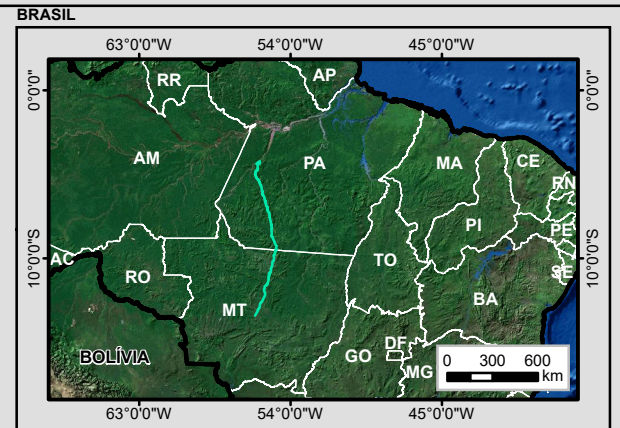
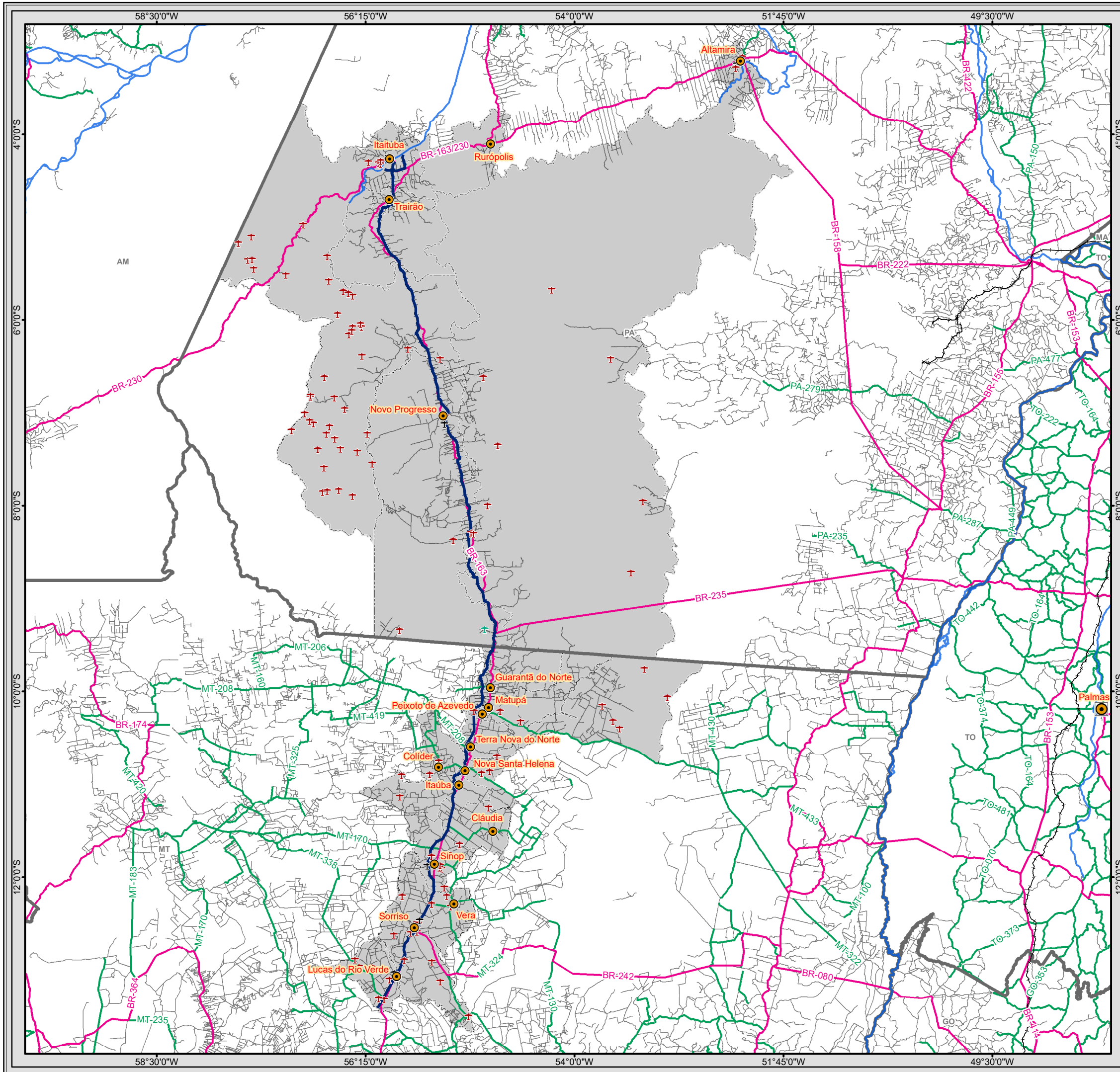
5.3.4.2 Mobilidade Urbana

Em relação à mobilidade urbana, foi realizado um levantamento das vias interceptadas pelo traçado proposto para implantação do empreendimento, além da identificação dos aglomerados populacionais interceptados pela ferrovia, apresentando sua dinâmica cotidiana relacionada ao acesso a equipamentos e serviços públicos.

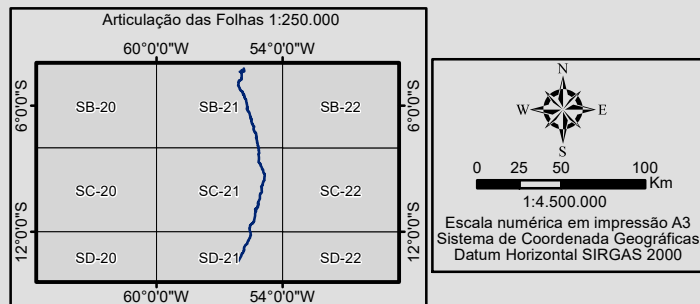
Para a análise aqui realizada, a fonte utilizada para levantamento das vias interceptadas é a base cartográfica do IBGE (escala 1:250.000). Os dados secundários consolidados foram enriquecidos por dados levantados em campo, com fotos de pontos do traçado e contextualização das principais vias utilizadas, informações apresentadas nesse item.

Ressalta-se que a espacialização da totalidade das vias seccionadas pelo traçado proposto será retratada no Atlas de Uso do Solo e Cobertura Vegetal (Volume II – Tomo II), mapeamento com a caracterização detalhada de *buffer* de 500 metros no entorno do empreendimento. Tal detalhamento subsidiou a localização e classificação de tais vias por tipo, conteúdo consolidado em tabela apresentada no Volume II – Tomo XX deste estudo. O Mapa 86 traz a representação cartográfica do traçado proposto para o empreendimento e a base rodoviária mapeada pelo IBGE.

Mapa 86 – Infraestrutura de Transporte.



- Legenda**
- Capital
 - Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Ferrovia
 - Hidrovia
 - Rodovia Federal
 - Município Interceptado pelo Empreendimento
 - Limite Estadual
 - Aeroporto e Aeródromo**
 - Administração**
 - Militar
 - Público
 - Privado



EPL **MRS AMBENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Infraestrutura de Transporte

Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

Data: Setembro/2020

Fonte:
Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Rodovias BC250, 1:250.000 (IBGE, 2019); Aeródromos, Dados de Infraestrutura (MAPBIOMAS, 2018).

De acordo com essa base cartográfica, no trecho estudado existem 152 (cento e cinquenta e duas) vias interceptadas pelo traçado proposto, sendo 93 (noventa e três) pavimentadas, 30 (trinta) com revestimento primário, 26 (vinte e seis) sem revestimento e três com revestimento desconhecido. Cabe ressaltar que esse quantitativo pode ter sido modificado, visto que a pavimentação da rodovia BR-163 foi finalizada no mês de novembro de 2019 e não há base cartográfica atualizada após a conclusão dessa obra.

A maioria dessas vias (43) pertence ao município de Novo Progresso/PA. Outras 27 fazem parte de Itaituba/PA, 20 pertencem à Trairão/PA e 13 à Sorriso/MT. As demais vias interceptadas pertencem à Guarantã do Norte/MT (11), Terra Nova do Norte/MT (8), Altamira/PA (8), Lucas do Rio Verde/MT (7), Sinop/MT (4), Cláudia/MT (4), Matupá/MT (3), Nova Santa Helena/MT (2), Peixoto de Azevedo/MT (1) e Rurópolis/PA (1). Não há estradas cortadas pelo traçado analisado nos municípios de Vera/MT, Itaúba/MT e Colíder/MT.

De acordo com os moradores entrevistados, especialmente nas comunidades rurais do Pará, a conclusão da pavimentação da rodovia BR-163 resultou em intensificação no tráfego de veículos pela região. Nesse contexto, deslocamentos destes moradores para acesso a serviços nas sedes municipais, vendas de mercadorias, entre outros, divide espaço com o transporte de carga, uma vez que o asfaltamento reforçou seu papel enquanto rota de escoamento de grãos do Mato Grosso via Itaituba, em direção a Santarém.

Cabe ressaltar que algumas vias são de extrema importância para a região como, por exemplo, a rodovia Transgarimpeira (Figura 850), que tem início no distrito de Moraes de Almeida (Itaituba/PA), com acesso pela rodovia BR-163, e termina na Vila Creporizão, no mesmo município. Trata-se de via estadual²³ com 190,49 quilômetros de extensão, consolidada como área de uso e expansão de extração de minério (PARÁ, 2018). Conhecida como “rota do ouro”, foi construída na década de 80 para escoar a produção do garimpo na região.

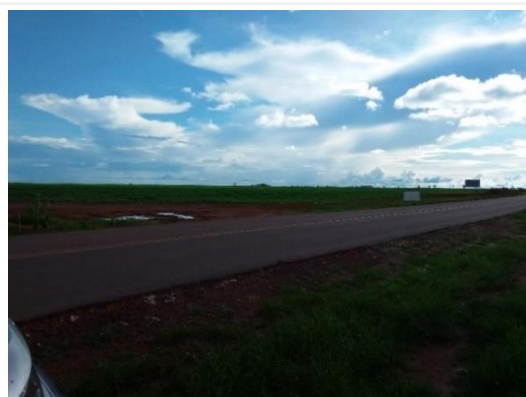
Outra que merece destaque é a Estrada do Pimental (Figura 853), responsável pela ligação rural entre Trairão/PA e Itaituba/PA. Trata-se de via utilizada pela população rural destes municípios para escoamento da produção agrícola, dividida entre pecuária e agricultura familiar. Na extremidade de Itaituba, o acesso ocorre pela BR-230 (Rodovia Transamazônica), no ponto em que o traçado previsto se divide entre os três ramais traçados.

No Mato Grosso, destaque para as rodovias estaduais que serão interceptadas pelo empreendimento, como a rodovia MT-208, que interliga a sede de Terra Nova do Norte/MT ao município de Nova Guarita/MT. Além dela, a rodovia MT-222 (Figura 846), que dá acesso ao aeroporto de Sinop/MT, e a rodovia MT-419 (Figura 848), que interliga a sede municipal de Guarantã do Norte/MT ao município de Novo Mundo/MT serão interceptadas pelo traçado proposto do empreendimento.

²³ O Governo do Estado do Pará assumiu o controle e manutenção desta via em 2010, por meio da Lei nº 7.385, de 22 de março (http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/arquivos/lei7385_2010_46655.pdf).

Ressalva-se que os pontos de intersecção entre o traçado ferroviário em estudo e rodovias estaduais e/ou federais são classificados como possíveis transposições em desnível, onde o cruzamento entre rodovias e linha férrea é evitado.

A seguir, são apresentados alguns pontos de cruzamento de vias com o traçado proposto para implantação da ferrovia.



**Figura 846 – Rodovia MT-222, Sinop/MT
(11,864086S; 55,574076W).**



**Figura 847 – Estrada vicinal Selene, Sinop/MT
(11,726003S; 55,552330W).**



**Figura 848 – Rodovia MT-419, Guarantã do
Norte/MT (9,944856S; 54,987782W).**



**Figura 849 – Rodovia BR-163, Novo
Progresso/PA (7,873934S; 55,182095W).**



**Figura 850 – Rodovia Transgarimpeira,
Itaituba/PA (6,213823S; 55,661875W).**



**Figura 851 – Estrada vicinal, Novo
Progresso/PA (6,742674S; 55,474061W).**



**Figura 852 – Rodovia BR-163, Trairão/PA
(4,645745S; 55,952130W).**



**Figura 853 – Estrada do Pimental, Trairão/PA
(4,390818S; 55,960536W).**

Além das possíveis passagens em desnível a serem instaladas, o traçado proposto intercepta alguns acessos a residências e comunidades, possivelmente interferindo nos deslocamentos dentro dos aglomerados populacionais e, em alguns pontos, separando a sede das propriedades da área produtiva.

No que se refere aos aglomerados populacionais (distritos, projetos de assentamento, comunidades rurais, bairros e vilas), dos 50 (cinquenta) estudados durante o levantamento de campo, 30 (trinta) pertencem ao *buffer* de 2km. Porém, somente as comunidades rurais Linha Gaúcha, localizada em Novo Progresso/PA e Nova Esperança, no município de Cláudia/MT, pertencem à ADA.

Na primeira, o traçado em estudo intercepta a estrutura comunitária local, composta por igreja, barracão comunitário e posto de saúde. Pela ausência de instituição de ensino na própria localidade, os estudantes realizam deslocamento para a Comunidade Riozinho das Arraias. Os demais serviços, como bancos, supermercados, atendimentos médicos de maior complexidade, os moradores utilizam a estrutura da sede municipal de Novo Progresso/PA. Já Nova Esperança se configura como aglomerado populacional, de modo que o ponto de estruturas comunitárias dista 19,5 metros do traçado previsto, porém projeto apresentado intercepta parte do comércio e moradias e representa interferência física sobre a dinâmica social, econômica e, conseqüentemente, de mobilidade desta comunidade. Ali não há escola ou posto de saúde, sendo que os moradores utilizam todos os serviços na sede do município de Sinop/MT ou de Cláudia/MT.

O acesso aos equipamentos e serviços públicos dos moradores das comunidades, classificadas no sentido de sul a norte do empreendimento, é apresentado no Quadro 59, a seguir:

Quadro 59 – Acesso aos equipamentos e serviços públicos – Comunidades.

Comunidade	Distância do empreendimento (em metros)	Possui escola?	Se não, onde os alunos estudam?	Possui posto de saúde?	Se não, em que local utilizam serviços de saúde?	Onde utilizam demais serviços (bancos, mercados, hospitais)?
Vila Primavera	521,2	Sim	---	Sim	---	Sorriso/MT e Lucas do Rio Verde/MT
Projeto de Assentamento Jonas Pinheiro	105,0	Sim	---	Sim	---	Sorriso/MT
Projeto de Assentamento Pé no Chão	457,2	Não	Sorriso/MT	Sim	---	Sorriso/MT e Sinop/MT
Comunidade Nova Esperança	19,5	Não	Sinop/MT	Não	Sinop/MT	Cláudia/MT e Sinop/MT
Projeto de Assentamento Alto Paraíso	6.579,4	Sim	---	Sim	---	Terra Nova do Norte/MT
Comunidade Nossa Senhora do Caravaggio	1.708,7	Não	Terra Nova do Norte/MT	Não	Terra Nova do Norte/MT	Terra Nova do Norte/MT
Projeto de Assentamento União de Todos	9.067	Sim	---	Não	Terra Nova do Norte/MT	Terra Nova do Norte/MT
Vila Xanxerê	3.895	Sim	---	Sim	---	Terra Nova do Norte/MT
Comunidade Miraguaí do Norte	4.110	Sim	---	Sim	---	Terra Nova do Norte/MT
Vila Beira Rio	9.282,8	Não	Peixoto de Azevedo/MT	Não	Peixoto de Azevedo/MT	Peixoto de Azevedo/MT
Comunidade São Pedro do Alto Alegre	3.751,2	Sim	---	Não	Matupá//MT	Guarantã do Norte/MT e Matupá/MT
Bairro Cotrel	3.447,2	Sim	---	Sim	---	Guarantã do Norte/MT
Comunidade Nossa Senhora das Graças	129,9	Não	Bairro Cotrel	Não	Bairro Cotrel	Guarantã do Norte/MT
Comunidade Sant'Ana	938,8	Sim	---	Não	Guarantã do Norte/MT	Guarantã do Norte/MT e Sinop/MT
Comunidade Serra do Cachimbo	1.331,4	Sim	---	Não	Guarantã do Norte/PA	Guarantã do Norte/MT e Distrito de Castelo dos Sonhos/PA
Distrito de Cachoeira da Serra	9.276,3	Sim	---	Sim	---	Guarantã do Norte/MT e Novo Progresso/PA
Distrito de Castelo dos Sonhos	5.376,9	Sim	---	Sim	---	Guarantã do Norte/MT e Novo Progresso/PA

Comunidade	Distância do empreendimento (em metros)	Possui escola?	Se não, onde os alunos estudam?	Possui posto de saúde?	Se não, em que local utilizam serviços de saúde?	Onde utilizam demais serviços (bancos, mercados, hospitais)?
PDS Brasília	6.991,9	Sim	---	Não	Castelo dos Sonhos/PA	Castelo dos Sonhos/PA e Novo Progresso/PA
Comunidade Vale do Castanheira	331,2	Não	Castelo dos Sonhos/PA	Não	Castelo dos Sonhos/PA	Distrito de Castelo dos Sonhos/PA
Comunidade São Francisco de Assis	460,5	Sim, mas desativada	Castelo dos Sonhos e Novo Progresso/PA	Não	Castelo dos Sonhos/PA	Castelo dos Sonhos/PA, Garantã do Norte/MT e Novo Progresso/PA
Comunidade Carro Velho	60,8	Sim	---	Sim, desativado.	Vila Isol/PA	Novo Progresso/PA, Garantã do Norte/MT e Sinop/MT
Vila Isol	1.317,1	Sim	---	Sim	---	Novo Progresso/PA
PDS Terra Nossa	11.759,2	Não	Vila Isol	Não	Vila Isol e Novo Progresso/PA	Novo Progresso/PA
Comunidade Rosa Mística	216,8	Não	Vila Isol	Sim	---	Novo Progresso/PA
Comunidade 1027	1.260	Não	Comunidade Alvorada da Amazônia e Vila Isol	Sim	---	Distrito de Castelo dos Sonhos e Novo Progresso/PA
Distrito de Alvorada da Amazônia	1.908,5	Sim	---	Sim	---	Novo Progresso/PA
Comunidade Veneza	42,4	Sim	---	Não	Novo Progresso/PA	Novo Progresso/PA
Comunidade Nova Esperança	430,5	Não	Novo Progresso/PA	Não	Novo Progresso/PA	Novo Progresso/PA
Distrito de Santa Julia	827,2	Sim	---	Não	Novo Progresso/PA	Novo Progresso/PA
Comunidade São José	462,4	Sim	---	Sim	---	Novo Progresso/PA
Comunidade Bandeirante	595,9	Não	Comunidade Santa Julia e sede de Novo Progresso/PA	Não	Comunidade Santa Julia	Novo Progresso/PA
Comunidade Santo Antônio	150,4	Não	Comunidade Riozinho das Arraias	Sim	---	Novo Progresso/PA
Linha Gaúcha	0,0	Não	Comunidade Riozinho das Arraias	Sim	---	Novo Progresso/PA

Comunidade	Distância do empreendimento (em metros)	Possui escola?	Se não, onde os alunos estudam?	Possui posto de saúde?	Se não, em que local utilizam serviços de saúde?	Onde utilizam demais serviços (bancos, mercados, hospitais)?
Comunidade Riozinho das Arraias	198	Sim	---	Sim	---	Novo Progresso/PA
Distrito de Moraes Almeida	3.332,1	Sim	---	Sim	---	Novo Progresso/PA e Itaituba/PA
Comunidade Aruri	345,5	Sim	---	Não	Comunidade 03 Bueiros	
Comunidade 03 Bueiros	410,5	Sim	---	Sim	---	Trairão/PA Itaituba/PA
Comunidade Santa Luzia	3.589,5	Sim	---	Sim	---	Itaituba/PA
Comunidade Vila Planalto	845,8	Sim	---	Sim, sem profissional	Comunidade Jamanxim	Itaituba/PA
Comunidade Jamanxim	4.656,6	Sim	---	Sim	---	Itaituba/PA
Distrito de Bela Vista do Caracol	7.445	Sim	---	Sim	---	Itaituba/PA
Comunidade São Francisco de Assis	649,4	Sim	---	Não	Comunidade 03 Bueiros e sede de Moraes Almeida/PA	Comunidade 03 Bueiros e sede de Itaituba/PA e Moraes Almeida/PA
Agrovila Nova Esperança	5.168,3	Sim	---	Sim	---	Trairão/PA
Comunidade Nossa Senhora de Fátima	292	Sim, mas fechada	Trairão/PA	Não	Sede de Trairão/PA	Trairão/PA
Comunidade Santa Rita	174	Não	Trairão/PA	Não	Trairão/PA	Trairão/PA
Comunidade São João Batista / Espinho	2.281,8	Não	Trairão/PA	Não	Trairão/PA	Trairão/PA
Comunidade Santa Luzia	86,4	Informação não disponível	Informação não disponível	Não	Miritituba/PA	Distrito de Miritituba/PA e sede de Itaituba/PA
Distrito de Campo Verde	4.708,1	Sim	---	Sim	---	Itaituba/PA
Bairro Nova Miritituba	554,8	Construção paralisada	Itaituba/PA	Construção paralisada	Itaituba/PA	Itaituba/PA
Distrito de Miritituba	2.358,3	Sim	---	Sim	---	Itaituba/PA
Comunidade São Raimundo	4.889,9	Sim	---	Não	Distrito de Campo Verde	Itaituba/PA

A maioria das comunidades estudadas possui escola em sua sede, pelo menos para os anos iniciais. Quando não há estrutura educacional, os estudantes deslocam-se para comunidades

ou sede municipais próximas, por meio de ônibus escolares fornecidos pelas Prefeituras locais.

Em relação aos serviços de saúde, metade das comunidades possui posto de saúde. Porém os entrevistados relataram que, em algumas localidades, não há médico ou enfermeira fixos, sendo o atendimento uma vez na semana ou somente uma vez ao mês. Nos locais em que não existe Unidade Básica de Saúde (UBS) ou Programa Saúde da Família (PSF), os moradores se dirigem aos distritos, sedes municipais e comunidades próximas, para receber atendimento. Há também alguns casos onde algum técnico de enfermagem ou médico vai até a comunidade uma vez ao mês, para atendimento na escola.

Para utilização de demais serviços e equipamentos públicos e privados, como bancos, mercados, serviços médicos de maior complexidade, dentre outros, os moradores das comunidades costumam ir até as sedes municipais mais próximas, pois as mesmas possuem infraestrutura para tais serviços, sendo as localidades mais citadas: Sinop/MT, Terra Nova do Norte/MT, Guarantã do Norte/MT, Novo Progresso/PA e Itaituba/PA.

O deslocamento dentro das comunidades e para outros locais é feito geralmente por carro e moto particular. A maioria das comunidades identificadas possui também empresas de ônibus particulares que realizam os trajetos até as sedes municipais, sendo os pontos de ônibus localizados às margens da rodovia BR-163. No caso dos moradores das comunidades que utilizam os serviços e comércio na sede de Itaituba/PA, o deslocamento ainda inclui a travessia do Rio Tapajós, por meio da balsa.

Em relação a possíveis interferências da ferrovia nos deslocamentos dos moradores das comunidades caracterizadas, alguns aglomerados populacionais serão diretamente afetados com relação aos seus acessos. É o caso de Santa Rita, localizada em Trairão/PA. Trata-se de uma área próxima ao centro urbano de Trairão, cujo acesso se dá pela Vicinal 19. O traçado proposto para implantação da ferrovia cruzará a vicinal que faz a ligação entre as propriedades rurais e a sede do município, onde os moradores utilizam serviços de educação, saúde e comércio.

A Vicinal 22, que dá acesso às propriedades da Agrovila Nova Esperança (Itaituba/PA), também será interceptada pelo empreendimento, possivelmente interferindo sobre a atual dinâmica de deslocamento dos moradores tanto à rodovia BR-163 como à comunidade, dificultando o acesso à sede municipal de Trairão, onde os moradores utilizam serviços como mercados, hospitais e bancos.

Este contexto se aplica às demais vicinais rurais, utilizadas como vias de acesso a propriedades e estruturas que permitem o deslocamento de moradores em direção a centros urbanos, distritos, estruturas comunitárias, além de serem por onde é escoada a produção agropecuária.

5.3.4.3 Desapropriação

De acordo com Mello²⁴, desapropriação é o termo usado para:

“o procedimento através do qual o Poder Público, fundado em necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, compulsoriamente despoja alguém de um bem certo, normalmente adquirindo-o para si, em caráter originário, mediante indenização prévia, justa e pagável em dinheiro, salvo no caso de certos imóveis urbanos ou rurais, em que, por estarem em desacordo com a função social legalmente caracterizada para eles, a indenização far-se-á em títulos da dívida pública, resgatáveis em parcelas anuais e sucessivas, preservado seu valor real.”

No caso do empreendimento proposto, a desapropriação será necessária nas áreas destinadas a integrar a faixa de domínio da ferrovia, em conformidade com Decreto de Utilidade Pública²⁵ específico a ser publicado.

Para a estimativa do quantitativo de desapropriações, foram consideradas as áreas interceptadas pelo traçado proposto para a instalação da infraestrutura ferroviária EF-170.

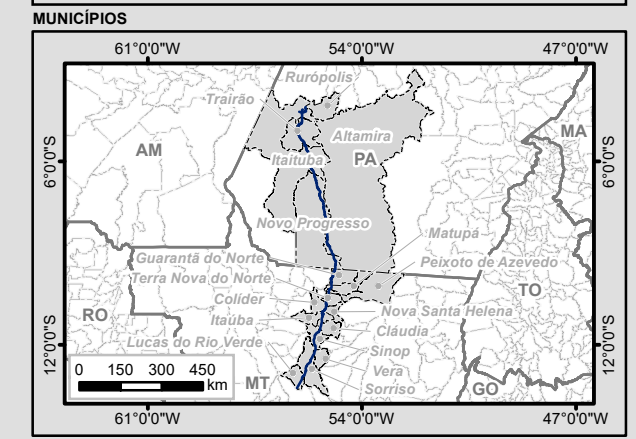
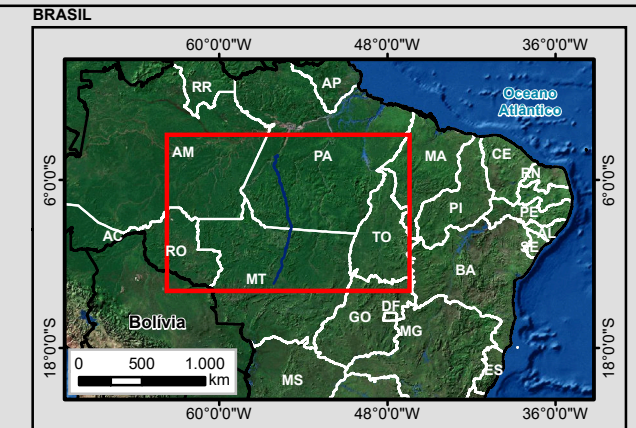
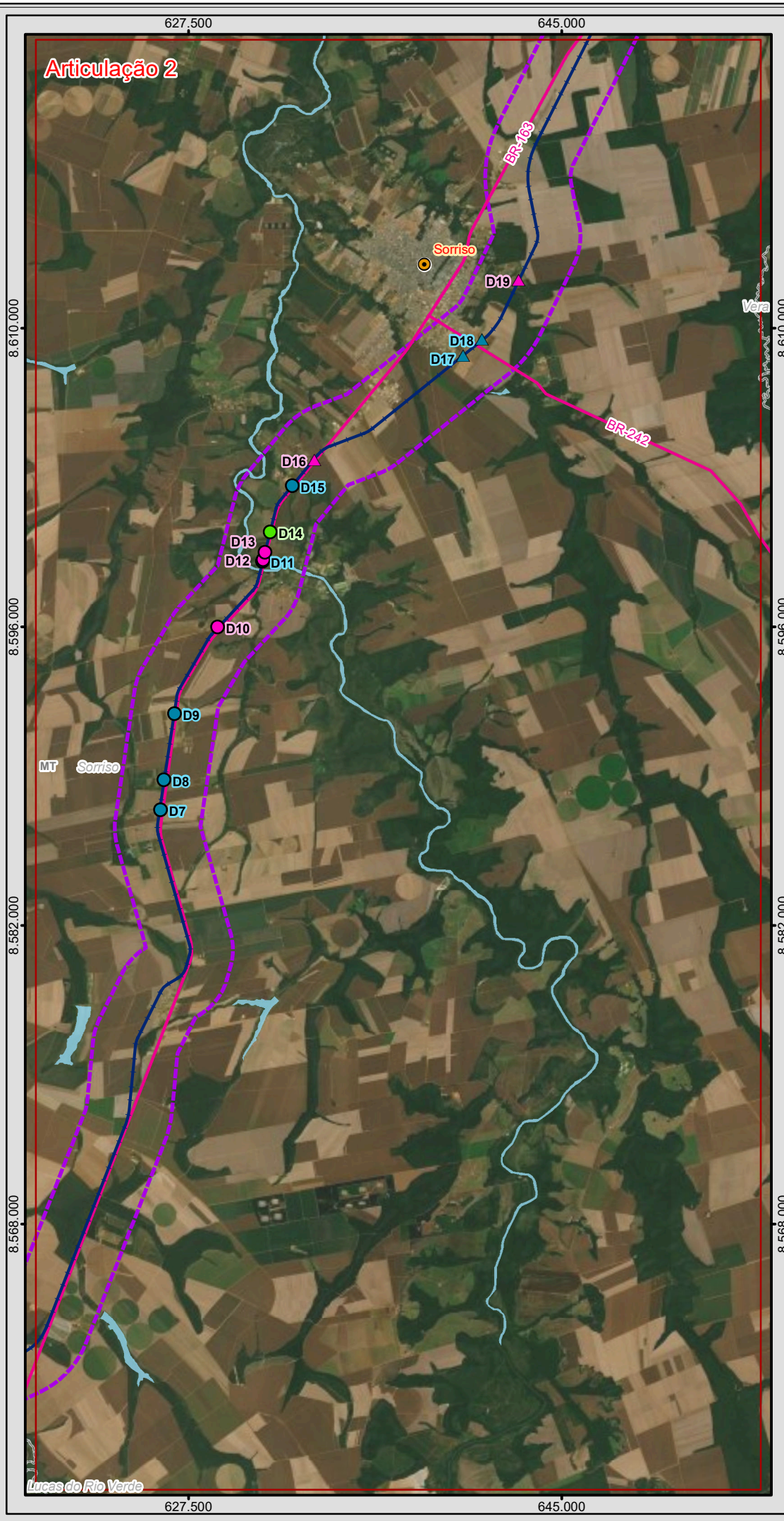
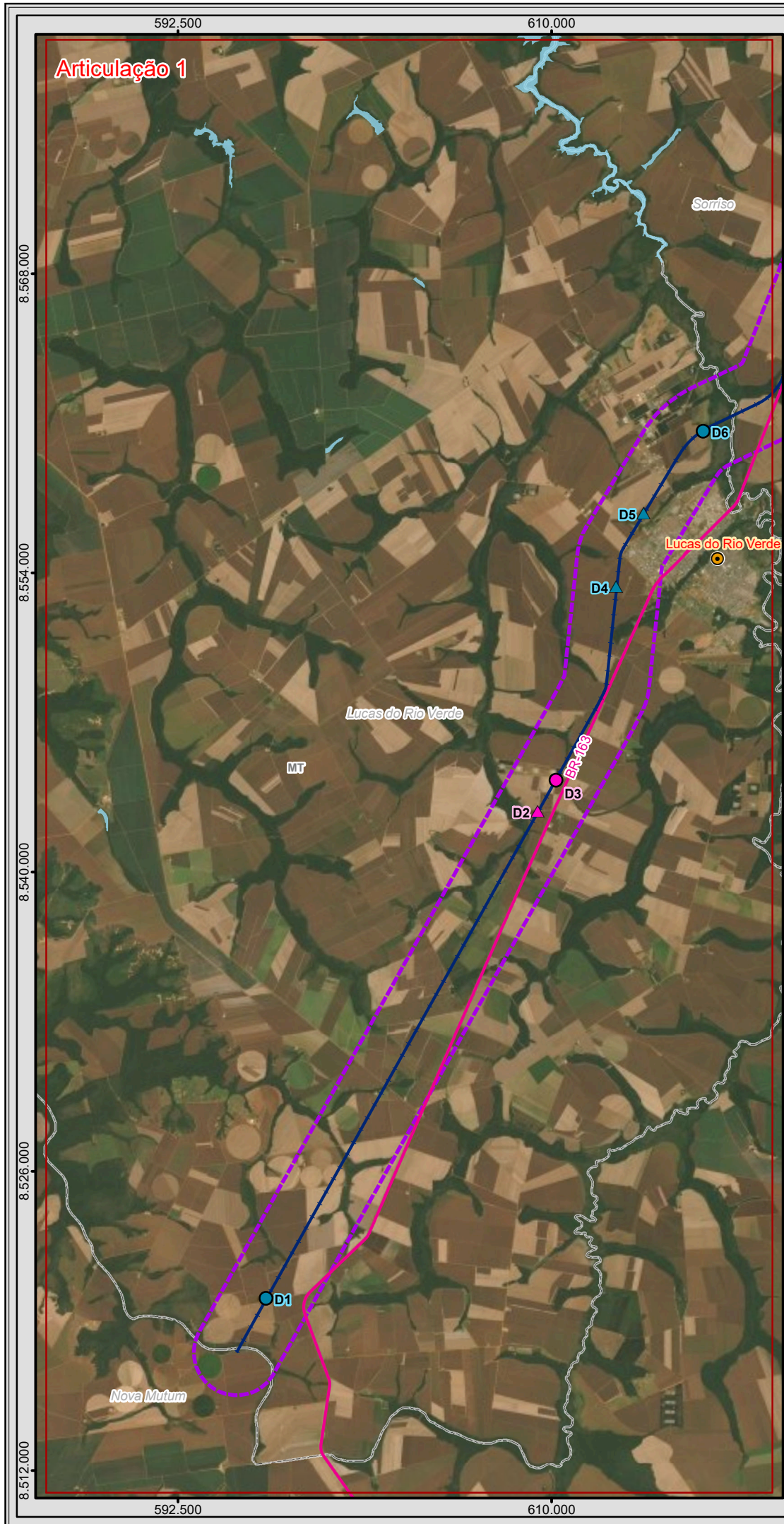
Os dados primários foram coletados durante a campanha de campo realizada nos meses de novembro e dezembro de 2019, por meio de registros fotográficos e georreferenciamento das benfeitorias inclusas na ADA, tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Além disso, após coleta dos dados primários, foi realizada a complementação desse levantamento por meio de análise de imagens de satélite e, em seguida, a elaboração dos mapas com as propriedades passíveis de desapropriação.

A apresentação dos resultados está ordenada em 10 articulações cartográficas, apresentadas nos Mapa 87, Mapa 88, Mapa 89, Mapa 90, Mapa 91, Mapa 92, Mapa 93 e Mapa 94, cujo conteúdo é abordado em seguida.

24 MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 13 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2001.– página 711.

25 Este modelo de desapropriações é regido pelo Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941.

Mapa 87 – Articulações 1 e 2 do Mapeamento de Desapropriações.



Legenda

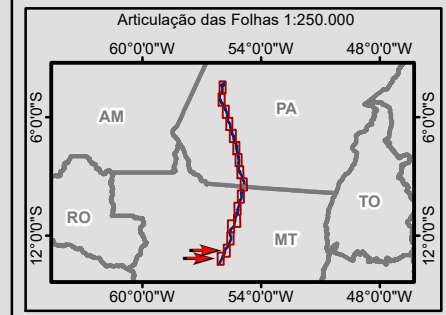
- Cidade
- Estrada de Ferro EF-170
- Rodovia Federal
- Massa D'água
- 2 Km para cada lado da Ferrovia
- Limite Municipal
- Limite Estadual

Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório

- Agrícola
- Comercial
- Industrial
- Misto
- Não Identificado
- Residencial

Pontos de Desapropriação Levantados em Campo

- Agrícola
- Comercial
- Estrutura Comunitária
- Industrial
- Misto
- Residencial



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articulação 1 e 2

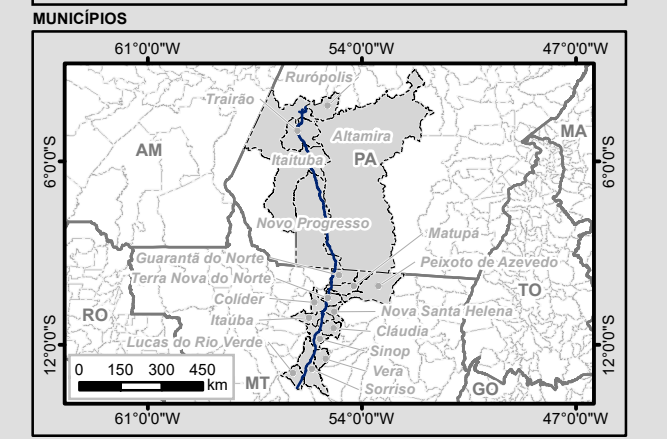
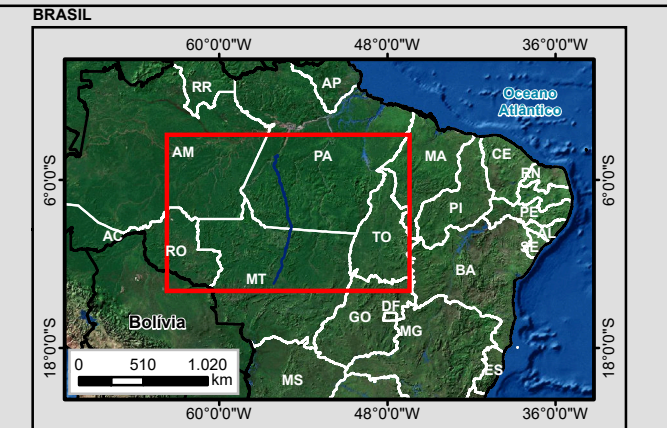
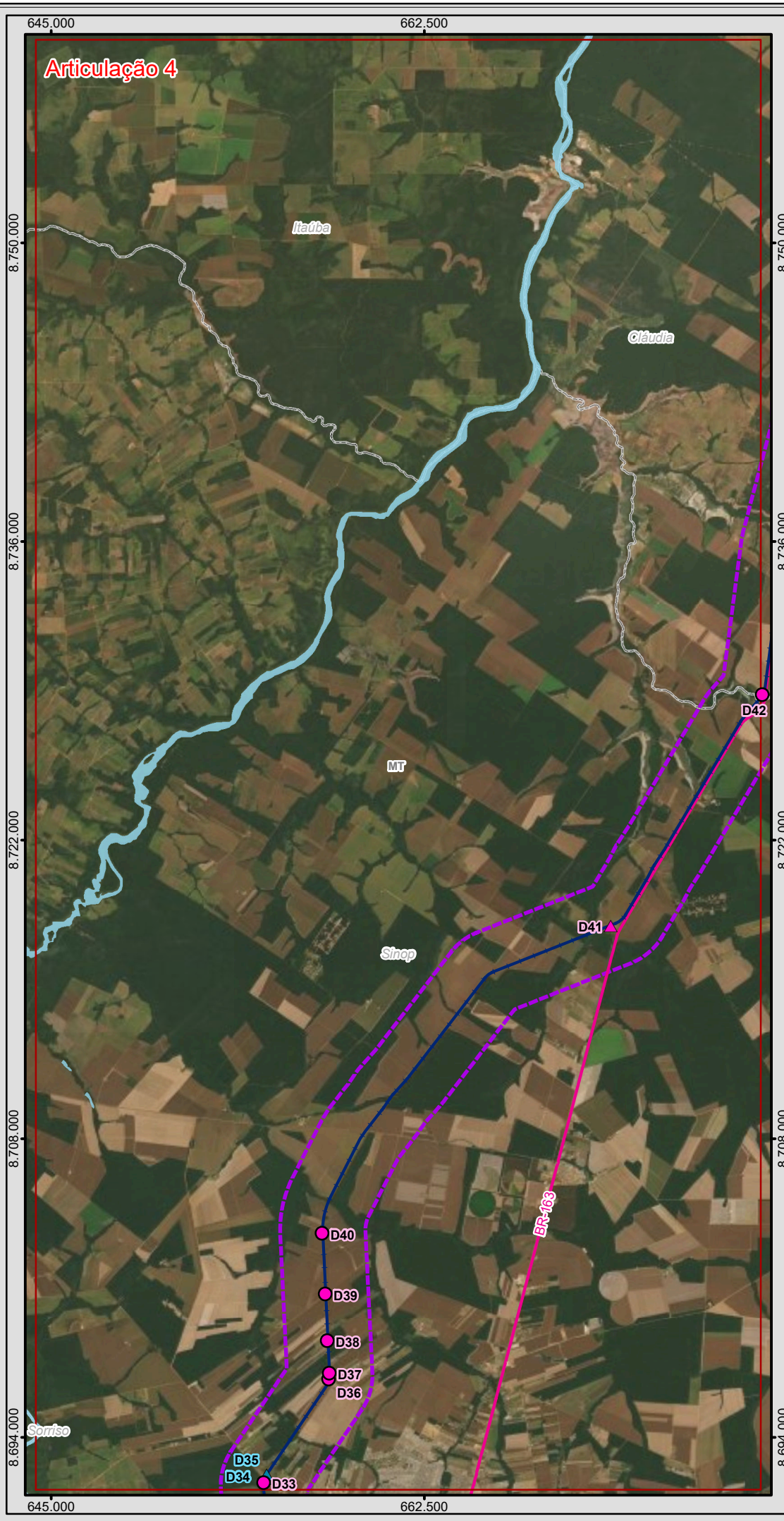
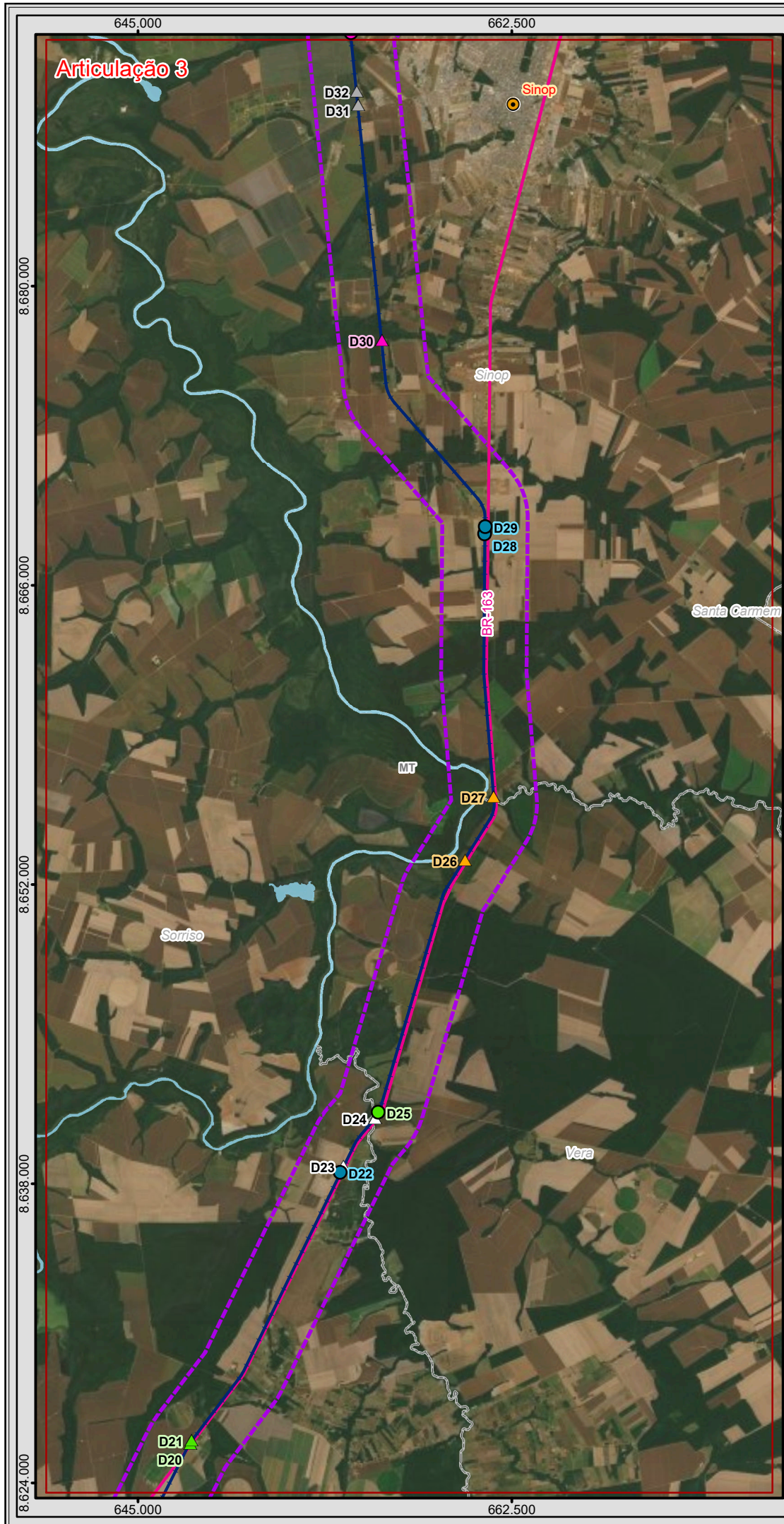
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

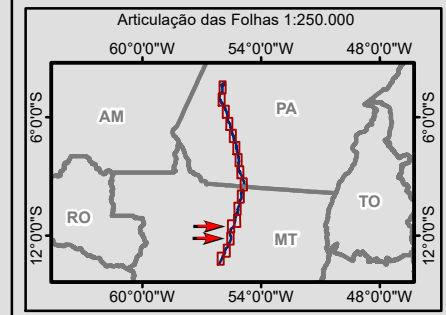
Data: Fevereiro/2020

Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 88 – Articulações 3 e 4 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- Agrícola
 - Comercial
 - Industrial
 - Misto
 - Não Identificado
 - Residencial
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial



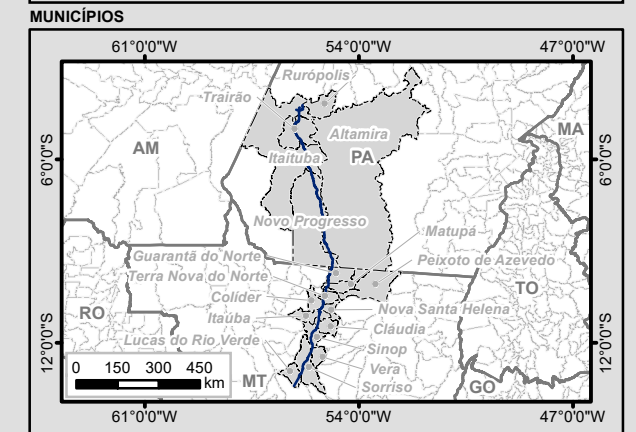
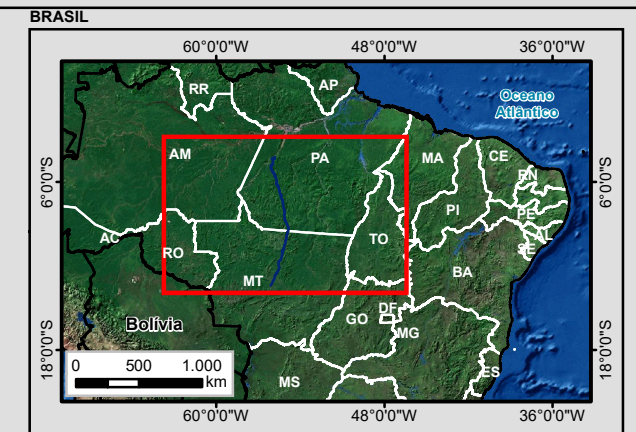
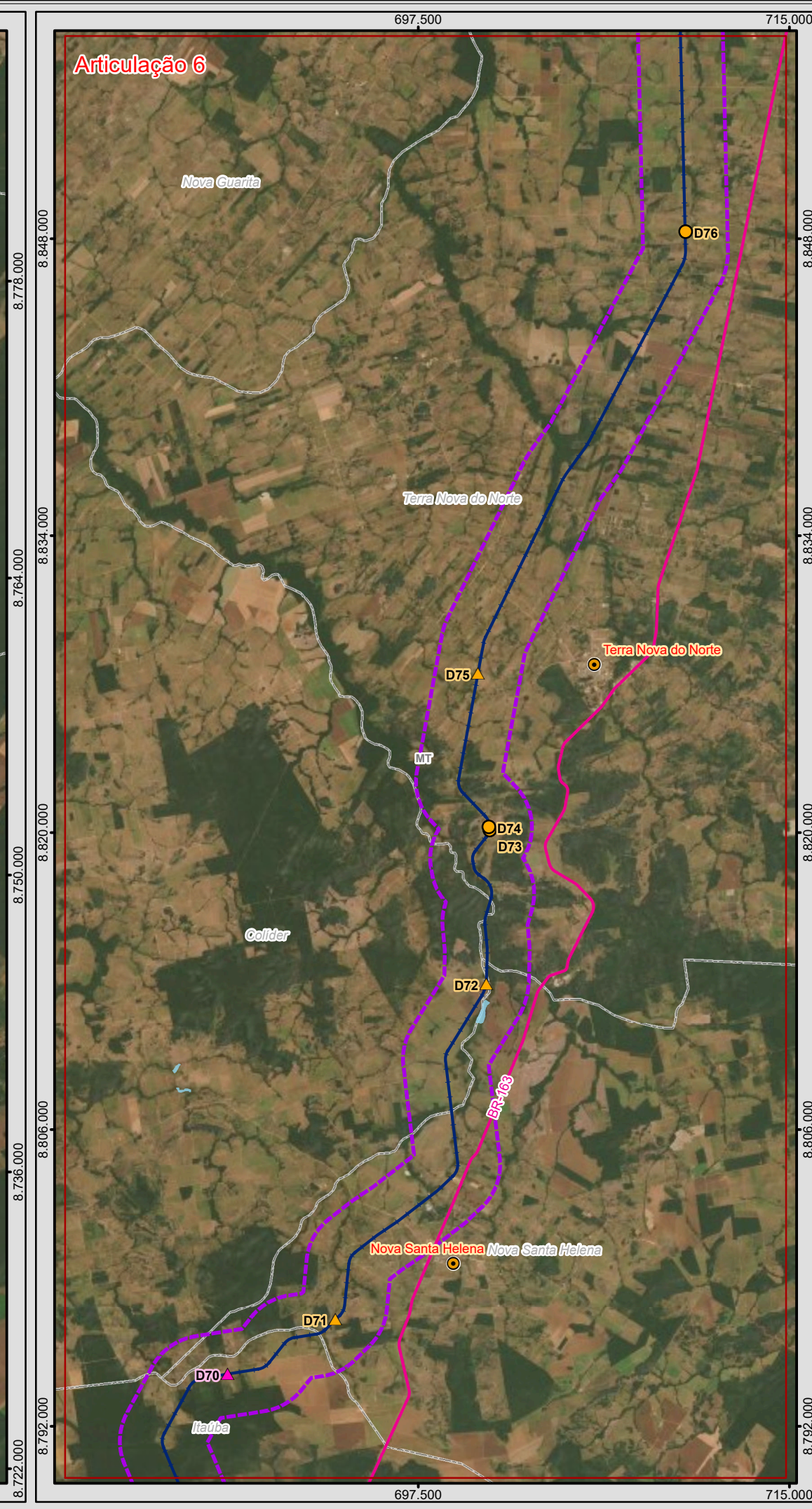
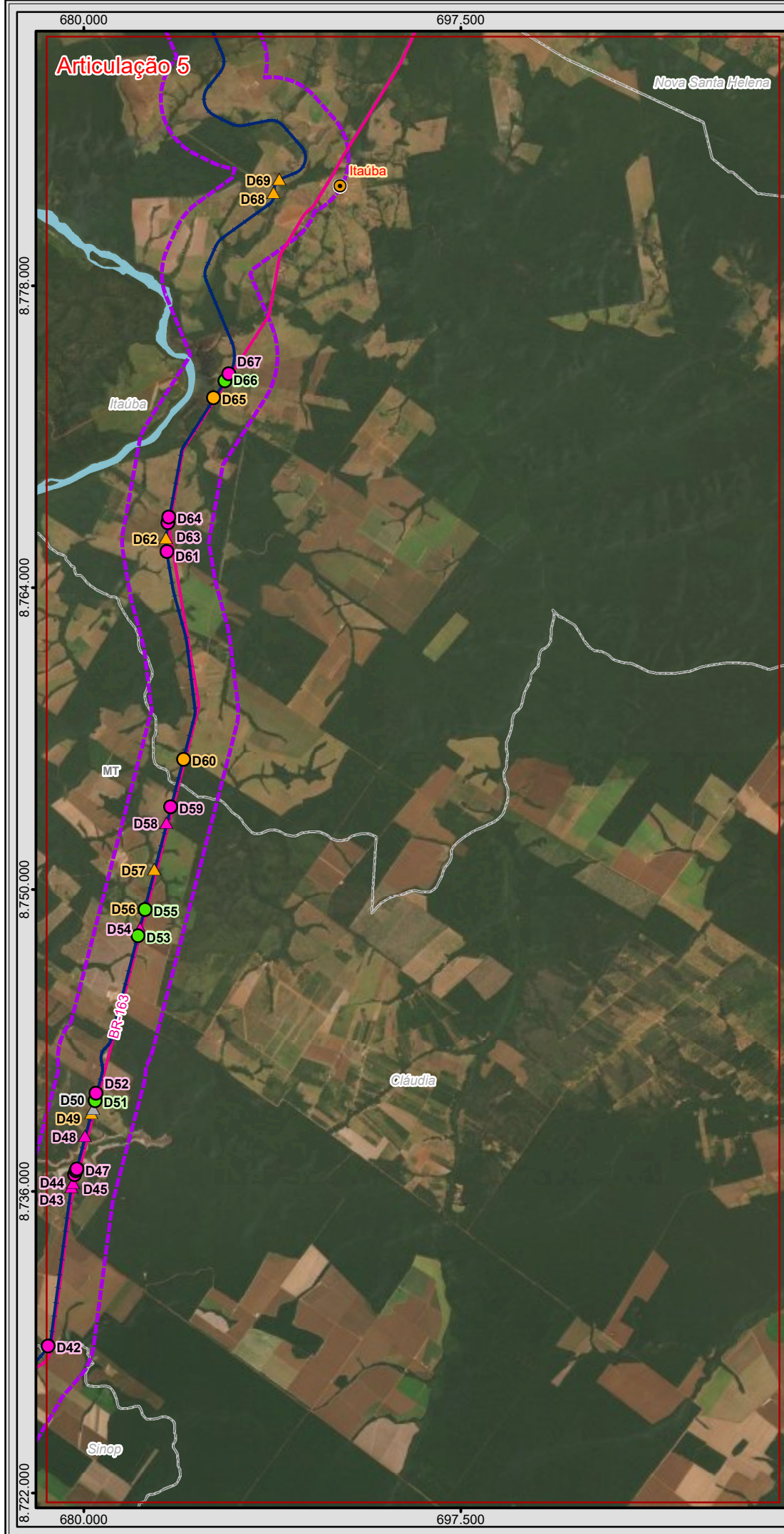
Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articulação 3 e 4

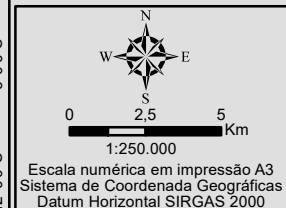
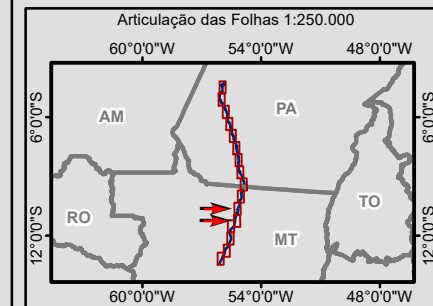
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico	Data: Setembro/2020
MRS	Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos. A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.
Estudos Ambientais	

Mapa 89 – Articulações 5 e 6 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- ▲ Agrícola
 - ▲ Comercial
 - ▲ Misto
 - ▲ Não Identificado
 - ▲ Residencial
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Artulação 5 e 6

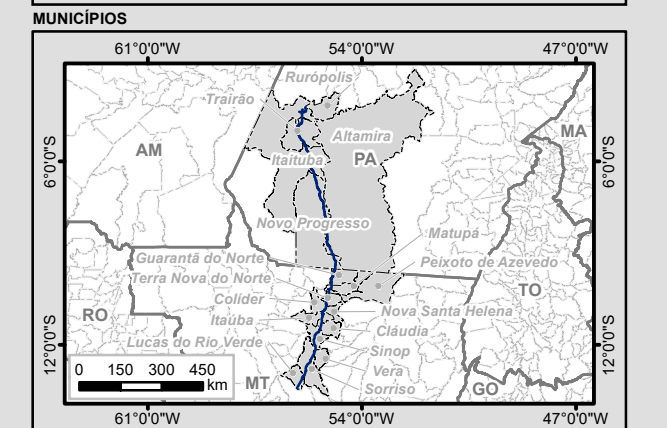
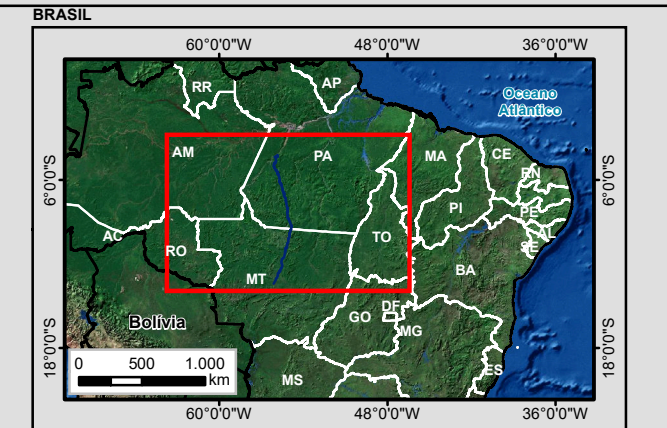
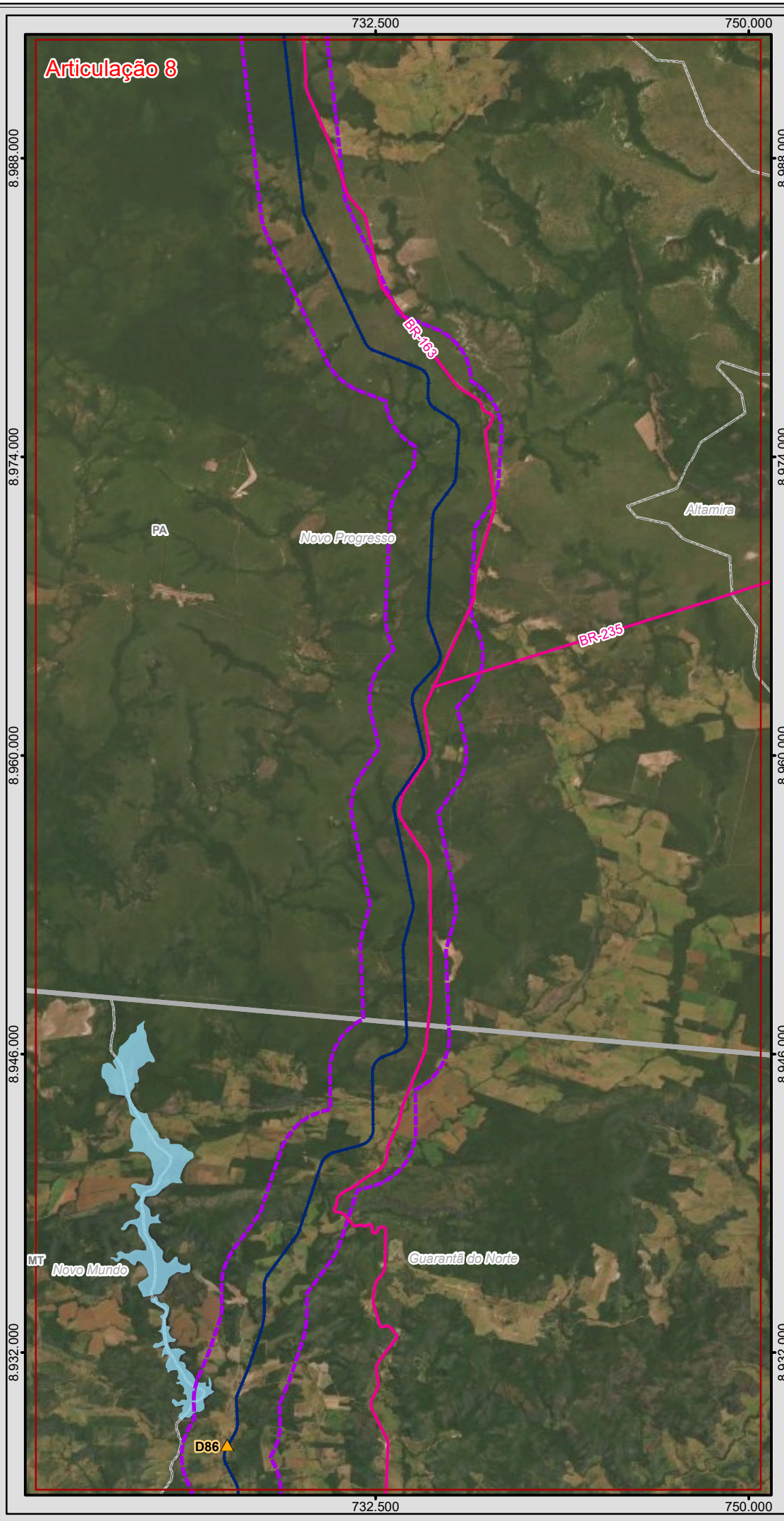
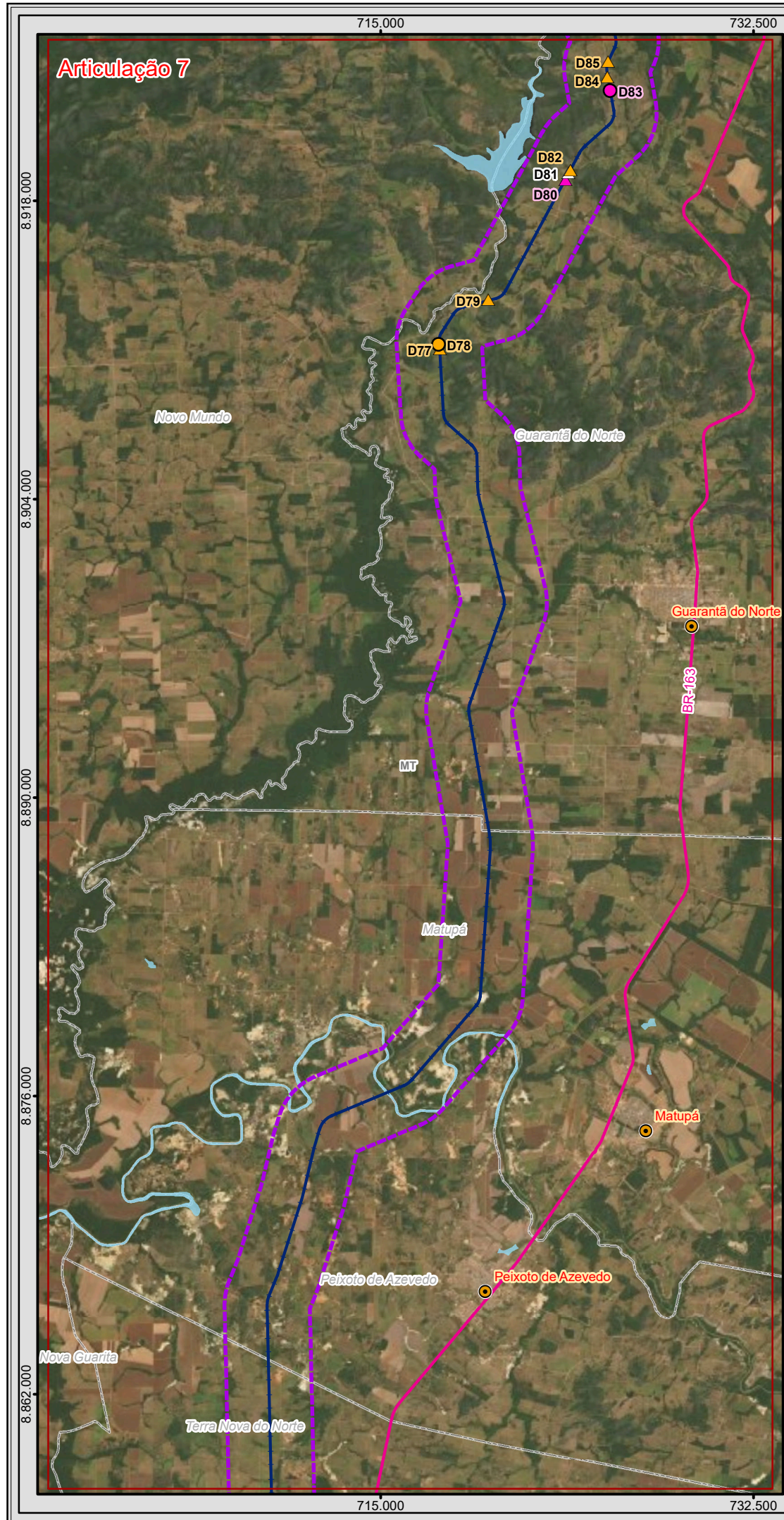
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

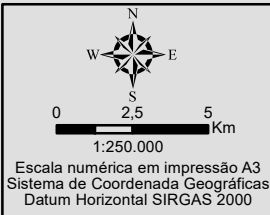
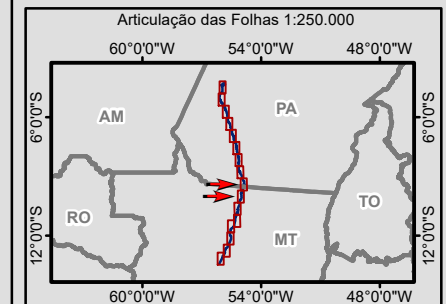
Data: Setembro/2020

Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 90 – Articulações 7 e 8 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- ▲ Agrícola
 - ▲ Comercial
 - ▲ Industrial
 - ▲ Misto
 - ▲ Não Identificado
 - ▲ Residencial
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial



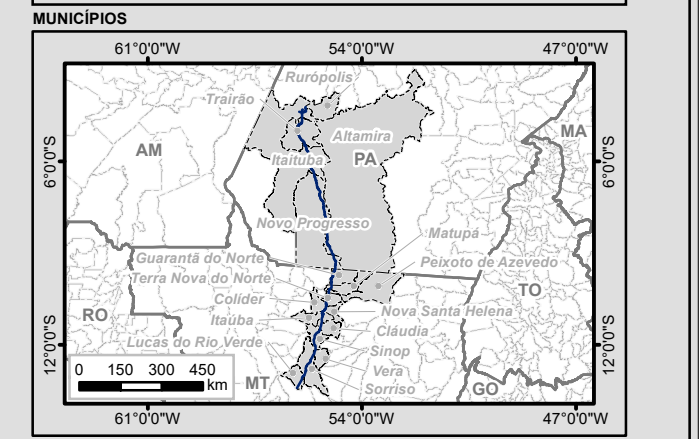
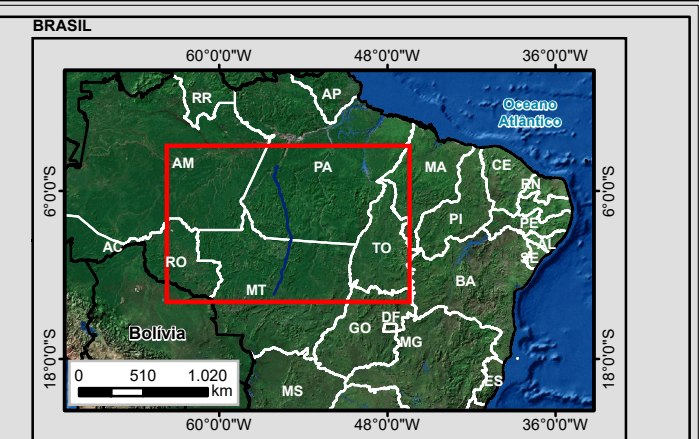
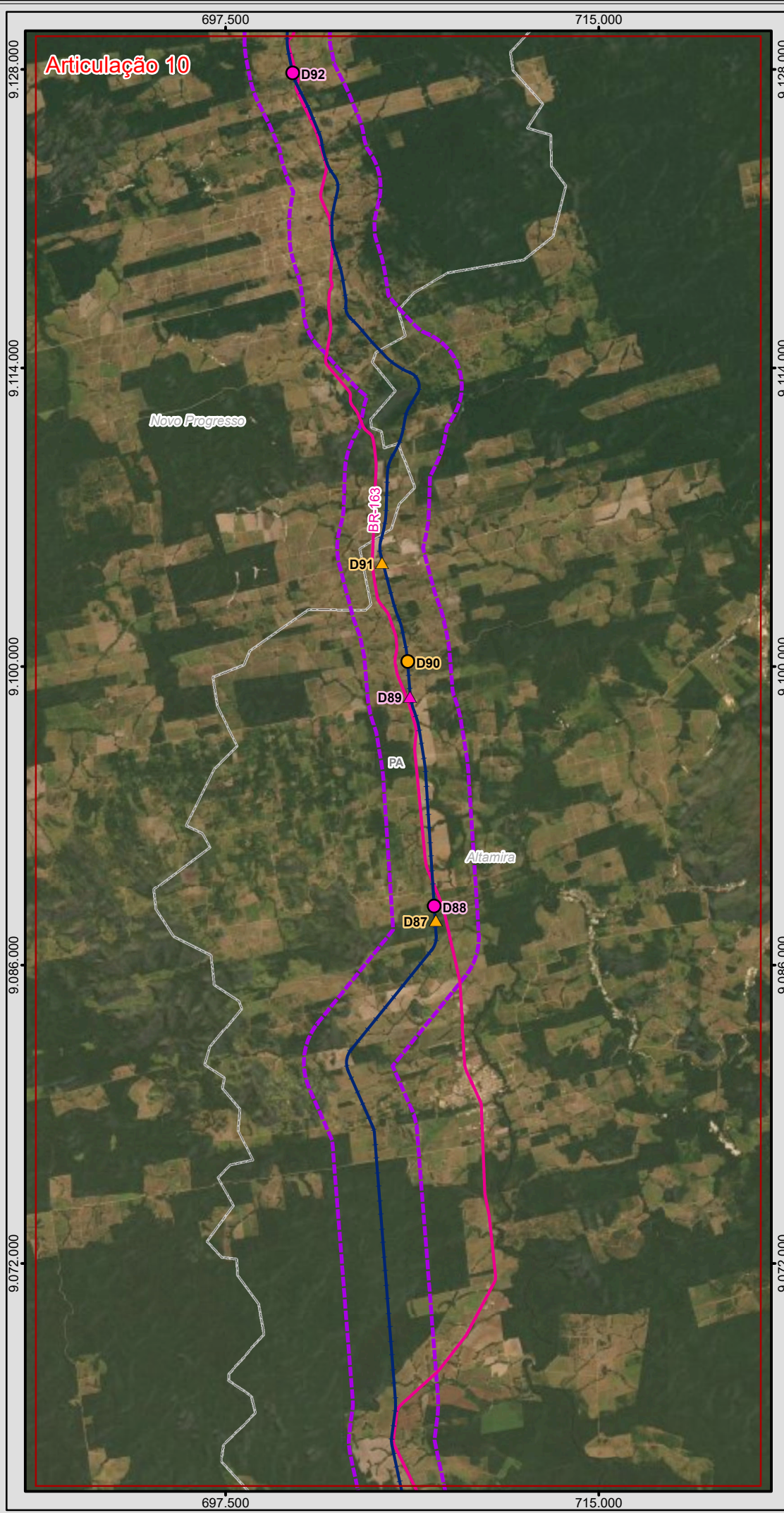
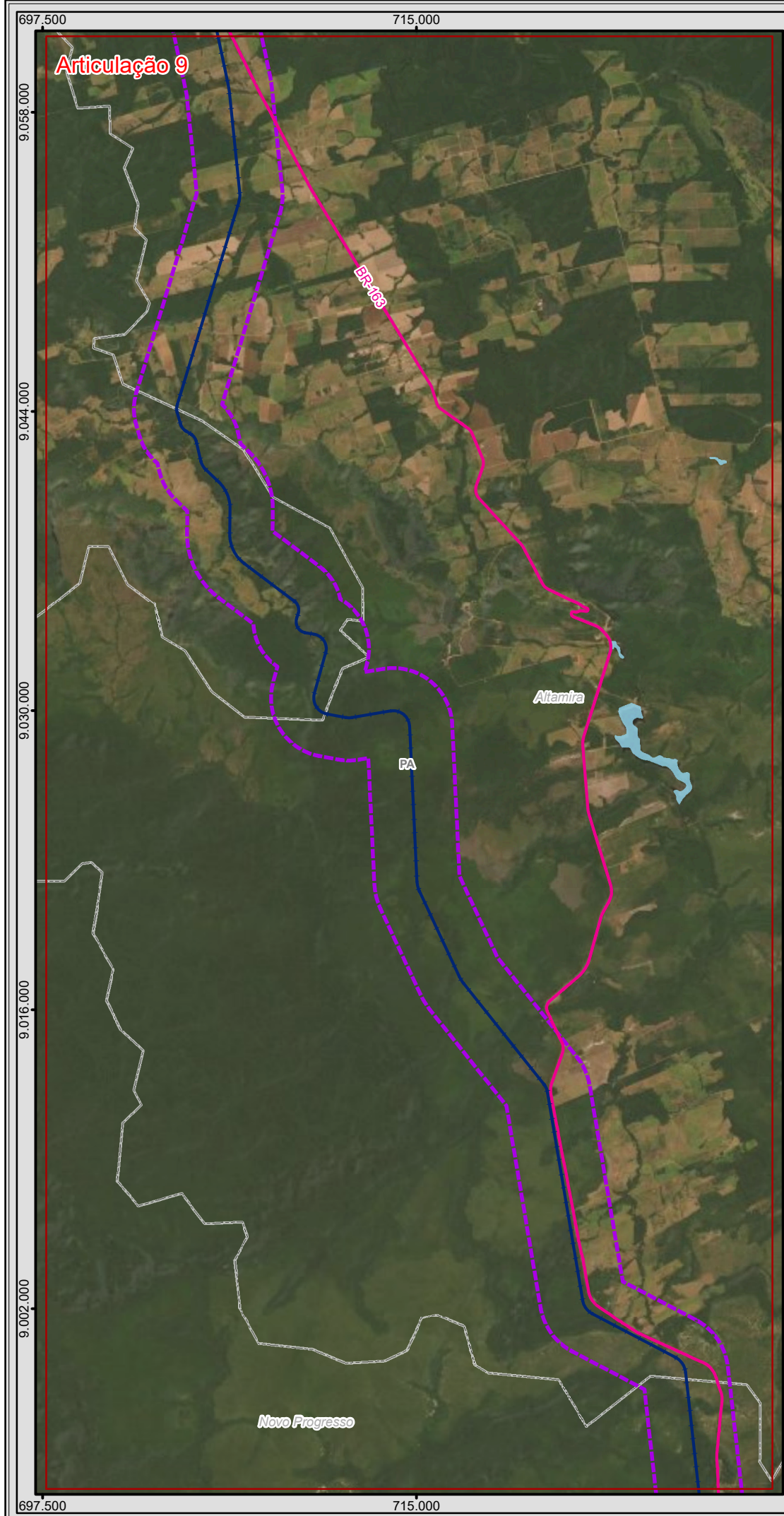
Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articulção 7 e 8

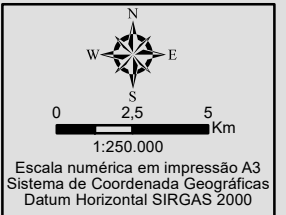
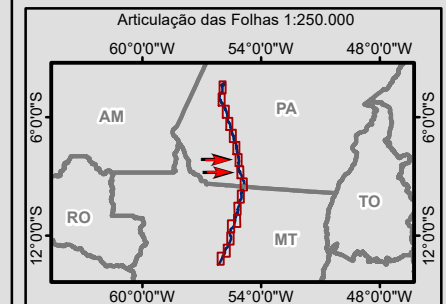
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico	Data: Setembro/2020
MRS Estudos Ambientais	Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 91 – Articulações 9 e 10 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- ▲ Agrícola
 - ▲ Comercial
 - ▲ Industrial
 - ▲ Misto
 - ▲ Não Identificado
 - ▲ Residencial



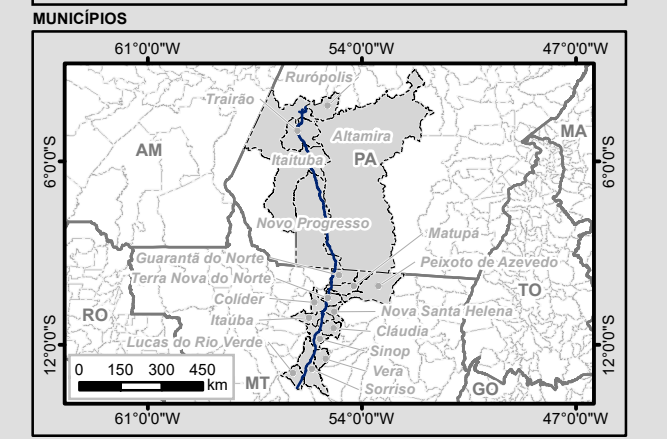
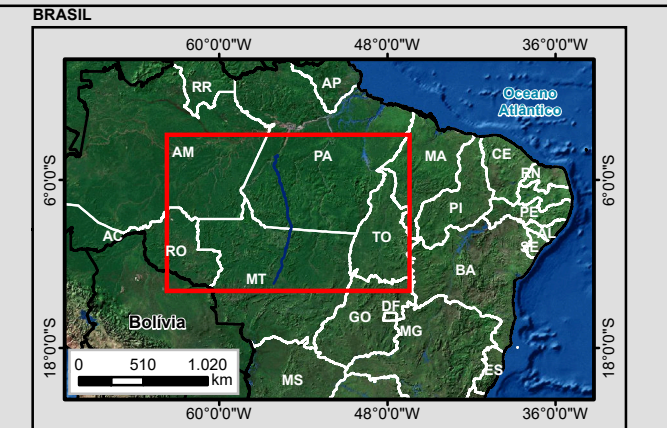
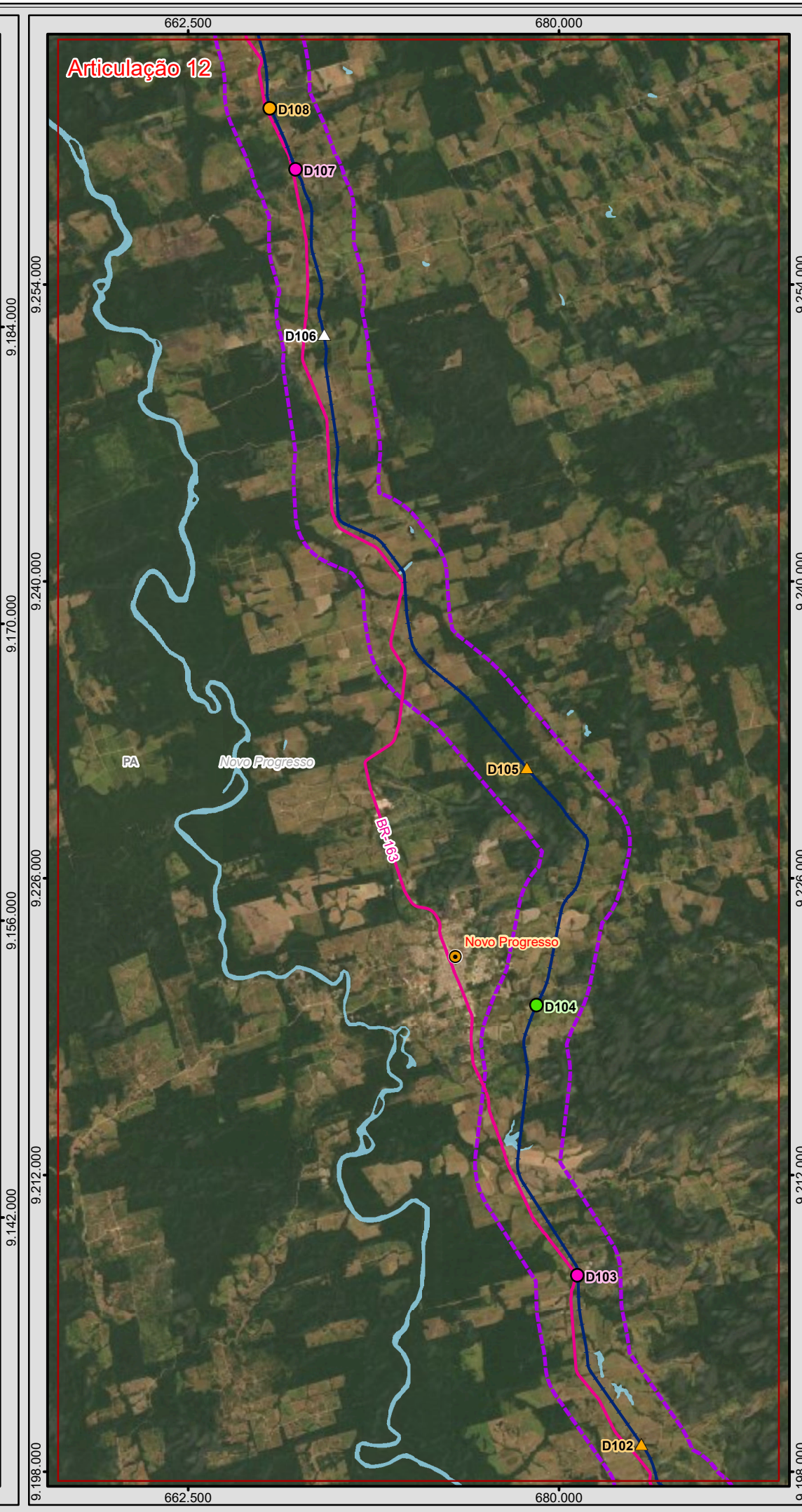
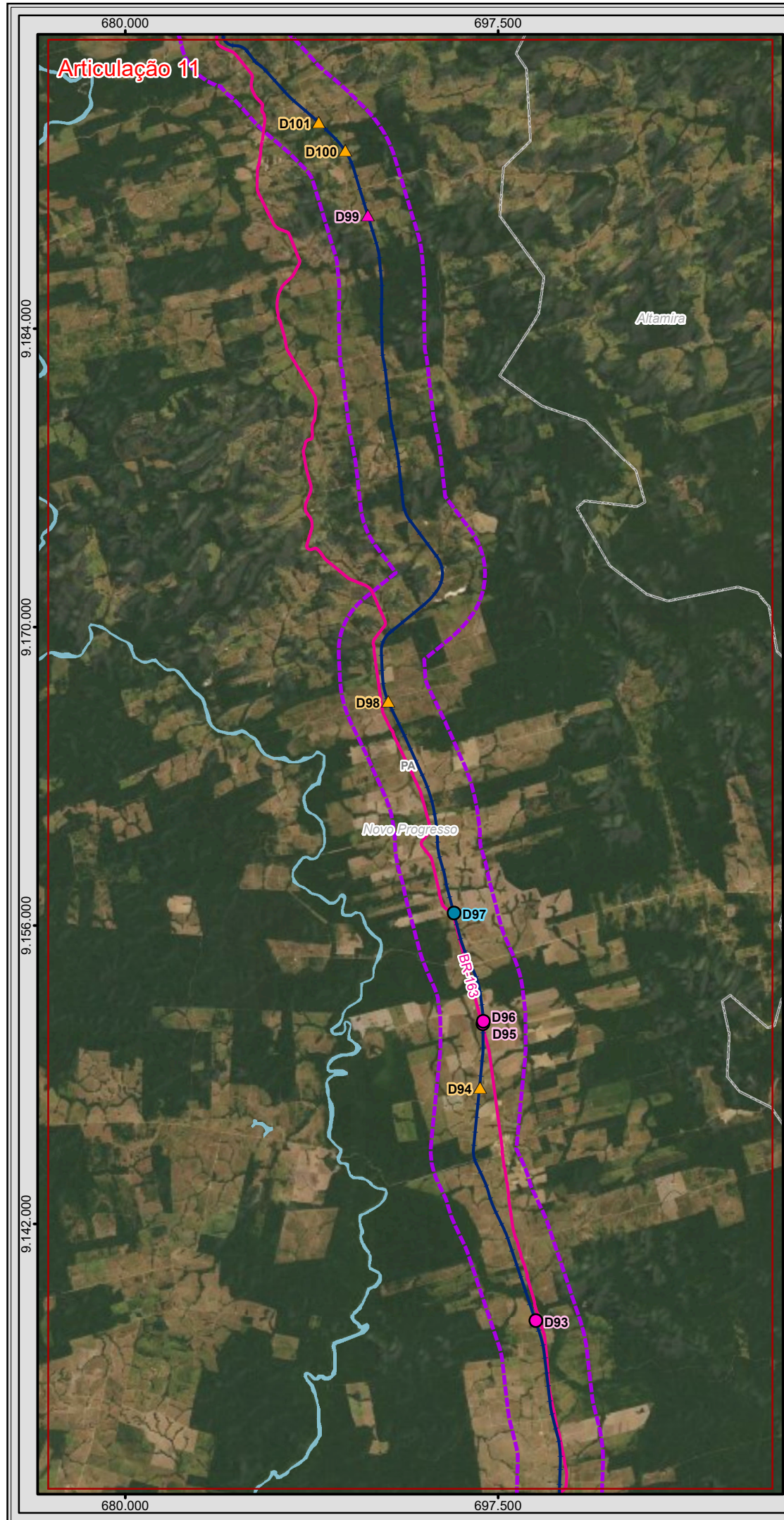
Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Artulação 9 e 10

Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico	Data: Setembro/2020
MRS Estudos Ambientais	Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 92 – Articulações 11 e 12 do Mapeamento de Desapropriações.



Legenda

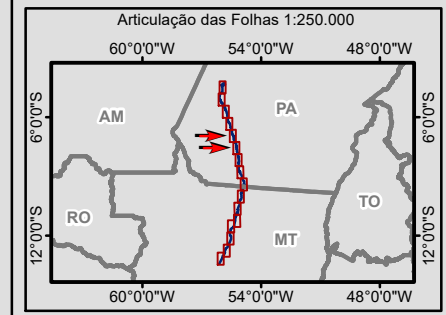
- Cidade
- Estrada de Ferro EF-170
- Rodovia Federal
- Massa D'água
- 2 Km para cada lado da Ferrovia
- Limite Municipal
- Limite Estadual

Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório

- ▲ Agrícola
- ▲ Comercial
- ▲ Misto
- ▲ Não Identificado
- ▲ Residencial

Pontos de Desapropriação Levantados em Campo

- Agrícola
- Comercial
- Estrutura Comunitária
- Industrial
- Misto
- Residencial



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articulção 11 e 12

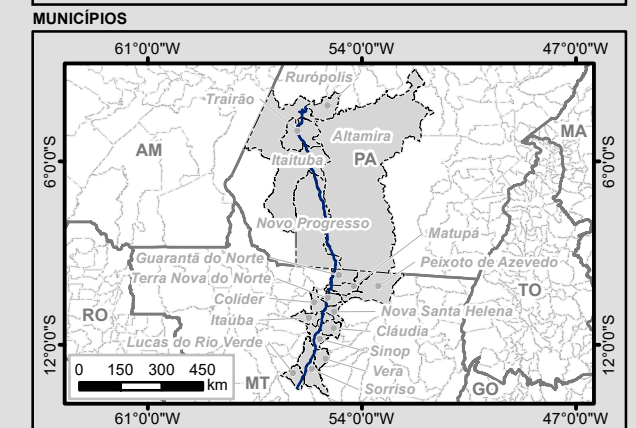
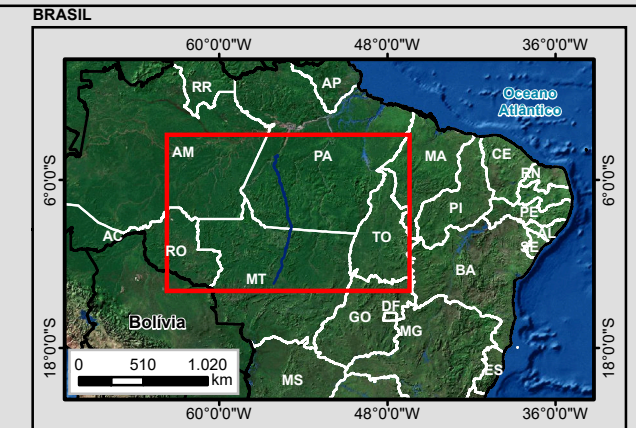
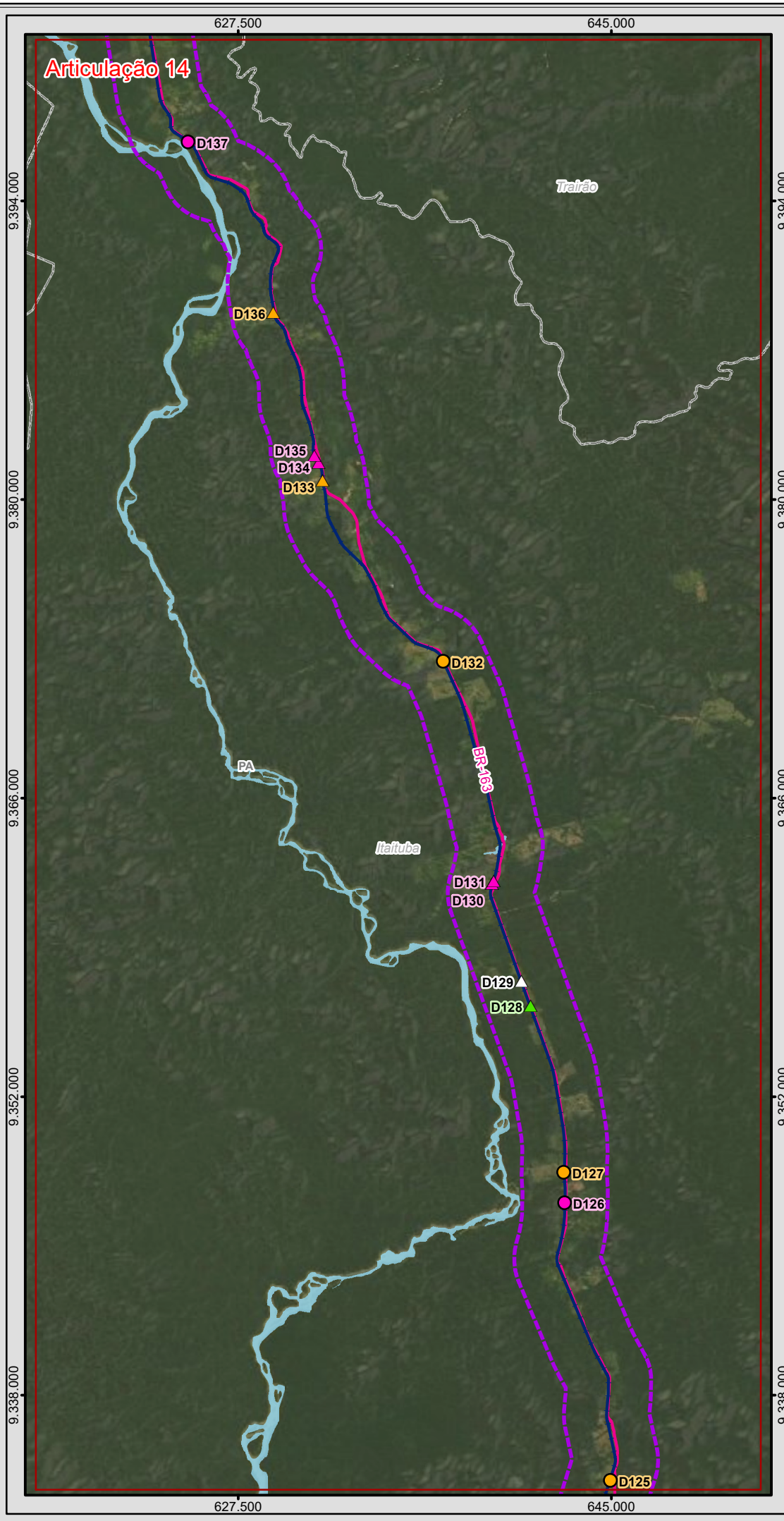
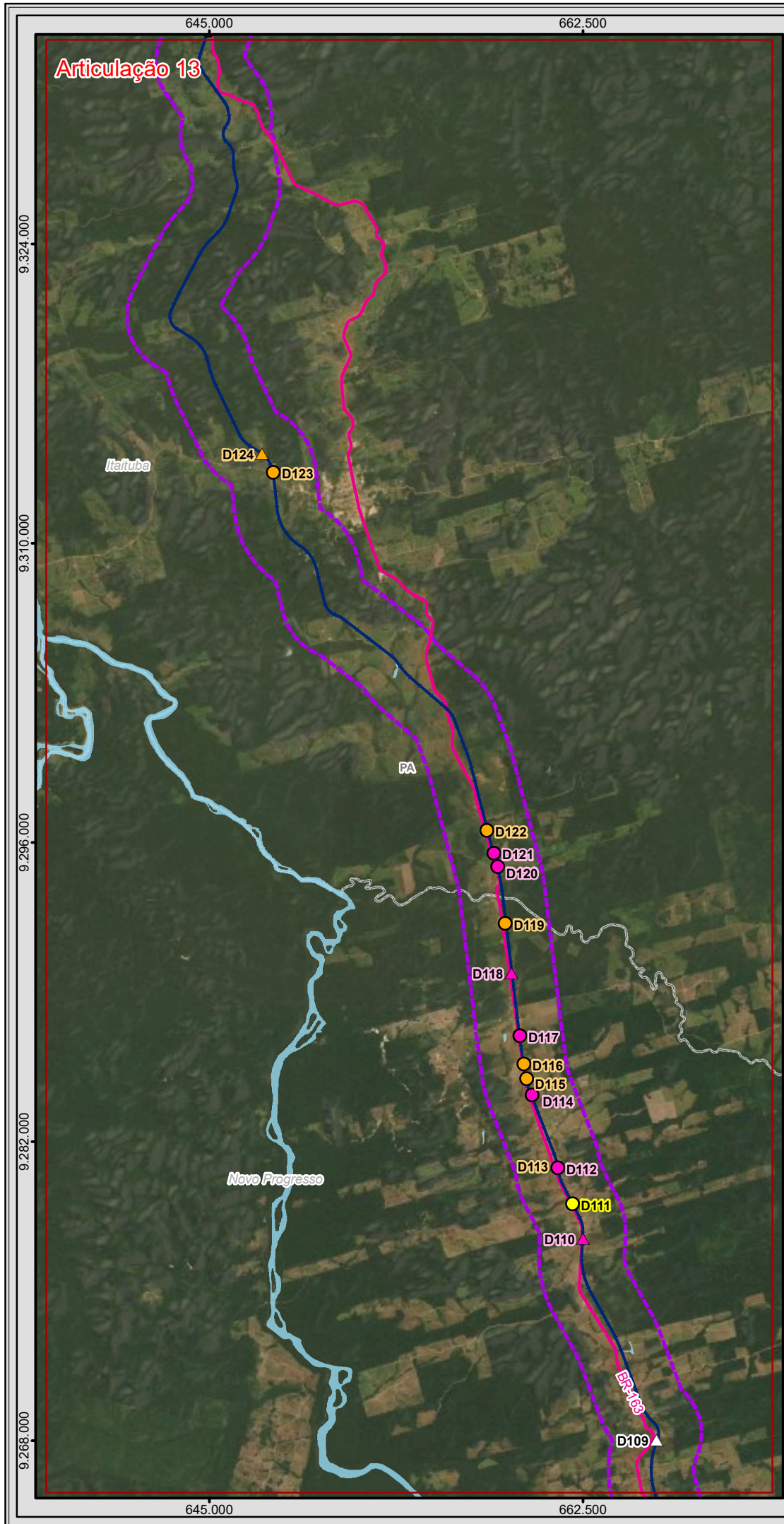
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

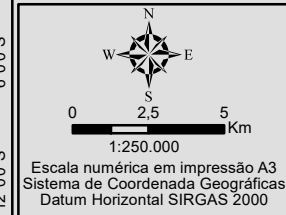
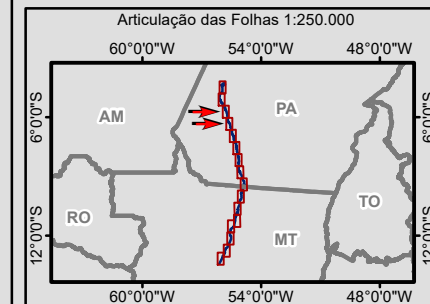
Data: Setembro/2020

Fonte:
Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 93 – Articulações 13 e 14 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- Agrícola
 - Comercial
 - Industrial
 - Misto
 - Não Identificado
 - Residencial
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial





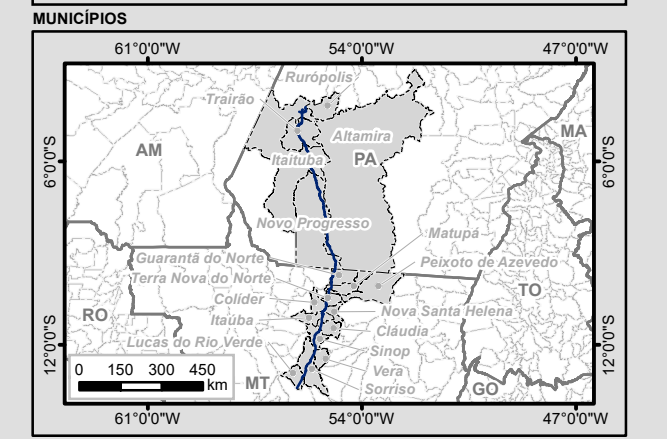
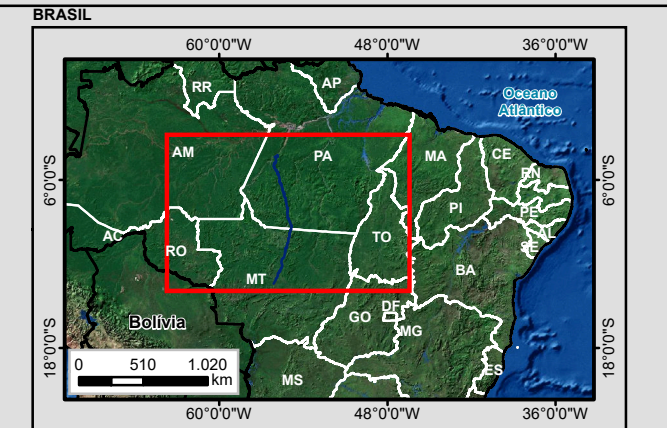
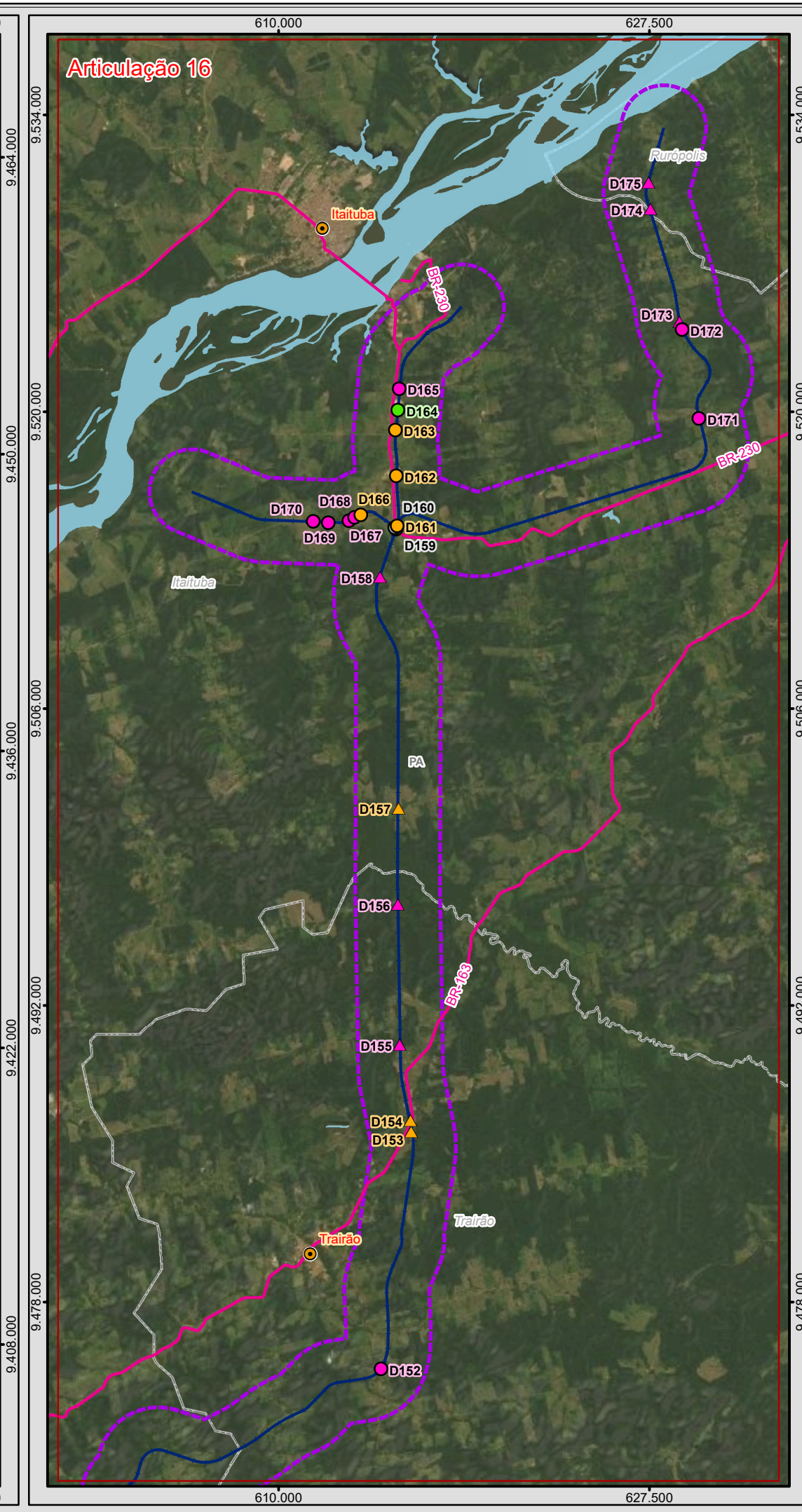
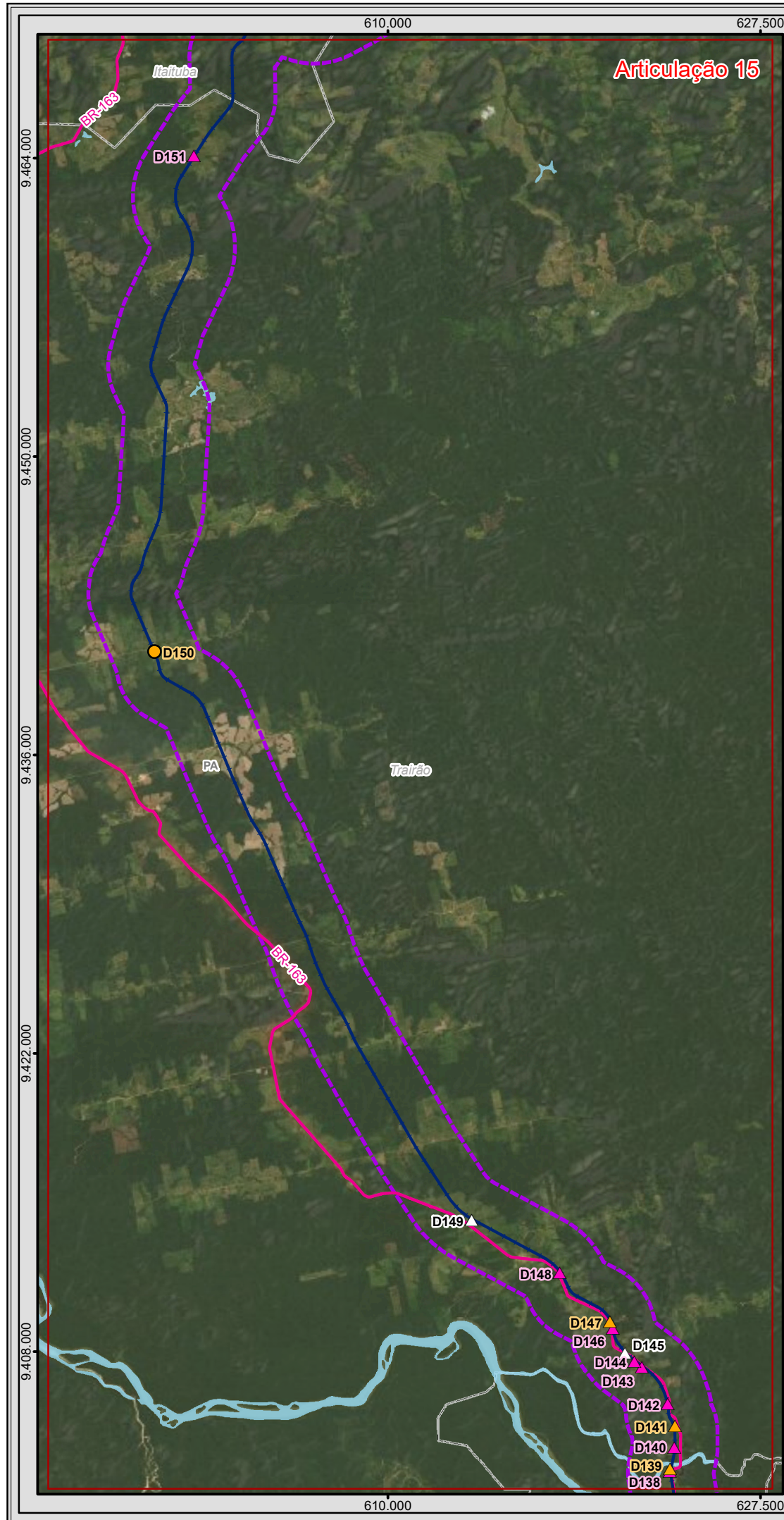

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articularção 13 e 14

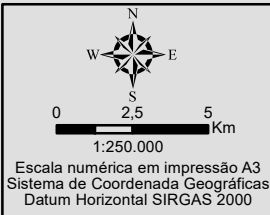
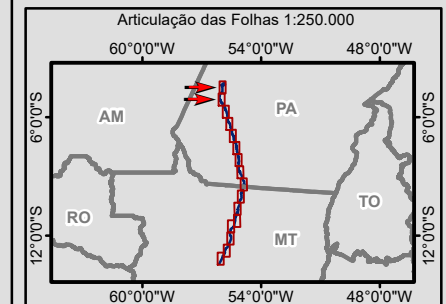
Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico	Data: Setembro/2020
MRS Estudos Ambientais	Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

Mapa 94 – Articulações 15 e 16 do Mapeamento de Desapropriações.



- Legenda**
- Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Massa D'água
 - 2 Km para cada lado da Ferrovia
 - Limite Municipal
 - Limite Estadual
- Pontos de Desapropriação Identificados no Escritório**
- Agrícola
 - Comercial
 - Industrial
 - Misto
 - Não Identificado
 - Residencial
- Pontos de Desapropriação Levantados em Campo**
- Agrícola
 - Comercial
 - Estrutura Comunitária
 - Industrial
 - Misto
 - Residencial



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Desapropriação: Articularção 15 e 16

Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

Data: Setembro/2020

Fonte:
Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Dados Socioeconômicos: A identificação das feições socioambientais existentes na área de estudo foram realizadas a partir de levantamento de campo e complementadas por Sensoriamento Remoto.

As possíveis desapropriações foram classificadas como:

- Agrícola: estrutura de apoio à produção (currais, cochos, dentre outros), pivôs de irrigação, tanques de piscicultura, entre outros;
- Comercial: locais onde são praticadas atividades comerciais (restaurantes, borracharias, pousadas, bares, dentre outros);
- Estrutura comunitária: caracterizada por Igreja/ capela, galpão comunitário e posto de saúde;
- Industrial: agroindústria, torres de linhas de transmissão, subestação de energia;
- Misto: aglomerado urbano, comercial/agrícola, residência/comércio;
- Residencial: residência agrícola, residência rural e;
- Não classificadas: devido à falta de identificação.

A seguir, são apresentados exemplos das classificações de desapropriação:



Figura 854 – Desapropriação agrícola (curral), Novo Progresso/PA (6,704993S; 55,481515W).



Figura 855 – Desapropriação comercial (restaurante/lanchonete), Novo Progresso/PA (6,457122S; 55,556291W).



Figura 856 – Desapropriação de estrutura comunitária, Novo Progresso/PA (6,520558S; 55,535056W).



Figura 857 – Desapropriação de estrutura mista (comércio e residência), Itaituba/PA (4,392029S; 55,958361W).



Figura 858 – Desapropriação industrial, Sorriso/MT (12,637045S; 55,780026W).



Figura 859 – Desapropriação residencial, Sinop/MT (11,783320S; 55,549400W).

O Quadro 60 apresenta a estimativa de desapropriações no traçado proposto para a implantação da linha férrea, com as coordenadas, classificação e municípios aos quais pertencem. A Tabela completa encontra-se no Volume II – Tomo XXI.

Quadro 60 – Propriedades, coordenadas, classificação e municípios a que pertencem.

Nome	Coordenada (UTM)		Classificação	Município
	(X)	(Y)		
D1	596635,2024	8520045,917	Industrial	Lucas do Rio Verde
D2	609356,3416	8542859,272	Residencial	Lucas do Rio Verde
D3	610218,1077	8544294,694	Residencial	Lucas do Rio Verde
D4	613030,1931	8553365,029	Industrial	Lucas do Rio Verde
D5	614322,7933	8556796,744	Industrial	Lucas do Rio Verde
D6	617102,5877	8560629,544	Industrial	Lucas do Rio Verde
D7	626185,8529	8587416,061	Industrial	Sorriso
D8	626344,554	8588826,495	Industrial	Sorriso
D9	626841,0447	8591932,959	Industrial	Sorriso
D10	628865,7148	8595992,551	Residencial	Sorriso
D11	630970,6521	8599072,36	Industrial	Sorriso
D12	631002,9577	8599150,655	Residencial	Sorriso
D13	631091,3132	8599496,626	Residencial	Sorriso
D14	631331,0841	8600451,655	Comercial	Sorriso
D15	632367,3198	8602614,054	Industrial	Sorriso
D16	633405,7333	8603835,39	Residencial	Sorriso
D17	640386,0032	8608723,194	Industrial	Sorriso
D18	641270,886	8609488,93	Industrial	Sorriso
D19	642983,6744	8612268,43	Residencial	Sorriso
D20	647454,1121	8625849,607	Comercial	Sorriso
D21	647501,7842	8625992,51	Comercial	Sorriso
D22	654470,2568	8638526,58	Industrial	Sorriso
D23	654615,7899	8638837,431	Não Identificado	Sorriso
D24	656109,783	8641073,888	Não Identificado	Vera
D25	656244,1762	8641344,105	Comercial	Vera

Nome	Coordenada (UTM)		Classificação	Município
	(X)	(Y)		
D26	660325,6906	8653153,032	Agrícola	Vera
D27	661661,4621	8656119,826	Agrícola	Sinop
D28	661233,6309	8668404,256	Industrial	Sinop
D29	661265,705	8668740,331	Industrial	Sinop
D30	656425,4648	8677479,797	Residencial	Sinop
D31	655320,4159	8688499,392	Misto	Sinop
D32	655255,7789	8689127,284	Misto	Sinop
D33	654976,1137	8691862,971	Residencial	Sinop
D34	655033,5914	8692057,134	Industrial	Sinop
D35	655120,2306	8692246,5	Industrial	Sinop
D36	658018,5465	8696731,013	Residencial	Sinop
D37	658051,4806	8696997,544	Residencial	Sinop
D38	657959,9813	8698521,155	Residencial	Sinop
D39	657865,2021	8700717,648	Residencial	Sinop
D40	657712,973	8703560,534	Residencial	Sinop
D41	671250,6863	8717988,487	Residencial	Sinop
D42	678358,335	8728821,265	Residencial	Cláudia
D43	679434,1503	8736204,804	Residencial	Cláudia
D44	679504,184	8736394,45	Residencial	Cláudia
D45	679587,9764	8736768,747	Residencial	Cláudia
D46	679643,3086	8736952,546	Residencial	Cláudia
D47	679684,3421	8737036,627	Residencial	Cláudia
D48	680072,0222	8738583,002	Residencial	Cláudia
D49	680370,382	8739638,36	Agrícola	Cláudia
D50	680445,631	8739833,036	Misto	Cláudia
D51	680530,5658	8740193,775	Comercial	Cláudia
D52	680573,5511	8740549,139	Residencial	Cláudia
D53	682520,3499	8747845,393	Comercial	Cláudia
D54	682620,1756	8748224,851	Residencial	Cláudia
D55	682856,4871	8749070,427	Comercial	Cláudia
D56	682819,766	8749162,886	Agrícola	Cláudia
D57	683285,3576	8750945,398	Agrícola	Cláudia
D58	683843,5569	8753108,409	Residencial	Cláudia
D59	684042,4861	8753829,399	Residencial	Cláudia
D60	684642,2628	8756027,404	Agrícola	Itaúba
D61	683872,968	8765678,851	Residencial	Itaúba
D62	683830,9703	8766322,999	Agrícola	Itaúba
D63	683913,7741	8767006,733	Residencial	Itaúba
D64	683949,1954	8767272,754	Residencial	Itaúba
D65	686031,6948	8772806,689	Agrícola	Itaúba
D66	686552,9774	8773593,922	Comercial	Itaúba
D67	686733,89	8773913,861	Residencial	Itaúba
D68	688826,1511	8782329,936	Agrícola	Itaúba

Nome	Coordenada (UTM)		Classificação	Município
	(X)	(Y)		
D69	689083,5701	8782950,441	Agrícola	Itaúba
D70	688517,0721	8794470,412	Residencial	Itaúba
D71	693600,8471	8797049,138	Agrícola	Nova Santa Helena
D72	700721,5318	8812869,823	Agrícola	Colíder
D73	700877,4433	8820115,396	Agrícola	Terra Nova do Norte
D74	700838,0918	8820264,326	Agrícola	Terra Nova do Norte
D75	700317,4803	8827509,244	Agrícola	Terra Nova do Norte
D76	710119,3669	8848329,688	Agrícola	Terra Nova do Norte
D77	717787,9988	8911059,831	Agrícola	Guarantã do Norte
D78	717721,8168	8911262,596	Agrícola	Guarantã do Norte
D79	720058,3795	8913364,699	Agrícola	Guarantã do Norte
D80	723688,9117	8919001,403	Residencial	Guarantã do Norte
D81	723814,9626	8919336,965	Não Identificado	Guarantã do Norte
D82	723910,382	8919449,01	Agrícola	Guarantã do Norte
D83	725780,0501	8923168,624	Residencial	Guarantã do Norte
D84	725651,4457	8923840,577	Agrícola	Guarantã do Norte
D85	725678,8886	8924546,256	Agrícola	Guarantã do Norte
D86	725548,4083	8927666,071	Agrícola	Guarantã do Norte
D87	707363,7724	9088091,492	Agrícola	Altamira
D88	707292,4281	9088758,955	Residencial	Altamira
D89	706158,2765	9098607,552	Residencial	Altamira
D90	706052,5475	9100231,014	Agrícola	Altamira
D91	704838,9837	9104872,122	Agrícola	Altamira
D92	700646,9104	9127836,119	Residencial	Novo Progresso
D93	699282,964	9137455,366	Residencial	Novo Progresso
D94	696662,0716	9148396,447	Agrícola	Novo Progresso
D95	696797,0889	9151385,096	Residencial	Novo Progresso
D96	696821,6679	9151498,097	Residencial	Novo Progresso
D97	695443,97	9156582,189	Industrial	Novo Progresso
D98	692352,4485	9166533,431	Agrícola	Novo Progresso
D99	691383,6167	9189322,506	Residencial	Novo Progresso
D100	690327,2989	9192371,772	Agrícola	Novo Progresso
D101	689085,11	9193699,512	Agrícola	Novo Progresso
D102	683892,2095	9199291,756	Agrícola	Novo Progresso
D103	680870,8282	9207263,753	Residencial	Novo Progresso
D104	678943,5569	9220008	Comercial	Novo Progresso
D105	678486,0802	9231212,099	Agrícola	Novo Progresso
D106	668930,7037	9251654,034	Não Identificado	Novo Progresso
D107	667576,2379	9259435,692	Residencial	Novo Progresso
D108	666352,4531	9262314,654	Agrícola	Novo Progresso
D109	665956,6722	9268051,327	Não Identificado	Novo Progresso
D110	662515,1598	9277471,351	Residencial	Novo Progresso
D111	662017,844	9279086,409	Estrutura Comunitária	Novo Progresso

Nome	Coordenada (UTM)		Classificação	Município
	(X)	(Y)		
D112	661326,1313	9280771,067	Residencial	Novo Progresso
D113	661260,6458	9280885,111	Agrícola	Novo Progresso
D114	660117,1552	9284172,958	Residencial	Novo Progresso
D115	659864,6755	9284943,747	Agrícola	Novo Progresso
D116	659738,4124	9285622,152	Agrícola	Novo Progresso
D117	659545,8991	9286950,627	Residencial	Novo Progresso
D118	659155,3145	9289907,194	Residencial	Novo Progresso
D119	658866,4974	9292205,896	Agrícola	Novo Progresso
D120	658516,2414	9294868,258	Residencial	Itaituba
D121	658330,6035	9295491,916	Residencial	Itaituba
D122	657998,9032	9296557,818	Agrícola	Itaituba
D123	648005,2405	9313319,547	Agrícola	Itaituba
D124	647475,2856	9314197,986	Agrícola	Itaituba
D125	644963,4744	9334003,146	Agrícola	Itaituba
D126	642812,8282	9347024,041	Residencial	Itaituba
D127	642775,9314	9348445,862	Agrícola	Itaituba
D128	641219,4632	9356259,618	Comercial	Itaituba
D129	640795,2803	9357428,349	Não Identificado	Itaituba
D130	639406,8512	9362001,524	Residencial	Itaituba
D131	639486,3872	9362120,139	Residencial	Itaituba
D132	637121,5182	9372416,388	Agrícola	Itaituba
D133	631458,7748	9380891,435	Agrícola	Itaituba
D134	631277,0549	9381740,385	Residencial	Itaituba
D135	631077,1457	9382062,581	Residencial	Itaituba
D136	629151,6284	9388775,275	Agrícola	Itaituba
D137	625153,7992	9396770,641	Residencial	Itaituba
D138	623246,5566	9402400,777	Residencial	Itaituba
D139	623258,0092	9402497,122	Agrícola	Itaituba
D140	623455,0236	9403501,68	Residencial	Trairão
D141	623482,6566	9404519,157	Agrícola	Trairão
D142	623149,5975	9405563,106	Residencial	Trairão
D143	621929,7774	9407288,723	Residencial	Trairão
D144	621582,3164	9407552,012	Residencial	Trairão
D145	621139,4866	9407941,986	Não Identificado	Trairão
D146	620568,5694	9409090,078	Residencial	Trairão
D147	620430,5744	9409414,577	Agrícola	Trairão
D148	618074,8209	9411712,202	Residencial	Trairão
D149	613943,2969	9414180,238	Não Identificado	Trairão
D150	599046,3091	9440846,91	Agrícola	Trairão
D151	600898,7875	9464133,275	Residencial	Trairão
D152	614839,6342	9474849,025	Residencial	Trairão
D153	616273,2722	9486045,619	Agrícola	Trairão
D154	616221,7248	9486580,072	Agrícola	Trairão

Nome	Coordenada (UTM)		Classificação	Município
	(X)	(Y)		
D155	615723,1955	9490140,649	Residencial	Trairão
D156	615638,472	9496775,199	Residencial	Trairão
D157	615667,2608	9501310,593	Agrícola	Itaituba
D158	614801,3063	9512208,417	Residencial	Itaituba
D159	615559,5212	9514467,034	Misto	Itaituba
D160	615486,0159	9514527,024	Misto	Itaituba
D161	615603,6189	9514619,803	Agrícola	Itaituba
D162	615557,6604	9516974,817	Agrícola	Itaituba
D163	615521,395	9519136,224	Agrícola	Itaituba
D164	615638,4295	9520081,038	Comercial	Itaituba
D165	615700,5459	9521084,123	Residencial	Itaituba
D166	613892,7583	9515130,274	Agrícola	Itaituba
D167	613589,9162	9515023,013	Residencial	Itaituba
D168	613329,8327	9514861,366	Residencial	Itaituba
D169	612353,867	9514764,408	Residencial	Itaituba
D170	611639,6811	9514830,666	Residencial	Itaituba
D171	629842,4235	9519689,286	Residencial	Itaituba
D172	629044,8639	9523874,238	Residencial	Itaituba
D173	628915,1971	9524246,715	Residencial	Itaituba
D174	627547,5103	9529567,446	Residencial	Rurópolis
D175	627469,7989	9530820,409	Residencial	Rurópolis

No total, estima-se que 175 benfeitorias sejam afetadas pelo traçado proposto, sendo a maioria (77) classificada como estrutura residencial e 56 como estrutura agrícola.

O município com maior quantitativo de possíveis desapropriações é Itaituba/PA (37 pontos levantados), seguido de Novo Progresso/PA (28 pontos) e Cláudia/MT (18 pontos). Nos municípios de Colíder/MT e Nova Santa Helena/MT, ambos no Mato Grosso, somente uma propriedade, em cada município, foi apontada como passível de desapropriação. Nos municípios de Peixoto de Azevedo/MT e Matupá/MT, também em Mato Grosso, não foram identificadas benfeitorias sujeitas à desapropriação.

As tabelas a seguir apresentam o quantitativo de desapropriações por categorias e por municípios.

Tabela 199 – Quantitativo de propriedades por categoria.

Classificação das propriedades	Quantitativo	Porcentagem
Agrícola	56	32%
Comercial	11	6%
Estrutura comunitária	1	1%
Industrial	17	10%
Misto	5	3%
Residencial	77	44%
Não identificada	8	5%
TOTAL	175	100%

Como é possível verificar, a estimativa do quantitativo de famílias a serem realocadas totaliza 77 (setenta e sete). A maioria desses pontos residenciais está localizada no município de Itaituba/PA, seguida de Novo Progresso/PA, também no Pará. No Mato Grosso, o município que apresenta maior quantitativo de possíveis desapropriações de áreas residenciais é Cláudia/MT. Em Colíder/MT, Nova Santa Helena/MT, Terra Nova do Norte/MT e Vera/MT, todos no Mato Grosso, não há propriedades residenciais a serem desapropriadas.

O estado do Mato Grosso concentra a maior parte dos pontos classificados como de uso industrial, com destaque para o município de Sorriso/MT, com oito pontos dessa categoria, incluindo uma subestação de energia da Eletronorte, a Subestação de Sorriso 230kV.

Tabela 200 – Quantitativo de propriedades por categoria e município

Municípios	Agrícola	Comercial	Estrutura Comunitária	Industrial	Misto	Não Identificado	Residencial	Total Geral
Mato Grosso								
Cláudia	3	3	0	0	1	0	11	18
Colíder	1	0	0	0	0	0	0	1
Guarantã do Norte	7	0	0	0	0	1	2	10
Itaúba	5	1	0	0	0	0	5	11
Lucas do Rio Verde	0	0	0	4	0	0	2	6
Nova Santa Helena	1	0	0	0	0	0	0	1
Sinop	1	0	0	4	0	0	8	15
Sorriso	0	3	0	8	0	1	5	17
Terra Nova do Norte	4	0	0	0	0	0	0	4
Vera	1	1	0	0	0	1	0	3
Subtotal Mato Grosso	23	8	0	16	3	3	33	86
Pará								
Altamira	3	0	0	0	0	0	2	5
Itaituba	14	2	0	0	2	1	18	37
Novo Progresso	11	1	1	1	0	2	12	28
Rurópolis	0	0	0	0	0	0	2	2
Trairão	5	0	0	0	0	2	10	17
Subtotal Pará	33	3	1	1	2	5	44	89
Total Geral	56	11	1	17	5	8	77	175

A maioria dos entrevistados que possuem suas terras residenciais e agrícolas passíveis de desapropriação apresentaram dúvidas em relação ao traçado da ferrovia e de como será o processo de indenização, principalmente em relação às propriedades que não possuem título. Nos contextos de pecuária, outra dúvida muito frequente foi em relação à passagem do gado quando a linha férrea corta a área de pasto e se essa área será cercada, além de como ficarão os acessos às propriedades.

Como pontos positivos apontados estão a geração de empregos durante a implantação do empreendimento e diminuição do fluxo de caminhões na rodovia BR-163, cenário muitas vezes associado pelos entrevistados a uma possível redução de acidentes. O desenvolvimento regional também foi apontado como um ponto favorável, pois o empreendimento facilitará o escoamento de grãos, melhorando a logística e minimizando o preço dos fretes, narrativa concentrada especialmente entre moradores do Mato Grosso.

Os aspectos negativos mais citados são os referentes à diminuição da área produtiva ou segmentação das propriedades, aos ruídos sonoros emitidos pelo trem, o possível desemprego de caminhoneiros, já que há uma percepção de que grande parte dos grãos escoados pela BR-163 passarão a ser transportada pela ferrovia.

Além disso, com a redução do fluxo de carretas, a tendência é que o comércio local das comunidades e distritos localizados às margens da BR-163 seja afetado negativamente. Alguns poucos entrevistados afirmaram que o traçado possivelmente irá separar a residência da fonte de água (minas ou poços artesianos).



Figura 860 – Entrevista realizada em propriedade possivelmente afetada (10,738752S; 55,166327W).



Figura 861 – Entrevista realizada em propriedade possivelmente afetada (8,492484S; 55,126361 W).



Figura 862 – Entrevista realizada em propriedade possivelmente afetada (7,536326 S; 55,256397W).



Figura 863 – Entrevista realizada em propriedade possivelmente afetada (11,494475 S; 55,365087 W).



Figura 864 – Entrevista realizada em propriedade possivelmente afetada (4,330934S; 55,958545W).



Figura 865 – Entrevista realizada com proprietários de área possivelmente afetada (5,125887S; 55,110385W).

Durante os levantamentos de campo, além das entrevistas com os moradores das propriedades afetadas, também foi realizada uma visita à Limagrain, multinacional de pesquisa e produção de sementes de milho e soja, localizada no traçado proposto para implantação da ferrovia, no município de Sorriso/MT.

A equipe da empresa informou que acredita que o empreendimento será muito benéfico para toda a região e para o desenvolvimento do Brasil, principalmente com relação à diminuição do custo do frete atual e melhora das condições de trafegabilidade da rodovia BR-163. Este aspecto está atrelado a uma expectativa de redução do fluxo de caminhões nesta via, que, de acordo com o entrevistado, não tem suportado a quantidade de caminhões que circulam, principalmente na época das colheitas. Além disso, citou a implantação de empresas de grande porte na região, como exemplo, a FS Bioenergia, localizada em Lucas do Rio Verde/MT, e a Inpasa Agroindustrial, em Sinop/MT, usinas de etanol de milho, sendo a última considerada a maior usina dessa categoria na América Latina, como aspecto que aumenta a pressão sobre a rodovia.



Figura 866 – Visita à Limagrain (12,775423S; 55,837476W).



Figura 867 – Soja plantada na Limagrain (12,775423S; 55,837476W).

5.3.5 DINÂMICA SOCIOCULTURAL

As populações tradicionais brasileiras são definidas e protegidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), promulgada

pelo Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Tal normativa legal define povos e comunidades tradicionais como sendo:

“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

O texto legislativo responsável pela regulamentação dos procedimentos administrativos concernentes aos órgãos intervenientes responsáveis pela proteção de comunidades tradicionais no âmbito de processos de licenciamento ambiental é a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015. De acordo com esta normativa, empreendimentos ferroviários instalados a uma distância inferior a 10 quilômetros de comunidades consideradas tradicionais, requerem a realização de estudos específicos para a identificação de impactos diretos sobre as dinâmicas social, econômica e cultural desses povos.

Isto posto, serão apresentados os contextos gerais da relação entre o empreendimento proposto e as comunidades tradicionais inseridas no *buffer* de 10 quilômetros, distância estabelecida pelo texto legal vigente.

5.3.5.1 Comunidades Quilombolas

De acordo com o parágrafo 4º do artigo 3º do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, a Fundação Cultural Palmares (FCP) é a responsável pela emissão de certidão de comunidades quilombolas e sua inscrição em cadastro geral. Este mesmo decreto nomeia ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia federal, como responsável pela titulação dos territórios tradicionalmente ocupados.

Em consulta às bases de dados da Fundação Cultural Palmares²⁶ e do Incra, verificou-se que não há registros de territórios dessas populações remanescentes de quilombos em nenhum dos dezessete municípios inseridos na área de estudo do empreendimento, conforme distância preconizada na Portaria Interministerial nº 60/2015.

Durante o levantamento de campo, em esforço de identificação de comunidades em processo inicial de reconhecimento, também não foram identificadas comunidades quilombolas na região estudada.

Subsidiariamente foi realizada consulta formal, por meio de ofícios, a órgãos ambientais dos Estados do Mato Grosso e Pará, solicitando informações sobre as comunidades quilombolas e tradicionais registradas nos municípios. A situação dos mesmos encontra-se no Quadro 61, enquanto o Volume III – Tomo XVIII contém os documentos protocolados e as respostas até o momento recebidas.

²⁶ Fonte: <http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-mt-02082019.pdf>;
<http://www.palmares.gov.br/sites/mapa/crqs-estados/crqs-pa-02082019.pdf>.

Quadro 61 – Ofícios enviados, destinatário, data e situação de resposta.

Nº do Ofício	Destinatário	Data do Protocolo	Situação
4750/2019	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade – Governo do Estado do Pará	26/11/2019	sem resposta
4748/2019	Instituto de Terras do Pará – ITERPA	14/01/2020	Por meio do Ofício 12/2020 – DJ, o ITERPA informou a impossibilidade de atender ao pleito
4749/2019	Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidadania de Mato Grosso	04/12/2019	Respondido pelo Ofício 0480/2020/GAB/SETAS/MT
4747/2019	Instituto de Terras do Mato Grosso – INTERMAT	04/12/2019	sem resposta
4751/2019	Secretaria de Meio Ambiente – Governo do Estado do Mato Grosso	04/12/2019	Respondido pelo Ofício nº 61401/2020/GEOSIG/DIGEO/SAGRA

5.3.5.2 Comunidades Indígenas

Segundo a legislação vigente - Art.225 e 231 da CF de 1988, dentre outros dispositivos legais - as terras indígenas são bens da união que devem ser protegidos e assegurados aos povos indígenas. Portanto, quando um empreendimento requerente de licença ambiental ocorrer em Terras Indígenas ou, porventura, puder desencadear impactos a elas, deverão ser produzidos estudos complementares e específicos de avaliação de impactos culturais e socioambientais. Sob a rubrica de Componente Indígena, esses estudos são deliberados e analisados pelo órgão indigenista Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e são necessários de acordo com distâncias limites estipuladas pela Portaria Interministerial nº 60, de 24 março de 2015, conforme a Tabela 201, a seguir.

Tabela 201 – Tipos de Empreendimento e Área de Impacto (em Km).

Tipologia	Distância (Km)	
	Amazônia Legal	Demais Regiões
Empreendimentos lineares (exceto rodovias)		
Ferrovias	10	5
Dutos	5	3
Linhas de Transmissão	8	5
Rodovias	40	10
Empreendimentos pontuais (portos, mineração e termoeletricas)	10	8
Aproveitamento hidrelétrico (UHEs e PCHs)	40* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante	15* ou reservatório acrescido de 20 km à jusante

***medido a partir do(s) eixo(s) do(s) barramento(s) e respectivo corpo central do(s) reservatório(s)**

Fonte: Portaria Interministerial nº 60/2015.

Sendo assim, considerando a referida Portaria e as distâncias por ela estabelecidas, verifica-se que as terras indígenas incidentes no *buffer* de 10,0km da EF-170 são: Reserva Indígena Praia do Mangue e Reserva Indígena Praia do Índio, localizadas no município de Itaituba/PA (Tabela 202).

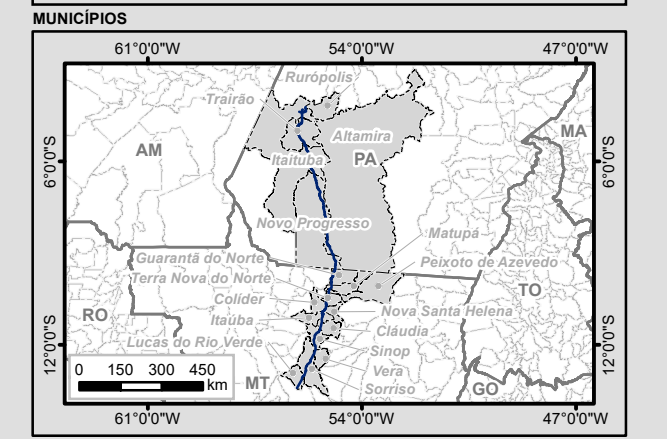
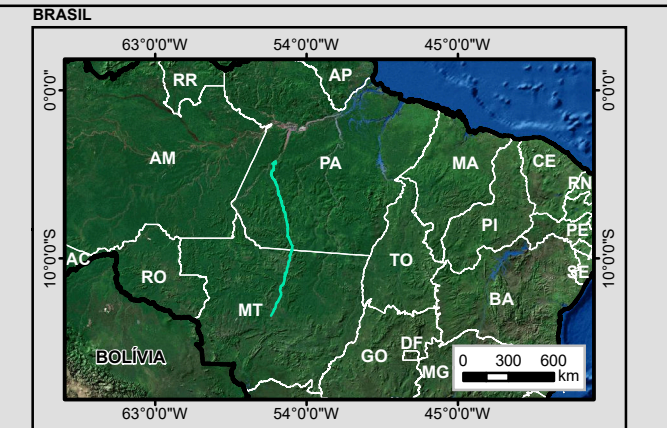
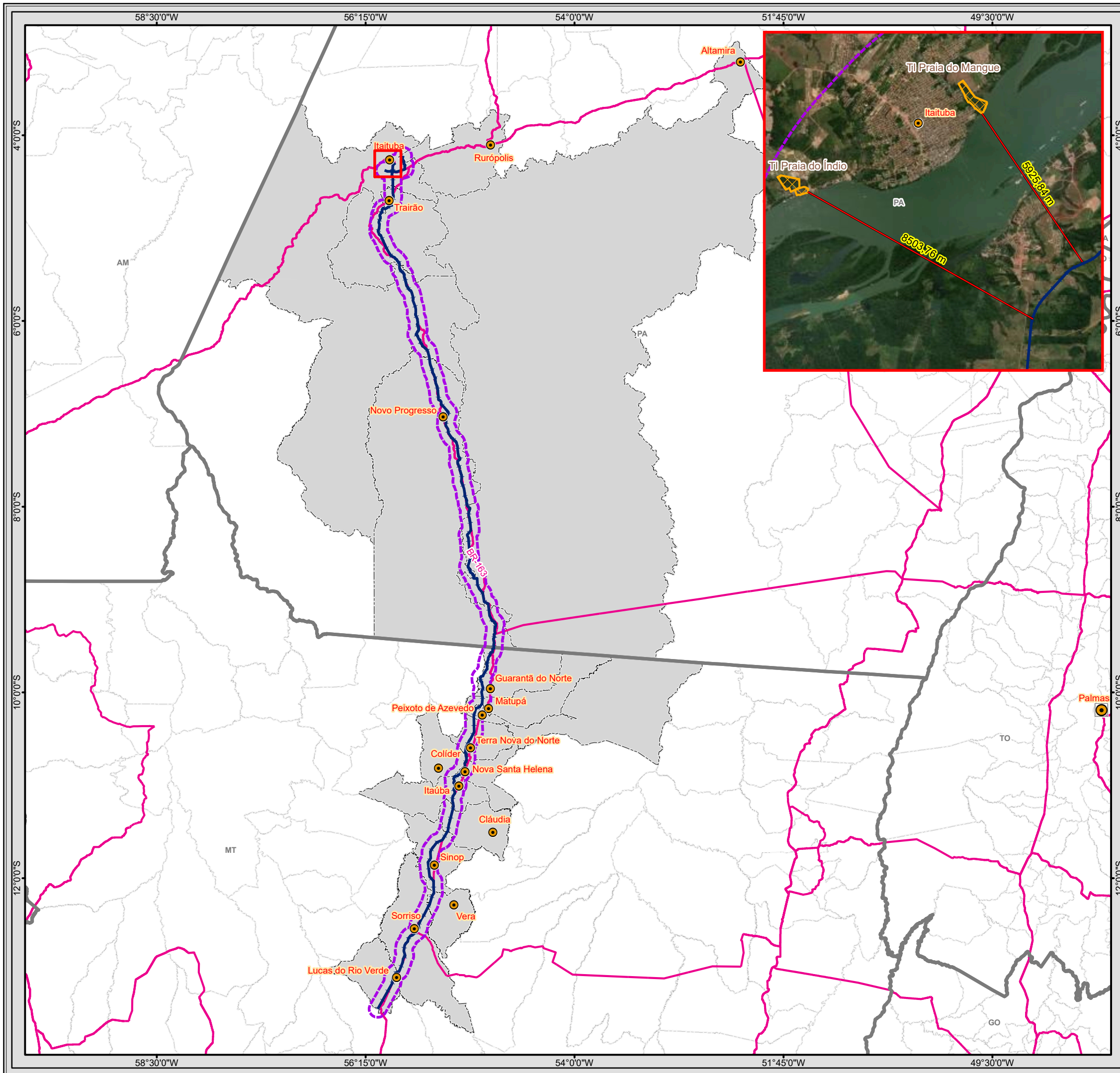
Tabela 202 – Terras Indígenas inseridas nos limites estabelecidos pela Portaria Interministerial nº 60/2015.

Terra Indígena	Etnia	Município	Distância em relação ao empreendimento (Km)
Praia do Índio	Munduruku	Itaituba/PA	8,52
Praia do Mangue	Munduruku	Itaituba/PA	5,79

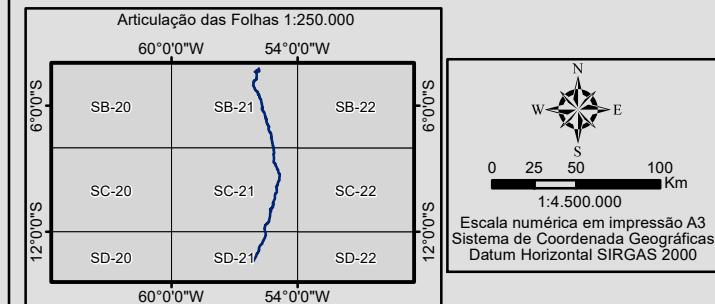
As Reservas Indígenas Praia do Mangue e Praia do Índio, de ocupação do povo Munduruku, estão localizadas no município de Itaituba/PA. Elas possuem, juntas, uma população aproximada de 290 indígenas (FUNAI, 2019). A partir de doação, ambas as reservas foram demarcadas pelo Incra em 1986, contudo, ainda não contam com a regularização fundiária pela Funai.

O Termo de Referência Específico para a realização do Estudo do Componente Indígena do Estudo do Impacto Ambiental foi emitido pelo Processo Funai nº 08620.01 552012015-16, e informações referentes a estas terras indígenas serão consolidadas no âmbito deste processo.

Mapa 95 – Localização das Terras Indígenas em relação ao empreendimento.



- Legenda**
- Capital
 - Cidade
 - Aeroporto e Aeródromo
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Terra Indígena
 - 10 Km para cada lado da Ferrovia
 - Município Interceptado pelo Empreendimento
 - Limite Estadual



EPL **MRS AMBIENTAL**

Identificação do Projeto
Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
Terras Indígenas

Empreendedor
EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico
MRS Estudos Ambientais

Data: Fevereiro/2020

Fonte:
Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Terras Indígenas (FUNAI, 2020).

5.3.5.3 Patrimônio histórico, cultural e arqueológico

Conforme Termo de Referência Específico, emitido pelo Iphan em 04 de dezembro de 2019, em relação aos bens Arqueológicos, protegidos conforme o disposto na Lei nº 3.924/61, o empreendimento recebeu o enquadramento de nível IV em função de sua tipologia (anexo II, da IN do Iphan nº 01/2015) e caracterização (anexo I, da IN do Iphan nº 01/2015). Dessa forma, será necessária a apresentação do Relatório de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (RAPIPA) que, por sua vez, será precedido por um Projeto de Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico (PAPIPA).

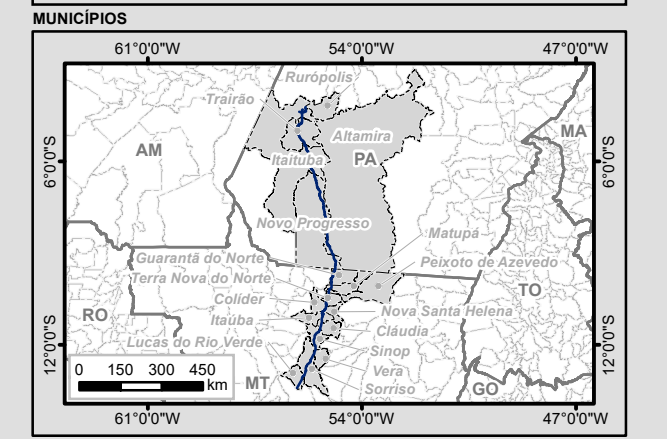
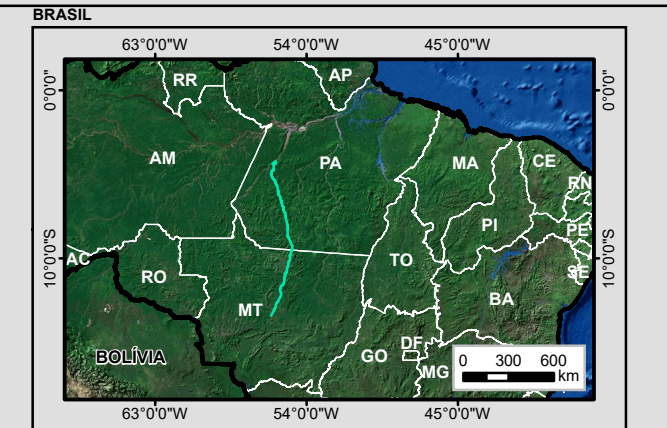
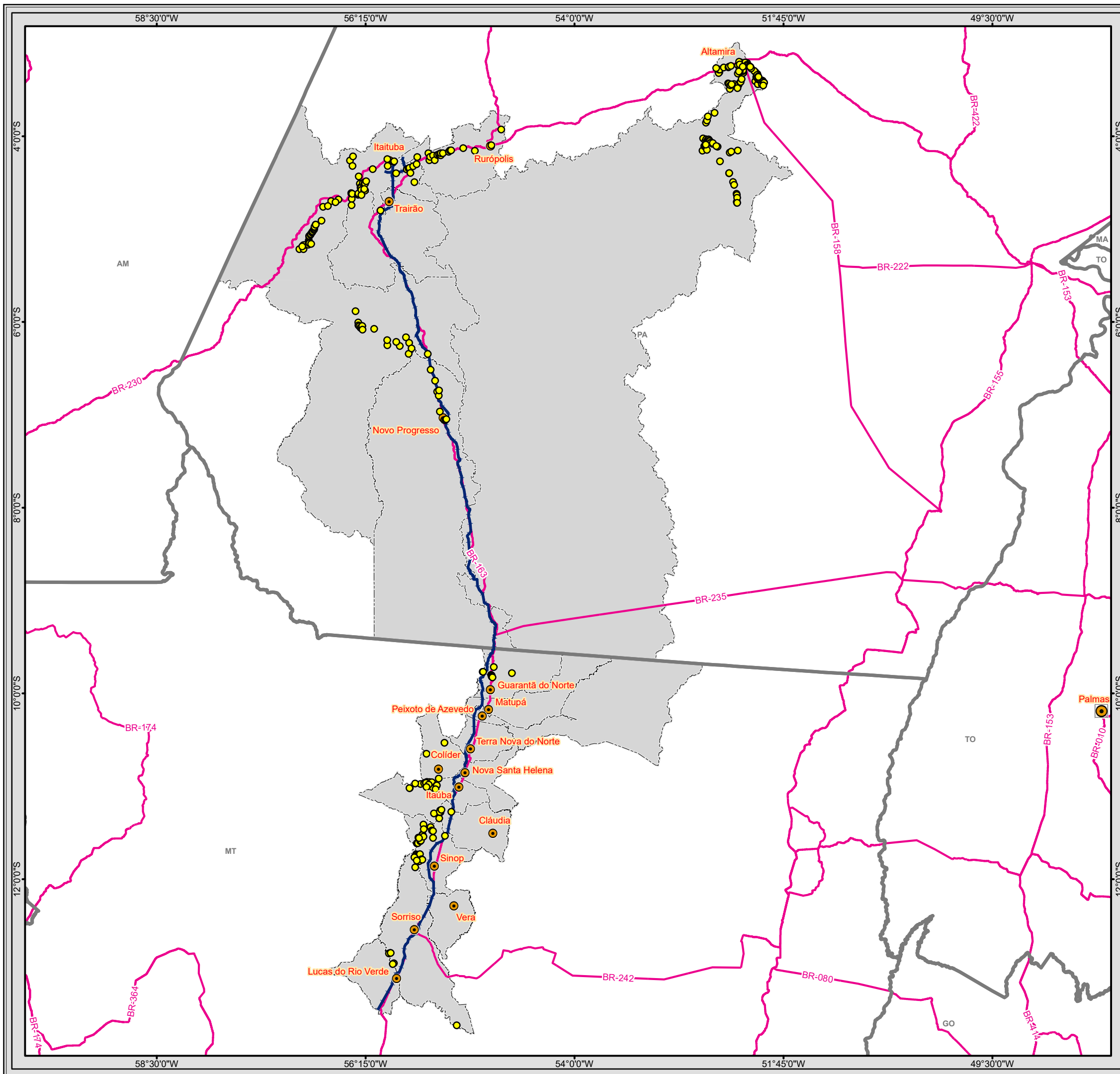
Em relação aos bens Tombados e Valorados (patrimônio material) nos termos do Decreto-Lei nº 25/37 e da Lei nº 11.483/07 existentes na área do empreendimento e, conforme previsão constante na IN do IPHAN nº 01/2015, não há previsão de impacto aos bens Tombados, Valorados e Chancelados ou processos abertos para esse fim nos municípios interceptados pelo empreendimento, assim como não foram identificados processos de Chancela da Paisagem Cultural na área em estudo.

Em relação aos bens Registrados (patrimônio imaterial), nos termos do Decreto nº 3.551/00, na área do empreendimento em questão existe a possibilidade de ocorrência dos seguintes Bens de Natureza Imaterial: Carimbó, nos municípios de Rurópolis/PA e Trairão/PA; Modo de Fazer Viola de Cocho, no estado de Mato Grosso, e; Capoeira (Ofício de Mestres e Roda de Capoeira).

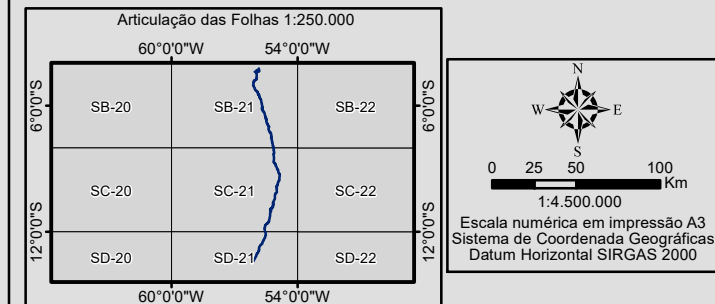
Dessa forma, será necessário a realização do Relatório de Avaliação de Impacto aos Bens Culturais Registrados – patrimônio imaterial (RAIPI) para os bens culturais indicados. No que tange a Capoeira, só será necessário incluí-la no estudo se a sua ocorrência for identificada na área de influência dos municípios abrangidos pelo empreendimento.

Para a elaboração dos estudos de impacto relativos ao patrimônio cultural, os quais estão sendo desenvolvidos (Processo nº 01450006369/2017-47) pela MRS Estudos Ambientais, são considerados os instrumentos legais e normativos vigentes no Brasil e que regem a matéria. Isto posto, o Mapa 96 retrata os sítios arqueológicos já inseridos na base de dados do IPHAN.

Mapa 96 – Sítios Arqueológicos.



- Legenda**
- Sítios Arqueológicos
 - Capital
 - Cidade
 - Estrada de Ferro EF-170
 - Rodovia Federal
 - Município Interceptado pelo Empreendimento
 - Limite Estadual



Identificação do Projeto
 Elaboração dos estudos ambientais relativos ao licenciamento ambiental das obras de implantação da infraestrutura ferroviária EF-170, com extensão total de 1.188,985 km, para fins de obtenção das licenças ambientais e autorizações específicas.

Título do Mapa
 Sítios Arqueológicos

Empreendedor
 EPL - Empresa de Planejamento e Logística S.A

Responsável Técnico	Data: Setembro/2020
MRS	Fonte: Malha Digital: Municipal e Estadual, 1:250.000 (IBGE, 2017); Bases Cartográficas Contínuas, 1:250.000 (IBGE, 2017); Rodovias (DNIT, 2019); Sítios Arqueológicos CNSA (IPHAN, 2019).
Estudos Ambientais	

5.3.5.4 Comunidades Tradicionais

Como já informado anteriormente, foram consultados, por meio de ofícios, os órgãos intervenientes dos estados de Mato Grosso e Pará, solicitando informações sobre as comunidades tradicionais registradas nos municípios estudados (Quadro 61).

Das cinco consultas realizadas, três instituições se manifestaram. Ao analisá-las, infere-se que não há possibilidade de confirmar a existência de comunidade tradicional na Área de Estudo, visto que as informações não são georreferenciadas (Volume IV – Tomo VIII). Entretanto, por meio do Ofício nº 0480/2020/GAB/STASC/MT, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Cidade de Mato Grosso informa com base em cadastros de políticas sociais, em especial o “Programa Bolsa Família”, que existem beneficiários enquadrados no “Grupos Populacionais Tradicionais Específicos”, como por exemplo: ciganas, extrativistas, ribeirinhas.

A despeito desta conjuntura, durante o trabalho de campo foi realizado esforço para a identificação e caracterização de eventuais comunidades tradicionais presentes na Área de Estudo e não inseridas nas bases de consulta disponíveis.

Nesse contexto, o esforço realizado resultou na identificação de uma comunidade que potencialmente se encaixe na categoria em questão.

A Comunidade Aruri, no município de Trairão/PA, foi apontada por moradores da zona rural como tipicamente de pescadores, categoria confirmada pela liderança comunitária. O presidente da Colônia de Pescadores Z-74 apontou tal comunidade como tradicional, pela centralidade da pesca artesanal nas dinâmicas econômica e cultural dos moradores.

Tal localidade foi previamente caracterizada no subitem 5.3.2.2.9.9, contextualização a ser retomada a seguir. Ressalva-se que, apesar desta identificação, não foi localizado processo formal de reconhecimento da condição de comunidade tradicional ou de elaboração de Protocolo de Consulta (conforme a OIT 169) aplicável a processos de licenciamento ambiental.

De acordo com a liderança comunitária entrevistada, representante da Associação de Moradores, a comunidade Aruri surgiu em função das atividades de garimpo, aproximadamente na década de 1980, no contexto de ocupação do município de Trairão. Está localizada a uma distância estimada de 345 metros do traçado previsto para o empreendimento, às margens da rodovia BR-163 e do rio Aruri, como ilustra a Figura 868 e a Figura 869. Possui aproximadamente 40 (quarenta) famílias, cujo abastecimento de água é feito por poço ou cacimba. A destinação do esgotamento sanitário é fossa, vala ou o próprio rio, e o lixo ali produzido é queimado ou enterrado, prática comum em localidades rurais, especialmente pela inexistência de serviço regular de coleta de resíduos sólidos. A Figura 870 retrata o padrão residencial das casas instaladas às margens da rodovia BR-163, enquanto a Figura 871 traz ponto de venda de pescado e restaurante.



Figura 868 – Ponte da BR-163 sobre o rio Aruri (5,402548S; 55,883084W).



Figura 869 – Vista da comunidade a partir da ponte sobre o rio Aruri (5,402013S; 55,883063W).



Figura 870 – Residências da comunidade Aruri (5,401283S; 55,883033W / 5,400745S; 55,883037W).



Figura 871 – Ponto de venda de peixe e restaurante – Comércio na comunidade Aruri (5,399264S; 55,883001W / 5,397184S; 55,883020W).



Em relação à educação, em Aruri funciona a Escola Municipal de Ensino Fundamental de Aruri, que atende crianças até o 6º ano do ensino fundamental. Para as séries seguintes, os estudantes se deslocam até o Distrito de Bela Vista do Caracol, localizado a 54 km de Aruri, por meio do ônibus escolar que passa na Comunidade.

É uma comunidade em situação de vulnerabilidade no que diz respeito à saúde, pois não há posto de saúde para a população, fazendo com que os moradores se dirijam à Comunidade 03 Bueiros, localizado a 12km de Aruri, para atendimentos médicos.

De acordo com o entrevistado, a região era muito acometida por casos de malária, mas foi relatado que, de 2014 em diante, o quantitativo de casos da doença diminuiu consideravelmente. Um dos fatos que provocaram o surto de malária, segundo ele, foi a abertura de garimpos na região, o que ocasionou também deterioração da qualidade ambiental dos rios da região. Em sua narrativa, os pescadores acabam por conviver muito com o garimpo, sendo a extração de cassiterita muito intensa na região.

A principal fonte de renda dos moradores da Comunidade é a pesca. Por estar instalada entre a rodovia BR-163 e o rio Aruri, também serve de apoio a pescadores de outras localidades do

município e que usam este rio como ponto de acesso ao rio Jamanxim, importante referência para a atividade pesqueira da região.

Os peixes são vendidos para a Colônia de Pescadores Z-74, instituição responsável pela formalização da atuação profissional da categoria e com sede em Trairão. Além dela, restaurantes da região e para caminhoneiros que passam pela rodovia BR-163 também foram mencionados como importantes compradores. Para esses últimos, a venda costuma ser muito significativa, sendo informado que alguns carreteiros compram de 30 a 40 quilos de peixe em uma só parada.

Os moradores praticam a pesca nos rios Jamanxim e Aruri, nos locais permitidos pela legislação do Parque Nacional do Jamanxim. De acordo com o entrevistado, há abundância de espécies na região, sendo as mais capturadas para venda: tambaqui, filhote, pacu e pescada. Nesse contexto, o entrevistado se disse capaz de listar as únicas ausentes na região: o dourado, pirarucu (só tem de tanque) e mapará. Os petrechos mais utilizados são o espinhel, malhadeira, linhada, empregados para a captura de peixes de couro; alguns usam a soja procedente do Mato Grosso, para fazer ceva para os peixes.

As saídas para pesca costumam durar vários dias, a depender do sucesso da empreitada. É comum que as saídas durem entre três e cinco dias, período em que os pescadores dormem em ilhas ao longo do rio, alimentando-se de mantimentos levados e de parte dos peixes capturados. Geralmente as embarcações levam cerca de três pessoas, para que seja possível dividir o trabalho, especialmente de retirar os peixes do rio – os animais podem chegar a 100, 150 quilos, afirmou.

O entrevistado informou que existe uma fiscalização muito presente na região contra garimpos, madeireiras e pesca ilegal, razão pela qual há grande atenção às regras de uso e áreas de preservação, segundo ele. Narrou que essa tomada de consciência quanto à importância do cumprimento das restrições de uso das áreas de preservação veio tanto por punição pretérita de aplicada a moradores, quanto da percepção de que tem havido maior dificuldade nas condições de pesca. Assim, permitir a reprodução dos peixes é também garantir a continuidade da atividade pesqueira.

De maneira geral, Aruri é uma comunidade que precisa ser acompanhada no processo de implantação do empreendimento, visto ser uma comunidade apontada como tradicional e pertencer à área afetada, além das questões existentes de vulnerabilidade, principalmente nos setores de saúde, renda e habitação, a falta da regularização fundiária.

5.3.5.5 Percepção Social Sobre o Empreendimento

Durante o trabalho de campo foram realizadas 99 entrevistas com atores institucionais do poder público municipal e outras instituições identificadas, tais como sindicatos, associações, ONGs, dentre outras, apresentadas no Quadro 62.

Quadro 62 – Instituições participantes da pesquisa institucional.

Município	Instituições
Altamira (PA)	<p>Secretaria Municipal de Integração Social-SEMIS Subprefeitura de Cachoeira da Serra Secretaria de Planejamento de Altamira Secretaria de Administração Vereador de Castelo dos Sonhos</p>
Itaituba (PA)	<p>Prefeitura Municipal de Itaituba Secretaria de Planejamento de Itaituba Secretaria de Governo de Itaituba Secretaria do Meio Ambiente de Itaituba Secretário de Gestão de Itaituba Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM Associação Comunitária Baixão Bonito Secretaria do Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP Consórcio de Municípios do Tapajós Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba FAEPA - Federação de Agricultura e Pecuária do Pará Subprefeitura de Moraes Almeida</p>
Novo Progresso (PA)	<p>Paróquia Santa Luzia Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER Instituto Edson Royer Sociedade e Meio Ambiente Sindicato de Produtores Rurais de Novo Progresso – SIPRUNP Empresário e Pecuárta. Ex-Presidente da Associação Comercial e Empresarial de Novo Progresso Secretário de Governo de Novo Progresso Secretaria de Finanças de Novo Progresso Prefeitura Municipal de Novo Progresso</p>
Rurópolis (PA)	<p>Prefeitura Municipal de Rurópolis Secretaria de Agricultura de Rurópolis Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – SINTRAF</p>
Trairão (PA)	<p>Prefeitura Municipal de Trairão Secretaria Municipal de Assistência Social Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará – EMATER Secretaria do Meio Ambiente de Trairão Chefe de Gabinete da Prefeitura de Trairão</p>
Cláudia (MT)	<p>Prefeitura de Cláudia Secretário de Obras e Urbanismo de Cláudia GAPA - Grupo Agroflorestal e Proteção Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Rural Secretaria de Meio Ambiente Ambiental</p>
Colíder (MT)	<p>Secretaria de Planejamento, Fazenda e Administração de Colíder Secretaria de Obras, Urbanismo e Infraestrutura de Colíder Conselho Municipal de Turismo Secretaria de Desenvolvimento e Economia de Colíder Empaer - Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural Associação Empresarial e Comercial de Colíder - MT SICOOB - Sistema de Crédito Cooperativo COPEL - Companhia Paranaense de Energia Elétrica</p>

Município	Instituições
Guarantã do Norte (MT)	Ímpar Consultoria - Serviços em Gestão Pública e Privada Cooperativa Mista Agropecuária Guarantã do Norte Ltda. EMPAER - Empresa Mato-grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural Associação Comercial e Empresarial de Guarantã do Norte SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte Secretaria de Governo e Articulação Institucional Guarantã do Norte Secretaria de Desenvolvimento, Meio Ambiente e Turismo de Guarantã do Norte
Itaúba (MT)	Associação dos Pequenos Produtores Nova Jerusalém – ASPRANJI
Lucas do Rio Verde (MT)	Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Lucas do Rio Verde Secretaria de Planejamento e Cidades de Lucas do Rio Verde Secretaria Municipal de Assistência Social Sindicato Rural de Lucas do Rio Verde
Matupá (MT)	Secretaria de Administração, Indústria, Comércio e Turismo de Matupá Prefeitura Municipal de Matupá
Nova Santa Helena (MT)	Secretaria de Indústria e Comércio Nova Santa Helena Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena
Peixoto de Azevedo (MT)	Secretaria da Fazenda de Peixoto de Azevedo
Sinop (MT)	Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação – SASTH Secretaria de Finanças e Orçamento de Sinop Secretaria de Desenvolvimento de Sinop Secretaria de Trânsito de Sinop Secretaria de Saúde Sinop UNESIN - União das Entidades de Sinop
Sorriso (MT)	Secretaria Municipal de Assistência Social – SEMAS Prefeitura de Sorriso Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sorriso Secretaria da Administração de Sorriso
Terra Nova do Norte (MT)	Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte Secretaria de Finanças de Terra Nova do Norte Secretaria da Administração de Terra Nova do Norte Sala Cidade Empreendedora da Prefeitura e Sebrae Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo Sindicato Rural de Terra Nova do Norte COOGAVEPE - Cooperativa de Garimpeiros do Vale do Rio Peixoto
Vera (MT)	Sindicato Rural de Vera e Feliz Natal Secretaria Municipal de Assistência Social e CRAS - Centro de Referência de Assistência Social Prefeitura de Sorriso Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Sorriso Secretaria da Administração de Sorriso

Fonte: MRS, levantamento de campo, dez/2019.

A maior parte das empresas visitadas são de natureza pública (72,7%). As empresas sem fins lucrativos, como ONGs, representam 21,2% e 5,1% foram classificadas como privada, vide Figura 872.

Natureza das Intituições

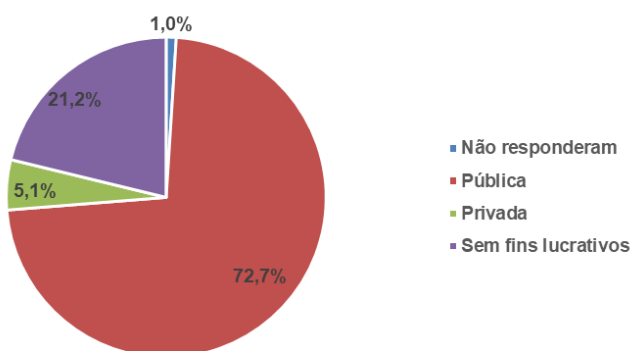


Figura 872 – Natureza das empresas participantes da pesquisa.

A maior parte dos representantes das organizações públicas e privadas afirmou ter pouco conhecimento do projeto (60,6%), outros 26,3% afirmam terem um conhecimento razoável e 5,0% declarou não ter nenhum conhecimento, ver Figura 873.

Importância do Projeto

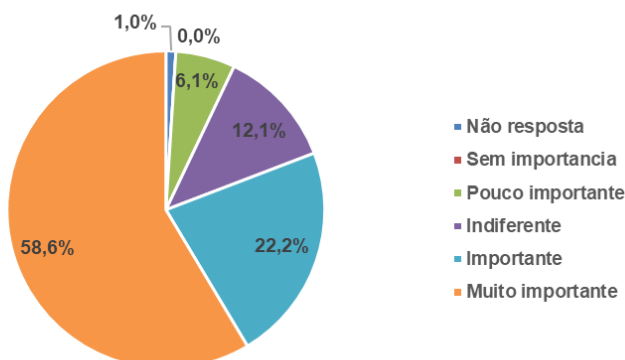


Figura 873 – Nível de conhecimento dos entrevistados em relação ao projeto.

Para os entrevistados, de modo geral, o projeto e, conseqüentemente, a futura demanda por obra, são muito importantes, seja para o município, região ou mesmo para os Estados. Do total de entrevistados, 58,6% consideram o projeto muito importante, 22,2% declararam ser importante, 12,1% afirmaram ser indiferente. E, 6,1%, consideram sem importância, vide Figura 874.

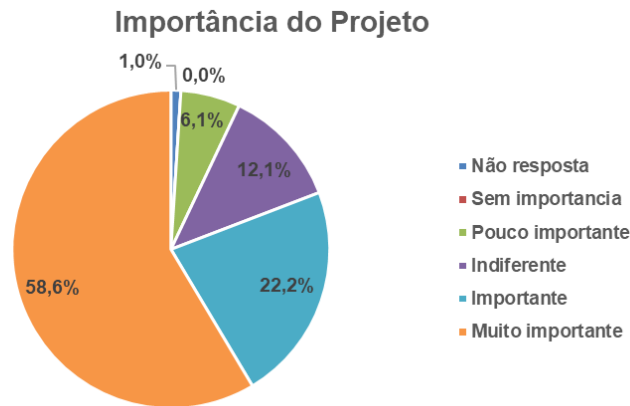


Figura 874 – Percepção dos entrevistados em relação a importância do projeto.

A pesquisa demonstrou boa aceitação à instalação da EF-170, visto que, entre os entrevistados, 47,5%, declararam serem totalmente favoráveis ao empreendimento e um terço dos atores sociais, 33,3%, afirmaram serem favoráveis ao empreendimento (Figura 875).

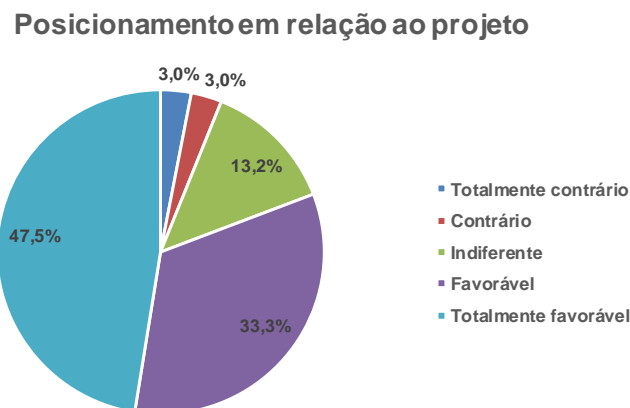


Figura 875 – Percepção dos entrevistados em relação ao projeto.

Como motivo para o posicionamento em relação ao projeto, os respondentes indicaram: o barateamento do frete e dos custos de produção; melhorias para escoamento da produção (logística); diminuição do tráfego na rodovia BR-163 e com isto diminuição de acidentes; desenvolvimento econômico; geração de emprego e renda; diversificação do modal de transporte; nova possibilidades de negócios e competitividade.

Porém, entre os que não se demonstraram tão favoráveis, ou mesmo contrários (3,0%) e totalmente contrário e 3,0%, os posicionamentos giram em torno da diminuição da quantidade de fretes, o que na visão dos entrevistados, diminuiria a oferta de trabalho para os caminhoneiros e a falta de clareza sobre os benefícios do projeto aos municípios.

Na percepção dos participantes da pesquisa, os possíveis e principais impactos decorrentes do projeto é, em primeiro lugar, a possibilidade de necessitar de desapropriação de áreas para sua instalação (33,5%), em segundo, a necessidade de supressão de vegetação (24,9%), seguido pela interferência no trânsito local (17,8%) e interferência na fauna (17,3%). Além de

outros impactos menos significativos como a geração de ruídos (1,6%), outros impactos (1,6%) indicados, como a interferência nos rios da região.

Tabela 203 – Percepção dos entrevistados acerca de possíveis impactos decorrentes do projeto.

Impactos	Nº	%
Não resposta	1	0,54%
Ruído	5	2,70%
Poeira lançada no ar	3	1,62%
Supressão da vegetação	46	24,86%
Interferência na fauna	32	17,30%
Interferência no trânsito local	33	17,84%
Desapropriação	62	33,51%
Outros	3	1,62%

Ao serem questionados sobre os impactos positivos do projeto os respondentes indicaram:

- Geração de emprego e renda;
- Melhora da logística para os agricultores;
- Diminuição do trânsito na rodovia BR-163;
- Diminuição de acidentes na rodovia BR-163;
- Melhorar o transporte na região no período chuvoso;
- Barateamento dos custos de produção;
- Valorização da terra;
- Aumento da arrecadação municipal;
- Redução do preço das mercadorias;
- Desenvolvimento da economia;
- Possibilidade novos negócios para a região.

Como impactos negativos foram citados:

- A falta de informação sobre o projeto;
- Impactos ambientais;
- Redução de emprego (caminhoneiros);
- Dúvidas quanto ao resultado financeiro;
- Descontinuidade dos serviços que dependem da rodovia BR-163 – postos de combustíveis, restaurantes, mercados;
- Ruídos;
- Falta de clareza na compensação econômica;
- Redução do custo dos fretes;

- Aumento populacional.

Os entrevistados também indicaram se haverá demandas municipais ampliadas, listadas no Quadro 63, por município da AE.

Quadro 63 – Principais demandas municipais modificadas apontadas pelos participantes da pesquisa institucional.

Município	Instituições
Altamira (PA)	Demanda municipal ampliada.
Itaituba (PA)	Haverá muito desemprego a beira da BR 163. Aumentará com o empreendimento e o entorno. Provavelmente maior demanda para verticalização da produção regional local.
Novo Progresso (PA)	Demandaria o cumprimento da regularização fundiária e compromissos ambientais. Sim, vai faltar gente capacidade para trabalhar na implantação do empreendimento.
Rurópolis (PA)	Aumentará o desmatamento.
Trairão (PA)	Fechando os comércios locais às margens da BR 163, a demanda da assistência social irá aumentar. Sim, dependendo da contrapartida. A Secretaria de Governo vai ser mais demandada.
Cláudia (MT)	Possibilitará planos de desenvolvimento mais adequado nos projetos e programas. Melhorar a estrutura e fortalecimento da infraestrutura.
Colíder (MT)	Mudança para visão dos investimentos. Empreendedores procurarão ainda mais a Associação para buscar oportunidades. Fomentação do empreendimento e diversidade de produção. Pode ter influência no reservatório da usina. Vai causar alteração no trajeto de escoamento da produção.
Guarantã do Norte (MT)	Será ampliada em temas de prestação de serviços. Agilizar o crescimento da cooperativa. Com a ferrovia pode ser possível melhorar a exportação de escoamento de determinados produtos, como as frutas. Isso é um incentivo para o aumento da produção e da renda.
Itaúba (MT)	A relação dos afetados com o IPAM será alterada em função do empreendimento. Vai ter a demanda municipal aumentada.
Lucas do Rio Verde (MT)	Sobrecarga em virtude da nova mão de obra, que será necessária, gerando aumento populacional. Demanda municipal ampliada.
Matupá (MT)	Demanda municipal ampliada.
Nova Santa Helena (MT)	Vai ter a demanda municipal aumentada.
Peixoto de Azevedo (MT)	Sim, vai gerar ICMS, crédito de exportação, ISS e IPTU.
Sinop (MT)	Contribuir para o Plano Diretor de Sinop. Aumentará os serviços já demandados pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Aumentará a demanda municipal.
Sorriso (MT)	Talvez possa aumentar as demandas na Assistência Social, Saúde e Educação. Sim, implementará mais serviços públicos para atender novas demandas. Sim, agregar mais recurso para o município. Demanda municipal ampliada.
Terra Nova do Norte (MT)	Mais desenvolvimento requer mais investimentos, mais programas, projetos e parcerias.

Município	Instituições
	Se houver interferência será positiva pela demanda de produção e valorização do produtor.
Vera (MT)	Vai agregar mais recurso para o município.

Fonte: MRS, levantamento de campo, dez/2019.

5.3.6 DISCUSSÕES E CONCLUSÕES SOBRE O DIAGNÓSTICO DE SOCIOECONOMIA

Neste tópico será realizada a análise crítica das informações apresentadas nos itens sobre as dinâmicas socioambientais, consolidadas após levantamento de dados primários e secundários. Essa avaliação proporcionará a identificação e o dimensionamento dos impactos ambientais sobre o meio socioeconômico, bem como a proposição de medidas mitigadoras e compensatórias, as quais serão detalhadas nos itens “Análise de Impactos Ambientais” e “Medidas Mitigadoras, Compensatórias e Programas Ambientais”.

Em termos históricos, a primeira ocupação humana foi de povos indígenas, seguida pela ocupação decorrente da colonização portuguesa, a partir de expedições de padres jesuítas e outros expedicionários pelos rios da região amazônica, no século XVIII. Ao longo do século XVII, as expedições para o interior com objetivo de capturar índios para o trabalho nas lavouras e na mineração eram organizadas pelos bandeirantes, em especial no Mato Grosso. Como a exploração mineral é uma atividade que atraiu um grande número de pessoas, houve problemas com o abastecimento alimentar, estimulando o desenvolvimento das atividades agrícola e pecuária.

Entretanto, o estímulo governamental à ocupação se deu a partir da década de 1950, impulsionada por políticas de migração para as regiões Centro Oeste e Norte, na tentativa de ocupar este espaço do território nacional, tendo seu auge entre as décadas de 1970 e 1980. No final da década de 1960, a Região Centro-Oeste passou por um intenso processo de mudança de sua base produtiva motivado pela ação estatal, através dos programas de incentivo à modernização agropecuária e de integração da Região aos mercados internos e externos (CUNHA, 2002).

Neste período, o governo, além de estimular a migração individual e de grupos, propiciou a organização de companhias de colonização, que foram responsáveis por lotear glebas públicas e grandes latifúndios atraindo agricultores vindos do Sul e, em menor escala, do Nordeste.

Por se constituir numa importante área de fronteira agrícola, a região foi fortemente afetada pelo que se denomina como a "marcha modernizadora do Oeste". Esta modernização, na realidade, gerou significativos impactos para as relações sociais rurais. Cunha (2002) enfatiza ainda que no que diz respeito à migração interna, “tanto o "caminho" para a fronteira quanto o ‘inchamento’ dos maiores centros nos anos 80 foram processos decisivos para explicar o comportamento diferencial de crescimento demográfico dos estados do Centro-Oeste e, especial, de suas microrregiões”.

Ademais, a constituição dos municípios enquanto entes federados, ocorreu mais precisamente a partir da década de 1970, a partir da instituição, por meio do Decreto-Lei nº 1.106, de 16 de junho de 1970, do Programa de Integração Nacional (PIN). Este Programa, criado durante o governo do general Garrastazu Médici, tinha por objetivo principal a implementação de obras de infraestrutura econômica e social no Norte e Nordeste do país.

Conforme descrito no Verbete sobre o Programa na página da FGV CPDOC, “numa primeira etapa, o PIN pretendia acionar junto ao Ministério dos Transportes o início imediato da construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como de portos e embarcadores fluviais com seus respectivos equipamentos”. Na área do Ministério da Agricultura, o programa visava à colonização e à reforma agrária, prevendo para tanto a elaboração e a execução de estudos e a implantação de projetos agropecuários e agroindustriais. Nesse sentido eram previstas também desapropriações, a seleção, o treinamento, o transporte e o assentamento de colonos, e a organização de comunidades urbanas e rurais com seus serviços básicos. Na verdade, a parte mais importante do PIN era seu plano de colonização. No próprio Decreto-Lei nº 1.106, foi determinado que uma faixa de terra de dez quilômetros ao longo das margens das rodovias Transamazônica (BR-230) e Cuiabá-Santarém (BR-163) seria reservada para a colonização e a reforma agrária²⁷.

Nesse contexto, várias vilas, distritos, cidades e municípios foram criados, outros desmembradas e grandes fluxos de pessoas se movimentaram, o que foi facilmente possível confirmar durante as entrevistas de campo.

O estudo de Cunha (2002) aponta que as perspectivas para a primeira da década de 2000, e, levantadas pelos dados do Censo 2000, “eram de que todas as Unidades da Federação do Centro-Oeste deixariam de ser áreas nitidamente de atração migratória para se tornarem regiões de alta circulação de população (ou até mesmo de expulsão), onde imigração e emigração teriam volumes consideráveis”. O autor conclui ainda que uma vez passado o momento de ocupação mais intensa, o Centro-Oeste enfrentaria novos desafios, como o de “manter parte de sua população que ainda resiste nas áreas de fronteiras em consolidação, principalmente viabilizando a pequena e média propriedade rural e, portanto, tentando neutralizar ou contrabalançar os impactos inevitáveis de processos mais vigorosos, como o avanço da pecuária e da soja, para citar alguns, e a conseqüente concentração de terras”.

Já na região do Pará, mais especificamente a que abrange a bacia do rio Tapajós, apesar dos continuados ciclos econômicos, incluindo a extração da madeira e os ciclos da borracha e do ouro, o processo de ocupação se reverteu em desenvolvimento. O aumento da migração para a bacia foi mais intenso durante a criação das rodovias federais, na década de 1960 e 1970. Políticas agrárias criadas após a construção das rodovias, baseadas no desmatamento para abertura de pastos, também resultaram na criação de assentamentos ao longo das estradas, especialmente da BR-163 e da BR-230.

Em termos de população, a AE Estudo possui 652.395 habitantes, tendo como municípios mais populosos: Altamira/PA, Itaituba/PA, Sorriso/MT, Sinop/MT, Lucas do Rio Verde/MT e

²⁷ <https://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-integracao-nacional-pin>

Guarantã do Norte/MT. Apesar dos prognósticos de Cunha (2002), os dados relativos ao crescimento populacional demonstram que a população vem crescendo de forma sistemática nas últimas décadas, resultado do processo intenso de ocupação do território, marcado por uma taxa de crescimento de 18,2%, tendo como base de análise a população de 2010 e a população estimada para 2019. Taxa essa superior à verificada para o Brasil (10,2%) e para as duas unidades federativas que a compõem, Pará (13,5%) e Mato Grosso (14,8%). Este crescimento tem relação direta com o processo migratório da AE, em função do potencial da região para a exploração de recursos naturais (notadamente a mineração e recursos florestais), com a instalação de grandes empreendimentos, com destaque para a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará e a rodovia BR-163, assim como as atividades agropecuárias, mais fortemente desenvolvidas no estado do Mato Grosso.

Destaca-se que na última década o aumento populacional do município de Altamira/PA, talvez impulsionado pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, resultando ainda numa intensa pressão sobre as florestas e recursos naturais. Altamira tem ainda um histórico de profunda perturbação social com aumento de violência urbana nos últimos 20 anos.

Assim sendo, é preciso considerar que o projeto de instalação da linha férrea, assim como outros projetos de infraestrutura, demanda mobilizações diversas, isto é, mobilização de capital, de recursos, de energia e principalmente de força de trabalho, tendo como consequência a urbanização do território. Consequência essa observada na AE, onde dada a sua extensão territorial e a forma do uso do solo, a ocupação é marcada por elevada taxa de urbanização, ou seja, a maior parte das pessoas vive no perímetro urbano das cidades, com baixa densidade demográfica na zona rural, o que contribui para o agravamento das condições socioeconômicas locais, em especial no que diz respeito a falta das infraestruturas de saúde, educação e transporte.

Em relação aos aglomerados populacionais identificados, 58% deles pertencem ao *buffer* de 2km do empreendimento, sendo relevantes para o contexto da dinâmica socioeconômica do estudo, principalmente pela utilização da rodovia BR-163. A tendência é que, pela proximidade desses locais da rodovia, a infraestrutura de comércio, saúde e educacional dessas localidades serão utilizadas por trabalhadores da obra e seus familiares, durante a implantação do empreendimento. Se por um lado essa utilização poderá fazer girar a economia local, gerando renda, por outro haverá pressão sobre a infraestrutura local, em especial a de saúde que, atualmente, é bastante precária. Trabalhadores de fora, ou seja, de outras regiões do país, terão ainda maior possibilidade de contrair doenças típicas da região amazônica como a Malária, pressionando ainda mais o sistema de saúde da região.

Duas comunidades rurais (Linha Gaúcha, localizada em Novo Progresso/PA e Nova Esperança, localizada em Cláudia/MT) pertencem à ADA. Na primeira, a instalação do traçado proposto ocasionaria desocupação de estruturas comunitárias, neste caso, igreja, galpão comunitário e posto de saúde. Em Nova Esperança (MT) seccionará área residencial, visto que a comunidade representa também ponto de aglomeração populacional, com interferência direta sobre o deslocamento de moradores. Tal situação gera uma expectativa negativa entre

os moradores, que, invariavelmente, questionaram a equipe deste Diagnóstico sobre as regras de desapropriação.

Com relação ao aspecto saúde, destaca-se a redução da mortalidade infantil ao longo do tempo. Contudo, essa taxa ainda apresenta valores acima da média nacional para muitos municípios, o que demanda atenção e cuidado na implementação das políticas de saúde. Vale ressaltar que as principais causas de óbito são as externas, decorrentes de atos violentos, acidentes de transporte e lesões auto provocadas, como o suicídio. Em segundo lugar, aparecem as doenças do aparelho circulatório, os tumores e as doenças do aparelho respiratório. Esse dado demonstra que a região enfrenta o problema com a violência e criminalidade, sendo este o principal causador da morbimortalidade entre os municípios que compõem a AE. Neste sentido, o aumento de circulação de trabalhadores durante a construção da obra, poderá aumentar os índices de violência na região. Cabe lembrar que o centro urbano de Altamira/PA, onde se concentram muitas dessas instituições, fica a grande distância da área projetada para implantação da Ferrovia.

No que concerne à infraestrutura de serviços de saúde, os municípios de maior porte populacional são os que concentram o maior número de serviços e de profissionais de saúde. Contudo, o SUS prevê que a organização da oferta e da demanda por serviços de saúde seja feita de modo regionalizado, a fim de dar assistência a todos os cidadãos independentemente do tamanho da cidade que este habite.

Com relação à infraestrutura educacional, a AE possui 700 estabelecimentos de ensino (educação básica, fundamental e ensino médio, privadas e públicas). A maior parte das escolas presentes na AE são públicas, situadas nos municípios de maior porte. Os municípios de Altamira/PA, Itaituba/PA, Lucas do Rio Verde/MT, Sinop/MT e Sorriso/MT contam com estabelecimentos federais de Ensino Superior, tais como Institutos Federais e abrigam campus de universidades federais.

A AE apresenta precárias condições em termos de Saneamento Básico, principalmente em relação aos eixos esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. Na maior parte dos aglomerados populacionais estudados, o sistema de saneamento básico geralmente é por fossas rudimentares e o abastecimento de água por vezes é feito por poços. Além disso, em grande parte das comunidades rurais não ocorre coleta de lixo, sendo os resíduos produzidos enterrados ou queimados. Particularizado a situação quanto a saneamento por Estado, pode-se afirmar que os municípios do estado do Mato Grosso apresentam melhores condições do que os municípios paraenses.

Como já apontado nos dados sobre saúde e mortalidade, a violência é a maior causa de óbitos na região. Os dados relativos à segurança pública apontam que os municípios de Altamira/PA, Itaituba/PA, Sinop/MT, Sorriso/MT, Peixoto de Azevedo/MT registraram altas taxas de homicídios nos anos recentes. Nas entrevistas realizadas, a infraestrutura disponível foi citada como deficitária, com dificuldade para atender a demanda.

Tendo em vista que o empreendimento se insere na região amazônica, é preciso salientar a relação entre a ocorrência de doenças de notificação compulsória e o desmatamento de

florestas. Segundo dados do Inpe (2016), que por meio de imagens de satélite, comparou a ocorrência de doenças notificadas pelo SUS, dentre as quais a dengue, doença de Chagas, esquistossomose, febre tifoide, leishmaniose tegumentar, leishmaniose visceral, leptospirose, malária e sarampo/rubéola, com o desmatamento. Os resultados foram um efeito significativo do desmatamento sobre malária e leishmaniose. Para as demais doenças o estudo não mostrou efeitos que fossem estatisticamente significantes. Deste modo, conforme já apresentado, a implantação da Ferrovia EF-170, poderá impactar o sistema de saúde local, em função de um possível aumento dos casos de malária.

A análise da qualidade de vida demonstrou que AE melhorou na última década, muito em função do aumento do tempo de vida de sua população (longevidade). Outro indicador que contribuiu para a melhora da qualidade de vida foi a renda. Porém, os dados relativos à educação não são homogêneos para os municípios que compõem a AE. Enquanto algumas cidades possuem valores considerados altos e muito altos para a educação, outras apresentam valores médios e baixos, conforme a escala utilizada pelo PNUD. Isso demonstra que ainda há muito para desenvolver em relação às políticas educacionais na região.

Em relação à dinâmica econômica, a AE destaca-se pela intensa produção de grãos, principalmente soja e milho. Praticamente a totalidade da produção de soja é comercializada enquanto a produção de milho parcialmente tem o mesmo destino. Esse dado deve-se, principalmente, pelo fato de que os municípios da AE também são grandes criadores de bovinos e, desse modo, parte da produção de milho é usada para a própria alimentação dos animais. O setor que mais contribui para o PIB na AE é o setor de comércio e serviços, acompanhando a tendência nacional e dos estados do Mato Grosso e do Pará. Em relação aos estabelecimentos agropecuários, a maior parte das terras está concentrada em propriedades não familiares. Contudo, a maior parte dos estabelecimentos existentes na AE são do tipo familiar. Acredita-se que o setor econômico que será mais beneficiado pelo empreendimento será o agropecuário, em função da facilidade e o barateamento do escoamento da produção local. Porém, o setor de serviços e comércio poderão também ser beneficiados.

Em relação ao mercado de trabalho, a taxa de ocupação dos municípios é superior aos 90%, o que demonstra um alto índice de ocupados na região. Entretanto, levando em consideração a estrutura produtiva e de serviços, verificou-se que os setores que mais empregam são comércio e serviços, que juntos concentram mais de 60% da mão de obra local. Diante disso, é possível prever que pode ocorrer disponibilidade regional de mão de obra para a implantação do empreendimento, visto que os dados disponíveis e o contexto político-econômico apontam para quase 10% de desemprego no país.

Considerando-se que ainda não se sabe a localização dos canteiros de obras, apenas os municípios: Sinop/MT, Guarantã do Norte/MT, Novo Progresso/PA e Itaituba/PA, entende-se que sem a precisão sobre a demanda e a distribuição dos trabalhos de instalação do empreendimento, não é possível identificar as comunidades/bairros em que a demanda por mão de obra ocorrerá de forma mais intensa. Conforme apresentado no item que trata da Estrutura do Mercado de Trabalho (5.3.2.5.2), a taxa de ocupação variou entre 91,4% em

Rurópolis/PA e 96,9% em Vera/MT, dados de 2010 que representam uma taxa de desocupação de até 8,6%. Nesse contexto, é possível avaliar que provavelmente haverá mão de obra local disponível para atender à demanda de contratação. Como característica do setor de construção civil, é possível que postos de trabalho ofertados se concentram especialmente em cargos que requerem baixa qualificação, demanda mais facilmente atendida em termos locais e regionais. Ainda assim, mesmo que se estabeleça uma política de contratação de trabalhadores dos municípios da AE, é possível que este tipo de projeto gere um afluxo populacional para a região, tendo em vista a dimensão do empreendimento, sua divulgação em veículos de imprensa e a expectativa em torno de sua concretização.

Assim sendo, as empresas construtoras deverão atender aos diplomas legais em vigor, visando a promoção da saúde e a proteção da integridade física dos trabalhadores nos locais de trabalho. Para tanto, deverão considerar os seguintes aspectos: i) qualificação profissional; ii) Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT; iii) Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA e; iv) Ordens de Serviço sobre Segurança e Medicina do Trabalho.

O vetor de crescimento econômico mais significativo na região estudada é o agronegócio, evidenciado em campo, devido à grande presença de silos, secadores, abatedouros, cooperativas de leite e de processamento de polpas de fruta. A soja e o milho têm sido destaque na produção agrícola dos municípios estudados, assim como a pecuária, sendo o gado tanto de corte como leiteiro importantes para a região, além da avicultura e piscicultura.

A segmentação das propriedades a serem interceptadas pelo traçado proposto é um ponto bastante sensível no contexto estudado, visto que foram identificados pontos em que a ferrovia sobrepõe áreas de pastagem e áreas produtivas (principalmente soja e milho) de propriedades rurais, além de, possivelmente, com essas fragmentações, minas de água e outras estruturas utilizadas nas propriedades serem separadas de suas sedes. Há, entre os moradores, temor que o empreendimento afete a dinâmica econômica das famílias que residem na área estudada, pela redução da área produtiva, com impacto na quantidade produzida, na renda familiar e na logística de escoamento da produção.

Por conta do modelo desordenado de ocupação da AE, em especial nos municípios do Pará, os direitos de propriedade são fonte de contínuo conflito o que facilita a execução de atividades ilegais de extração de madeira, garimpo e grilagem de terras. Estudos, como os da TNC (2018) apontam que mais de 30% das propriedades não possuem a regularização fundiária e/ou ambiental necessária para a pacificação regional. Apesar do cenário de desordenamento territorial, e conflitos constantemente vivenciados na AE, como por exemplo aqueles gerados no ano de 2019, a partir da intensa queimada das florestas da região próxima ao Parna Jamanxim, a bacia do Tapajós e corredor da rodovia BR-163, ocupa um posicionamento estratégico para facilitar o escoamento da produção de grãos pelo norte do país, ao mesmo tempo em que acumula o grande potencial hídrico, fazendo da bacia a nova fronteira hidrelétrica e de desenvolvimento econômico na Amazônia.

Grandes projetos de infraestrutura, como a abertura de estradas, ferrovia, hidrovias, portos e potenciais usinas hidrelétricas, vêm impactando, desde a década de 1970, a região estudada. No entanto, entende-se que, se bem planejados, podem contribuir favoravelmente com o desenvolvimento não apenas nacional, mas local. A princípio, o estado de Mato Grosso, em seus atores do agronegócio, é o maior beneficiado desse processo, mas se verificada toda legislação socioambiental e realizado o ordenamento fundiário e consequente regularização, talvez o impacto negativo nos pequenos produtores, nas comunidades tradicionais extrativistas e povos indígenas possa ser minimizado.

Contudo, como já é amplamente conhecida pela literatura existente sobre impactos decorrentes da implantação de grandes obras de infraestrutura, há também altos custos socioambientais. Estabelecer uma governança territorial que integre e compatibilize as dimensões ambiental, social e econômica do desenvolvimento é o desafio que está dado para a região.

Outra avaliação importante que deve ser levada em conta é o conflito gerado pela extração mineral na área estudada. Conforme apontado pelos estudos da TNC (2018) e verificado em campo pela equipe do Diagnóstico, o ouro é o principal minério explorado na bacia do Tapajós. mas se encontra disperso, o que favorece o garimpo manual e ilegal. O município de Itaituba/PA concentra um grande número dos títulos minerários para a exploração de ouro no Pará. São centenas de concessões regularizadas para a atividade. Outros milhares de requerimentos de lavra estão à espera de análise, porém sem viabilidade, pois na sua maioria se sobrepõem a unidades de conservação e terras indígenas. Ao longo do rio Tapajós, área de ocupação de diversas comunidades tradicionais e do povo indígena Munduruku, calculam-se mais de dois mil garimpos, quase todos de forma ilegal, operando em barcaças que garimpam diretamente o leito do rio. Há registros de muitos conflitos com os órgãos de fiscalização. Essa situação se agravou com a perspectiva de aprovação de um Projeto de Lei que autoriza a instalação de empreendimentos, entre eles a mineração e garimpo, em terras indígenas. A insatisfação dos indígenas, entre eles os Munduruku e Kayapó, e povos tradicionais da região, bate frontalmente aos desejos de muitos ocupantes da AE que desejam a abertura do garimpo em Áreas Protegidas (UC e TI).

As questões estratégicas que se colocam para o Pará (Baixo e Médio Tapajós) e para o Mato Grosso são bem diferentes. Os estudos realizados apontam que na porção paraense, é possível destacar: o papel de conservação dos territórios indígenas, bem como do mosaico de UCs localizado na porção central da bacia do Tapajós; o forte impacto ambiental com a degradação dos ambientes aquáticos gerados pelo garimpo; o avanço desordenado da pecuária ao redor de Itaituba/PA; os vazios de proteção ambiental nas cabeceiras do rio Jamanxim; o significativo grau de conflitos agrários reforçando a necessidade de fortalecer o processo de regularização fundiária. Já na porção mato-grossense, ficam mais evidentes: a relevância do papel das terras indígenas, representando as mais importantes áreas de integridade ecológica na transição cerrado-floresta; a degradação na área de influência do rio Peixoto Azevedo; e as extensas áreas de agropecuária e utilização de agrotóxico.

Em outras palavras, o panorama fundiário na região é complexo e não apresenta ordenamento territorial na região da rodovia BR-163 e na área prevista para o projeto da Ferrogrão. Ações de proteção e regularização envolvem a área de governo responsável pela regularização fundiária, federal e estadual (INCRA e ITERPA respectivamente) e a agência responsável pela gestão de Terras Indígenas (FUNAI), bem como os fiscalizadores, como ICMBIO, IBAMA e Secretarias de Meio Ambiente dos Estados do Pará e Mato Grosso.

No entanto, é importante ressaltar que estes órgãos se encontram bastante fragilizados, fragmentados e enfrentando sérios problemas financeiros, o que cada vez mais os enfraquece institucionalmente e dificulta a solução dos problemas. Conforme apontado pela TNC (2018) “considerando então as muitas variáveis trazidas pela temática da regularização fundiária, o procedimento de ordenamento territorial pressupõe mapear e regularizar a ocupação, a dominialidade e o uso da terra e destinar funções às áreas públicas ainda sem uso definido, o que aponta para um processo contínuo de monitoramento, controle e incentivos para um melhor uso da terra. O ordenamento do território deve considerar, inclusive para a viabilidade de grandes obras, a constituição, a manutenção e a gestão de espaços destinados à conservação da sociobiodiversidade, prevenindo a redução e/ou fragmentação de áreas protegidas no contexto de grandes empreendimentos”.

Efetivamente, pode-se dizer que a supressão da área de vegetação (desmatamento) necessária para implantação da Ferrogrão é considerável, mas modesta diante da sinergia e cumulatividade de impactos que será gerado pela, valorização de terras, e aumento da grilagem para abertura de novas frentes de produção agrícola para ampliação dessa produção, tendo como consequência o desmatamento e a pressão sobre recursos naturais.

Pode-se assim depreender que, a partir das pesquisas realizadas e do levantamento de campo, os principais impactos previstos para construção e operação da ferrovia, estão relacionados ao seu potencial de acelerar a expansão da fronteira agrícola e a pressão das atividades da agricultura intensiva, baseada em monoculturas para exportação com significativa concentração fundiária. Esse anunciado crescimento da produção agropecuária (pelos atores do agronegócio e do próprio Estado), por meio da expansão da área plantada e aumentos de produtividade, virá acompanhado de outros serviços e impactos. Conforme aponta o estudo da TNC (2018) as “Áreas Protegidas sob a influência da ferrovia sofrerão grande impacto com um aumento da pressão sobre seus recursos naturais, principalmente com o aumento da grilagem, garimpo e roubo de madeira em Terras Indígenas e Unidades de Conservação”, aumentando os conflitos fundiários locais.

Os pesquisadores concluem que a melhoria no acesso ao mercado internacional gerado pela ferrovia incentivará os agricultores e pecuaristas a ampliar a produção, não só de Mato Grosso e Pará, mas da região Centro-Oeste, e porque não dizer, de áreas adjacentes. Se nenhuma medida de mitigação for implementada, em especial, o ordenamento fundiário, esse processo aumentará a demanda por terras e induzirá a um maior desmatamento (ARAÚJO, R; ASSUNÇÃO, J; BRAGANÇA, A, 2020).

Em relação à mobilidade urbana, de acordo com base cartográfica do IBGE, das 152 vias interceptadas pelo traçado proposto para o empreendimento, a maioria (61%) é pavimentada. A rodovia BR-163, via central para a consolidação das ocupações e comunidades desta porção territorial do país, mantém seu protagonismo nas lógicas de deslocamento da área estudada, no sentido Centro-Oeste-Norte. Cabe ressaltar a importância de algumas vias para a região, como a rodovia Transgarimpeira (PA), a Transamazônica (rodovia BR-230), a Estrada do Pimental (PA) e algumas rodovias estaduais mato-grossenses que interligam sedes municipais, como a MT-208 e a MT-419.

Com a implantação da ferrovia, a pressão sobre o sistema viário na rodovia BR-163 será reduzida, sendo esse fato positivo para a região. Por outro lado, a redução de caminhões na rodovia ocasiona diminuição do comércio local dos Distritos e aglomerados populacionais, composto geralmente por bares, restaurantes, borracharias e hospedagens, pode prejudicar as vendas, afetando diretamente a economia das comunidades.

A mobilidade nos aglomerados populacionais identificados em campo, principalmente as comunidades rurais, merece atenção. Quando não há estrutura educacional, de saúde e comércio nas comunidades rurais, os moradores se deslocam para comunidade próximas ou sedes municipais. Em algumas comunidades e propriedades rurais, os acessos aos mesmos serão interceptados pelo traçado da ferrovia. Nesses casos, o empreendimento interfere diretamente nos deslocamentos desses moradores, sendo necessária a adoção de medidas mitigadoras eficazes, visando não isolar esses aglomerados da dinâmica socioeconômica já existente.

Em relação às possíveis desapropriações, elas foram classificadas como agrícola, comercial, estrutura comunitária, industrial, misto, residencial e também algumas não foram classificadas devido à falta de identificação. No total, estima-se que 175 benfeitorias sejam afetadas pelo traçado proposto, sendo a maioria (77 propriedades) classificada como estrutura residencial e 56 como estrutura agrícola. Entre as dúvidas mais levantadas pelos entrevistados durante o trabalho de campo está relacionada a valores de indenização e como se dará o processo de desapropriação, já que, como já descrito, muitos não detêm a titularidade da terra.

Com relação ao turismo, é importante ressaltar que a AE não se caracteriza por uma região de concentração de atividades turísticas, mas apresenta potencial turístico significativo, tendo em vista tratar-se de região amazônica, apresentando atrativos ligados à sua biodiversidade e sua importância ambiental. Em termos de possíveis impactos, não se visualiza alterações neste setor, em função da implantação da linha férrea, tendo em vista que essa destina-se basicamente ao escoamento da produção local, ou seja, até o momento não está voltado ao transporte de passageiros.

Em relação às comunidades quilombolas, dados secundários não apontaram a existência de comunidades reconhecidas na região estudada. Também não se registrou durante o levantamento de campo nenhuma comunidade quilombola em processo inicial de reconhecimento oficial.

No tocante os Povos e Terras Indígenas, considerando a Portaria Interministerial nº 60, de 24 março de 2015, e as distâncias por ela estabelecidas, verifica-se que as terras indígenas incidentes na área de influência da EF-170 são a Reserva Indígena Praia do Manguê e a Reserva Indígena Praia do Índio, localizadas no município de Itaituba. O Termo de Referência Específico para a realização do Estudo do Componente Indígena do Estudo do Impacto Ambiental foi emitido pelo Processo Funai nº 08620.01 552012015-16, e informações referentes a estas terras indígenas serão consolidadas no âmbito deste processo.

Em relação ao patrimônio histórico, cultural e arqueológico, o RAPIPA e o RAIPI estão sendo desenvolvidos, conforme Processo IPHAN nº 01450006369/2017-47.

No que se refere a Avaliação do Potencial Malarígeno, encontra-se em elaboração. Este será avaliado pelo Ministério da Saúde no âmbito do processo administrativo

Durante o trabalho de campo foi realizado esforço para a identificação e caracterização de eventuais comunidades tradicionais presentes na área de estudo e não inseridas nas bases de consulta disponíveis. A Comunidade Aruri, no município de Trairão/PA, foi apontada por moradores da zona rural como tipicamente de pescadores artesanais. Apesar desta identificação, não foi localizado processo formal de reconhecimento da condição de comunidade tradicional ou de elaboração de Protocolo de Consulta (conforme a OIT 169) aplicável a processos de licenciamento ambiental.

Um grande desafio a ser superado, em especial, no momento do levantamento fundiário visando a desapropriação de áreas para a instalação do empreendimento, será a carência de regularização fundiária da região. Sem o devido ordenamento fundiário e territorial, atualmente a região é palco de sérios conflitos e pressões.

Essa situação foi fortemente sentida pela equipe que realizou este Diagnóstico em campo. Os entrevistados demonstravam medo, desconfiança e várias dúvidas em relação ao empreendimento como todo, e em pontos específicos como: o local do traçado previsto para a implantação da ferrovia, valores de indenizações, principalmente em relação às propriedades que não possuem titulação, e sobre as etapas do processo de desapropriação. Nesse contexto, verifica-se que o conflito agrário tende a se intensificar durante a implantação e operação do empreendimento, visto que o cenário que se visualiza aponta para mais um momento de expansão da fronteira agrícola, principalmente nessa porção da Amazônia Legal. Nos relatos de muitos entrevistados surgiram expectativas de que o empreendimento possa, ao estimular o avanço e o desenvolvimento do agronegócio, desarticular o modo de vida e prejudicar atividades econômicas da população que reside em pequenas propriedades e comunidades rurais.

Um aspecto negativo apontado pelos entrevistados em relação à Ferrogrão é que, na operação da ferrovia, o fluxo de caminhões que circula na rodovia BR-163 possa diminuir, e com isso, a maior parte do comércio das comunidades e distritos que estão localizados ao longo da rodovia, sofrerá com redução da movimentação das carretas. O comércio local, composto geralmente por bares, restaurantes, borracharias e hospedagens, terão suas vendas prejudicadas, afetando diretamente a economia das comunidades.

De acordo com Lima (2015):

“a concentração dos investimentos em um só modal (o rodoviário) criou uma irracionalidade logística na medida em que criou uma dependência a um único sistema de transportes, impossibilitando a intermodalidade que resultaria em uma maior otimização dos sistemas de engenharia de transportes, contrariando as experiências bem sucedidas em outros países.”

Isso confirma a importância da implantação da Ferrogrão, visando diversificar os modais de transporte, aprimoração do transporte de safras, ofertando redução dos custos de escoamento da produção agropecuária, além do empreendimento ser necessário no contexto atual, frente à expansão da fronteira agrícola brasileira e à demanda por uma infraestrutura integrada de transportes de carga. Porém, é extremamente necessário que se apliquem políticas públicas efetivas de ordenamento territorial, respeitando a aptidão de cada região e comunidades aqui abordadas, bem como ocorra a execução de Programas Socioambientais adequados à realidade local visando, principalmente, a garantia de que os direitos daqueles que vivem nessas comunidades sejam respeitados, minimizando e compensando o impacto em sua dinâmica socioeconômica.